



**UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**



**PROGRAMA ASSOCIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA
CURSO DE MESTRADO**

**ATRAVESSAMENTO DAS RELAÇÕES ÉTNICAS NA PRÁTICA
PEDAGÓGICA DOS/AS PROFESSORES/AS DE EDUCAÇÃO FÍSICA
DA REDE MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA – PB**

LEONARDO ELEUTÉRIO DOS SANTOS

RECIFE - PE

2024

LEONARDO ELEUTÉRIO DOS SANTOS

**ATRAVESSAMENTO DAS RELAÇÕES ÉTNICAS NA PRÁTICA
PEDAGÓGICA DOS/AS PROFESSORES/AS DE EDUCAÇÃO FÍSICA
DA REDE MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA – PB**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do PAPGEF UPE/UFPB, sob a orientação da Profa. Dra. Lívia Tenorio Brasileiro, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação Física.

Linha de Pesquisa: Prática Pedagógica e Formação Profissional em Educação Física.

Orientadora: Profa. Dra. Lívia Tenorio Brasileiro

RECIFE - PE

2024

S237a

Santos, Leonardo Eleutério dos.

Atravessamento das relações étnicas na prática pedagógica dos/as Professores/as de Educação Física da Rede Municipal de João Pessoa - PB. /Leonardo Eleutério dos Santos. – Recife: do autor, 2024.

246 f.: il.

Orientador: Profa. Dra. Lívia Tenório Brasileiro.

Dissertação (Mestrado) – Programa Associado de Pós-Graduação em Educação Física (UPE/UFPB). Universidade de Pernambuco, Campus Santo Amaro, Recife-PE, 2024.

1. Educação Física. 2. Relações Étnico-Raciais. 3. Prática Pedagógica. I. Brasileiro, Lívia Tenório. II. Universidade de Pernambuco - Campus Santo Amaro - Programa Associado de Pós-Graduação em Educação Física (UPE/UFPB). III. Título.

CDD 796.07



PROGRAMA ASSOCIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO FÍSICA UPE/UFPB
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA CURSO DE DOUTORADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

ATA DE SESSÃO PÚBLICA DO EXAME DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Às 09:00, do dia 10 de abril de 2024, no(a) Escola Superior de Educação Física da Universidade de Pernambuco - UPE, foi realizada a Sessão Pública de Defesa da Dissertação de Mestrado de LEONARDO ELEUTÉRIO DOS SANTOS. A Banca foi composta pelos seguintes Professores Doutores: LÍVIA TENÓRIO BRASILEIRO (UPE), HENRIQUE GERSON KOHL (UFPE) e BELENI SALETE GRANDO (UFMT), sob a presidência da Prof.(a) Dr.(a) LÍVIA TENÓRIO BRASILEIRO (orientador). A dissertação tem como título: "ATRAVSSAMENTO DAS RELAÇÕES ÉTNICAS NA PRÁTICA PEDAGÓGICA DOS/AS PROFESSORES/AS DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA REDE MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA - PB". A abertura dos trabalhos foi efetuada pelo Coordenador (a) Local do Programa Prof.(a) Dr.(a) MAURO VIRGÍLIO GOMES DE BARROS. Procedeu-se então a apresentação dos membros da Comissão Examinadora, seguida da apresentação da dissertação e, por fim, da arguição pelos membros da Comissão Examinadora. Ao final, a Comissão Examinadora reuniu-se para deliberar sobre o resultado da sessão e decidiu pela **APROVAÇÃO** do candidato. LEONARDO ELEUTÉRIO DOS SANTOS faz jus então ao título de **Mestre em Educação Física** desde que cumpra todas as exigências indicadas pelos membros da Comissão Examinadora, estabelecendo-se um prazo de 30 dias para a entrega da versão final da dissertação. Cumpridas as disposições regimentais e normas internas do PAPGEF UPE/UFPB, às 12:00 foi lavrada e assinada, pela Coordenação Local do Programa e pelos membros da Comissão Examinadora, a presente Ata e a sessão foi encerrada.

Recife, 10 de abril de 2024.

MAURO VIRGÍLIO GOMES DE
BARROS
Coordenador(a) Local

Documento assinado digitalmente
gov.br MAURO VIRGILIO GOMES DE BARROS
Data: 29/04/2024 11:42:09-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

LÍVIA TENÓRIO BRASILEIRO
(UPE)

Livia Tenório Brasileiro

HENRIQUE GERSON KOHL
(UFPE)

Henrique Gerson Kohl

BELENI SALETE GRANDO
(UFMT)

Documento assinado digitalmente
gov.br BELENI SALETE GRANDO
Data: 15/04/2024 00:38:33-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

LEONARDO ELEUTÉRIO DOS
SANTOS

Leonardo Eleutério dos Santos

Universidade de Pernambuco
Rua Arnóbio Marques, 310, Recife – PE - Brasil
CEP: 5010030
Fone: +55 (81) 3183-3373

Universidade Federal da Paraíba
Cidade Universitária - João Pessoa - PB - Brasil
CEP: 58051-900
Fone: +55 (83) 3216-7200

DEDICATÓRIA

A todos/as os/as professores/as comprometidos/as com sua missão, que compreendem a relevância dessa fenomenal profissão e buscam o aprimoramento na esperança de colaborar com a sua condição e capacidade para um futuro melhor da sociedade.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente à Deus, por proporcionar-me vivenciar tudo até aqui, sustentar-me e conduzir-me diante de todos os obstáculos encontrados nesse processo e, com isso, deixar-me mais forte e sábio para o que Ele tem preparado para mim.

Aos meus pais, por serem inspiração com seus exemplos de coragem, determinação, resiliência e trabalho, pois esses ensinamentos que não precisaram sair de suas bocas para que eu aprendesse, mas o agir diário (muitas vezes sem intenção voluntária) me fizeram enxergar como eu deveria encarar a vida.

À minha esposa e minha filha, que são a razão e o combustível para que eu persista e alcance sonhos cada vez mais altos. Com destaque para a mulher que sempre está ao meu lado, cuidando, incentivando, se sacrificando, e olhando comigo para a mesma direção, a minha eterna companheira Beatriz Melo, que tem uma grande responsabilidade nessa dissertação, pois de forma direta e indireta me ajudou em cada momento em que o ânimo de prosseguir queria diminuir.

Aos/às amigos/as que em algum momento compartilharam experiências e conhecimentos, deram uma palavra de incentivo e se dispuseram a ajudar de alguma forma. Em especial à Dra. Larissa Cavalcanti de Albuquerque, que instigou, pressionou, orientou e sempre se prontificou a estar ajudando, desde a construção do projeto, a ela tenho imensa gratidão. Também à Ana Paula, amizade que o mestrado me concedeu, parceira de caronas e de relatos da vida, com quem pude trocar muitas experiências da vida, de forma geral.

À Profa. Dra. Lívia Tenorio Brasileiro, mulher a quem tenho uma enorme admiração e consideração, antes mesmo de ser minha orientadora, pelo ser humano e profissional que me inspira. Tenho uma imensa gratidão por toda paciência, respeito, confiança, conhecimento e exemplo que me proporcionou/a durante todo o tempo que lhe conheço. Mesmo com as dificuldades e escorregos durante esse período, fez com que tudo ficasse mais leve pela sua maneira suave de conduzir a vida. És uma referência de ser humano para mim.

À Profa. Dra. Beleni Saléte Grando, que além de ser uma das referências para minha escrita, também se debruçou com tanto zelo e carinho, trazendo riquíssimas contribuições para essa conclusão. Espero um dia encontrá-la pessoalmente para agradecê-la com um afetuoso abraço.

Ao diletíssimo Prof. Dr. Henrique Gerson Kohl, por disponibilizar-se e colaborar nessa jornada, trazendo também riquíssimas contribuições com seus saberes.

Ao PAPGEF – UPE/UFPB, por todo o conhecimento que me proporcionou, através de professores/as que tive a honra de conhecer nesse processo e que me trouxeram ensinamentos que vão além do conhecimento científico.

Ao Grupo de Estudos Etnográficos em Educação Física – Ethnós, pela acolhida e experiências que proporcionou-me através das pessoas e eventos que fazem parte desse rico coletivo.

À Rede Municipal de Ensino de João Pessoa, em especial aos/às professores/as que colaboraram respondendo aos questionários e às entrevistas, sem eles/as não seria possível concretizar o projeto de pesquisa.

À agência CAPES por fomentar e possibilitar a execução da pesquisa.

À todos/as que, antes de mim, lutaram, resistiram e conquistaram diversos feitos, possibilitando-me aprender a ser um Professor-Pesquisador cada vez mais apaixonado pela Educação Física e sedento por tornar a vida de alguém melhor através da minha missão educativa. Sinto-me orgulhoso e honrado, não só pela obtenção do título de Mestre, mas de cada detalhe dessa construção que me inquieta a cada dia virar um ser humano melhor.

RESUMO

A escola é um importante espaço de possível superação das representações negativas sobre a população negra e indígena por ser responsável pela organização, transmissão e socialização do conhecimento e da cultura, embora ela seja um dos meios em que essas representações também possam ser difundidas (Gomes, 2003; Luciano, 2006). O currículo escolar em sua completude tem papel significativo nesse aspecto, e a Educação Física, sendo parte integrante deste currículo, também possui função imprescindível no mesmo. Nesse sentido, nosso estudo objetivou analisar os limites e as possibilidades do trato pedagógico dos conteúdos de ensino da Educação Física e sua relação com as culturas afro-brasileira e indígenas nas aulas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental da rede municipal de João Pessoa-PB, tomando a abordagem qualitativa (Minayo; Sanches, 1993) para descrever como se dá o panorama das relações étnico-raciais na Educação Física. Como etapas procedimentais, partimos de uma revisão bibliográfica, seguida de uma pesquisa bibliográfica mapeando produções do conhecimento no campo da Educação Física acerca das relações étnico-raciais, sendo as mesmas analisadas descritivamente; e, posteriormente uma pesquisa de campo, com a realização de questionário com 57 professores/as da rede e 4 entrevistas, com os dados tratados pela análise de conteúdo categorial por temática (Bardin, 2016). De modo geral, os estudos mostram a (quase) ausência das relações étnico-raciais na Educação Básica e no Ensino Superior, seja em seus currículos hierárquicos e monoculturais, como nas insuficientes abordagens pedagógicas, justificadas pelo desconhecimento e despreparo de docentes, mesmo após decorrida mais de uma década da obrigatoriedade de ensino dos conhecimentos afro e indígenas, orientada pelas Leis 10.639/03 e 11.645/08. Os dados do Campo indicam que há avanços ocorrendo na rede de ensino, porém ainda de forma lenta, tendo em vista o tempo de promulgação das referidas leis. Todavia, há muito ainda a progredir nesse contexto, pois pouco mais da metade dos/as participantes têm conhecimentos sobre as leis, embora a quase totalidade considere importante a problematização dessas temáticas. O trato das temáticas/problemáticas possibilita uma ressignificação na percepção crítica sobre a nossa formação enquanto nação e no combate ao cenário posto de desigualdades, preconceitos, discriminações e racismo, conseqüente de todo o processo colonizador.

Palavras-chaves: Educação Física; Relações Étnico-Raciais; Prática Pedagógica.

ABSTRACT

The school is an important space for the possible overcoming of negative representations about the Black and Indigenous populations, as it is responsible for the organization, transmission, and socialization of knowledge and culture, although it is also one of the means through which these representations can be disseminated (Gomes, 2003; Luciano, 2006). The school curriculum in its entirety plays a significant role in this aspect, and Physical Education, as an integral part of this curriculum, also has an indispensable function in it. In this sense, our study aimed to analyze the limits and possibilities of the pedagogical approach to the teaching contents of Physical Education and its relationship with Afro-Brazilian and Indigenous cultures in the classes of the Early Years of Elementary Education in the municipal network of João Pessoa-PB, adopting a qualitative approach (Minayo; Sanches, 1993) to describe the panorama of ethnic-racial relations in Physical Education. As procedural steps, we started with a literature review, followed by a bibliographic search mapping knowledge productions in the field of Physical Education regarding ethnic-racial relations, which were descriptively analyzed; and later a field research, with the administration of a questionnaire to 57 teachers from the network and 4 interviews, with the data treated through categorical content analysis by theme (Bardin, 2016). Overall, the studies show the (almost) absence of ethnic-racial relations in Basic Education and Higher Education, both in their hierarchical and monocultural curricula, and in the insufficient pedagogical approaches, justified by the lack of knowledge and preparation of teachers, even after more than a decade of mandatory teaching of Afro and Indigenous knowledge, guided by Laws 10.639/03 and 11.645/08. The field data indicate that there are advancements occurring in the education network, but still at a slow pace, considering the time since the promulgation of these laws. However, there is still much progress to be made in this context, as just over half of the participants have knowledge about the laws, although almost all of them consider the problematization of these themes important. Dealing with these themes/problems allows for a redefinition in the critical perception of our nation's formation and in the fight against the established scenario of inequalities, prejudices, discriminations, and racism, resulting from the entire colonial process.

Keywords: Physical Education; Ethnic-Racial Relations; Pedagogical Practice.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CE - Ceará

CEP – Comitê de Ética em Pesquisa

CGU – Controladoria-Geral da União

COEDUC – Corpo, educação e cultura

EI – Educação Infantil

EJA – Educação de Jovens e Adultos

ERER – Educação para as Relações Étnico-Raciais

ES – Espírito Santo

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IES – Instituição de Ensino Superior

IFCE – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

JP – João Pessoa

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LGBTQIA+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgênero, Queer, Intersexo, Assexual e outras identidades de gênero e orientações sexuais que não se encaixam no padrão cis-heteronormativo

LILACS – Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde

MNU – Movimento Negro Unificado

MCR – Matriz de Referência Curricular

MUCDR – Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONU – Organização das Nações Unidas

PB – Paraíba

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais

PMJP – Prefeitura Municipal de João Pessoa

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PPG – Programa de Pós-Graduação

RBCE – Revista Brasileira de Ciências do Esporte

SC – Santa Catarina

SCIELO – Scientific Electronic Library Online

SECAD – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

SEDEC – Secretaria de Educação e Cultura

SEPPIR – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

SPI – Serviço de Proteção ao Índio

TEN – Teatro Experimental do Negro

TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação

UEPB – Universidade Federal da Paraíba

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

UFMS – Universidade Federal de Santa Maria

UNESP – Universidade Estadual Paulista

UPE – Universidade de Pernambuco

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 -	Composição étnico-racial dos alunos no Censo Escolar da Educação Básica (Brasil, 2014)	39
Imagem 2 -	Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil (Brasil, 2022)	47
Imagem 3 -	Taxa de desocupação segundo os níveis de instrução em 2021 (Brasil, 2022)	48
Imagem 4 -	Rendimento médio real habitual por mês do trabalho principal das pessoas ocupadas (Brasil, 2022)	48
Imagem 5 -	Percentual de pessoas com rendimento mensal domiciliar per capita abaixo das linhas de pobreza em 2021 (Brasil, 2022)	49
Imagem 6 -	Taxa de homicídios por 100 mil habitantes em 2020 (Brasil, 2022) ..	49
Imagem 7 -	Distribuição das produções por regiões do país	69

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição das produções por seu tipo	65
Gráfico 2 - Distribuição dos artigos por periódico	66
Gráfico 3 - Número de Produções por ano	71
Gráfico 4 - Número de Produções por descritor	74
Gráfico 5 - Distribuição das produções por temática	74

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Distribuição de Dissertações e Teses por Instituições de Ensino	67
Tabela 2 -	Distribuição de Dissertações e Teses por Área de Concentração	68
Tabela 3 -	Distribuição de Dissertações e Teses por estados	69

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Categorias Empíricas	61
Quadro 2 -	Distribuição de participantes por faixa etária	97
Quadro 3 -	Distribuição de participantes por Polo de ensino Datas comemorativas mencionadas para abordagem das relações étnico-raciais	97
Quadro 4 -	Datas comemorativas mencionadas para abordagem das relações étnico-raciais	99
Quadro 5 -	Distribuição do tempo e do tipo de rede em que atuam	100
Quadro 6 -	Categorias sobre a importância da abordagem das problemáticas étnico-raciais na Educação Física	105
Quadro 7 -	Datas e conteúdos que envolvem as temáticas afro e indígena	110
Quadro 8 -	Datas comemorativas mencionadas para abordagem das temáticas étnico-raciais	112
Quadro 9 -	Categorias e Unidades de Contexto e Registro das entrevistas	115
Quadro 10 -	Síntese dos dados sobre a prática pedagógica dos/as professores/as de Educação Física	127
Quadro 11 -	Apresentação das produções	165

SUMÁRIO

Capítulo 1	17
“UM PASSO À FRENTE E VOCÊ NÃO ESTÁ MAIS NO MESMO LUGAR”	17
Capítulo 2	27
DIREITO SEM DIFERENCIAR COR: UM PERCURSO DE LUTAS POR RECONHECIMENTO	27
2.1 É a Pátria amada Brasil, a mãe gentil de todo/as os/as filhos/as deste solo?	27
2.2 “Um povo unido em mutirão numa só direção. Pra não ser vencido pelas garras da opressão”	34
2.3 “Quem sabe faz a hora, não espera acontecer”	40
2.4 “Nossos motivos pra lutar ainda são os mesmos, o preconceito e o desprezo ainda são iguais”	46
Capítulo 3	51
“COMO TUDO DEVE SER”	51
3.1 Caracterização da pesquisa	52
3.1.1 Pesquisa Bibliográfica.....	52
3.1.2 Pesquisa de Campo	53
3.1.2.1 Campo de pesquisa	54
3.1.2.2 Delimitação de participantes	55
3.1.2.3 Procedimentos da pesquisa	56
3.1.2.4 Instrumentos de coletas de dados	58
3.2 Análise de dados	59
3.3 Aspectos Éticos	61
Capítulo 4	63
“EU QUERO UM PAÍS QUE NÃO ESTÁ NO RETRATO”	63
4.1 Caracterização das produções sobre relações étnico-raciais na Educação Física	64
4.1.1 Localização das produções espaço/temporal	65
4.1.2 Distribuição das produções selecionadas por descritores	71
4.2 Análise Qualitativa	75
4.2.1 Corporeidade	76

4.2.2 Currículo	77
4.2.3 Racismo	79
4.2.4 Formação	82
4.2.5 Cultura	84
4.2.6 Prática Pedagógica	87
Capítulo 5	95
“NA LUTA É QUE A GENTE SE ENCONTRA”	95
5.1 Primeiros relatos de quem encontra-se nas realidades escolares	96
5.1.1 Caracterização dos/as professores/as	96
5.1.2 Aproximação com as relações étnico-raciais	100
5.1.3 Importância da abordagem das problemáticas contidas nas referidas leis	105
5.1.4 Prática Pedagógica dos/as professores/as da rede	110
5.2 Relatos mais aprofundados das realidades	113
5.2.1 Aproximação com as temáticas	116
5.2.2 Importância das leis	119
5.2.3 Representação étnico-racial nas escolas	122
5.2.4 Por uma Educação Antirracista	124
5.2.5 Sobre a prática pedagógica	126
5.2.6 Planos de Ensino	133
“É QUE EM CADA EXPERIÊNCIA, SE APRENDE UMA LIÇÃO”	137
REFERÊNCIAS	141
APÊNDICES	159
ANEXOS	237

CAPÍTULO 1

“UM PASSO À FRENTE E VOCÊ NÃO ESTÁ MAIS NO MESMO LUGAR”¹

Os debates desse estudo começam com uma reflexão sobre a música de Chico Science e Nação Zumbi, que empresta um de seus trechos para dar título a esse primeiro capítulo. A música aborda o desejo pelo direito à liberdade de circulação em uma sociedade constituída por racismo e discriminação. Foi composta durante a gravação de um álbum da banda no Rio de Janeiro, quando dois de seus músicos foram alvo de uma abordagem policial marcada pela discriminação racial. Este episódio ilustra uma realidade cruel de uma parte significativa da sociedade brasileira que, apesar de sua vasta diversidade, a não reconhece e valoriza todos/as que dela fazem parte.

A formação social brasileira é marcada pela miscigenação², e seu desenvolvimento de forma justa e democrática torna-se indispensável, à medida que enfrentamos um movimento de desigualdades que perpassa por aspectos históricos, políticos, culturais e sociais delineados desde sua colonização até a atualidade. Contudo, essa mistura de raças é arraigada de diversos e tensos episódios e debates que alimentaram as ideias de superioridade de uma raça (branca) sobre outras e influenciaram o senso de identidade (Schwarcz, 2011). A formação da identidade nacional recorreu a mecanismos psicológicos de eugenismo³, visando uma homogeneização da população, a fim de gerar um embraquecimento da sociedade. Skidmore (1989, p. 81) destaca que a “teoria brasileira do branqueamento”

[...] baseava-se na presunção branca, às vezes, pelo uso dos eufemismos ‘raça mais adiantada’ e ‘menos adiantada’ e pelo fato de ficar em aberto a questão de ser a inferioridade inata. À suposição inicial, juntavam-se mais duas. Primeiro – a população negra diminuía progressivamente em relação à branca por motivos que incluíam a suposta taxa de natalidade mais baixa, a maior incidência de doenças e a desorganização social. Segundo – a miscigenação produzia ‘naturalmente’ uma população mais clara, em parte porque o gene branco era mais forte e em parte porque as pessoas procurassem parceiros mais claros que elas.

¹ Trecho da música “Um passeio no mundo livre” de Chico Science e Nação Zumbi, lançada no álbum intitulado Afroiberdelia em 1996.

² Munanga (1999) discute sobre a mestiçagem como designação da miscigenação entre as populações biologicamente diferentes com decorrência nos fatos sociais, psicológicos, econômicos e político-ideológicos. Já Anjos (2013) discorre sobre como a miscigenação é tratada nos censos nacionais.

³ Para entender melhor sobre consultar Souza (2005).

Importante localizar, como nos ajuda Munanga⁴ (2003), que o conceito de raça surgiu da Zoologia e da Botânica para classificar as espécies animais e vegetais, sendo ao longo do tempo (e ainda é) utilizado para classificar as populações a partir das diferenças fenotípicas, tais como cor da pele e outros aspectos morfológicos, com isso persiste no imaginário coletivo e na terminologia científica a divisão da espécie humana em três raças estancas: branca, negra e amarela. Contudo, esses critérios são relativamente artificiais e insuficientes, pois raça é um conceito carregado de ideologia que esconde relações de poder e dominação. O antropólogo ainda acrescenta que

A raça, sempre apresentada como categoria biológica, isto é natural, é de fato uma categoria etnosemântica. De outro modo, o campo semântico do conceito de raça é determinado pela estrutura global da sociedade e pelas relações de poder que a governam. Os conceitos de negro, branco e mestiço não significam a mesma coisa nos Estados Unidos, no Brasil, na África do Sul, na Inglaterra, etc. Por isso que o conteúdo dessas palavras é etno-semântico, político-ideológico e não biológico (Munanga, 2003, p. 6).

Para Gomes (2003) o conceito raça é cientificamente ineficaz do ponto de vista genético, porém é relevante do ponto de vista político e social para pensar a situação e os lugares ocupados na sociedade por pessoas negras e brancas. Através da compreensão de que a população branca possui privilégios para alcançar as melhores condições, entenderemos também o movimento de projetar a ideia de que não existe racismo, através do mito da democracia racial⁵, pois não há o menor interesse da elite branca em perder suas condições de poder (Munanga, 1999).

No recenseamento realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a classificação de raça ou cor é baseada na autodeclaração dos/as pesquisados/as para, tendo como divisão as raças: branca, preta, parda, amarela e indígena. Tal identificação vem sendo realizada desde 1960, com a categoria indígena excluída nas edições de 1970 e 1980, voltando a ser utilizada em 1991 (Anjos, 2013). No último Censo realizado no Brasil (IBGE, 2022) os dados indicam que a maioria da população é composta por negros/as (55,5%, sendo 45,3% pardos/as e 10,2% pretos/as), mostrando um aumento gradual no número de pessoas que se

⁴ Kabenguele Munanga - nascido no Congo, o Doutor em Antropologia e professor possui cidadania brasileira e é especialista em antropologia da população afro-brasileira, com ênfase em temas como o racismo, políticas e discursos antirracistas, negritude, identidade negra versus identidade nacional, multiculturalismo e educação das relações étnico-raciais.

⁵ Ideia criada de que no Brasil “todos eram iguais”, não havendo aqui conflitos raciais como na Guerra Civil dos Estados Unidos e no Apartheid da África do Sul. Para saber mais, ler Domingues (2005).

autodeclararam pretas e pardas. Já a população indígena teve um aumento, elevando o percentual de 0,4% para 0,8%.

Considerando dados mais recentes, conforme revelado pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, conduzida pelo IBGE no período de 2012 a 2021, observamos um contínuo aumento no número de indivíduos que se autodeclararam pretos/as e pardos/as, alcançando 9,1% de pretos/as e 47,0% de pardos/as (IBGE, 2022). Em vista desse cenário, como podemos ignorar a devida importância a todo o percurso histórico e cultural daqueles/as que constituem a maior parte do nosso contingente populacional?

É essencial ressaltar que, de acordo com o Estatuto da Igualdade Racial (Brasil, 2010) a população negra é definida como um “conjunto de pessoas que se autodeclararam pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou que adotam autodefinição análoga”.

Adicionalmente, Munanga (2003) destaca o conceito de etnia como um grupo de indivíduos que compartilham mesma ancestralidade, cultura, língua, religião ou cosmovisão, bem como um território geográfico local de residência.

Portanto, fica evidente que a caracterização da população brasileira, conforme analisada pelos índices populacionais, é grandemente influenciada pela questão de identidade, isto é, como cada indivíduo se percebe dentro da sociedade. O conceito de identidade é multifacetado, com várias aplicações, mas podemos entendê-lo como a maneira de ser no mundo e com os outros, através das diversas manifestações, sejam elas culturais, históricas ou sociopolíticas (Gomes, 2005). Para Munanga (1996, p. 17)

A identidade é uma realidade sempre presente em todas as sociedades humanas. Qualquer grupo humano, através do seu sistema axiológico sempre selecionou alguns aspectos pertinentes de sua cultura para definir-se em contraposição ao alheio. A definição de si (autodefinição) e a definição dos outros (identidade atribuída) têm funções conhecidas: a defesa da unidade do grupo, a proteção do território contra inimigos externos, as manipulações ideológicas por interesses econômicos, políticos, psicológicos, etc.

Sendo nosso país uma nação miscigenada, resultante da fusão de povos indígenas, africanos, europeus e asiáticos em sua formação, possui uma ancestralidade diversificada de grande relevância (Gomes, 2003). De acordo com Munanga (1999, p. 15), essa pluralidade combinada em “proporções desiguais dão ao Brasil seu colorido atual”. No entanto, nos concentramos aqui especificamente em dois deles: africanos e indígenas.

Com o processo de colonização liderado pelos/as europeus/eias no Brasil, surgiu uma hierarquização racial que privilegiou e ainda privilegia a raça branca, considerando-a soberana.

Essa hierarquização influencia todos os setores da sociedade, contribuindo para a naturalização das desigualdades existentes. Isso nos inquieta a seguinte reflexão: como então, podemos diminuir ou extinguir essas desigualdades através da educação? Gomes (2003, p. 76) destaca que “[...] somos educados pelo meio sociocultural a enxergar certas diferenças, as quais fazem parte de um sistema de representações construído socialmente por meio de tensões, conflitos, acordos e negociações sociais”.

Durante anos, os/as colonizadores/as empreenderam esforços para aculturar os povos indígenas, indo além ao cometer atos etnocidas, e que também resultaram em conflitos internos entre os diferentes grupos étnicos, além de utilizá-los em seus exércitos contra grupos rivais. Estima-se que a população indígena no Brasil era de 5 milhões na chegada dos/as primeiros/as colonizadores/as, mas ao longo dos mais de 500 anos de colonização esse número foi drasticamente reduzido para aproximadamente 1,7 milhões (IBGE, 2022), devido às repressões ocorridas nos processos forçados de integração e assimilação à sociedade nacional. Isso levou à extinção e ao extermínio de parte significativa de suas culturas e identidades, bem como a negação dos modos de vida próprios dos/as nativos/as que sobreviveram para viverem como brancos/as (Luciano, 2006).

Durante o período republicano, especialmente nas décadas de 1960 e 1970, o Estado brasileiro adotou políticas com o intuito de extinguir os povos indígenas, buscando transformá-los em cidadãos/ãs comuns. Isso incluiu estratégias de emancipação que estabeleceram critérios de indianidade, determinando quem era mais ou quem era menos índio/a e quem deveria deixar de sê-lo/a. Diante dessas políticas, os povos indígenas se uniram para lutar por direitos comuns e superar as rivalidades, especialmente com a abertura política na década de 1980 (Luciano, 2006).

No que diz respeito aos povos africanos, sua chegada ao Brasil foi marcada pela vinda de navios negreiros, conhecidos como tumbeiros, que transportavam escravizados/as em condições sub-humanas. Esse comércio de escravizados/as, promovido pelos europeus, era justificado como parte da missão evangelizadora dos/as africanos/as “infiéis”. Foi através do tráfico de africanos/as que os/as portugueses/as conseguiram condições para a colonização do território brasileiro, uma vez que Portugal não tinha população suficiente para esse fim. Vale ressaltar que a escravização não se limitou apenas ao “negro/a da guiné”, como eram denominado/as os/as escravizado/as africano/as, mas inclui os/as indígenas, chamados/as “negro/a da terra”, que foram explorados/as pelos/as portugueses/as nos séculos XVI e XVII (Albuquerque; Fraga Filho, 2006). A partir da segunda metade do século XIX a escravidão é

oficialmente abolida⁶, porém aqueles/as que se tornaram livres enfrentaram diversas limitações e dificuldades na sociedade, além de serem punidos/as com base nas leis vigentes da época (Pereira; Silva, 2016).

Nesse contexto, surgem discussões e movimentos de luta que ganham força, resultando em políticas afirmativas que buscam dirimir qualquer tipo de preconceito causado por desigualdades sociais (Lima, 2018). As políticas afirmativas são entendidas como medidas que garantem recursos e direitos, beneficiando coletivamente grupos sociais desfavorecidos e promovendo uma visão positiva dos grupos afetados pela discriminação e pelo preconceito, como é o caso de negros/as e indígenas (Feres, 2018). Elas podem ser consideradas instrumentos que possibilitam a reparação de desigualdades históricas e a valorização dessas populações, assegurando a igualdade de oportunidades para todos/as. Dessa forma, cabe refletir se e como as políticas afirmativas vêm se desenvolvendo no Brasil?

Como frutos desse movimento na política educacional, as Leis n. 10.639 e n. 11.645 (Brasil, 2003, 2008) que tratam da obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena nos estabelecimentos públicos e privados da Educação Básica, têm grande importância na superação das desigualdades, pois acreditamos que o caminho para uma sociedade justa parte da educação, que deve incentivar o respeito à diversidade que nos constitui e promover o conhecimento sobre o processo da construção histórica, cultural e social do país, desencadeando sentimentos como respeito e valorização. Nesse sentido, o ambiente educacional desempenha um papel crucial no movimento de transformação rumo à justiça social.

A escola pode ser reconhecida como um espaço fundamental para superar as representações negativas sobre a população negra e indígena, pois é responsável pela organização, transmissão e socialização do conhecimento e da cultura. No entanto, também é reconhecido que a escola é um dos locais onde essas representações podem ser reproduzidas (Gomes, 2003; Luciano, 2006). O currículo escolar desempenha um papel significativo nesse aspecto, e a Educação Física, como parte integrante deste currículo, também desempenha uma função crucial. No entanto, é importante reconhecer que o currículo, por si só, não é capaz de se contrapor ao reflexo das representações sociais negativas presentes no ambiente escolar. Os/as professores/as devem posicionar-se politicamente e pedagogicamente contra as

⁶ Para melhor entendimento do processo de abolição e dos reflexos do racismo instalado na sociedade até a atualidade, vale a leitura mais aprofundada em Pires e Oyarzabal (2019).

discriminações raciais e étnicas, compreendendo o processo histórico das relações discriminatórias e desenvolvendo práticas pedagógicas antirracistas para combater essas relações, bem como valorizar os conhecimentos de afrodescendentes e indígenas.

Nesse contexto, reconhecemos a importância da práxis pedagógica dos/as professores/as, a qual pode ser influenciada por sua formação, seus saberes e fazeres como experiências ao longo de trajetória pessoal e profissional. Freire (1987), em sua obra *Pedagogia do Oprimido*, nos traz o conceito de práxis como uma reflexão que capacita os seres humanos a transformarem o meio em que estão inseridos, seja no aspecto natural ou social. Essa prática deve permear o cotidiano pedagógico de qualquer docente, independentemente de sua área de atuação, a fim de proporcionar aos/às estudantes a capacidade crítica e transformadora desses/as como indivíduos pertencentes a uma sociedade plural. Essa capacidade é crucial para promover uma sociedade justa, pois as desigualdades, o preconceito e a luta por justiça estão presentes em diversos contextos contemporâneos. Ao educarmos cidadãos/ãs com consciência crítica desde cedo, fomentamos o desenvolvimento de uma futura sociedade que valorize a diversidade e promova relações justas com todos os povos.

No bojo dessa discussão, despertei para a problemática das relações étnico-raciais por meio da minha prática pedagógica, tornando-me consciente do quanto as culturas e as histórias afro-brasileira e indígenas foram pouco abordadas, ao modo que desconhecia as leis que tornam obrigatória essa problemática no currículo escolar, e como tenho-as tratado de forma reduzida e superficial apenas nas datas comemorativas, tais como o Dia dos Povos Indígenas (19 de abril) e o Dia da Consciência Negra (20 de novembro).

Esse movimento ocorreu durante algumas discussões ocorridas no curso de Pós-Graduação em Educação Física Escolar, realizado pela Faculdade Nossa Senhora de Lourdes no ano de 2018, em que na execução de uma atividade para elaborar uma aula, o professor que ministrava o componente curricular começou a instigar reflexões sobre o que sabíamos sobre os povos indígenas e a importância destes, mencionando a Lei n. 11.645/08, até então desconhecida por mim, assim como algumas possibilidades de utilização de suas culturas nas aulas de Educação Física. Essas reflexões me fizeram perceber que tínhamos limitações a serem superadas na prática pedagógica e isso gerou inquietações que me fizeram ir em busca de ampliar os conhecimentos sobre a problemática para qualificar meu agir docente.

Nesse processo rememorei que já havia uma experiência prévia vivenciada no Projeto de Extensão “Jogos e Brincadeiras Populares na Escola: uma possibilidade socioeducativa” (Brasileiro et al., 2013), promovido pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) durante

minha Graduação em Licenciatura Plena em Educação Física. Vale aqui destacar a importância da extensão universitária no processo formativo de graduandos/as, pois possibilita a articulação entre a pesquisa e o ensino, de modo que os conhecimentos sejam gerados e aplicados na prática da realidade que posteriormente será encarada pelos/as universitários/as, além de fomentar o redimensionamento da função social da própria universidade, devido as trocas com o meio que se insere (Scheidemantel; Klein; Teixeira, 2004). Com isso, percebi que já possuía algumas “ferramentas” que possibilitavam abordar a problemática nas minhas aulas. Na ocasião, tive a oportunidade de realizar intervenções pedagógicas utilizando os conteúdos de jogos e brincadeiras populares em uma escola da rede municipal de Campina Grande - PB, com estudantes da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental, oportunizando-os as experiências de construir e experimentar brinquedos de origem africana e indígena, como por exemplo o balangandã e a peteca, respectivamente, porém sem uma contextualização mais ampla e direcionada sobre a história e cultura afro-brasileira e indígena. Em vista disso, percebi inicialmente que teria um ponto de partida a seguir, bastava ampliar o conhecimento e “colocar a mão na massa” em minhas ações pedagógicas, emergindo com isso o interesse em realizar esse estudo no programa de mestrado na perspectiva de alcançar resultados que possibilitarão ampliar a abordagem dessa problemática, a qual considero de extrema importância para a formação dos/as estudantes na Educação Básica, não só em minhas aulas, mas na rede municipal de João Pessoa – PB, através do diálogo e do compartilhamento de saberes e fazeres com os pares da Educação Física.

Além disso, discutindo com outros/as professores/as de Educação Física da rede ensino na qual estou inserido – rede municipal de João Pessoa - PB, percebi que uma grande parte também desconhecia a obrigatoriedade disposta na legislação sobre essa problemática, assim como não abordavam de forma mais sistemática as culturas e histórias afro-brasileira e indígenas.

Nas pesquisas que fui realizando, identifiquei que os documentos legais e norteadores⁷ que tratam as questões africanas e indígenas no cenário educacional frequentemente apresentam lacunas em relação à inclusão da Educação Física nessa discussão. Eles destacam a necessidade de diretrizes e orientações que promovam práticas de ensino sistematizadas para

⁷ Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Brasil, 2004); Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais (Brasil, 2006); Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (Brasil, 2013)

abordar de maneira positiva as relações étnico-raciais positivas e valorizar as histórias e culturas afro-brasileira e indígenas. A Educação Física deve ser reconhecida como espaço propício para explorar elementos culturais, especialmente elementos da cultura corporal, provenientes dos povos africanos e indígenas (Pereira, 2019).

Entendendo a Educação Física Escolar como uma importante aliada para as relações étnico-raciais nas instituições de ensino através dos seus conteúdos, alguns dos fatores como a ligação da própria história da Educação Física no Brasil com os ideais de branqueamento da população e da priorização de práticas corporais eurocêntricas e/ou estadunidenses como padrão de ação pedagógica para a falta de percepção desta, através de um currículo multicultural, podem ser contribuintes para sua ausência nos documentos norteadores (Rodrigues, 2010).

Consideramos que há necessidade de maior atenção para a Educação Física Escolar na perspectiva de tratamento pedagógico dos elementos culturais inerentes aos povos indígenas e afro-brasileiros, assim como reconhece Moreira (2010, p. 8) que “[...] hoje, se a grande luta da Educação visa ao enriquecimento da práxis na perspectiva da quebra de preconceitos e do respeito às origens, identidades e culturas, a grande tarefa, pois, da Educação Física é lutar para ser potencializada no processo”.

No bojo dessa discussão, salientamos a perspectiva da Educação Intercultural Crítica, que segundo Walsh (2002 *apud* Grando; Stroher; Campos, 2022, p. 36) “[...] é justamente aquela que busca transformar a realidade vivida e desvelar os processos autoritários e excludentes presentes nas relações sociais cotidianas, tanto em nível micro quanto dos poderes macros da sociedade atual.”

Nesse contexto, as reflexões direcionam para a seguinte indagação: Como as histórias e as culturas afro-brasileira e indígenas são abordadas nas aulas de Educação Física na rede municipal de ensino de João Pessoa e quais as possibilidades e limitações encontradas pelos/as professores/as na abordagem dessa problemática?

Vinculado a esta rede desde 2015, pretendo contribuir com o debate junto a mesma por acreditar na relevância e nas contribuições nos campos social, cultural, histórico, político e principalmente educacional que estas problemáticas podem proporcionar na formação continuada dos/as professores/as, mas especialmente na formação dos/as estudantes, visando a valorização e reconhecimento dos povos nela inseridos para a transformação de uma sociedade justa.

Frente a esse contexto, nosso objetivo geral é analisar os limites e as possibilidades do trato pedagógico dos conteúdos de ensino da Educação Física e sua relação com as culturas afro-brasileira e indígenas nas aulas do Ensino Fundamental anos iniciais da rede municipal de João Pessoa-PB.

Para atender a esse objetivo geral traçamos os seguintes objetivos específicos: mapear a produção acadêmica de Educação Física Escolar sobre a problemática das culturas afro-brasileira e indígenas; reconhecer como vem sendo tratada a problemática das culturas afro-brasileira e indígenas nas aulas do Ensino Fundamental anos iniciais da rede municipal de João Pessoa- PB.

As respostas para essas reflexões serão fornecidas ao final desse texto, possibilitando enxergar caminhos para a construção e/ou ampliação de uma Educação Física antirracista, voltada à promoção do respeito à diversidade e a valorização das culturas afro-brasileira e indígenas, no intuito de formarmos cidadãos/ãs críticos/as, justos/as, politizados/as e humanizados/as, que saibam reconhecer, respeitar e valorizar as diferenças que os/as cercam.

Para o desenvolvimento deste estudo, tomamos a abordagem qualitativa (Minayo; Sanches, 1993) para descrever a relação dos/as professores/as de Educação Física, atuantes nos anos iniciais do Ensino Fundamental da rede municipal de ensino de João Pessoa - PB com o tema das relações étnico-raciais, através da sistematização de suas práticas pedagógicas. Como etapas procedimentais, partimos de uma revisão bibliográfica, buscando identificar a trajetória do direito à educação das populações afro-brasileira e indígenas em nosso país, posteriormente empreendemos com uma pesquisa bibliográfica com o intuito de mapear as produções do conhecimento no campo da Educação Física acerca das relações étnico-raciais; e uma pesquisa de campo, com a realização de questionários e entrevistas junto aos/as professores/as da rede municipal de ensino de João Pessoa - PB.

O trabalho se apresenta com a seguinte organização: Capítulo 1 – “Um passo à frente e você não está mais no mesmo lugar”, que faz uma discussão introdutória, trazendo conceitos centrais e como chegamos à problemática e aos objetivos do estudo; Capítulo 2 - Direito sem diferenciar cor: um percurso de lutas por reconhecimento, que aborda os marcos teóricos e legais acerca dos direitos de inserção dos povos africanos e indígenas no campo da educação brasileira, conquistados através das reivindicações dos movimentos sociais. Também explana a relação das histórias e culturas afro-brasileira e indígenas com a Educação Física Escolar, a partir das discussões da Lei 9.394 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996). Ao final deste capítulo, discorreremos sobre como é o tratamento dos/as negros/as e

indígenas na sociedade brasileira, tomando como marco a Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988); o Capítulo 3 – “Como tudo deve ser”, onde descrevemos as etapas do processo da nossa pesquisa; o Capítulo 4 – “Eu quero um país que não está no retrato”, analisando como as produções epistêmicas direcionadas às relações étnico-raciais no campo da Educação Física vem sendo delineadas no cenário nacional; o Capítulo 5 – “Na luta é que a gente se encontra”, em que apresentamos os relatos dos/as professores/as de Educação Física acerca da abordagem das relações étnico-raciais em suas práticas docentes; por fim, as Considerações Finais intitulada “É que em cada experiência, se aprende uma lição”.

CAPÍTULO 2

DIREITO SEM DIFERENCIAR COR: UM PERCURSO DE LUTAS POR RECONHECIMENTO

O presente capítulo apresenta o embasamento teórico sobre a constituição das Leis n. 10.639 e n. 11.645, sancionadas em 9 de janeiro de 2003 e 10 de março de 2008, respectivamente (Brasil, 2003, 2008), que alteram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, com a inclusão obrigatória no currículo da Educação Básica da problemática sobre “História e Cultura Afro-Brasileira”, em primeiro momento, e posteriormente acrescentando as populações indígenas. A partir delas, iremos debater com autores/as que se relacionam com a problemática em destaque, tomando por base os processos históricos de luta pela valorização das populações negra e indígenas no Brasil. A contextualização sobre os marcos históricos envolvendo os/as negros/as e indígenas e suas lutas por direitos na sociedade que privilegia o/a homem/mulher branco/a emerge de discussões e atos ocorridos nos campos político, social e educacional, resultando na promulgação das referidas leis, assim como os desdobramentos e o panorama dessas populações na sociedade brasileira e seus impactos após as mesmas serem sancionadas.

Para melhor entender o que levou estas leis a serem instituídas, faremos inicialmente um percurso pelos fatos importantes que demonstram a inferiorização, ou até a tentativa de exclusão de negros/as e indígenas no processo histórico e social brasileiro, considerando como ponto chave para esse debate a Educação. Na sequência, apresentaremos como os movimentos negros e indígenas vão conquistando direitos e espaços para alcançar reconhecimento com as políticas de ações afirmativas, com destaque para o período de redemocratização. Posteriormente, discutiremos sobre o cenário atual das relações étnico-raciais na Educação Física, considerando os efeitos das políticas públicas voltadas para essas questões, após a promulgação das Leis n. 10.639/03 e 11.645/08.

2.1 É a Pátria amada Brasil, a mãe gentil de todo/as os/as filhos/as deste solo?

Tomando o significado do termo gentil (advindo de gentileza) em nosso Hino Nacional que expressa essa terra como a mãe carinhosa dos que aqui habitam, indagamos para o que é discorrido a seguir, na perspectiva de que nem todo/a habitante brasileiro/a possui o mesmo tipo de tratamento, e isso é ainda mais evidente no período de sua colonização, em que as

desigualdades sociais eram mais latentes, devido ao poder dos/as portugueses/as que aqui chegavam e oprimiam os/as primeiros/as moradores/as dessas terras. Partindo da ideia de conhecer historicamente como se deram as tensões e lutas de negros/as e indígenas para o acesso à educação, discorreremos dos fatos que consideramos mais importantes para a conquista desse acesso.

A prática escravocrata que ocorreu desde o século XVI no Brasil começou a ser efetivamente combatida no campo político no século XIX, a partir de 1850, com a aprovação da Lei Eusébio de Queirós, que proibia o tráfico de escravizados/as africanos/as. Fato este que posteriormente resultou na Abolição da Escravatura, com a assinatura da Lei Áurea pela Princesa Isabel, em 13 de maio de 1888. Porém, ao mesmo tempo que os/as negros/as escravizados/as conseguiram liberdade, também se depararam com as dificuldades de se inserirem em uma sociedade com a ideologia de superioridade do homem/senhor branco, onde eram discriminados/as, excluídos/as e considerados/as inservíveis (Pereira; Silva, 2016).

Como forma de conquistar um espaço de reconhecimento na sociedade, o movimento negro se apresenta para fortalecer o enfrentamento ao racismo e a libertação dos/as negros/as no Brasil.

Podemos entender o movimento negro como

[...] a luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente, em particular os provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais, que os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural. Para o movimento negro, a “raça” e, por conseguinte, a identidade racial, é utilizada não só como elemento de mobilização, mas também de mediação das reivindicações políticas. Em outras palavras, para o movimento negro, a “raça” é o fator determinante de organização dos negros em torno de um projeto comum de ação (Domingues, 2007, p. 101)

A fim de superar o tratamento de inferioridade e alcançar direitos iguais e cidadania, o movimento negro iniciou reivindicações no período pós abolicionista, dando prioridade à educação, pois para conseguir a inserção no mundo do trabalho, o cenário de analfabetismo e ínfima introdução da população negra nas escolas teria que ser invertido (Gomes, 2012).

Nesse contexto surgiu a imprensa negra⁸, com um grupo representativo na luta contra o racismo que tratava das questões que atingiam a população negra. Os jornais destacavam os

⁸ Meio de comunicação alternativo constituído em São Paulo ao final do século XIX, por negros/as que elaboravam e publicavam jornais que tratavam das questões do “preconceito de cor”, como era chamado na época, e da integração da população negra. Foi fundamental para a criação de organizações do movimento negro posteriormente (Pereira, 2010).

estigmas que os/as afetavam no campo do trabalho, da saúde, da habitação e da educação e estampavam denúncias em várias partes do país, como o impedimento das pessoas negras frequentarem determinados ambientes, um deles sendo a escola (Domingues, 2007).

Com isso, vale enfatizar a importância dos movimentos sociais que apresentavam a educação como uma demanda constante e prioritária na busca pela valorização da história e cultura afro-brasileira, pela construção e afirmação de identidade, e reconhecimento do povo negro pela sociedade (Pereira; Silva, 2016).

Também é importante reconhecer que no Brasil o processo de escolarização ainda não era amplo no início do século XX, sendo a sociedade constituída por interesses da democracia burguesa, inspirada pelo princípio da universalização na educação, em que esta era um direito de todos e dever do Estado, mas que não vingou (Saviani, 1984). O autor indica ainda que:

Para superar a situação de opressão, própria do "Antigo Regime", e ascender a um tipo de sociedade fundada no contrato social celebrado "livremente" entre os indivíduos, era necessário vencer a barreira da ignorância. Só assim seria possível transformar os súditos em cidadãos, isto é, em indivíduos livres porque esclarecidos, ilustrados. Como realizar essa tarefa? Através do ensino. A escola é erigida, pois, no grande instrumento para converter os súditos em cidadãos (Saviani, 1984, p. 6).

Dessa forma, no processo de inserção dos/as negros/as no campo educacional, assim como na luta pelos direitos sociais, políticos e culturais, se destaca a Frente Negra Brasileira⁹, criada em 1931, no estado de São Paulo, que teve papel fundamental com a criação de escolas e de cursos de alfabetização de crianças, jovens e adultos, mas teve uma existência curta, pois ao ser transformada em partido político foi extinta em 1937 por Getúlio Vargas através do Decreto nº 37 que tornava ilegal todos os partidos políticos (Gomes, 2012).

Também teve grande importância nesse processo o Teatro Experimental do Negro - TEN, companhia teatral criada no Rio de Janeiro por Abdias do Nascimento em 1944, que tinha como propósito um trabalho voltado para a valorização social do povo negro no Brasil por meio da educação, da cultura e da arte, promovendo um resgate da herança africana no Brasil através das artes cênicas, na ideia de contestar a discriminação racial existente. O TEN além de alfabetizar seus/suas primeiros/as participantes, também publicou o jornal "Quilombo" que apresentava reivindicações de ensino gratuito a todas as crianças, a aceitação de negros/as no

⁹ Indicação de leitura para saber mais sobre a Frente Negra Brasileira: Domingues (2008).

ensino secundário e universitário, o combate ao racismo e a alegação de uma imagem positiva do povo negro na história (Gomes, 2012).

Em relação à população indígena, entre os séculos XVI e XVIII, a educação se deu pelo projeto de catequese missionária com os jesuítas. Panorama educacional que permaneceu inalterado pelo século XIX, mudando apenas a quem era atribuída a oferta da educação. Os/As indígenas tiveram que resistir ao projeto de dominação dos/as colonizadores/as, que resultou em escravidão, guerras, doenças, genocídios, etnocídios e outros males que quase dizimaram os povos que nessa terra já habitavam. Nas décadas de 1970 e 1980 as lutas de resistência dos/as indígenas ganham força com o surgimento do movimento indígena. Em contrapartida, no fim da década de 1970, o governo cria um projeto de emancipação dos/as indígenas, tendo como estratégia final a “[...] apropriação das suas terras e extinção definitiva dos seus povos como grupos étnicos diferenciados, visando torná-los/las cidadãos/ãs comuns, acomodados/as nas camadas mais pobres e excluídos/as da sociedade brasileira” (Luciano, 2006, p. 71).

Sob influência das ideias positivistas, foi criado o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) em 1910, pois entendia-se que os/as indígenas eram incapazes e, por isso deviam ficar sob a “tutela” do Estado. Posteriormente, em 1967, o órgão foi reformulado, se tornando a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), que tem atuação até os dias atuais, e a partir de 1970 surgiram várias outras organizações não-governamentais de apoio aos povos indígenas. É nesse momento que nasce o Movimento Indígena Brasileiro com uma agenda de luta pela saúde, pela terra, pela educação e por outros direitos, inclusive foi esse movimento que convenceu a aprovação de avançados direitos na Constituição de 1988 e luta pela educação escolar indígena diferenciada, que permite aos povos indígenas “[...] definir e exercitar, no âmbito de sua escola, os processos próprios de ensino-aprendizagem e produção e reprodução dos conhecimentos tradicionais e científicos de interesse coletivo do povo” (Luciano, 2006, p. 60).

Vale destacar que nesse mesmo período encerrava-se a Segunda Guerra Mundial, que incidiu nas décadas seguintes, de 50 e 60, em acontecimentos fora do território brasileiro, mas que refletiram fortemente em nosso país. Iniciando o período pós-guerra e com o cenário mundial abalado pelas crueldades ocorridas, em 1945 foi criada a Organização das Nações Unidas (ONU), com discussões voltadas para os direitos humanos e, com isso, o racismo foi colocado em evidência como um tema a ser combatido. É nessa conjuntura de consciência

global de luta por igualdade que ganham força as políticas de ações afirmativas¹⁰. No Brasil, elas passam a ser mobilizadas na agenda política e se intensificam no início do século XXI, em consequência das fortes pressões do Movimento Social Negro ao longo dos anos (Soares, 2016).

No âmbito internacional, em 1948 foi proclamada a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que estabeleceu um ideal comum de liberdade e direitos de indivíduos independentemente de cor, raça, sexo, religião e opinião pública. Ideal este a ser atingido por todos os povos e nações por meio do ensino e da educação. A Declaração trata em seu artigo 4 a proibição da condição de escravidão e do tráfico de escravizados/as. No artigo 7, que todos/as são iguais e têm direito a proteção contra qualquer discriminação. Já no artigo 23 aborda o direito e as condições igualitárias de trabalho a todos/as, sem qualquer distinção. E no artigo 26, estabelece o direito a todos/as à instrução gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais, sendo a instrução elementar obrigatória, a técnico-profissional acessível a todos/as, e a superior baseada no mérito (ONU, 1948). Destacamos os artigos da Declaração por reconhecermos sua importância para o fortalecimento das reivindicações dos movimentos sociais no Brasil debatidas nesse estudo, tendo em vista o contexto de exclusão e discriminação dos povos indígenas e negros presente no país.

Com grande relevância nesse contexto, ocorre em 1957 pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) a Convenção 107, intitulada Concernente à proteção e integração das populações indígenas e outras populações tribais e semitribais de países independentes, contribuindo para a proteção, a interação e as melhorias das condições de vida e trabalho das referidas populações. No aspecto educacional, trata em seu Artigo 25 que:

Deverão ser tomadas medidas de caráter educativo nos demais setores da comunidade nacional e, especialmente, nos que forem mais diretamente ligados às populações interessadas; a fim de eliminar preconceitos que aqueles porventura alimentem em relação a estas últimas (Brasil, 1966).

Posteriormente, no ano de 1960 em Paris, aconteceu a Convenção relativa à luta contra a discriminação no campo do ensino, adotada pela Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, que propôs estabelecer iguais oportunidades de educação e o respeito universal dos direitos do/a homem/mulher, sendo

¹⁰ Políticas focais com o objetivo de proporcionar a igualdade de oportunidades para todos e, com isso, beneficiar as pessoas pertencentes a grupos discriminados e vitimados pela exclusão presentes na sociedade e acumuladas ao longo do tempo.

ratificada em 1968 por meio do Decreto nº 63.223 pelo então Presidente da República - Artur Costa e Silva (Brasil, 2003).

Interessante percebermos que a assinatura do Decreto foi realizada em meio ao período ditatorial no Brasil. Possivelmente por influência dos importantes acontecimentos daquele ano em torno de todo o mundo, dentre eles o movimento estudantil em Paris que repercutiu em vários países, fortalecendo inclusive a revolta negro-americana após o assassinato de Martin Luther King Jr. O ano de 1968, também conhecido como “O ano que não terminou” foi marcado por uma “efervescência político-social excepcional” (Ponge, 2009, p. 39).

Voltando um pouco na cronologia dos fatos ocorridos na sociedade brasileira relacionados às questões raciais na educação com discursos entre os/as políticos, pesquisadores/as e educadores/as, nos deparamos no ano de 1958 com o início do movimento que levaria a aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases - LDB, em 1961. Educadores/as travaram intensa luta em defesa da escola pública para todos/as, com argumento de que o desenvolvimento da sociedade e sua democratização dependem da escola pública. Eles/as discordavam do projeto apresentado pelo deputado Fernando Lacerda que previa os investimentos públicos em escolas privadas e confessionais. A discussão em relação à inclusão racial foi secundarizada pelos/as educadores/as durante a construção da LDB de 1961, com isso, não se tornava explícito se a escola pública era destinada também para a população negra e/ou indígena. Fernando Azevedo¹¹ escreveu o Manifesto dos Educadores, publicado em 1959, onde diz que a escola pública é destinada a todos/as, sem distinção de qualquer natureza. Ainda assim, os debates se firmavam em um discurso generalista que não contemplava claramente a presença da população negra e/ou indígena de fato na escola dita para todos/as (Dias, 2005).

Nesse cenário de expansão de acesso à escola pública, no sentido de escola para todos/as, mas que ainda apresentava uma situação inconsistente para os/as negros/as e/ou indígenas, a educação se apresentava como uma demanda constante e prioritária na busca pela valorização das histórias e culturas afro-brasileira e indígenas, pela construção e afirmação de identidade, e reconhecimento destes povos pela sociedade. Com isso, começam a surgir no final dos anos 1970 intelectuais negros/as tidos/as como referência na pesquisa sobre relações étnico-raciais, formados/as pelo Movimento Unificado Contra a Discriminação Étnico-Racial

¹¹ Educador, sociólogo, administrador, escritor e jornalista, com formação em Direito pela USP, é considerado figura-chave da educação. Participou de momentos emblemáticos no âmbito educacional, como a criação do Ministério da Educação – na época Ministério da Educação e Saúde –, em 1930, a elaboração do *Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova*, de 1932, a concepção da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em 1961 (Frazão, 2021).

(MUCDR), que depois passa a ser intitulado de Movimento Negro Unificado (MNU)¹², permanecendo até os dias atuais (Gomes, 2012).

Em relação à luta dos povos indígenas, também na década de 70, mais precisamente no dia 19 de dezembro de 1973, o então presidente Emílio Garrastazu Médici sanciona a Lei nº 6001, que “Regula a situação jurídica dos índios ou silvícolas e das comunidades indígenas, com o propósito de preservar a sua cultura e integrá-los, progressiva e harmoniosamente, à comunhão nacional” (Brasil, 1973).

O período da década de 1970 foi marcado pelo processo de mobilização indígena em toda a América, assim surgindo o Movimento Indígena Brasileiro numa luta comum de seus povos, de forma organizada e articulada (Fanelli, 2018). Tendo em vista a importância desse movimento nas conquistas dos direitos e interesses da população indígena nacional alcançadas posteriormente, Luciano (2006, p. 59) discorre que foi

[...] esse movimento que lutou – e continua lutando – para que a política educacional oferecida aos povos indígenas fosse radicalmente mudada quanto aos seus princípios filosóficos, pedagógicos, políticos e metodológicos, resultando na chamada educação escolar indígena diferenciada, que permite a cada povo indígena definir e exercitar, no âmbito de sua escola, os processos próprios de ensino-aprendizagem e produção e reprodução dos conhecimentos tradicionais e científicos de interesse coletivo do povo.

Frente a esse contexto, reconhecemos que os movimentos iniciais de resistência de negros/as e indígenas em nosso país são produtos de todo o processo de subordinação implementado pelo poder da população branca que se arrasta desde a colonização do Brasil, e que não dá abertura aos interesses desses povos, como também ocorre em outros países. Vale destacar que no período apresentado, os atos de órgãos internacionais foram imprescindíveis para fortalecer alguns dos avanços alcançados no Brasil em favor dos povos aqui destacados, que tiveram seus direitos, principalmente educacionais, limitados ou negados, fazendo-se necessárias as articulações para o surgimento dos movimentos sociais que ainda hoje reivindicam e lutam por conquistas de diversos âmbitos.

¹² “Organização de ativismo político, social e cultural, criado em 18 de junho de 1978, que luta até os dias atuais pelos direitos do povo negro no Brasil” (Domingues, 2007).

2.2 “Um povo unido em mutirão numa só direção. Pra não ser vencido pelas garras da opressão”¹³

Para elucidar as importantes mobilizações dos movimentos negro e indígena tratados na sequência do texto, utilizamos esse trecho musical, fazendo menção à força desses movimentos para alcançar direitos em nossa sociedade, principalmente no âmbito educacional, e a não serem oprimidos pelo poder da população branca que se impõe desde a colonização até os dias atuais.

A partir da década de 1980, com o fim da ditadura, ocorre a redemocratização do país, tendo como marco importante a promulgação da Constituição Federal em 1988 (Brasil, 2016), que reconhece a pluralidade cultural do nosso país, como também trata do combate à discriminação racial e da valorização das identidades étnicas (Pereira; Silva, 2013).

Neste processo o movimento negro também configura o discurso de suas reivindicações, fazendo assim emergirem as ações afirmativas, pois percebeu-se que o discurso universalista não atendia a grande massa da população negra (Gomes, 2012).

Em 1986, o MNU realizou a “Convenção Nacional do Negro pela Constituinte”, com a participação não só de negros, mas também de simpatizantes da causa antirracista, onde foi elaborada uma lista de demandas para serem incorporadas na Nova Constituição Federal de 1988. Dentre elas, destaca-se a necessidade do respeito a todas as culturas brasileiras no currículo escolar, com a obrigatoriedade do ensino da História da África e do Negro no Brasil (Filice; Santos, 2016).

Concomitantemente, em 1986, o movimento para criação de uma nova LDB, e nos anos seguintes discussões com propostas para a mesma surgiram, levantando a questão racial a partir de dois grandes marcos associados ao movimento social negro: o Centenário da Abolição da Escravatura¹⁴ e a comemoração de 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares¹⁵ (Dias, 2005).

Os acontecimentos relacionados à causa negra foram se intensificando na década de 80 e no ano do Centenário da Abolição (1988) as pesquisas publicadas mostravam a desigualdade da população negra em relação à branca em diversos indicadores, gerando argumentos contra

¹³ Trecho da música “História do Brasil”, de composição de Jorge Aragão e Nilton Barros, lançada em 1986 por Ney Matogrosso.

¹⁴ Para saber mais, ler A Abolição no Parlamento: 65 anos de lutas, 1823 - 1888 / apresentação do senador Humberto Lucena. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Arquivo, 1988.

¹⁵ Para saber mais, ler Jornal da Marcha: 300 anos da imortalidade de Zumbi dos Palmares. São Paulo, 1995.

o mito de que todos/as têm tratamento igualitário no Brasil e comprovando a presença forte da discriminação em nossa sociedade. Isso desencadeou discussões mais elaboradas na área da Educação que culminaram em propostas de políticas antirracistas e atos reivindicatórios, como foi a “Marcha Zumbi dos Palmares: Contra o Racismo, Pela Cidadania e a Vida”, em que foi entregue o “Programa de Superação do Racismo e da Desigualdade Racial” ao então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso. Este documento continha denúncias do racismo na sociedade brasileira e proposições para reverter a situação de exclusão da população negra (Filice; Santos, 2016).

Os dados apresentados na década de 90 indicavam que os negros ainda estavam em desvantagens em relação à distribuição das oportunidades sociais. Em 1999 os/as negros/as representavam 45% da população brasileira, mas correspondiam a 64% dos pobres e 61% dos indigentes do país, concentrando durante toda a década, a população negra na porção de menor renda no Brasil (Henriques, 2001). Assim também acontece no nível de escolaridade, que mesmo tendo ocorrido um crescimento durante este século, manteve uma diferença entre brancos/as e negros/as, devido a discriminação racial. Henriques (2001, p. 31) indica que “[...] todos os níveis dos indicadores de escolaridade dos adultos negros em 1999 são inferiores aos indicadores dos adultos brancos em 1992”. Isso demonstra que, mesmo após mais de um século da abolição da escravidão, os/as negros/as ainda sofrem para encontrar oportunidades de inserção na sociedade brasileira, com a constatação de que nascer negro/a, aumenta significativamente a possibilidade de um/a brasileiro/a ser pobre e não atingir nível de escolaridade alto, conseqüentemente menores são as chances de se empregar e sair da faixa de pobreza.

É também nesse período do final da década de 80 e início da de 90, que professores/as indígenas travam lutas por uma escola descolonizadora, intercultural e com pedagogias próprias, mas estabelecendo um diálogo entre os saberes dos povos originários e da sociedade nacional, sem a hierarquização que ocorria desde o colonialismo (Fanelli, 2018). Compreendemos através de Luciano (2006) que os termos indígena e originário são equivalentes e se referem aos que já habitavam a terra posteriormente colonizada antes da chegada de outros povos (europeus).

Nesse contexto se apresentam dois grandes fatos na educação com o propósito de garantir a todos/as os/as estudantes brasileiros/as do Ensino Fundamental e Médio o direito aos conhecimentos necessários para o exercício da cidadania plena: a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Brasil, 1996) e a criação dos Parâmetros

Curriculares Nacionais – PCNs (Brasil, 1997), este último tratando mais especificamente do investimento para a superação da discriminação racial, com o tema da pluralidade cultural, reconhecendo, respeitando e valorizando a pluralidade etnocultural que constitui a sociedade brasileira. Os PCN's expressavam diretrizes para cada área do conhecimento da educação escolar e definiam em seus objetivos a forma de posicionamento contra qualquer discriminação e de desenvolver gradativamente a identidade nacional e pessoal para o ensino fundamental, a conveniência de conhecer e valorizar as principais características do Brasil, nas dimensões culturais, sociais e materiais, assim como a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro e de outros povos e nações. Também trata dos chamados temas transversais para serem abordados ao longo do ensino fundamental das redes públicas e privadas no Brasil. Mais especificamente, trata da Pluralidade Cultural, que “[...] oferece aos/às estudantes oportunidades de conhecimento de suas origens como brasileiros e como participantes de grupos culturais específicos” (Brasil, 1997, p. 137), contribuindo para o compromisso de desenvolvimento da cidadania na sociedade pluriétnica e pluricultural.

Reconhecemos a importância deste documento, pois possibilitou ações pedagógicas direcionadas para a correção das desigualdades históricas antes mesmo de serem implantadas leis voltadas para a educação das relações étnico-raciais, precedendo e preparando para as diretrizes estabelecidas posteriormente.

Ainda na década de 90, nasce a proposta da Lei nº 10.639, apresentada pelo deputado Paulo Paim e arquivada em 1995, possivelmente por priorizarem questões políticas e burocráticas consideradas mais significativas na época. Porém, com a pressão do movimento negro e através de alguns/mas políticos/as, que tinham esta pauta nas suas agendas, em 1999 é aprovado o Projeto de Lei nº 259, elaborado pelos deputados Ben-Hur Ferreira e Esther Grossi,

[...] visando a restauração da verdadeira contribuição do povo negro no desenvolvimento do país, ressaltando o fato de que a sociedade dominante discrimina e inferioriza o povo negro em relação ao chamado SABER UNIVERSAL”, como foi redigido em sua justificativa (Brasil, 1999, s/p).

Passados quatro anos da aprovação do Projeto desta Lei, em 9 de janeiro de 2003, é promulgada pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Lei nº 10.639, em meio às reivindicações do Movimento Negro, que pressionou o presidente a cumprir com os compromissos de apoio à população negra feitos em período de campanha eleitoral. A referida lei modificou a LDB (Brasil, 1996) e passou a tornar obrigatório o estudo da história e cultura africana e afro-brasileira nos Ensino Fundamental e Médio, como também a inserção no calendário escolar do dia 20 de novembro como o Dia Nacional da Consciência Negra (Brasil,

2003). Silveira e Alviano Júnior (2021, p. 5) afirmam que “[...] essa legislação pode ser considerada uma das medidas mais relevantes para o estabelecimento de uma educação antirracista, rumo à reparação humanitária do povo negro brasileiro, pois impulsionou a temática para um novo patamar no contexto da educação brasileira”.

O processo de inclusão nas escolas não se resume somente ao acesso, que ao longo dos anos vem sendo conquistado, pois a presença física na escola não significa que negros/as se sintam e sejam efetivamente incluídos/as no processo educacional. Sendo assim, torna-se perceptível a importância desta Lei, pois resgata a contribuição do povo negro na formação do país e, conseqüentemente causa o efeito de valorização e apropriação histórica dessa população.

Ainda como resultado das reivindicações do Movimento Negro, no mesmo ano foi criada a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR, responsável pela promoção da igualdade racial no Brasil, com a ideia de corrigir os cruéis efeitos da escravidão, como a discriminação e o racismo. O referido órgão publicou em 2004 as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Brasil, 2004), estabelecendo parâmetros para os/as envolvidos/as na educação nacional (Dias, 2005).

Desde então é possível reconhecer nos documentos orientadores da educação nacional a inserção desta problemática como instrumento de construção de uma sociedade antirracista, tomando o ambiente escolar como locus fundamental para o reconhecimento e a valorização de grupos sociais oprimidos e marginalizados durante a trajetória histórica da nossa sociedade, como os povos negros e indígenas. Um deles é o de “Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais” apresentado pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD, que foi formulada no Ministério da Educação, no ano de 2004, com o intento de promover a inclusão social de grupos historicamente excluídos, através de políticas públicas voltadas para o acesso à educação a todos/as os/as cidadãos/ãs (Barnes, 2010).

Na perspectiva de estabelecimento de um currículo escolar mais plural e menos eurocêntrico, também embasada pelas reivindicações de um movimento social, dessa vez do Movimento Indígena, ocorre a promulgação da Lei n. 11.645, em 10 de março de 2008, pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em seu segundo mandato, ampliando a mudança curricular provocada pela Lei 10.639/03 com a inserção da história e cultura indígena (Brasil, 2008).

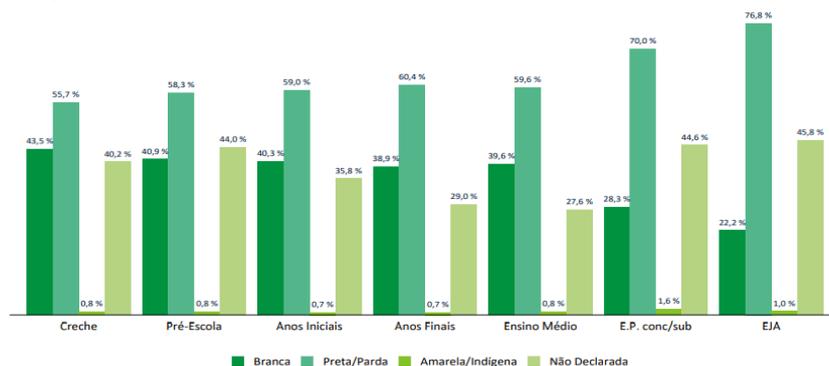
Com o avanço das políticas de ações afirmativas, em 29 de agosto de 2012 é sancionada a Lei de Cotas – Lei nº 12.711 (Brasil, 2012) que intenta dissipar a desigualdade, colocando

os/as cidadãos/ãs negros/as na mesma condição social que os/as outros/as, independentemente da cor da pele. Foi a partir dela que se possibilitou um fato raro antes de sua implantação, a presença mais efetiva de discentes pretos/as, pardos/as e indígenas em instituições universitárias federais brasileiras, refletindo também no aumento da representação dessas populações em cargos de empregos com ocupação majoritariamente de pessoas brancas. Esta lei gerou diversos benefícios para as pessoas racialmente discriminadas na sociedade brasileira, pois possibilitou que a equidade ocorresse de fato no ingresso. Sendo assim, os/as que a utilizam têm uma melhor perspectiva de melhoria de suas vidas, por conseguirem maiores chances de atingir o nível superior de educação para se qualificarem e, conseqüentemente, atingirem melhores patamares no mercado de trabalho. Todavia, aponta-se para a necessidade de uma manutenção no sistema de cotas por existir resistência e tentativa de fraude de estudantes brancos/as (Jatobá *et al.*, 2021).

Julgamos a política de cotas raciais nas universidades um fator imprescindível para o cenário de valorização e representatividade dos povos destacados nesse estudo na sociedade, pois ao prepararem universitários/as negros/as e indígenas nas diferentes áreas do conhecimento, possibilitando-lhes assumir posições de prestígio social, há uma perspectiva de reparação das desigualdades sofridas pelos/as mesmos/as, com um aumento qualificado de debates e ações sobre as relações étnico-raciais e a valorização da história e da cultura afro-brasileira e indígena. De modo especial, a formação de docentes representantes desses povos, possibilita o maior tratamento dessa problemática nas instituições de ensino em todos os níveis, com a propriedade histórica e os saberes e fazeres que esses indivíduos carregam para suas práticas pedagógicas, proporcionando assim, uma importante aproximação aos/às estudantes da perspectiva histórica e cultural que enriquece o reconhecimento e a valorização da diversidade presente em nossa sociedade.

A Lei de Cotas torna-se ainda mais relevante quando observamos a composição étnico-racial de estudantes da Educação Básica e futuros/as ingressantes do Ensino Superior, conseqüentemente, potenciais utilizadores/as desse direito. Os dados coletados no Censo Escolar em 2021 demonstram um panorama em que a quantidade de estudantes declarados/as pretos/as e pardos/as somados/as supera a de declarados/as brancos/as em todos os níveis da educação, conforme observamos na imagem 1. Todavia, há um percentual elevado (27,0%) de não declarados que dificulta a leitura da real situação da composição étnico-racial dos/as estudantes nas escolas da Educação Básica (Brasil, 2022).

Imagem 1. Composição étnico-racial dos alunos no Censo Escolar da Educação Básica - Brasil, 2021.



Fonte: MEC/Inep/DEED (Brasil, 2022).

Seguindo a linha cronológica, nos deparamos em 2018 com o lançamento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), uma política implementada, segundo Silva (2020, p. 70), para uma “[...] formação com interesses da classe dominante, que precisa manter-se no poder para reproduzir as relações de produção, utilizando a educação a seu favor”, embora em seu texto explicita que visa a “[...] formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva” (Brasil, 2018, p. 7). Sua elaboração é resultado de discussões advindas desde a Constituição Federal, que trata em seu artigo 210 da fixação de “[...] conteúdos mínimos para o Ensino Fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais” (Brasil, 1988, p. 124). Posteriormente é discutida na LDB 9.394/96, estabelecendo em seu artigo 26 que:

Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela (Brasil, 1996, s/p).

Na BNCC, na seção que se refere à Educação Física, encontramos objetos de conhecimento de matrizes africana e indígena contidos nas unidades temáticas de Jogos e Brincadeiras, Danças, e Lutas como proposta curricular para 3º a 5º ano. Vale salientar que, até então, esse é o único documento orientador que localizamos onde aborda especificamente conhecimentos que se referem à história e cultura africana e indígena na área da Educação Física.

Reconhecemos que os movimentos vistos até aqui, nos permite admitir que a atual sociedade brasileira ainda contém desigualdades, pois mesmo sendo um país de diversidades, segundo Lopes (2005, p. 186) “[...] faz de conta que o racismo, o preconceito e a discriminação

não existem. No entanto, afloram a todo momento, ora de modo velado, ora escancarado, e estão presentes na vida diária”.

Nesse sentido, vale ressaltar que é imprescindível a persistência no combate a esses atos discriminatórios, com a escola sendo um espaço de forte potencial para o devido reconhecimento e valorização das populações negra e indígena no processo formativo da nossa sociedade. Porém, não basta só o acesso para todos/as na escola, faz-se necessário que esta seja de qualidade, de modo que todos/as saiam devidamente escolarizados/as, aptos/as e com iguais oportunidades de serem verdadeiros/as cidadãos/ãs (Lopes, 2005).

2.3 “Quem sabe faz a hora, não espera acontecer...”¹⁶

A escolha para o título desse tópico se deu pelo entendimento de que mesmo não estando evidenciada nos documentos que orientam e dão direcionamentos para a Educação das Relações Étnico-Raciais, a Educação Física tem um papel fundamental para abordar a problemática através da cultura corporal dos povos destacados como ferramenta para as ações pedagógicas voltadas à transformação social dos/as estudantes. Para isso, o/a agente mediador/a dessa transformação, o/a professor/a, deve tomar um posicionamento pedagógico e político ativo para inserir em sua prática pedagógica o que é estabelecido nas Leis n. 10.639/03 e n. 11.645/08. A seguir, iremos explicar sobre a relação da Educação Física com a problemática em questão no ambiente escolar, de modo a expandir o conhecimento e a valorização dos povos negros e indígenas.

Assim como nossa sociedade foi fundada em relações de poder marcadas por racismo e discriminação, a institucionalização escolar também acontece nesse contexto. Consequentemente, a Educação Física reflete o caráter positivista que se idealizava em seu surgimento no espaço escolar, seguindo os princípios militares e médicos através de seus modelos higienista, militar e posteriormente esportivista, com suas proposições eugênicas e excludentes que priorizavam a superioridade biológica e cultural branca.

A presença da Educação Física como atividade, disciplina e posterior componente curricular obrigatório, desde sua inserção na escola, durante o século XX, possui relação com a formação social do nosso país. Comprometida com o poder dominante da classe burguesa que visava o desenvolvimento do corpo para sua utilização como força de trabalho, ela voltou-

¹⁶ Trecho da música “Pra não dizer que não falei das flores” lançada no ano 1979 por Geraldo Vandré.

se inicialmente para práticas com ideais eugenistas e higienistas, priorizando uma abordagem biologicista e, com isso, fortaleceu ainda mais a hierarquização racial presente em nossa sociedade, através das proposições científicas da época que expunham a superioridade da raça branca (Soares, 1993).

A partir da década de 1980, as teorias críticas educacionais afetaram as bases teóricas da Educação Física no Brasil e os/as pesquisadores/as da área alegaram que ela estaria em crise, pois o governo autoritário instalado durante a ditadura militar utilizou a Educação Física, através das atividades esportivas para inibir a participação popular de processos reivindicatórios (Oliveira, 2002).

Nesse movimento, expandiu-se os referenciais teóricos, ampliando sua abordagem para um olhar sobre a cultura corporal, que até então tinha as heranças culturais europeias predominando em suas tendências pedagógicas (Oliveira, 2002, p. 55). Diante disso, percebemos as possibilidades de tratamento pedagógico da Educação Física sobre a Educação para as Relações Étnico-Raciais - EREER, destacando as manifestações culturais afro-brasileiras e indígenas (Silveira; Alviano Júnior, 2021). Daólio (2004, p. 9) ressalta que “[...] todas as manifestações corporais humanas são geradas na dinâmica cultural, desde os primórdios da evolução até hoje, expressando-se diversificadamente e com significados próprios no contexto de grupos culturais específicos”.

Corroborando com a discussão, reconhecemos que já nos PCN's se define um posicionamento contra qualquer discriminação e a orientação de desenvolver gradativamente a identidade nacional e pessoal para o Ensino Fundamental, a conveniência de conhecer e valorizar as principais características do Brasil, nas dimensões culturais, sociais e materiais, assim como a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro e de outros povos e nações. O documento trata mais especificamente como tema transversal, a Pluralidade Cultural, que “[...] oferece aos/às estudantes oportunidades de conhecimento de suas origens como brasileiros e como participantes de grupos culturais específicos” (Brasil, 1997, p. 137), contribuindo para o compromisso de desenvolvimento da cidadania na sociedade pluriétnica e pluricultural.

Daólio (2004), por exemplo, afirma que no contexto da prática pedagógica os/as professores/as e estudantes são influenciados/as pela cultura. Os movimentos corporais que estes/as possuem e que trazem para a sala de aula extrapolam a influência da escola, pois são cheios de significados vindos de suas experiências pessoais, permitindo-se assim, reconhecer que o corpo também é construído culturalmente.

Contudo, Grando e Pinho (2016) afirmam que a hierarquização racial que coloca a raça branca em superioridade, resultado do colonialismo implantado e alimentada por ideias europeus, subalterniza os povos negros e indígenas. Segundo as autoras isso resulta na desqualificação do corpo indígena em sua origem étnica, transformando-o em caboclo ou bugre como sinônimos de mestiço e pobre, como também “[...] na negação das práticas que identificam esses povos, na negação do corpo negro, e no não conhecimento e reconhecimento de seu protagonismo na história da humanidade” (Grando; Pinho, 2016, p. 31).

Percebemos então que as manifestações da cultura corporal como objeto de estudo da Educação Física têm consigo enorme potencial para abordar as relações étnico-raciais no movimento de reconhecimento e valorização da diversidade cultural, mas esbarra nas relações autoritárias e eurocêntricas estabelecidas historicamente e camufladas por marcas corporais estéticas que estabelecem os ideais europeu e capitalista implantados em nossa sociedade (Grando; Pinho, 2016). Cabe então continuar persistindo para alcançar a equidade, o reconhecimento, a valorização e o desenvolvimento nas relações sociais, políticas e econômicas, acreditando que a Educação Física contribui nesse longo e árduo processo.

Atualmente temos a BNCC com um direcionamento para o componente da Educação Física que apresenta os objetos de conhecimento de matriz indígena e africana, especificamente do 3º ao 5º ano do ensino fundamental (Brasil, 2018, p. 225). Todavia, isso não implica em isenção da escola em ter o dever e/ou a possibilidade de abordar as temáticas nos outros anos e níveis de ensino, pois a conforme explanação da SECAD:

O silêncio da escola sobre as dinâmicas das relações raciais tem permitido que seja transmitida aos(as) alunos(as) uma pretensa superioridade branca, sem que haja questionamento desse problema por parte dos(as) profissionais da educação e envolvendo o cotidiano escolar em práticas prejudiciais ao grupo negro. Silenciar-se diante do problema não apaga magicamente as diferenças, e ao contrário, permite que cada um construa, a seu modo, um entendimento muitas vezes estereotipado do outro que lhe é diferente. Esse entendimento acaba sendo pautado pelas vivências sociais de modo acrítico, conformando a divisão e a hierarquização raciais (Brasil, 2006, p. 23).

Portanto, entendemos que devem ser imprescindíveis as ações pedagógicas em todos os níveis, modalidades e componentes curriculares da Educação que fomentem a reflexão e o reconhecimento crítico das condições de desigualdade presentes em nossa sociedade, sejam elas de qualquer modo e sobre quaisquer classes ou grupos, na busca de uma transformação social que valorize e repare os povos negros e indígenas, e torne justas as possibilidades e respeitadas as relações em que cada indivíduo se apresenta. Freire (1987) destaca que se faz

necessária a superação da situação opressora, num indispensável e permanente movimento de busca pela conquista da liberdade. Esse esforço de reflexão dos/as oprimidos/as conduz à prática por meio do ato cognoscente para alcançar uma educação libertadora. O autor também expunha que

A educação problematizadora se faz, assim, um esforço permanente através do qual os homens vão percebendo, criticamente, como estão sendo no mundo com que e em que se acham. Através de sua permanente ação transformadora da realidade objetiva, os homens, simultaneamente, criam a história e se fazem seres histórico-sociais (Freire, 1987 p. 41).

Segundo Gramsci (1995 *apud* Santos, 2019, p.24),

[...] quando há grupos e/ou setores da sociedade que não se identificam com a hegemonia estabelecida, eles manifestam sua contrariedade e reivindicam novas atitudes e posicionamentos contra-hegemônicos. Em se tratando de educação, esta assume um caráter efetivo de transformação social, capaz de romper com o ciclo histórico de desigualdade social e reprodução hegemônica de códigos, símbolos e valores da classe dominante.

Sendo assim, acreditamos que a Educação, e destacamos a Educação Física, quando pautada nos princípios da promoção da equidade e do respeito às diferenças, pode influenciar nas chances de inclusão dos indivíduos de diferentes raças/etnias na sociedade e transformar a situação desigual em que se encontram.

Consideramos que a Educação Física possui enorme potencial para abordar o tema das relações étnico-raciais, pois, como parte integrante do currículo escolar, torna-se também responsável pelo cumprimento das leis n. 10.639/03 e n. 11.645/08 (Bento, 2012). Porém, nem sempre é vista dessa maneira, como mostrado no estudo de Rodrigues (2010) que trata da não inclusão da Educação Física dentro das áreas de prioridade para abordar a referida problemática como “uma falha lastimável” e que atribui alguns dos fatores como a ligação da própria história da Educação Física no Brasil com os ideais de branqueamento da população e da priorização de práticas corporais eurocêntricas e/ou estadunidenses como padrão de ação pedagógica para a falta de percepção desta, através de um currículo multicultural, como uma importante aliada para as relações étnico-raciais nas instituições de ensino. Inquietação também trazida por Pereira (2019) que menciona o esquecimento da Educação Física que orienta para ações educacionais e na formação de professores/as para o trato das relações étnico-raciais, sendo este componente um espaço oportuno para tratar de elementos da cultura, especificamente da cultura corporal, originários de africanos/as e indígenas. Lima (2018, p. 19) afirma que ela “[...] é também protagonista no papel da transformação social” e que “[...] é responsável pela ampliação da consciência crítica dos discentes”.

Através da discussão desses/as autores/as, torna-se perceptível a necessidade de maior atenção para a Educação Física Escolar na perspectiva de tratamento pedagógico dos elementos culturais inerentes aos povos indígenas e afro-brasileiros no processo de busca de uma sociedade justa e democrática, assim como Silva e Moreira (2010, p. 8) afirma que “[...] hoje, se a grande luta da Educação visa ao enriquecimento da práxis na perspectiva da quebra de preconceitos e do respeito às origens, identidades e culturas, a grande tarefa, pois, da Educação Física é lutar para ser potencializada no processo”, como uma prática que desenvolve o indivíduo numa perspectiva intercultural, contribuindo para que este viva de forma harmoniosa na e com a sociedade (Candau, 2008).

Portanto, cabe à Educação Física abordar pedagogicamente os elementos da cultura corporal, já que ela é formada pela relação de distintas práticas sociais em suas manifestações como jogo, brincadeira, dança, entre outras, constatando os significados e sentidos contidos através de uma construção histórica (Castellani Filho, 1998). É nesse contexto que reconhecemos a amplitude de possibilidades de inserção do tema das relações étnico-raciais nos conteúdos da Educação Física. Nessa perspectiva, o Coletivo de Autores (2012, p. 27) discorre que

A expectativa da educação física escolar, que tem como objeto a reflexão sobre a cultura corporal, contribui para a afirmação dos interesses de classe das camadas populares, na medida em que desenvolve uma reflexão pedagógica sobre valores como solidariedade substituindo individualismo, cooperação confrontando a disputa, distribuição em confronto com apropriação, sobretudo enfatizando a liberdade de expressão dos movimentos – a emancipação -, negando a dominação e submissão do homem pelo homem.

Pereira (2019) indica que todos/as os/as educadores/as devem ser responsáveis pela construção de estratégias educacionais que se destinam a alcançar esses objetivos, independente da área de conhecimento, do cargo que ocupam e/ou de seu pertencimento étnico, portanto, tendo uma interação dialógica com os/as educandos/as, o/a professor/a se caracteriza como um/a dos/as principais responsáveis para tal. De forma indistinta, também ao/a professor/a de Educação Física deve ser atribuída essa responsabilidade, pois, segundo Daólio (2004, p. 9),

O profissional de educação física trata do ser humano nas suas manifestações culturais relacionadas ao corpo e ao movimento humanos, historicamente definidas como jogo, esporte, dança, luta e ginástica. O que irá definir se uma ação corporal é digna de trato pedagógico pela educação física é a própria consideração e análise desta expressão na dinâmica cultural específica do contexto onde se realiza.

Porém, ao partirmos para o contexto prático da dinâmica escolar, percebemos que ainda há um considerável caminho a se avançar. Pires e Souza (2015) desenvolveram um estudo onde identificaram que a maioria dos/as professores/as de Educação Física pesquisados/as expressou desconhecimento da Lei n. 10.639/03, mesmo passados 10 anos de sua assinatura, enquanto a minoria afirmou considerar a Capoeira como única referência de desenvolvimento da cultura afro-brasileira. Assim como Marques e Silva (2020) identificaram em seu estudo, contendo 572 entrevistados de diversas funções no ambiente escolar, que mesmo após tantos anos de promulgação da Lei n. 10.639/03, uma parte dos/as professores/as ainda a desconhece, como também alguns/mas relataram que as escolas trabalham a problemática de forma parcial e isolada, nas datas específicas, porém a abordagem da problemática deve ser adotada e refletida na prática cotidiana.

Diante disso, podemos perceber que, para implementação dessas leis na rotina pedagógica faz-se necessário que o/a professor/a tenha conhecimento e noção da relevância que as mesmas têm, tanto na formação dos/as próprios/as professores/as, como também dos/as estudantes. Marques e Silva (2020, p. 76) afirmam que

[...] os espaços educacionais devem promover a eliminação de qualquer forma de preconceito, racismo e discriminação, a fim de que desde pequenas, as crianças compreendam e se envolvam conscientemente em ações que conheçam, e reconheçam a importância dos diferentes grupos étnico-raciais, e também a valorização da história e da cultura afro-brasileira.

Considerando a Educação Física um instrumento de formação crítica dentro do currículo escolar para o desenvolvimento da cidadania, valorizando a pessoa humana independentemente da história, cultura, valores, crenças que lhe pertença, compreendemos que a mesma possibilita o movimento de (re)conhecimento de si e do outro numa relação mútua e permanente de compartilhamento e crescimento respeitosos, para o estabelecimento da justiça e da equidade de todos/as em seu desenvolvimento.

2.4 “Nossos motivos pra lutar ainda são os mesmos, o preconceito e o desprezo ainda são iguais”¹⁷

É com o trecho da música “Racistas Otários” que ilustramos que mesmo com as conquistas apresentadas anteriormente no palco de muita mobilização social e cultural, a discriminação e o preconceito da população branca, sempre privilegiada pelas ideias enraizadas de superioridade, ainda são latentes em nossa sociedade. É duro reconhecer o longo período de opressão e injustiças sofridas pelos povos negros e indígenas desde a chegada dos portugueses ao Brasil, pois decorreu-se mais de meio milênio e percebemos essas populações ainda não possuem a dignidade, o respeito, a valorização e o reconhecimento que merecem. Avanços e retrocessos aconteceram, e ainda acontecem nessa trajetória, comprovando a força e a resiliência de povos que não deixam de lutar por seus direitos e valores, mas que acabam sendo movidos pelo sistema com representatividade predominantemente branca no poder e, conseqüentemente preconceituoso, racista, discriminatório e injusto.

Outro trecho da música que intitula esse tópico nos possibilita refletir sobre esse cenário, assim como toda a dificuldade de acesso e permanência desses povos à Educação. O fragmento exprime: “[...] reclamar direitos, de que forma, se somos meros cidadãos e eles o sistema, e a nossa desinformação é o maior problema, mas mesmo assim enfim, queremos ser iguais [...]” (Racionais MC’s, 1993). Ou seja, quanto menos acesso ao conhecimento o sistema conceder, maior a possibilidade dos/as mesmos/as dominarem e se manterem no poder, por não favorecer os/as “desinformados/as” de se fortalecerem.

A força dos movimentos sociais foram e ainda são fundamentais no processo de reconhecimento das diversidades e de transformação social com o objetivo de uma configuração justa, equânime e respeitosa para com as populações negra e indígena. Conseguimos perceber esse movimento de forma mais latente a partir da Constituição de 1988, que trata de forma mais nítida do reconhecimento da diversidade e dos direitos a esses povos, dando mais força para que os movimentos sociais imprimissem exigências por posturas mais ativas do Poder Público. Durante a década de 1990, propostas de ações afirmativas emergiram por meio de projetos de leis, porém sem aprovação e/ou promulgação. Apenas em 2001, na vigência do governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, políticas de ações afirmativas para a população negra foram aprovadas por decisão do Poder Público (Moehleck, 2002).

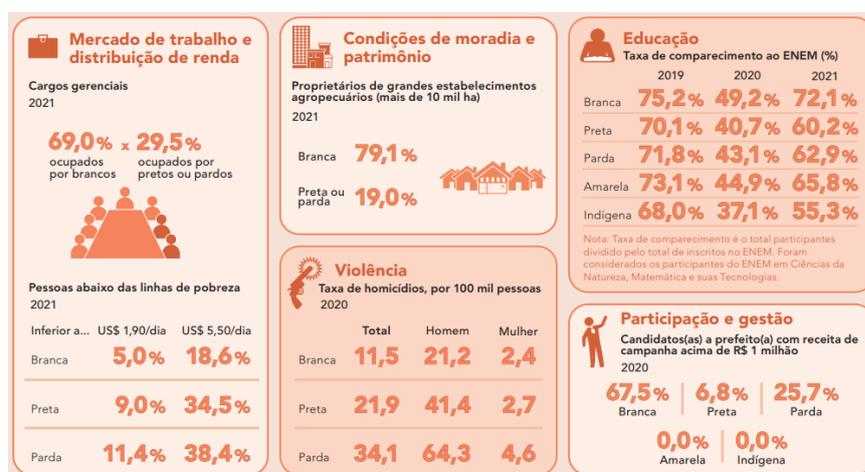
¹⁷ Trecho da música “Racistas Otários” lançada no ano de 1990 pelos Racionais MC’s.

Reconhecemos que a Constituição de 1988 tenha sido o pontapé para posteriormente serem implantadas políticas públicas voltadas para as populações negra e indígena, mesmo que esse movimento tenha se efetivado a partir dos anos 2000.

Todavia, ainda nos deparamos em um cenário onde a discriminação, o preconceito, a violência, as injustiças e desigualdades estão enraizadas nas diversas áreas da sociedade, seja no âmbito nacional ou internacional. Torna-se espantoso que, mesmo após um período longo da legislação que determinou o fim da escravidão, atualmente ainda tenham marcas tão fortes desse tipo de relação. Por vezes nos deparamos em noticiários que expõem a violência sofrida por negros/as e indígenas. Destacamos essas duas populações pelo fato de serem o objeto desse estudo, mas esse debate pode ser ampliado quando pensamos também nas populações feminina e LGBTQIA+¹⁸.

Apesar da população negra representar maioria na população brasileira, os indicadores dos níveis de condição de vida refletem resultados inferiores para a mesma, em que sua ocupação no mercado de trabalho, a participação política, a distribuição de renda, as condições de moradia e patrimônio e o nível educacional são sub representadas, enquanto que as taxas de pobreza e violência encontram-se sobre representadas, evidenciando as desigualdades sociais presentes no Brasil. Para ilustrar esse cenário, trazemos a seguir os dados obtidos na 2ª edição de Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil (Brasil, 2022).

Imagem 2. Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil.



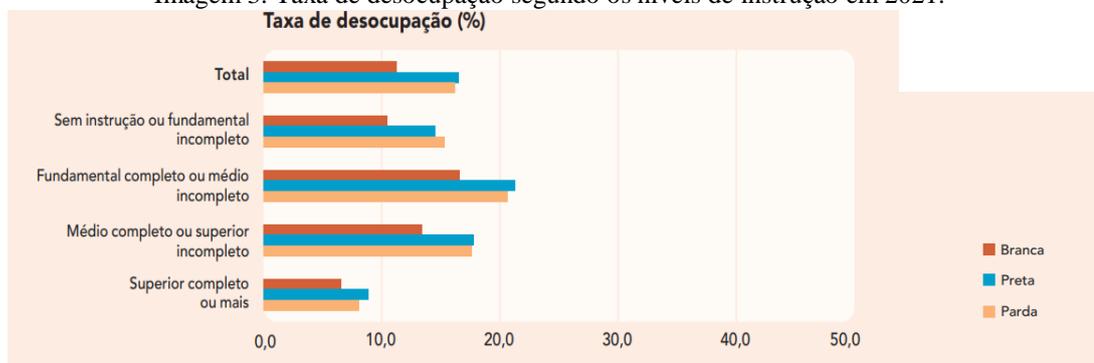
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais (Brasil, 2022).

¹⁸ LGBTQIA+ é o movimento político e social que defende a diversidade e busca mais representatividade e respeito integral aos direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgênero, Queer, Intersexo, Assexual e outras identidades de gênero e orientações sexuais que não se encaixam no padrão cis-heteronormativo. Para saber mais: <https://www.fundobrasil.org.br/blog/o-que-significa-a-sigla-lgbtqia/>

Podemos perceber a questão da dívida histórica através dos dados apresentados nessas imagens, reconhecendo as condições desiguais que se apresentam até os dias atuais nas diversas esferas e dimensões da sociedade, refutando assim, o mito da democracia racial. Os dados são factuais, não há como achar que pessoas negras dispõem das mesmas oportunidades e condições das brancas. Entendemos que um dos pontos chaves para combater esse cenário é uma educação de qualidade, que considere as diversas realidades e imprima esforços para um movimento de justiça social (Fraser, 2002).

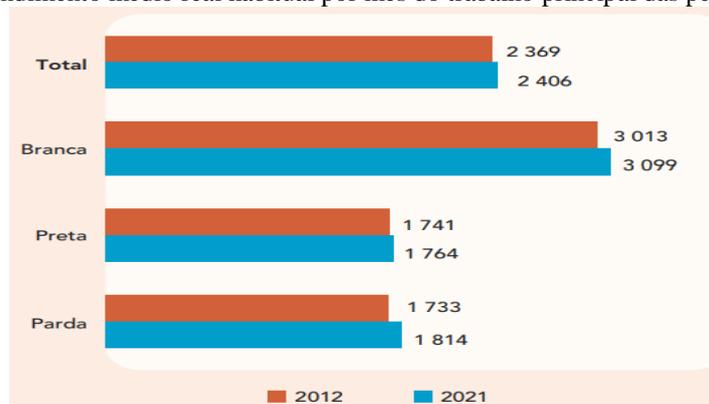
Na sequência de imagens abaixo apresentamos outros dados que elucidam o desequilíbrio com os privilégios da população branca que se somam a tantos outros na consolidação das discriminações raciais nas diversas instâncias da sociedade, processo esse denominado por Almeida (2018) como Racismo Estrutural.

Imagem 3. Taxa de desocupação segundo os níveis de instrução em 2021.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2021 (Brasil, 2022).

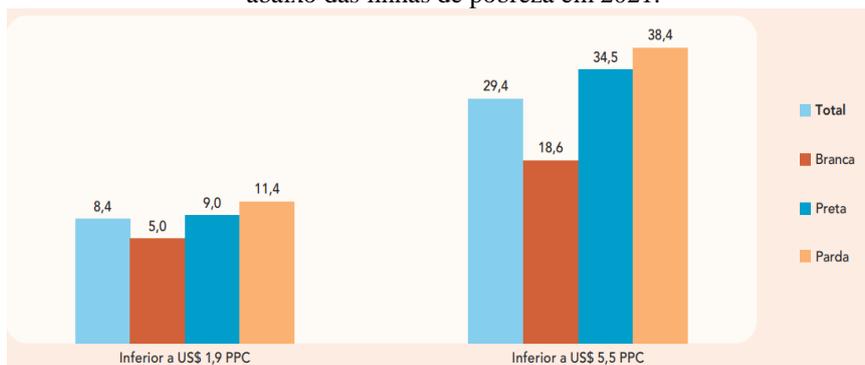
Imagem 4. Rendimento médio real habitual por mês do trabalho principal das pessoas ocupadas.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2021 (Brasil, 2022).

Nota: Valores deflacionados para reais médios de 2021.

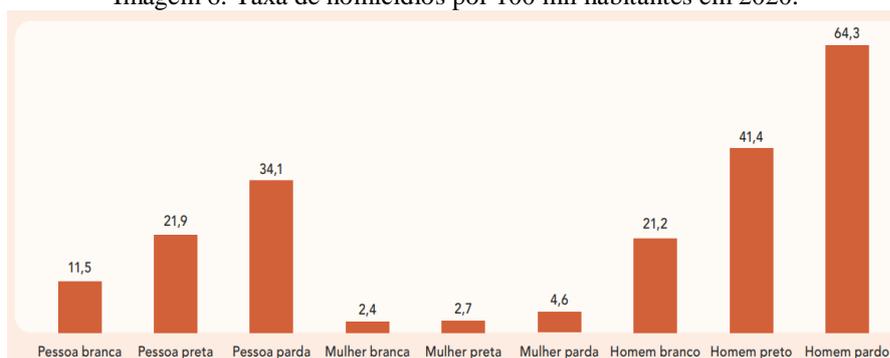
Imagem 5. Percentual de pessoas com rendimento mensal domiciliar per capita abaixo das linhas de pobreza em 2021.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2021 (Brasil, 2022).

Nota: Valores deflacionados para reais médios de 2021.

Imagem 6. Taxa de homicídios por 100 mil habitantes em 2020.



Fontes: 1. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM.

Diante desse contexto, há uma perspectiva de mudanças para a superação das desigualdades étnico-raciais através das propostas do ponto de vista social, político e econômico na 5ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial¹⁹, prevista para acontecer em 2024, com o tema "Enfrentamento ao racismo e às outras formas correlatas de discriminação étnico-raciais e de intolerância religiosa: política de Estado e responsabilidade de todos nós". Esse evento possui grande relevância para ampliar as reflexões e discussões acerca das políticas públicas, como por exemplo o Estatuto da Igualdade Racial (Brasil, 2010).

Atualmente nos deparamos com uma conjuntura de governo que volta a ter o olhar atencioso para a população negra e indígena, tendo em vista que o último governo, assumiu durante quatro anos não só a liderança de uma nação, mas um modelo exemplar de desrespeito, desvalorização e discriminação para com esses povos e com toda a população pobre desse país.

¹⁹ Evento coordenado pela Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial com o objetivo de propor alternativas para a superação das desigualdades étnico-raciais. Para mais informações, acessar: https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/assuntos/copy2_of_noticias/5a-conferencia-nacional-de-promocao-da-igualdade-racial-acontecera-entre-8-e-12-de-maio-de-2024

Coincidência ou não, o líder de governo nacional que agora se encontra no poder é o mesmo que sancionou as Leis n. 10.639/03 e n. 11.645/08, que destacamos nesse estudo.

Ao iniciar o terceiro mandato como Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva monta um quadro com 37 ministérios, com uma representatividade de 11 ministros/as negros/as e 2 indígenas. Isso é um fato histórico, pois até então nenhum governo havia tido uma abertura para tamanha representatividade desses povos, mesmo que ainda seja 1/3 do total de ministros/as nomeados/as. Além disso, criou o Ministério dos Povos Originários e recriou os ministérios dos Direitos Humanos e da Igualdade Racial. Entendemos que esses atos podem ser significativos para políticas objetivas de superação das desigualdades aqui postas, embora conscientes de que não são garantia para esse cenário.

Consideramos de extrema importância o movimento que o atual governo faz de colocar representantes dos grupos discriminados nas posições frontais dos ministérios, indo de encontro ao poder elitista que sempre configurou a história desse país, empoderando a quem sempre lutou para ter seus direitos garantidos e manter intactos seus valores históricos e culturais por sofrerem sob o domínio branco dos colonizadores que ainda acontece atualmente, mesmo que de forma silenciosa.

Diante do exposto, reconhecemos que o longo percurso escravagista que o nosso país delineou por séculos ainda se apresenta na contemporaneidade, porém de forma silenciosa, com a tentativa da cultura branca se sobrepôr. Formas de discriminação soturnas estão incrustadas no comportamento dos indivíduos em nossa sociedade, nas linguagens, nas políticas, nos livros didáticos, nos modos e costumes.

Há muito caminho a ser percorrido para alcançarmos uma sociedade justa, equânime, que valoriza suas raízes, sem desprezar a história e a cultura daqueles/as que contribuíram para a formação e desenvolvimento desse país, reconhecendo a diversidade aqui existente, devido a miscigenação retratada na construção de uma nação através de organizações sociais, econômicas e políticas, advindas de diferentes culturas e civilizações autônomas. Logo, consideramos que não existem indivíduos/grupos sociais e/ou culturas inferiores ou superiores, mas diferentes, que devem ser tratados e valorizados de uma maneira única: com equidade na diversidade.

CAPÍTULO 3

“COMO TUDO DEVE SER”²⁰

Através do título da música interpretada por Charlie Brown Jr. anunciamos esse capítulo que descreve o percurso metodológico desenvolvido nessa pesquisa com o objetivo de analisar os limites e as possibilidades do trato dos conteúdos de ensino da Educação Física e sua relação com a cultura afro-brasileira e indígena nas aulas do Ensino Fundamental anos iniciais da rede municipal de João Pessoa-PB.

Para isso optamos por nos inclinar para a abordagem qualitativa, por entendermos que nossas propostas se enquadram melhor nos procedimentos qualitativos de investigar as relações sociais no espaço escolar. Elas corroboram com as características básicas que configuram a pesquisa qualitativa, apresentadas por Bogdan e Biklen (1982): tem o ambiente natural como fonte de dados e o pesquisador como principal instrumento; a preocupação com o processo é muito maior do que com o produto; a predominância descritiva dos dados coletados; a tentativa de capturar a perspectiva dos/as participantes em relação às questões que estão sendo focalizadas; a tendência de seguir um processo indutivo na análise de dados.

Concordamos com Denzin (2018, p. 112) quando diz que “[...] a investigação qualitativa pode contribuir para justiça social” e que a mesma contribui para a interpretação e compreensão das experiências e significados da vida social. Segundo Minayo (2014, p. 22) “[...] a pesquisa qualitativa se preocupa com o nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, de motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes”.

Desta forma reconhecemos que estivemos inseridos em uma realidade educativa própria e em diálogo com os/as fazedores/as da prática pedagógica da Educação Física de uma determinada rede de ensino, e como tal identificamos as perspectivas e ações educativas dos mesmos sobre as relações étnico-raciais, mais especificamente as Leis n 10.639/03 e n. 11.645/08, assim como seus conhecimentos em relação às problemáticas abordadas e como foram adquiridos. Descrevemos os dados coletados com intento de interpretar e compreender em uma análise ampla e objetiva os significados e experiências descritos pelos/as envolvidos/as.

²⁰ Música composta em 2001 por Champignon e Chorão, integrantes da banda Charlie Brown Jr.

3.1 Caracterização da Pesquisa

A operacionalização do nosso estudo se deu em duas etapas: a pesquisa bibliográfica, com o levantamento de produções científicas acerca do panorama das relações étnico-raciais na Educação Física; e a pesquisa de campo, com os relatos dos/as professores/as de Educação Física da rede municipal de ensino de João Pessoa – PB sobre suas aproximações e práticas pedagógicas direcionadas para as relações étnico-raciais e suas referentes legislações.

3.1.1 Pesquisa Bibliográfica

No intuito de aprimorar e atualizar o conhecimento através de referências que nos permitam ampliar a análise temática, recorreremos à pesquisa bibliográfica que para Gil (2002, p. 44) “[...] é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído por livros e artigos científicos”. Macedo (1994) discorre que a pesquisa bibliográfica principia qualquer pesquisa científica revisando a literatura existente. Para Lakatos e Marconi (2003, p.183) esse tipo de pesquisa “[...] propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras”.

Desse modo, tivemos a finalidade de imergir no tema abordado em nosso estudo para maior aprofundamento e familiarização das discussões já ocorridas até então, ampliando as reflexões sobre as práticas pedagógicas em Educação Física que abordam a história e cultura afro-brasileira e indígena.

Nessa etapa realizamos um mapeamento da produção acadêmica no campo da Educação Física Escolar sobre a tematização da cultura afro-brasileira e indígena, através de artigos, dissertações e teses. Para tal recorreremos inicialmente ao Scientific Electronic Library Online (SCIELO)²¹ e Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS)²² para acessar artigos acadêmicos. Foram escolhidas as plataformas Scielo e Lilacs por estas reunirem as principais revistas com publicações na área de Educação Física no campo

²¹ Scielo é a maior biblioteca digital da América Latina de acesso aberto com um modelo de publicação que visa indexar, preservar, melhorar e dar alta visibilidade a uma coleção de artigos revisados por pares periódicos publicados independentemente por sociedades científicas, associações profissionais, universidades e outras instituições de pesquisa. Acesso: <https://scielo.org/pt/>

²² LILACS é um índice bibliográfico de acesso gratuito e livre de literaturas da ciência da saúde dos países da América Latina e do Caribe. Acesso: <https://lilacs.bvsalud.org/>

sociocultural e pedagógico; e a base de dados da (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) CAPES para mapeamento das dissertações e teses.

Para seleção dos artigos utilizamos descritores com operadores booleanos, conforme expressos a seguir: “Educação Física” *and* “Relações Étnicas”; “Educação Física” *and* “Relações Étnico-Raciais” “Educação Física” *and* “Negr*”; “Educação Física” *and* “Indi*”; “Educação Física” *and* “Afr*”; “Educação Física” *and* “Indígena”; “Educação Física” *and* “Racismo”; “Educação Física” *and* “Afro”; “Educação Física” *and* “África”.

Como critério de inclusão consideramos as produções publicadas na última década, abrangendo os anos de 2013 a 2023, por estimarmos que esse período engloba as produções mais atuais, como também que atinge a faixa temporal posterior às Leis 10.639/03 e 11.645/08, com tempo significativo para serem implantadas no cotidiano escolar e daí emergirem produções relacionadas a esse movimento. Também por reconhecermos que há estudos que fazem recortes temporais a partir de 2003 tomando a Lei 10.639/03 como referência, tais como Pires e Souza (2015), Pereira et al. (2019), Marques e Silva (2020), Lima e Brasileiro (2020), tendo esse último o recorte temporal a partir de 2001, devido o início das discussões sobre a primeira lei.

Ainda como critério de inclusão, tomamos as produções em língua portuguesa e disponíveis de forma integral e gratuita.

Como critérios de exclusão, foram descartadas produções que não trataram direta ou indiretamente a Educação Física Escolar.

3.1.2 Pesquisa de Campo

A pesquisa de campo é realizada através de observação direta de ações de determinado grupo e de entrevistas com integrantes deste para adquirir suas interpretações e explicações acerca de um tema. Este grupo é destacado de uma comunidade de trabalho, de estudo, ou qualquer outra atividade humana (Gil, 2002). Segundo Lakatos e Marconi (2003) a pesquisa de campo, por meio das informações alcançadas, objetiva a comprovação de uma hipótese, a resposta para determinado problema, e a descoberta de novos fenômenos ou as relações entre eles. Ela “consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que se presume relevantes para analisá-los” (Lakatos; Marconi, 2003, p. 186).

Nessa etapa, buscamos reconhecer como vem sendo tratada as problemáticas da cultura afro-brasileira e indígena pelos/as professores/as de Educação Física nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental da rede municipal de João Pessoa- PB.

3.1.2.1 Campo de Pesquisa

A pesquisa foi realizada na rede municipal de ensino de João Pessoa, no estado da Paraíba. Estado esse que se localiza na região Nordeste do país e no extremo oriental do continente sul-americano, contendo 223 municípios.

De acordo com o último Censo Demográfico realizado, no território paraibano residem 30.140 indígenas, com pelo menos uma pessoa declarada negra em 166 de seus municípios (IBGE, 2022). As maiores concentrações indígenas são da etnia Tabajara, localizados nas áreas dos municípios de Conde, Alhandra e Pitimbu, e da etnia Potiguara nos municípios de Baía da Traição, Marcação e Rio Tinto. Cada uma das etnias possui culturas, visões cosmológicas, organizações sociais e políticas distintas. O povo Potiguara, por exemplo, possui uma organização social diferenciada de outros povos, pois em cada aldeia há uma maneira própria de administração. A língua materna dos povos indígenas paraibanos é o Tupi, que vem tentando ser revitalizada desde o final da década de 90, pois foram forçados a substituí-la pela língua portuguesa (Andrade *et al.*, 2012).

Já a população quilombola na Paraíba possui 16.584 pessoas, porém é o estado com maior presença de não quilombolas nos territórios oficialmente delimitados. No município de João Pessoa há apenas um território quilombola localizado no bairro de Paratibe, onde se localiza a única escola quilombola da rede (IBGE, 2023).

Em se tratando do nível educacional, no último IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica divulgado em 2021, o estado alcançou a marca de 5,1 para os anos iniciais do Ensino Fundamental e 4,6 para os anos finais. Vale ressaltar que esta pontuação vem ocorrendo em constante elevação desde 2007 e que o estado possui 349 escolas públicas com Ensino Fundamental regular.

Por sua vez, o município de João Pessoa fica no extremo leste do estado, sendo a primeira cidade do Brasil onde o sol nasce e que possui o maior território e população do estado, com 833.932 pessoas. De acordo com o último Censo, realizado em 2022, João Pessoa tem o percentual de 96,9% na taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade, faixa que representa

estudantes do Ensino Fundamental²³. Segundo o portal de dados educacionais QEDU²⁴, em 2021 João Pessoa possuía ao todo 295 escolas públicas e 1.508 professores/as, sendo 186 escolas e 945 professores/as pertencentes ao município. Em consulta aos dados expostos pela Secretaria de Educação²⁵, identificamos que a rede municipal é constituída por um total de 101 instituições educacionais de Ensino Fundamental, organizadas em 9 polos, de acordo com a região em que estão localizadas. Segundo os dados divulgados pelo IBGE, o município atingiu 5,0 pontos no Ensino Fundamental anos iniciais e 4,6 nos anos finais no IDEB de 2021, ficando com pontuação quase igual com a do Estado e que também está em constante crescimento desde o ano de 2007. Com isso atinge a 87ª colocação nos anos iniciais e 70ª nos anos finais nos *rankings* dos municípios do estado da Paraíba.

3.1.2.2 Delimitação de Participantes

Para desenvolvimento dessa pesquisa, delimitamos como critério que os/as participantes sejam professores/as de Educação Física lotados/as na rede municipal de ensino de João Pessoa e que estivessem no período da coleta de dados lecionando para turmas do 3º ao 5º ano do Ensino Fundamental.

A escolha por essa rede de ensino se deu pelo fato do acesso aos participantes, visto que é o local de atuação profissional do pesquisador como professor efetivo. Delineamos essa faixa anual de ensino por identificar na BNCC a disposição, de maneira explícita e restrita, os objetos de conhecimento que possuem relação com as matrizes indígena e africana e por entendermos que ela é o principal documento que os/as professores/as tomam como base para o planejamento de suas ações pedagógicas na atualidade.

No momento da pesquisa o quadro de docentes de Educação Física (efetivos/as e prestadores/as) estava sendo configurado pela Secretaria de Educação, devido a alteração na carga horária das aulas de Educação Física no município, com isso o número de professores/as atendendo turmas do 3º ao 5º ano do Ensino Fundamental ainda não estava atualizado para o ano vigente (2023). Contudo, tomamos como base o quantitativo total de professores/as

²³ Esses dados podem sofrer alterações devido a alguma atualização e podem ser vistos em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/joao-pessoa/panorama>.

²⁴ O portal consultado para acesso aos dados encontrados está disponível em <https://qedu.org.br/>.

²⁵ Os dados encontrados estão disponíveis em <https://www.joaopessoa.pb.gov.br/servico/relacao-das-escolas-municipais/>.

referente ao ano de 2022 que é de 76²⁶ professores/as. Nossa intenção foi de chegar ao máximo de professores/as que estivessem atuando na rede no período da coleta dos dados.

Tivemos como critério de inclusão: ser professor/a da rede municipal de ensino de João Pessoa, ministrando no ano de 2023 em turmas do 3º ao 5º ano do Ensino Fundamental. E como critério de exclusão: estar em afastamento de qualquer natureza (licença para tratamento de Saúde, licença por motivo de doença em pessoa da família, licença à Gestante, licença para Serviço Militar, licença para trato de interesses particulares, e licença Especial).

3.1.2.3 Procedimentos da Pesquisa

O passo inicial para a execução da nossa pesquisa se deu na identificação do quantitativo de professores/as de Educação Física lecionando na rede municipal através de dados solicitados à Secretaria de Educação e Cultura (SEDEC). Feito isso, realizamos contato com a secretária deste setor, solicitando a autorização para a realização da pesquisa por meio do termo de confidencialidade (Anexo A) e da carta de anuência (Anexo B).

O projeto foi enviado ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade de Pernambuco (UPE) e, ao ser aprovado, iniciamos o contato com os/as professores/as de Educação Física da rede municipal de ensino de João Pessoa para a aplicação do questionário (Apêndice A).

Para a seleção de participantes que seriam submetidos a responder o questionário, obtivemos por meio da Controladoria Geral da União (CGU) os dados referentes ao ano de 2022 com o quantitativo de 76 professores/as em turmas dos anos iniciais. Não foi possível obter os dados atualizados ao ano 2023, pois houve uma redução na carga horária das aulas de Educação Física nos anos iniciais no município, visto que no período da solicitação dos dados, acontecia uma redefinição na disposição dos/as professores/as nas escolas.

Nesse contexto, como não tivemos acesso a informações mais detalhadas sobre os/as mesmos/as como nome, escola que estão inseridos/as, contato etc, acabamos optando por identificá-los/as utilizando os grupos de *whatsapp* em que estavam inseridos/as os/as professores/as de Educação Física da rede municipal. Inicialmente foram enviadas mensagens com a solicitação e o link do questionário para os grupos, porém, houve baixíssima adesão,

²⁶ Informação obtida através de solicitação na Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação - Fala.BR, da Controladoria Geral da União, localizada no site <https://falabr.cgu.gov.br/>.

então enviamos as mensagens individualmente para todos/as, dessa forma foi possível identificar quem se enquadrava no critério de estar atuando em turmas de 3º ao 5º ano. Destarte, realizamos contato com 172 professores/as, em que 57 responderam ao questionário, 78 não estavam lecionando para turmas de 3º a 5º ano, 2 estavam em algum tipo de licença, 23 não deram nenhum retorno, 14 informaram que iriam responder, mas não o fizeram e 1 se negou a participar. Em diversos casos, foi necessário realizar mais de um contato para conseguir alcançar o quantitativo de respostas obtido, pois encontramos resistência por parte de alguns/mas em se voluntariarem para a pesquisa. Uma das professoras informou que respondeu o questionário, mas não conseguimos localizar suas respostas. Contudo, nos damos por satisfeitos com o alcance de 57 professores/as que responderam ao questionário, afinal representa 75% do quantitativo informado pela CGU.

Ao contatar cada professor/a via *whatsapp*, apresentamos brevemente a pesquisa e o pesquisador para entendimento dos/as mesmos/as, e fizemos o convite para participação. Nos casos de aceitação, logo em seguida enviamos link do formulário elaborado utilizando o recurso do *Goggle Forms*, com anexo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para maiores de 18 anos (Anexo C), elaborado de acordo com a Resolução 466/2012-CNS/MS.

Com as respostas dos 57 questionários respondidos, analisamos os/as que se enquadravam no perfil de professores/as com maior aproximação às problemáticas abordadas nesse estudo, levando em consideração suas ações pedagógicas e contatos em formações inicial e continuada. Feita a seleção de participantes no perfil desejado, partimos para a etapa de entrevista (Apêndice B). Nossa intenção foi entrevistar um grupo de professores/as que nos permitisse reconhecer os limites e as possibilidades de abordagem dos conteúdos de ensino da Educação Física relacionando-os à cultura afro-brasileira e indígena em turmas do 3º ao 5º ano do Ensino Fundamental desta rede de ensino. Estimamos para a participação da entrevista o quantitativo de 30% dos/as que responderam ao questionário, percentual equivalente ao número 6 de professores/as, contudo, com as limitações de disponibilidade por parte dos/as selecionados/as, conseguimos alcançar 4 entrevistas. Iniciamos os contatos de convite para a entrevista no dia 28 de julho e, nesse período, além dos/as que aceitaram participar, duas professoras se recusaram de imediato por questões de tempo, dois professores se propuseram inicialmente, mas em contatos posteriores para agendamento não deram mais retorno, quatro não responderam aos contatos e uma se propôs, sendo agendadas algumas datas, mas devido a imprevistos, não foi possível realizar a entrevista com a mesma.

As entrevistas foram realizadas conforme agendamento prévio realizado através de contato com os/as professores/as e, em sua maioria, ocorreram de modo virtual com a utilização do *Google Meet*, com uma sendo de forma presencial. A predominância de entrevistas por vídeo chamada se deu pela solicitação dos/as professores/as, devido suas escassas disponibilidades de tempo, sendo esse o fator que mais limitou todas as etapas da pesquisa. Na ocasião, aos/às participantes foi entregue (presencialmente e enviado virtualmente) o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo C) para esclarecimentos e assinatura comprovando sua anuência. No intuito de relacionar as respostas aos documentos que fazem parte de suas práticas pedagógicas, solicitamos também aos/às participantes da entrevista seus Planos de Ensino e as Propostas Pedagógicas das escolas que estão inseridos, tendo ciência de que estes últimos nem sempre têm acesso disponibilizado para pessoas que não fazem parte da unidade escolar correspondente. Os registros das informações no momento das entrevistas foram realizados por meio de aplicativo de gravação de áudio disponível em aplicativo de celular, com as transcrições realizadas através do site VEED.IO²⁷ Na sequência realizamos uma verificação ortográfica inicial dos textos transcritos por meio do corretor ortográfico *online* disponível no site Prepostseo²⁸; e ao final, com a escuta repetida dos áudios realizamos os últimos ajustes para enviar aos/às entrevistados/as, caso considerassem pertinente algum ajuste antes de iniciar as análises.

3.1.2.4 Instrumentos de Coletas de Dados

Para a coleta de dados utilizamos em primeiro momento um questionário que delimitou as características dos/as participantes para seleção de acordo com o grau de aproximação com a problemática de relações étnico-raciais e sua abordagem na prática pedagógica, sendo esta etapa realizada em ambiente virtual. Posteriormente, definimos nosso corpus da pesquisa com os/as professores/as selecionados na fase do questionário, que participaram da entrevista sobre a forma de sistematização da abordagem pedagógica da problemática.

O questionário é um instrumento constituído por um conjunto de questões elaboradas pelo/a pesquisador/a e respondidas pelo/a pesquisado/a (Gil, 2002). Já Lakatos e Marconi (2003) nos trazem que o questionário é o instrumento constituído por perguntas ordenadas, que

²⁷ Acesso: <https://www.veed.io/pt-BR/ferramentas/transcricao-de-audio>

²⁸ Acesso: <https://www.prepostseo.com/br/grammar-checker>.

deve ser respondido sem a presença do pesquisador, este por sua vez, envia as questões para o participante, que deverá responder e realizar a devolução do mesmo modo. Nessa etapa utilizamos o recurso *Google Forms* para coletar os dados necessários.

As questões do questionário buscaram identificar o perfil dos/as participantes, assim como seus conhecimentos sobre as Leis 10.639/03 e 11.645/08 e as abordagens das problemáticas contidas nessas leis em suas práticas pedagógicas.

Já a entrevista é uma conversação de natureza profissional entre duas pessoas, de maneira metódica, para a obtenção de informações por parte de uma delas a respeito de um determinado assunto (Lakatos; Marconi, 2003, p. 195-196). Gil (2002, p. 115) discorre que ela “[...] pode ser entendida como a técnica que envolve duas pessoas numa situação “face a face” e em que uma delas formula questões e a outra responde”.

Para essa etapa da coleta de dados utilizamos a entrevista semiestruturada, que de acordo com Ludke e André (1986, p. 34) “[...] se desenrola a partir de um esquema básico, porém não aplicado rigidamente, permitindo que o entrevistador faça as necessárias adaptações”. Optamos por esse tipo de entrevista entendendo que no desenvolver de sua execução, podem surgir necessidades de adaptações no roteiro elaborado para melhor atender às informações desejadas na coleta.

As questões da entrevista versaram sobre a visão dos/as professores/as em relação às problemáticas de história e cultura afro-brasileira e indígena nas aulas de Educação Física, a maneira com que as abordam em suas práticas pedagógicas e suas percepções sobre a recepção dos/as estudantes para as mesmas, assim como se estabeleceram em suas formações as aproximações com as problemáticas em discussão.

3.2 Análise de Dados

O movimento de imersão para compreensão dos dados de determinado fenômeno estudado é uma ação imprescindível para qualquer pesquisa. Com isso, a análise dos dados faz-se presente para “[...] compreender o que foi coletado, confirmar ou não os pressupostos da pesquisa e ampliar a compreensão de contextos para além do que se pode verificar nas aparências do fenômeno” (Souza Júnior; Melo; Santiago, 2010, p. 34)

Na etapa da Pesquisa Bibliográfica tomamos como referência para a análise dois movimentos: primeiro a caracterização das produções científicas, destacando como estas estão distribuídas segundo suas localizações, anos de publicação, descritores utilizados, tipos de

estudo e de temática; e o segundo explica a descrição dos conteúdos das produções, de acordo com os pontos centrais de discussão das mesmas, sendo organizadas nos tópicos Corporeidade, Racismo, Currículo, Cultura, Formação e Prática Pedagógica.

Já na etapa da Pesquisa de Campo, com os dados coletados através de questionário e entrevista, utilizamos a análise de conteúdo que consiste em “[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos” (Bardin, 2016, p. 48). Para Souza Júnior; Melo; Santiago (2010, p. 34) “[...] esta consiste num recurso técnico para análise de dados provenientes de mensagens escritas ou transcritas”.

Delimitamos a técnica de análise categorial ou temática, que segundo Bardin (2016, p. 135) “[...] consiste em descobrir os núcleos do sentido que compõe a comunicação cuja presença ou frequência de aparição pode significar alguma coisa para o objetivo analítico”.

De acordo com a autora, a análise de conteúdo é organizada em três etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. A pré-análise se refere a organização por meio da delimitação do Corpus a ser analisado, do levantamento das hipóteses e objetivos, como também de indicadores que fundamentem a interpretação final. Para nossa pesquisa, nessa etapa fizemos o controle de padronização do Corpus com a delimitação de participantes com mesmo perfil na fase de questionário através das regras de exaustividade, homogeneidade, representatividade e pertinência. Destarte foram analisadas as respostas obtidas nos questionários enviados para os/as professores/as, delimitando um recorte dos/as que constituíram um perfil de maior relação com a cultura afro-brasileira e indígena em sua prática pedagógica e foram posteriormente submetidos/as à entrevista.

Na preparação dos materiais, os dados provenientes dos questionários foram organizados por *Planilhas Google*, enquanto os das entrevistas foram transcritos, verificados ortograficamente por *sites* já mencionados nos procedimentos, e enviados para os/as entrevistados/as para uma última verificação destes/as.

Ao adentrar na análise do material, realizamos as operações de codificação e categorização dos dados através da identificação das Unidades de Registro e de Contexto. As unidades de registro são unidades de significação do conteúdo central que pode ser um fragmento de ideias constituintes, enunciados ou proposições portadoras de significações isoláveis, possibilitando a categorização. E as unidades de contexto segmentos da mensagem com dimensões que permitem compreender a significação exata das unidades de registro, servindo para codificá-las (Bardin, 2016). Ao reunir as unidades encontradas por meio de correlações, atribuímos as categorias temáticas. Segundo Minayo (1998, p. 94) as categorias

podem ser analíticas, quando “[...] retêm historicamente as relações sociais fundamentais e podem ser consideradas balizas para o conhecimento do objeto nos seus aspectos gerais. Elas mesmas comportam vários graus de abstração, generalização e de aproximação”. Em nosso estudo as categorias analíticas são: Educação Física e relações étnico-raciais. Ou empíricas, que “[...] são aquelas construídas com finalidade operacional, visando ao trabalho de campo (a fase empírica) ou a partir do trabalho de campo” (Minayo, 2004, p. 93),

Isso posto, resultou-se na definição de seis categorias empíricas, expressas no Quadro 1 abaixo.

Categorias Empíricas	Aproximação com as temáticas
	Importância das Leis
	Representação étnico-racial nas escolas
	Por uma Educação Antirracista
	Prática Pedagógica
	Planos de Ensino

Fonte: Elaborado pelo autor.

Como última etapa da análise, realizamos as interpretações e inferências dos dados categorizados para sintetizá-las de acordo com as significações obtidas nesse movimento.

Estes foram então os procedimentos adotados para examinarmos a ligação das relações étnico-raciais na Educação Física Escolar, tanto no panorama nacional com os estudos acessados, como no cenário da rede municipal de ensino de João Pessoa – PB com os relatos dos/as docentes que compõem esse componente curricular.

3.3 Aspectos Éticos

Em respeito às normas e exigências da Ética em Pesquisa contidas na Resolução nº 466/2012 que normatizam estudos envolvendo seres humanos e às orientações para procedimentos em pesquisas com qualquer etapa em ambiente virtual contidas na Carta Circular nº 001/2021, a participação neste estudo foi condicionada à assinatura de Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), através do qual todos/as os/as participantes foram informados/as acerca da natureza e especificidade do projeto, garantindo aos/às mesmos/as, o respeito à privacidade de suas identidades, o sigilo das informações fornecidas nas entrevistas e documentos e a impossibilidade de quaisquer danos ou riscos de natureza física, moral ou psicológica.

Esta pesquisa foi submetida à Plataforma Brasil e aprovada na Comissão de Ética em Pesquisa da Universidade de Pernambuco, sob CAEE n. 68183223.5.0000.5192, disposto no Anexo D.

CAPÍTULO 4

“EU QUERO UM PAÍS QUE NÃO ESTÁ NO RETRATO”²⁹

Com esse trecho de um Samba Enredo de 2019 intitulamos esse capítulo em que trataremos da análise das produções científicas voltadas para as relações étnico-raciais na Educação Física Escolar, apresentando um retrato de como essa temática/problemática se apresenta nas formações dos/as professores/as desse componente curricular da Educação Básica, como das discussões e práticas escolares apresentados nos estudos científicos. Entendendo todo o contexto negativo explanado no referencial teórico, apoiamo-nos nas ideias de Freire (1992, p. 110) de que

É preciso ter esperança, mas esperança do verbo esperar; porque tem gente que tem esperança do verbo esperar. E esperança do verbo esperar não é esperança, é espera. Esperançar é se levantar, esperançar é ir atrás, esperançar é construir, esperançar é não desistir! Esperançar é levar adiante, esperançar é juntar-se com outros para fazer de outro modo.

É na luta conjunta nos mais diversos ambientes que devem ser adotados comportamentos políticos de resistência e superação da condição que não pode ficar estática, como em um retrato, mas movimentada para que alcancemos a justiça social, assim como há muito tempo vem sendo realizado pelos movimentos sociais. Que o cenário retratado nesse mapeamento venha a ser um ponto de reflexão para entendermos de forma mais ampliada quais os fatores que precisam ser considerados nesse percurso no campo da Educação Física Escolar.

Aqui apresentamos os dados obtidos através do levantamento das produções científicas nos Programas de Pós-Graduação brasileiros localizados no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, como também dos artigos publicados em periódicos indexados nas bases de dados Scielo e Lilacs. Para tal investida, tomamos como base estudos publicados no período de 2013 a 2023, com discussões sobre as relações étnico-raciais na Educação Física Escolar, considerando a formação, o currículo e o agir docente na e para a Educação Básica.

²⁹ Trecho do Samba Enredo de 2019 “Histórias para ninar gente grande” da Grêmio Recreativo Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira (RJ).

Nas buscas, utilizamos o termo “Educação Física” juntamente com o operador booleano “and” e os seguintes descritores: “Relações Étnicas”; “Relações Étnico-Raciais”; “Negr*”; “Ind*”; “Afr*”; “Indígena”; “Racismo”; “Afro” e “África”. Como resultado desse processo, através dos descritores estabelecidos, foram localizadas 427 produções de teses e dissertações que, em decorrência dos critérios de inclusão, culminaram em 77 dissertações e 11 teses selecionadas no prisma das discussões sobre as relações étnico-raciais na Educação Física Escolar, como também em 12 artigos científicos localizados nas bases de dados supracitadas. Vale destacar que as buscas que culminaram neste levantamento foram realizadas entre maio e agosto de 2023.

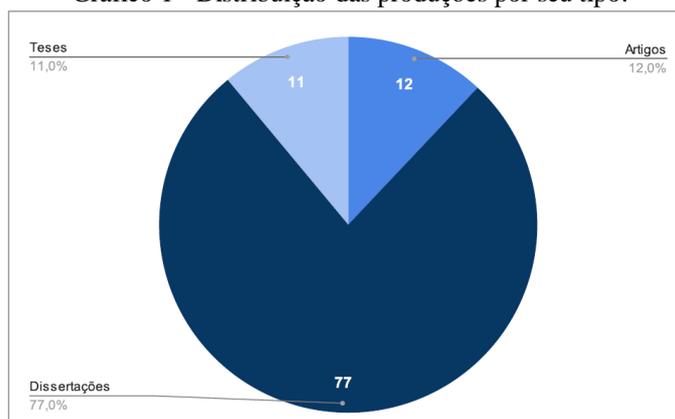
Para elaboração deste mapeamento, optamos por analisar os dados levantados através de interpretações quantitativas e qualitativas como forma de demarcar as perspectivas produzidas no campo da Educação Física, no que diz respeito à educação das relações étnico-raciais, sobretudo em cumprimento das Leis n. 10.639/03 e n. 11.645/08. Dessa forma, organizamos a seguir os pontos que consideramos determinantes para compreendermos como este movimento tem sido delineado no cenário nacional.

4.1 Caracterização das produções sobre Relações Étnico-Raciais na Educação Física

No que diz respeito à análise quantitativa dos estudos, consideramos sua distribuição em relação ao tipo de trabalho acadêmico, de programa de Pós-Graduação e de especificidade temática, assim como a localização geográfica, o ano de publicação, os periódicos e os descritores utilizados. Esses pontos de análise estão organizados e descritos em sequência.

O primeiro ponto analisado da seleção dos estudos foi a distribuição em relação aos tipos de trabalho acadêmico, em que os dados revelaram que das 100 produções, 12 são artigos, 77 são dissertações e 11 são teses. Nesse panorama destacamos que a produção de artigos inseridos nas bases de dados da Scielo e Lilacs é bem tímida em relação a quantidade de produções da Pós-Graduação, pois espera-se que estas resultem em derivações no formato de artigos, fato comum no campo científico. O gráfico 1 apresenta a distribuição das produções científicas de acordo com sua natureza.

Gráfico 1 - Distribuição das produções por seu tipo.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Diante disso, entendemos que as dissertações e teses podem ser mais bem exploradas para gerar essas derivações, tendo em vista que os artigos configuram o formato publicado que potencializa o acesso aos conteúdos explorados nas pesquisas de teses e dissertações. Schwartzman (1984 *apud* Sacardo, 2006) relata que a publicação faz com que a pesquisa científica exista de fato e que através dela é que as contribuições do/a pesquisador/a se tornam disponíveis para a comunidade científica. De acordo com Miranda e Pereira (1996 *apud* Sacardo, 2006), atualmente a publicação de artigos é basicamente uma exigência para a efetivação do trabalho do/a pesquisador/a diante da comunidade científica.

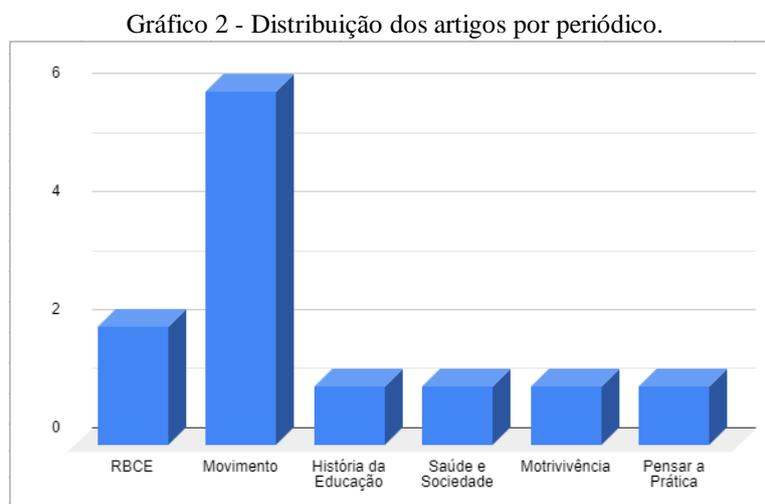
Tenopir e King (2001 *apud* Sacardo, 2006) realizaram um estudo com milhares de cientistas por cerca de três décadas em que estes indicaram ampla utilização dos periódicos científicos, considerando-os como o mais importante recurso informacional utilizado. Dessa forma, podemos identificar o quão relevante torna-se o acesso do conhecimento produzido nos Programas de Pós-Graduação, principalmente por meio das publicações de artigos derivados das teses e dissertações, devido sua ampla utilização para a comunidade científica, ajudando os/as pesquisadores/as interessados/as a se apropriarem dessas produções de modo mais ágil.

4.1.1 Localização das produções espaço/temporal

Destacamos nesse ponto a análise quanto a localização destas produções, 12 artigos estão distribuídos em periódicos nas áreas de Educação Física e Educação, com *webqualis*³⁰

³⁰ Consulta realizada nas Classificações de Periódicos da CAPES do quadriênio 2017- 2020, disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/veiculoPublicacaoQualis/listaConsultaGeralPeriodicos.jsf>.

A1 (História da Educação), A3 (Saúde e Sociedade), A4 (Revista Brasileira de Ciências do Esporte), B1 (Movimento) e B2 (Pensar a Prática e Motrivivência), com isso, entendemos que os mesmos possuem alta qualidade e relevância, com longo alcance na comunidade científica. Deparamo-nos com uma maior concentração na Revista Movimento - 6 artigos, na Revista Brasileira de Ciências do Esporte (RBCE) - 2 artigos e nas demais 1 artigo em cada, como pode ser visualizado no gráfico 2.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Constatamos que a quantidade de artigos científicos que discorrem sobre as relações étnicas na Educação Física Escolar é muito pequena, já que numa faixa temporal de 10 anos apenas 12 foram artigos foram produzidos com tal abordagem, resultando numa média de basicamente uma publicação de artigo por ano. Além disso, o quantitativo de produções em Programas de Pós-Graduação encontrados representa um relevante potencial para que o número de artigos publicados fosse significativamente maior. Como já mencionado anteriormente, a publicação de artigos científicos derivados de dissertações e teses potencializa o acesso aos conhecimentos produzidos pelos mesmos e esse panorama pode e deve ser ampliado, fazendo com que as discussões sobre a abordagem das relações étnico-raciais na Educação Física Escolar se tornem mais acessíveis e, conseqüentemente mais presentes no cotidiano escolar.

Destacamos a revista Movimento como maior receptora dessa produção, e neste caso devemos reconhecer que em seu escopo ela permite que discussões afetas a problemática sejam acolhidas:

A revista Movimento é uma publicação de acesso aberto da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança da Universidade Federal do Rio Grande do Sul que tem por objetivo divulgar a produção científica nacional e

internacional, sobre temas relacionados à Educação Física, no que tange aos seus aspectos pedagógicos, históricos, políticos e culturais (Movimento).

Ao analisar as IES que possuem produções de dissertações e teses em seus PPGs, identificamos a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) com maior número de produções acadêmicas, seguida da Universidade de Estadual Paulista (UNESP). Somadas, as duas totalizam 11 estudos, volume que corresponde a 25% das produções da Região Sudeste e que é maior do que o total de produções da região Norte. Outra IES que se destaca é a Universidade Federal do Mato Grosso, pois tem a única tese e 23% dos estudos produzidos em sua região, conforme tabela 1.

Tabela 1 - Distribuição de Dissertações e Teses por Instituições de Ensino.

Instituição de Ensino	Dissertação	Tese
UFES	7	-
UNESP	3	1
UFMT	2	1
UFRGS; UFRJ; UNIVERSO; UNIVC; UFPR; UFMG	3	-
UFSC	-	2
UFSCar; UNINOVE; UFRN	1	1
UFJF; UFG; CEFET; UERJ; UFMA; USJT; UFG	2	-
USP; UFCE; UNICAMP; UEM	-	1
UNICENTRO; UNIFESP; UFRRJ; FACULDADE UNIDA; UPE; FAMAM; UFBA; UNESPAR; URCA; UNIFAP; UFAM; IFPA; UFPEL; UNISUL; ULBRA; UFSM; UFGD; UNESC; FUV; UEMS; UNIC; UCDB; UFSB; FVC; UEPB; UFOPA; IPA; UERR; UFT	1	-

Fonte: Elaborado pelo autor.

Em relação às áreas de concentração dos Programas de Pós-Graduação em que as dissertações e teses estão contidas, como já era esperado, os programas de Educação e Educação Física foram os mais recorrentes, contendo quase metade das produções selecionadas quando somadas. Vale destacar que dos estudos selecionados, 68 são de Programas de Mestrado Acadêmico, 9 dissertações são de Programas de Mestrado Profissional e 11 de Programas de Doutorado Acadêmico. Ressaltamos ainda, que 9 produções de Doutorado se concentram na área de Educação, enquanto na área de Educação Física foi encontrada apenas uma tese, conforme tabela 2. Diante disso, observamos a carência de estudos que abordam as relações étnico-raciais especificamente nos programas de Doutorado na área de Educação Física, com debates que refletem direta e/ou indiretamente em intervenções na Educação Básica.

Tabela 2 - Distribuição de Dissertações e Teses por Área de Concentração.

Área	Dissertações	Teses	Total
Educação	24	9	33
Educação Física	12	1	13
Desenvolvimento Humano e Tecnologias Gestão de Ensino da Educação Básica	2	1	3
Ensino na Educação Básica	4		4
Ciências da Atividade Física Ciências do Movimento Humano Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional	3		3
Relações Étnico-Raciais Educação: Teoria e Prática de Ensino Ciência das Religiões Ensino	2		2
Educação Agrícola Educação e Docência Tecnologia para o Desenvolvimento Social Processos Formativos e Desigualdades Sociais Ciência, Tecnologia e Educação Práticas de Educação Básica Educação em Ciências e Saúde Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente Ensino das Ciências Ambientais Educação Profissional e Tecnológica História, Cultura e Formação de Profissionais Estado e Sociedade Antropologia Social Formação de Professores Reabilitação e Inclusão Estudos de Cultura e Território	1		1

Fonte: Elaborado pelo autor.

Analizamos também a distribuição geográfica dos estudos que abordam a problemática das relações étnico-raciais na Educação Física Escolar e obtivemos resultado bem semelhante ao estudo de Mendonça, Freire e Miranda (2020), com o Sudeste sendo a região com maior número de produções e o Sul aparecendo em seguida; porém, os autores/as não recorreram às publicações de artigos em suas buscas e atribuíram a superioridade de estudos ao maior volume de Programas de Pós-Graduação localizados na Região Sudeste. Em nosso mapeamento encontramos a seguinte situação: maior número de produções localizado na Região Sudeste, com 44 estudos, enquanto 20 no Sul, 13 no Nordeste e no Centro-Oeste e apenas 6 no Norte. Não conseguimos identificar a localização de 4 artigos selecionados. A imagem 7 ilustra esses dados.

Imagem 7 - Distribuição das produções por regiões do país.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Os artigos localizados estão distribuídos com 3 produções no Sul, 2 no Sudeste e no Nordeste, uma no Centro-Oeste e na Região Norte não foi localizado nenhum estudo.

Tratando-se das dissertações, estas estão distribuídas em todas as regiões do país, com maior concentração na Região Sudeste com 35 produções, enquanto 14 se concentram no Sul, 11 no Centro-Oeste, 9 no Nordeste e 6 no Norte do país. Já em relação às teses foram encontradas 5 no Sudeste (todas no estado de São Paulo), 3 no Sul, 2 no Nordeste, 1 no Centro-Oeste e nenhuma no Norte.

Podemos visualizar na tabela 3 que Rio de Janeiro é o estado com maior número de estudos no país, com 2 artigos e 12 dissertações, e que sozinho possui mais estudos do que a região Norte, Nordeste ou Centro Oeste.

Tabela 3 - Distribuição de Dissertações e Teses por estados.

Local	Artigos	Dissertações	Teses
NORTE			
Pará	-	2	-
Amazonas	-	1	-
Amapá	-	1	-
Roraima	-	1	-
Tocantins	-	1	-
CENTRO OESTE			
Goiás	-	4	-
Mato Grosso	1	3	1
Mato Grosso do Sul	-	4	-

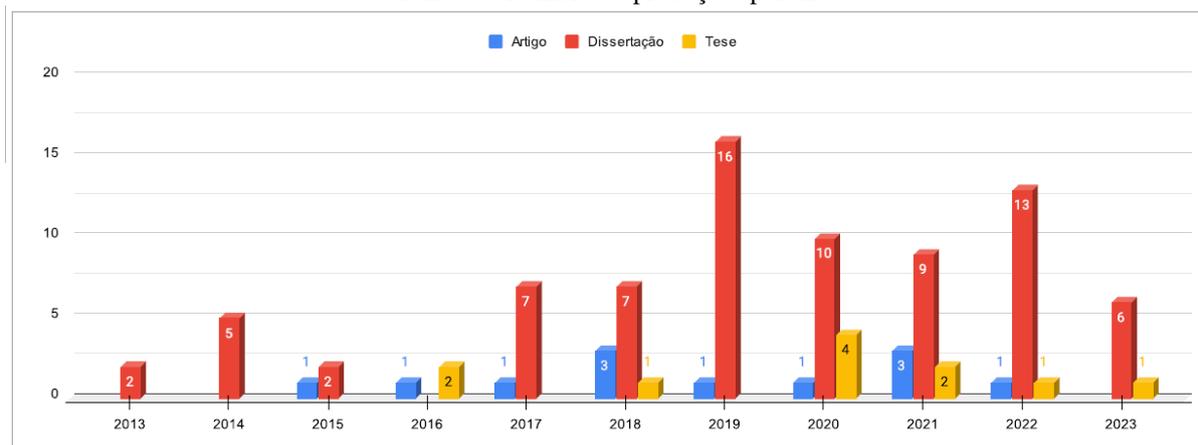
NORDESTE			
Maranhão	-	2	-
Ceará	1	1	1
Pernambuco	1	1	-
Rio Grande do Norte	-	1	1
Bahia	-	3	-
Paraíba	-	1	-
SUDESTE			
Espírito Santo	-	13	
Minas Gerais	-	4	
São Paulo	-	8	5
Rio de Janeiro	2	12	
SUL			
Paraná	-	5	1
Rio Grande do Sul	3	7	-
Santa Catarina	-	2	2

Fonte: Elaborado pelo autor.

Quando analisamos a incidência das produções no decorrer dos anos, identificamos que os artigos publicados aparecem a partir de 2015, tendo produção em todos os anos seguintes. Vale destacar que até o momento de nosso mapeamento, nenhum artigo foi localizado no ano corrente (2023).

A primeira tese localizada é do ano de 2016, porém sua produção começa a ter regularidade em 2020. Já para as dissertações, que possuem maior representação em todos os anos, exceto em 2016 que não foi encontrada nenhuma produção sobre relações étnico-raciais na Educação Física Escolar. Outro ponto que chamamos a atenção é que a maioria das produções foi desenvolvida a partir de 2017, com maior regularidade a partir de 2019, como pode ser observado no gráfico 3, com isso percebemos que o volume maior de publicações ocorre após completados 14 anos da Lei n. 10.639/03, ainda assim de maneira tímida para a importância das problemáticas em questão. Dessa forma, reforçamos a necessidade de estudos que abordem os conhecimentos afro e indígena na Educação Física Escolar, disseminando as possibilidades de professores/as acessarem esses conhecimentos e se apropriarem desses saberes e fazeres para desenvolverem práticas pedagógicas, não só como cumprimento das leis n. 10.639/03 e n. 11.645/08, mas como reconhecimento e valorização da história e cultura de nossa população nacional. Destarte, nosso estudo se apresenta como um ponto de contribuição para tal disseminação, com sua relevância para a Educação Física Escolar, seja no campo científico, como na Educação Básica.

Gráfico 3 - Número de produções por ano.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Para apreciação minuciosa das produções selecionadas, apresentamos os resultados do mapeamento através do Quadro 11, disponível no Apêndice, com dados detalhados: título, palavras-chave, autoria, ano, tipo, localização (PPG ou Periódico), resumo e *link* de acesso para leitura dos estudos na íntegra.

4.1.2 Distribuição das produções selecionadas por descritores

Aqui destacamos os dados obtidos para cada descritor de forma mais detalhada e nos deparamos com o seguinte panorama que está disposto de acordo com a ordem em que foram pesquisados.

Para os descritores “Educação Física” and “Relações Étnicas”, localizamos 2 artigos na base da Scielo, na CAPES foram encontradas 58 produções, sendo selecionadas 35, pois foram excluídos 7 pelo ano de publicação e 15 por não estarem no contexto desta pesquisa. Destacamos que em 6 estudos não conseguimos acesso devido não possuírem autorização para a divulgação, com isso, buscamos acessá-los nas bibliotecas de suas respectivas IES, ainda assim não foi possível acessar 2 dos trabalhos. Na base de dados Lilacs nenhuma produção foi encontrada para esses descritores. Ao final, o total de produções localizadas e acessadas para esses descritores foi de 35, sendo 2 artigos, 28 dissertações e 5 teses.

Para os descritores “Educação Física” and “Relações Étnico-Raciais”, localizamos na CAPES 55 produções, com 1 selecionada, 5 excluídas pelo ano de publicação e 14 por não atender a delimitação da pesquisa e 35 duplicadas. Na base de dados Lilacs nenhuma produção foi encontrada para esses descritores e na Scielo localizamos 4 produções, sendo 1 duplicada, 1 excluída por não atender a delimitação da pesquisa e 2 selecionadas. Ao final, o total de

produções selecionadas para esses descritores foi de 3 produções, sendo 2 artigos e 1 dissertação.

Para os descritores “Educação Física” *and* “Negr*”, localizamos na CAPES 129 produções, sendo selecionadas 15, pois foram excluídos 43 pelo ano de publicação e 55 por não atender a delimitação da pesquisa. Não conseguimos acessar 2 dos estudos e as demais foram produções duplicadas em relação aos descritores anteriores. Na base de dados Lilacs nenhuma produção foi encontrada para esses descritores e na Scielo localizamos 13 produções, sendo 1 duplicada, 1 excluído pelo ano e 7 por não atender a delimitação da pesquisa. Ao final, o total de produções localizadas e acessadas para esses descritores foi de 19, sendo 4 artigos, 14 dissertações e 1 tese.

Para os descritores “Educação Física” *and* “Indi*”, localizamos na CAPES 36 produções, mas nenhuma foi selecionada, pois foram excluídos 19 pelo ano de publicação e 17 por não estarem no contexto que cause impacto nas relações étnico-raciais na Educação Física Escolar. Na base de dados Lilacs nenhuma produção foi encontrada para esses descritores e na Scielo localizamos 871 produções, sendo apenas 1 selecionada, com 2 duplicadas, 312 excluídas por ano e 556 por não atender a delimitação da pesquisa. Ao final, apenas 1 artigo selecionado para esses descritores.

Nos descritores “Educação Física” *and* “Afr*” localizamos 82 produções na CAPES, com 29 repetidas, 20 excluídas pelo ano, 25 por não atenderem a delimitação da pesquisa, em 3 não conseguimos acesso e ao final, foram selecionados 5 estudos. Já na base de dados da Scielo localizamos 15 produções, porém nenhuma foi selecionada, pois 5 foram duplicadas, 3 excluídas por ano e 7 por não atender a delimitação da pesquisa. Na base de dados Lilacs nenhuma produção foi encontrada. Ao final, o total de produções localizadas e acessadas para esses descritores foi de 4 dissertações e 1 tese.

Para os descritores “Educação Física” *and* “Indígena”, localizamos 89 produções na CAPES, com 14 duplicadas, 22 sendo excluídas pelo ano, 36 por não atenderem a delimitação da pesquisa, sendo selecionados 17 ao final. Na base de dados Lilacs localizamos 5 produções, sendo 1 duplicada, 1 excluída por não atender a delimitação da pesquisa e 3 pelo ano de publicação. E na Scielo localizamos 4 produções que foram excluídas por não atender a delimitação da pesquisa. Ao final, o total de produções localizadas e acessadas para esses descritores foi de 15 dissertações e 2 teses.

Para os descritores “Educação Física” *and* “Racismo”, localizamos na CAPES 53 produções, sendo selecionadas 6, pois foram excluídos 13 pelo ano de publicação, 19 por não

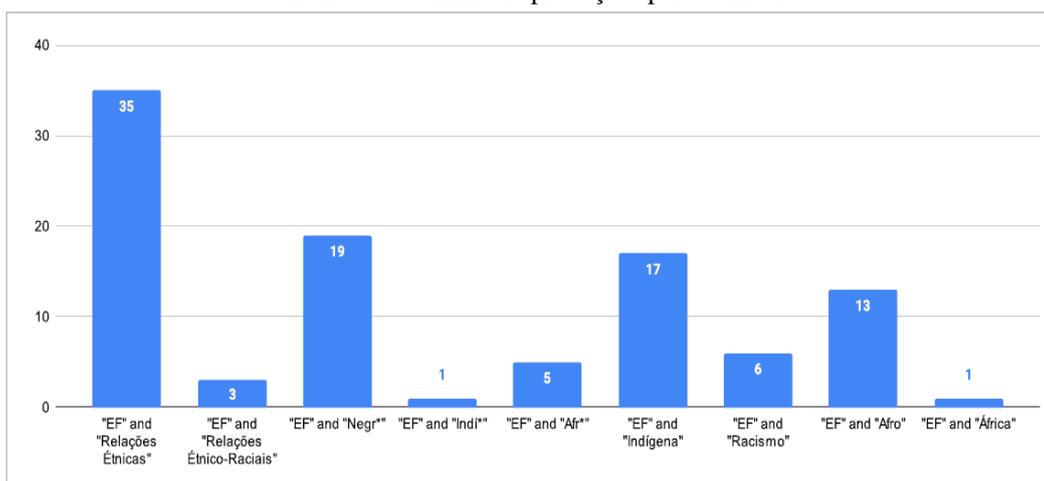
atender a delimitação da pesquisa e 15 duplicadas. Na base de dados Lilacs localizamos 9 produções, sendo 1 duplicada, 5 excluídas por não atender a delimitação da pesquisa e 3 pelo ano de publicação. E na Scielo localizamos 6, sendo 2 duplicadas e 4 excluídas por não atender a delimitação da pesquisa. Ao final, o total de produções localizadas e acessadas para esses descritores foi de 6 dissertações.

Para os descritores “Educação Física” *and* “Afro”, localizamos na CAPES 82 produções, sendo selecionadas 11, pois foram excluídos 19 pelo ano de publicação, 32 por não atender a delimitação da pesquisa e 20 duplicadas. Na base de dados Lilacs localizamos 7 produções, com 2 selecionadas, 4 excluídas pelo ano de publicação e 1 duplicada. E na Scielo localizamos 2, sendo 1 duplicada e 1 excluída pelo ano de publicação. Ao final, o total de produções localizadas e acessadas para esses descritores foi de 13, sendo 2 artigos, 9 dissertações e 2 teses.

Para os descritores “Educação Física” *and* “África”, localizamos na CAPES 13 produções, porém nenhuma foi selecionada, pois foram excluídos 3 pelo ano de publicação, 8 por não atender a delimitação da pesquisa e 2 duplicadas. Na base de dados Lilacs localizamos 2 produções, com 1 selecionada e a outra duplicada. E na Scielo localizamos 1 produção, que foi excluída por não atender a delimitação da pesquisa. Ao final, o total de produções localizadas e acessadas para esses descritores foi de 1 artigo.

Dentre os descritores utilizados para a busca das produções “Educação Física” *and* “Relações Étnicas” foram os que localizaram maior número de estudos que se adequaram aos critérios estabelecidos, porém deve-se considerar que estes foram os primeiros descritores na realização das buscas, com isso muitas das produções também foram encontradas em outros descritores sem serem inseridas entre as selecionadas por estarem duplicadas. Esses dados estão representados no gráfico 4 que pode ser visualizado a seguir.

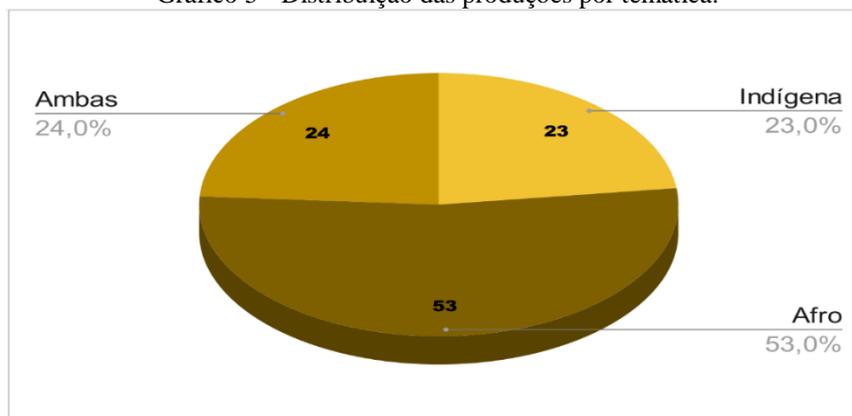
Gráfico 4 - Número de produções por descritor.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Ao analisar a distribuição dos estudos na abordagem de conhecimentos das populações afro-brasileiros e indígenas, deparamo-nos com o panorama que já era esperado, em que há mais produções que abordam os conhecimentos afro do que exclusivamente indígenas, pois o fato da inserção da história e cultura dos povos indígenas no currículo escolar ter ocorrido cinco anos depois da Lei n. 10.639/03 acaba refletindo na quantidade de produções e ações direcionadas para essas problemáticas atualmente (Lopes, 2016). Percebemos que os estudos que abordam exclusivamente conteúdos afro representam mais da metade das produções localizadas. Consideramos também que os estudos que abordam conteúdos que não especificam a discussão sobre um dos povos assinalados, utilizam elementos centrais para debater sobre as questões étnico-raciais de modo mais generalizado com aspectos que se assemelham e se apresentam para as populações afro e indígena. Esses dados estão ilustrados a seguir no gráfico 5.

Gráfico 5 - Distribuição das produções por temática.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Através destes dados foi possível constatar a dificuldade de localizar fontes que tratam dos conhecimentos da população indígena, fato ocorrido durante todo o percurso de desenvolvimento do nosso estudo. Encontramos maior abordagem da população negra na literatura em relação à indígena e mesmo que sejam somadas as fontes que tratam de ambas as populações com as indígenas exclusivamente, o resultado ainda é menor se comparado a quantidade de fontes que tratam apenas da população afro.

A presença restrita da literatura de conhecimentos indígenas nos gerou a sensação de insaciedade pela história e cultura desses povos, que possuem uma imensa diversidade de saberes e fazeres ricos em contribuições que possam ser disseminadas para sua adequada valorização e utilização no país como um todo, pois como afirma Luciano (2012, p. 141) “Não se pode respeitar e valorizar o que não se conhece. Ou pior ainda, não se pode respeitar ou valorizar o que se conhece de forma deturpada, equivocada e pré-conceitualmente”.

Consequentemente nos deparamos nos estudos com uma menor quantidade de menções à Lei 11.645/08, em que Luciano (2012) relata que este direito é um importante instrumento, mas que foi uma luta aproveitada do movimento negro e que no momento de sua promulgação tanto os indígenas, quanto os não indígenas ainda não estavam preparados para tal conquista. Contudo, ele menciona alguns desafios para a implementação da lei, como a definição de quais conhecimentos indígenas devem ser divulgados para os não indígenas e de que maneira sistematizá-los para tal investida. Ele afirma ainda, não perceber o movimento indígena mobilizado para superar estes pontos.

Entendemos que todo o contexto opressor histórico de tentar aniquilar a existência dos povos indígenas a uma cultura colonialista incrustada em nossa sociedade, somado aos desafios apontados por Luciano (2012), refletem na menor abordagem e disseminação dos conhecimentos indígenas, seja na literatura de materiais didáticos, como na científica e popular, fato que dificulta o contato com os conhecimentos indígenas e suas abordagens nos currículos e práticas pedagógicas da Educação Física Escolar, contudo, reconhecemos que, mesmo com essa limitação, devemos investir na aproximação das fontes já disponíveis e em produções acadêmicas que ampliem as opções de (re)conhecimento das histórias e culturas dos povos indígenas, algumas delas dispostos nesse mapeamento.

4.2 Análise qualitativa

Descrevemos aqui através da apresentação de seis tópicos o panorama dos estudos realizados por todo o país que abordam as relações étnico-raciais na Educação Física sob

algumas das diversas perspectivas possíveis e buscando compreender o que até o momento atual vem sendo desenvolvido de fato na implementação das Leis n. 10.639/03 e 11.645/08, seja na atuação dos/as professores/as, em suas formações, como também nas reações advindas dessa implementação.

4.2.1 Corporeidade

Nesse tópico as explicações perpassam predominantemente pela discussão do corpo negro, com exceção do estudo de Arantes (2018), que discorre sobre os processos de racialização no ambiente escolar pernambucano na década de 1930, período em que as áreas militar e médica influenciavam fortemente a Educação e, conseqüentemente a Educação Física, visando a regeneração da nação através de um melhoramento da raça, partindo das perspectivas higienistas e eugênicas. A ciência então teve importante papel para aguçar as desigualdades enfrentadas pela população negra no período pós Abolição (Soares, 1993).

Ao tratar das práticas dos corpos negros, Bezerra (2021) defende sua presença nos espaços escolares, sendo estes, locais de existência e resistência dos corpos de grupos minoritários que foram historicamente apagados. Apresenta a proposição de um aquilombamento na Educação Física Escolar como investimento da descolonização do currículo e de práticas pedagógicas para a transformação da escola como espaço diverso e democrático com outras possibilidades de movimento que se efetivem como conhecimentos importantes para estudantes negros/as e não-negros/as.

Já Costa (2017) investigou a percepção por parte dos/as professores/as a respeito do corpo da criança negra e o processo de construção de sua identidade (invisibilização, levando os/as estudantes negros/as a se afastarem de sua cultura, história e conseqüentemente sua identidade) numa contradição em que, ao mesmo tempo que reconhecem a importância da disciplina no processo de construção da identidade, não admitem a diferença entre os corpos brancos e negros. Segundo o autor, “[...] esta contradição se dá por falta de discussão e formação sobre o tema” e ancora-se nas ideias de Paulo Freire de que “[...] é na busca pelo conhecimento que começamos a desvelar as relações de tensões e conflitos que envolvem nossa realidade” (Costa, 2017, p. 115) O autor apresenta uma perspectiva positiva de futuro para a Educação Física através do multiculturalismo, que possibilita a intercomunicação entre as múltiplas culturas, direcionando para uma educação intercultural com o olhar voltado para as práticas corporais que geram as relações humanas.

No intuito de compreender a corporeidade negra através das práticas educativas, Costa (2018, p. 59) concluiu que “[...] os corpos dos sujeitos que vivem em sociedade estão em permanente conexão com as construções culturais que se instituem a fim de nos enquadrar em uma série de normas sociais”, destacando os aspectos culturais que se dão nas relações humanas, fazendo-se presentes nas práticas corporais abordadas na Educação Física. A autora ainda complementa que “[...] trazer a corporeidade para a educação significa trazer as vivências para o processo educativo, ressaltando que a condição humana deve ser considerada também pela sensibilidade afetiva, as emoções e os sentimentos” (Costa, 2018, p. 59), portanto a educação possibilita, com a potencialidade da abordagem da corporeidade, a compreensão de ser e sentir no mundo de forma orgânica e genuína.

Os estudos aqui distribuídos perpassam por inevitáveis discussões sobre cultura, formação de professores/as e manifestações de racismo que estão presentes no universo educacional, mais especificamente na Educação Física. Todos mencionam o enfrentamento ao racismo, ao preconceito e à discriminação que permeia o cotidiano escolar e desvela todo o contexto de desigualdades presente em nossa sociedade. A partir daqui, conseguimos perceber a interconexão dos tópicos estabelecida em nosso estudo, em que estes dialogam a todo momento tendo como ponto central a discussão da educação para as relações étnico-raciais, tornando-os (quase) indissociáveis.

4.2.2 Currículo

Tomando o debate das relações étnico-raciais no currículo da Educação Física no Ensino Superior, Crocetta (2014) verificou um número muito reduzido de instituições que possuem disciplinas com conteúdos relativos às relações étnico-raciais nas ementas dos currículos dos cursos de Licenciatura em Educação Física, com a capoeira aparecendo como disciplina mais representativa dessa temática. Além do currículo, a ausência da temática também foi constatada nas falas das coordenações, gerando com essa soma, lacunas na formação inicial para futuros/as professores/as que não terão o conhecimento aprofundado para tal abordagem.

Bourguignon (2020, p. 104) também apurou um número muito baixo de ementas no Curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal do Rio de Janeiro com abordagem da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Fato este que confirma a presença

do “[...] modelo de currículo monocultural induz à hierarquia entre as culturas dos diversos povos e etnias que compõem a história do povo brasileiro”.

Piccinini (2021) ao analisar os currículos pelos discursos de docentes em cursos de Licenciatura em Educação Física, constatou que “ainda não” há sentidos antirracistas presentes nos mesmos, porém considera que o campo acadêmico de formação é uma forte potência para a reestruturação curricular de uma formação antirracista, através dos conteúdos da cultura corporal de movimento e da presença negra nos espaços acadêmicos.

Entendemos que a presença/ausência das relações étnico-raciais no currículo do Ensino Superior incide direta e indiretamente na formação e na prática pedagógica de futuros/as docentes como também nos currículos no nível da Educação Básica e nas relações identitárias da sociedade, portanto faz-se necessária a contemplação adequada dessa temática nas IES.

Nesse sentido, Mattos e Monteiro (2021) debatem sobre as ausências negras no currículo escolar que adota os conteúdos que valorizam unicamente a cultura branca. Com isso, faz-se necessário o cumprimento da Lei 10.639/03 e de suas diretrizes por meio da proposição de um currículo insurgente, ampliando suas dimensões com as perspectivas teóricas dos estudos culturais e africanos.

Bonetti (2022, p. 145) investigou como os jogos africanos se apresentam nos Planos de Trabalho Docente anual dos/as professores/as de Educação Física do Paraná e detectou a presença ínfima destes conteúdos, tendo maior presença da capoeira e da dança como ferramentas para a abordagem das relações étnico-raciais. A autora ainda explora um variado repertório de jogos que não são destacados como pertencentes da cultura africana e afro-brasileira e reforça “[...] a necessidade da formação profissional e a busca de novos subsídios ao conhecimento e historicidade dos jogos africanos”.

Costa (2023, p. 182) traz a discussão sobre a colonização das mentes dos/as estudantes negros/as do Ensino Fundamental II e Médio com colonialidade curricular na Educação Física, apurando a percepção deles/as a respeito da construção/reconstrução de suas identidades negras. Como forma de superação dessa condição, o autor destaca que a soma da Educação Física com “[...] um projeto coletivo educacional comprometido com a transformação social, ela será uma ferramenta importante na missão de realizar pequenas sabotagens na colonialidade curricular do maquinário institucional capitalista”.

Ao analisar os estudos desse tópico, apuramos o papel imprescindível do currículo para a educação das relações étnico-raciais, pois o mesmo impacta no produto educacional, seja na Educação Básica ou no Ensino Superior. Impactos que podem ser identificados nas percepções

relatadas pelos/as estudantes negros/as no estudo de Costa (2023), por exemplo. Há uma necessidade urgente de reestruturação dos currículos para a educação intercultural, pois mesmo decorrida mais de uma década da aprovação da lei que estabelece a obrigatoriedade da história e cultura afro-brasileira e africana, não se percebe sua adequada e efetiva implementação nos cursos que formam os/as professores/as que materializarão os relativos conteúdos no espaço escolar, como constatado nos resultados dos estudos analisados.

Para além da formação inicial, os autores também mencionam a necessidade dos debates ocorrerem na formação continuada, o que possibilitaria processos de reformulações curriculares nas perspectivas da descolonização (Fanon, 1968). Dessa forma, mesmo que os/as professores/as da Educação Básica tenham nesse contexto o subsídio de implementação das problemáticas étnico-raciais, não terão se apropriado dos conhecimentos necessários para uma educação antirracista.

Também destacamos que dentre os estudos selecionados para compor esse tópico, nenhum possui o debate voltado para a história e cultura indígena, reforçando a abordagem dos conhecimentos desses povos, que possuem diversas e ricas contribuições para a elaboração de um currículo cultural, que segundo Neira (2018, p. 9)

[...] prioriza procedimentos democráticos para a definição dos temas e atividades de ensino, além de valorizar experiências de reflexão crítica sobre a ocorrência social das práticas corporais, aprofundando e ampliando os conhecimentos dos alunos mediante o confronto com outras representações e manifestações.

Consideramos que ampliando nossa visão para a diversidade de manifestações da cultura corporal que fazem parte de nossa sociedade, é possível, necessário e urgente que os currículos da Educação Física preconizem a formação de seres humanos vinculados socialmente, com pessoas que conheçam suas raízes e tradições (Santomé, 2013).

4.2.3 Racismo

Abordando as diversas manifestações excludentes e preconceituosas na Educação Física Escolar, nos deparamos com o estudo de Vicente (2018) que trata de relatos de professores/as sobre a ocorrência do fenômeno da exclusão em uma escola, com destaque para a questão de gênero, enquanto a étnica/racial foi relatada como insuficientemente problematizada pelos/as docentes e parece estar inexistente no espaço escolar. Com isso, percebemos como ainda está presente a ideia do “mito da democracia racial”, contudo se faz

necessária a superação da perspectiva etnocêntrica em que as discussões de tais temas estejam presentes nos currículos da formação docente, proporcionando aos/às docentes argumentos sólidos para tratá-las no espaço escolar, visando a construção social com equidade.

Miranda (2021) realizou a análise sobre a discriminação racial pautando-se na perspectiva teórica do desengajamento moral, em que indivíduos se utilizam de mecanismos cognitivos para distorcer pensamentos e torná-los menos negativos, de forma que possam cometer atos antissociais sem terem sentimento de culpa e/ou serem afetados por avaliações sociais negativas (Bandura, 2012 *apud* Miranda, 2021, p. 20). Com isso problematizou nas aulas de Educação Física questões ligadas ao preconceito racial através do Futebol.

Gomes (2019) traz narrativas de cinco estudantes e do próprio autor como docente, com as potencialidades reflexivas que buscam contribuir com a leitura e ressignificação de diferentes possibilidades docentes para a educação das relações étnico-raciais, tendo como produto um livro com as análises e interpretações dessas narrativas escritas.

Sob a perspectiva da educação antirracista, Paula (2020) utiliza em sua dissertação o conceito de impedância pedagógica, que se dá através das interações coletivas entre estudantes e professores/as, ancoradas pelos saberes e fazeres produzidos pela população negra e sistematizados pelo movimento negro, que ultrapassam a resistência ao racismo e às desigualdades no contexto educacional, mas gera uma postura ativa de combate ao sistema opressor de hierarquização e dominação na perspectiva emancipatória da educação com a centralidade de corpo e corporeidade negra.

Jacob (2017) discorre sobre o resultado da elaboração de uma sequência didática com o conteúdo Futebol voltada para o combate aos tipos de violência e preconceito contra a população negra, em específico a mulher negra. Também realizou entrevistas com as trabalhadoras negras de uma escola. A autora destaca a importância de formação continuada para todos/as os/as trabalhadores/as da escola e a intensificação de políticas públicas para as problemáticas étnico-raciais, de gênero, identidade e diferença, para que estas façam parte do conhecimento necessário para uma formação humana e para emancipação da sociedade, deixando de serem temas transversais.

Soares (2023) analisou os impactos do projeto de educação antirracista cultura urbana com foco em produções de estudantes não negros/as de uma escola pública situada em uma região com predomínio da cultura teuto-brasileira, resultando na percepção do privilégio branco e do racismo no cenário de desigualdades da nossa sociedade por estes/as estudantes, assim como na valorização da cultura afro através das manifestações da cultura Hip Hop.

Serrano (2023) analisou os reflexos da racialidade na Educação Física Escolar e na Educação de Jovens e Adultos (EJA) sob a discussão da produção da branquitude e suas consequências na manutenção do racismo. Utilizou os jogos africanos como ponto de partida para debates na perspectiva da educação antirracista com a ideia da descolonização do currículo não crítico e eurocentrado.

Já Moreira (2022) analisou através de três curtas-metragens, como filmes idealizados por e sobre indígenas podem contribuir na abordagem dos Temas Contemporâneos Transversais na Educação Básica, sob a perspectiva antirracista. A autora verificou como essas produções podem servir como subsídio para os conteúdos curriculares na Educação Física Escolar nas etapas da Educação Básica, destacando Danças, Brincadeiras e Jogos nos anos iniciais, as Lutas e Práticas Corporais de Aventura nos anos finais, e no ensino médio “[...] na abordagem das habilidades e competências para compreensão das linguagens e práticas culturais e recepção e produção de discursos nas diversas mídias e compreensão dos processos identitários, conflitos e disputas de poder” (Moreira, 2022, p. 99).

No debate sobre o Racismo, identificamos a presença indígena em apenas um dos estudos, constatando novamente a necessidade da abordagem de discussões sobre essa população para que se ampliem as reflexões sobre sua importância no cenário discriminatório, opressor e centralizado na cultura europeia. Destacamos nesse estudo a abordagem da perspectiva antirracista, utilizando a estratégia de filmes para contribuir nas aulas de Educação Física, assim como bem abordam Fu *et al.* (2022) em seu estudo.

Vale também destacar a presença do Futebol como ponto de problematização para as discussões sobre o racismo, visto a grande incidência de manifestações discriminatórias nessa prática esportiva. Reconhecemos que atos racistas sempre estiveram presentes no mundo do futebol. Estamos acompanhando no período de desenvolvimento dessa dissertação os fatos ocorridos com o jogador brasileiro Vinícius Júnior, em que seus agressores não recebem as devidas punições pelos atos de discriminação racial. Temos assim, um exemplo da teoria de desengajamento moral abordada no estudo de Miranda (2021), e também se expressa no estudo de Vicente (2018), em que os/as professores/as entrevistados/as não reconhecem a existência da exclusão racial no espaço escolar e, com isso, não a problematizam como deveriam.

Dessa forma, acreditamos ser extremamente relevante a perspectiva antirracista, seja na Educação Básica ou no Ensino Superior, pois direcionando o olhar para as populações afro e indígenas, esse movimento possibilitará reflexões acerca das desigualdades e opressões

causadas pelo etnocentrismo branco estabelecido nas aulas de Educação Física, no espaço escolar, e na sociedade brasileira de modo geral.

4.2.4 Formação

Ao discorrer sobre a formação inicial, Martins (2021) apresenta dados dos Projetos Políticos dos cursos de Educação Física em IES em seus discursos textuais em todos os estados brasileiros que indicam a presença e avanço nesses documentos acerca das exigências das problemáticas afro-brasileiras e indígenas, porém que ainda há muito o que avançar e adaptar para a efetiva implementação de tais problemáticas na formação de professores/as de Educação Física.

Dois estudos tiveram como campo de pesquisa o curso de Educação Física do IFCE, em que Carvalho (2019, p. 33) mostra que a totalidade dos/as participantes de sua pesquisa, graduandos/as em Educação Física pelo IFCE, relatou não haver discussões sobre o tema da diversidade étnico-racial em nenhum momento de sua formação e considera esse fato um “[...] descuido na formação destes novos professores ao não reconhecer esta necessidade frente à pluralidade étnica que compõe a sociedade, fato este que nos leva a crer que inegavelmente será adiante replicado em outros contextos”. E Alves (2022) considera que a implementação dos conhecimentos pertencentes às relações étnico-raciais no curso de Educação Física do IFCE ocorre de forma tardia, lenta e tímida e atribui, de acordo com seus achados, a importância do comprometimento individual dos/as professores/as para a mudança deste cenário.

Silveira (2022) analisou a formação inicial em Educação Física da Universidade Federal de Juiz de Fora através dos documentos formativos e das práticas docentes do mesmo e também menciona o trabalho com a problemática por iniciativas individuais na formação inicial, além de que esta não oferece uma disciplina obrigatória sobre a problemática das relações étnico-raciais. Ambos os elementos analisados demonstram que o debate com a Educação para as relações étnico-raciais ocorre de modo superficial, apenas para cumprimento das exigências legais.

Messias (2019) constatou que a Lei n. 10.639/03 não é efetivamente cumprida na formação inicial em Educação Física na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), reforçando ainda mais uma realidade de discriminação e preconceito étnico-racial em nossa cultura. Enquanto Silva (2019, p. 124) verificou que os Projetos Pedagógicos de Curso das IES

analisadas do Mato Grosso do Sul “[...] atendem às normatizações educacionais que disciplinam a problemática. A pesquisa apontou, todavia, que esses avanços são tímidos e, em alguns casos, preocupados mais com o cumprimento da norma do que com a sua função”.

Guimarães (2019) analisou na formação inicial o uso de um aplicativo para dispositivos móveis sobre as danças indígenas e verificou a escassez desse conteúdo na Educação Básica e no Ensino Superior no campo da Educação Física, como também avaliou a aplicabilidade do recurso tecnológico na docência com um resultado positivo ao final.

Em relação a formação continuada, Nunes (2020) destaca a relevância desta como ponto de partida para a inclusão das problemáticas afro-brasileira e indígena na Educação Básica, em que verificou, através de relatos de experiências de professores/as, como a formação realizada pelo Grupo de Pesquisa Corpo, Educação e Cultura (COEDUC) impactou nas reflexões e práticas pedagógicas dos/as mesmos/as nas escolas, a luz da Educação Intercultural e da Interculturalidade Crítica, resultando na mobilização dos conhecimentos da problemática e contribuindo na ampliação dos repertórios dos/as envolvidos/as para o trabalho acerca das relações étnico-raciais.

Santos (2023) em seu estudo trata da articulação de profissionais da Educação Infantil (EI) durante uma formação continuada, tendo a pesquisadora como professora de Educação Física inserida nessa etapa de ensino, com o diálogo entre a corporeidade e a literatura africana e afro-brasileira através das experiências de profissionais para discorrer sobre uma perspectiva e possibilidade de abordagem pedagógica, pois a Educação Física é a única área que tem o corpo como elemento direto de intervenção. A autora destaca que o tratamento da problemática se dá por ações individuais dos/as professores/as de EI e coloca a formação continuada como um valioso instrumento de enfrentamento ao racismo, evidenciando a “[...] importância de pesquisas e processos formativos para garantir um espaço de discussão e debate sobre o racismo, fomentando o processo de reflexão para mudanças estruturais, referentes à abordagem das relações étnico-raciais na EI” (Santos, 2023, p. 147).

Em um contexto diferente, a experiência dos/as participantes de um curso de extensão à distância, com a adequação do conteúdo Atletismo voltado para o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira, em que os/as mesmos/as consideraram que o Atletismo tem grande potencial como ferramenta para abordagem da temática nas aulas de Educação Física é apresentada nos trabalhos de Mota e Silva em sua tese (2016) e sintetizada em artigo publicado em 2018.

A importância, e porque não dizer urgência, da implementação curricular e abordagem dessas problemáticas na formação de professores/as de Educação Física, seja inicial ou

continuada, para que o panorama que encontramos em estudos como de Pires e Souza, (2015), Lima (2018), Pereira *et al.* (2019), Crelier (2020) e Araújo (2022) em que os/as educadores/as relatam a falta de conhecimento para a implementação das relações étnico-raciais em suas aulas pode ser constatada no estudo de Guimarães (2019) que não encontrou a vivência das danças indígenas pelos discentes da graduação, tornando assim esse conteúdo escasso nas escolas.

De acordo com Guedes (2020), a formação de professores/as é a base para a aplicação e materialização de conteúdos afro, e acrescentamos também indígenas, pois esta formação ainda está composta pelo domínio de uma base referencial eurocêntrica, com isso se faz necessário a inserção de epistemologias negras e indígenas nos cursos de formação. Se não há o acesso a esses conhecimentos no Ensino Superior, é muito improvável que eles sejam acessíveis na Educação Básica. A formação de professores/as na perspectiva intercultural contribui para um novo olhar “[...] em uma sociedade ainda tão monocultural, incapaz de sair dessa armadilha eurocêntrica e de poder hegemônico sem a luz do conhecimento e do respeito ao Outro” (Nunes, 2020, p. 17).

4.2.5 Cultura

Em relação à cultura, Vago (2022) trata do papel da Educação Física na formação cultural dos sujeitos na superação do racismo e do epistemicídio que apaga historicamente as culturas dos “povos que são do povo brasileiro”. Com isso, aponta como resposta o acolhimento e tratamento das culturas, os saberes e fazeres desses povos para torná-las presentes e vivas na Licenciatura ou na Educação Básica de uma Educação Física como lugar e tempo de todas as vozes e todos os “corpos culturais”, seguindo o princípio da polifonia cultural.

Souza (2022, p. 83) analisou as “[...] compreensões, especificidades, necessidades e contribuições dos/as professores/as sobre a temática da Diversidade Cultural pautada no entendimento do que ocorre e como ocorrem com as crianças do primeiro e segundo anos do ensino fundamental”, chegando a categorização dos relatos para marcadores sociais da diferença, como é o caso do étnico-racial.

Godoi, Novelli e Kawashima (2021) apresentam um relato de experiência com uma proposta de ensino baseada nos estudos culturais e no multiculturalismo, realizada no período pandêmico, utilizando-se das tecnologias digitais para abordar temas sociais relevantes na intenção de estimular a produção cultural dos estudantes.

Skolaude; Canon-Buitrago; Bossle (2020, p. 12) destacou a dialogicidade entre a interculturalidade e a Educação Física que “[...] possibilita a realização de uma reflexão crítica em relação às formas de interação entre os sujeitos, suas práticas culturais, suas identidades e as formas como interpretam o mundo”.

Entendendo a importância da questão cultural para a educação das relações étnico-raciais, alguns autores/as discorrem sobre a presença desse elemento no currículo, como é o caso de Martins (2013, p. 129) que compreende que a escola ainda apresenta um formato eurocentrado e que “[...] a diversidade cultural como tema provocaria a proliferação subalterna da diferença, incluindo em nossos currículos e em nossas propostas pedagógicas as culturas até então desvalorizadas pela escola, das quais refletem a desvalorização de sua sociedade”, sendo esse um dos possíveis caminhos para a problematização das questões raciais e que a Educação Física possui sua relevância nesse processo ao lidar com o corpo e suas diversas manifestações culturais.

Pereira (2020) enfatiza a importância das práticas corporais e a apropriação dos elementos culturais da comunidade quilombola em uma escola municipal, em que se faz necessário repensar o ensino da Educação Física e a reestruturação da grade curricular da escola para a valorização étnico-racial.

Araújo (2021) investigou as práticas corporais afro-brasileiras como possibilidades pedagógicas para inclusão no currículo da Educação Física no contexto da educação quilombola e constatou que os/as professores/as do Centro de Ensino Benedito Fontes não conhecem a Lei n. 10.639/03 e, com isso, a mesma não é implementada nas aulas. Também propõe um Caderno de orientações didático-pedagógicas com sequências didáticas baseadas nos conteúdos da Educação Física e da cultura afro-brasileira para auxiliar na prática docente.

Tendo em vista a ampla diversidade de manifestações culturais presentes na Educação Física, através de seus conteúdos, ou como se apresentam na BNCC (Brasil, 2018) de unidades temáticas, algumas são mais utilizadas para a abordagem das problemáticas afro-indígenas, como Jogos e Brincadeiras, destacados por Lyrio (2019) que constatou a influência dos jogos africanos no respeito à diversidade cultural, assim como auxiliou o cumprimento da Lei n. 11.645/08, desconstruindo os paradigmas preconceituosos existentes.

Carvalho (2019) destaca a importância da preservação dos conhecimentos das tradições e memórias de mulheres integrantes da Irmandade da Boa Morte no processo de escolarização da Educação Infantil, através de histórias, brinquedos e brincadeiras, que proporcionaram o conhecimento da cultura local, como também o sentido de pertencimento étnico-racial.

Reis (2020) fez um resgate através de registros de jogos, brinquedos e brincadeiras indígenas de 8 etnias do Rio Negro no Amazonas como subsídio ao desenvolvimento de atividades na Educação Física como forma de promover a interculturalidade e a sustentabilidade no ambiente escolar. Identificou 43 tipos diferentes de jogos, brincadeiras e brinquedos e os agrupou em sete categorias.

Shreiber (2021) debate sobre a aplicabilidade de jogos e brincadeiras indígenas na Educação Física voltada para a ruptura de percepções racistas e indicou a capacidade de gerar novas vivências e experiências desnaturalizando a violência e o apagamento histórico sofrido pelos indígenas

Outros autores destacaram as danças, como Rangel (2017) que utiliza a prática do Jongo em intervenções pedagógicas para afirmar que a cultura popular, em específico a local, pode apresentar-se como um conteúdo articulado às práticas de ensino na Educação Física Escolar dentro de uma perspectiva sociocultural.

Gonçalves (2019) investigou como se apresenta o Marabaixo (dança considerada a maior manifestação cultural de matriz africana do Amapá) nas aulas de Educação Física em escolas de Macapá-AP e constatou que, mesmo com a falta de infraestrutura das escolas e com a resistência dos/as alunos/as, a dança do Marabaixo está inserida nas aulas, fazendo-se cumprir com a legislação vigente (Lei n. 10.639/03) através da riqueza cultural local. Outro ponto que pode ser destacado do estudo é que a autora identificou que existe alguma correlação entre a formação profissional dos/as professores/as e a inserção do conteúdo analisado, em que os/as que relataram não trabalhar com o Marabaixo nas aulas foram os/as estão formados/as a mais de 20 anos, indicando um contexto da Educação Física com a visão hegemônica das práticas esportivas nas aulas.

Outra manifestação bastante destacada foi a Capoeira, que Portapila (2020) apresenta uma (auto) biografia sobre o processo de apropriação do conhecimento da manifestação cultural da capoeira e da tematização deste conteúdo como instrumento de valorização da cultura afrodescendente em suas aulas.

Miranda (2019) tratou do conteúdo Capoeira como instrumento para a abordagem da problemática africana e afro-brasileira, com seu papel socializador e interdisciplinar. Encontrou nos/as professores/as dificuldades ligadas ao preconceito e desconhecimento (essa última relacionada à formação) para inserirem a capoeira em suas práticas pedagógicas.

Araújo (2017) analisou a compreensão de professores/as acerca dos efeitos político-pedagógicos da prática da Capoeira no contexto escolar em duas escolas e considerou que ela

gera incômodo e provoca desconfortos ideológicos desses/as docentes, sendo necessário “[...] intensificar a revisão de princípios educacionais tradicionais e de promover, cada vez mais, a abertura da escola às práticas pedagógicas inovadoras, que destoem do que é culturalmente “aceitável” na sociedade excludente e hierarquizada em que vivemos” (Araújo, 2017, p. 115).

Gil (2014) verificou em seu estudo o desconhecimento dos/as professores/as participantes sobre a Lei n. 10.639/03, indicando a carência na abordagem de suas problemáticas na formação dos/as mesmos/as e a omissão das discussões sobre o racismo nas aulas de Educação Física. O autor elege “[...] a capoeira Angola como referência de conteúdo de matriz africana, por entendermos que essa manifestação cultural reúne elementos que possibilitam ao professor de Educação Física, na escola, trabalhar com os alunos negros e não negros as questões que consideramos relacionadas à lei 10.639/03” (Gil, 2014, p. 94).

No sentido oposto dos dados mencionados até então, que tratam o elemento da cultura, apresentada em suas diversas manifestações, como potente aliada para o alcance de uma educação mais justa e democrática, Oliveira (2021) apurou em seu estudo que em uma escola com estudantes indígenas que seus repertórios culturais não são aproveitados no planejamento das aulas de Educação Física, como também não cumpre com a legislação vigente (Lei n. 11.645/08) acerca da temática indígena. Percebemos com isso que o apagamento cultural ocorrido no Brasil pelo colonialismo ainda acontece nos dias de hoje, tendo como exemplo o apagamento das próprias identidades dos/as estudantes indígenas no espaço escolar no estudo do autor. Em contextos como esse e em outros tantos, entendemos que se faz necessário o fomento para a educação intercultural, abordada por Grando (2010) que apresenta diversas possibilidades que levam em consideração o pluralismo cultural e a valorização da diversidade.

4.2.6 Prática Pedagógica

Lopes (2020) analisou se as práticas pedagógicas de professores/as de Educação Física têm expressiva influência do currículo e da formação para a materialização do tema étnico-racial. Identificou a necessidade de aprofundamento do debate nos documentos analisados e as formações apresentaram-se como importantes contribuições para as práticas docentes.

Grison (2020) constatou que a ERER na Educação Física das escolas estaduais de Curitiba vem acontecendo atualmente através do currículo oculto e não é contemplada nos planejamentos dos/as docentes, ainda que o tema étnico-racial conste nos Projetos Políticos

Pedagógicos das escolas, que atribuem a falta de formação inicial e continuada ponto de destaque, pois dessa forma não se sentem preparados/as para o trabalho com as relativas problemáticas.

Coutinho (2014) analisou as etapas de um projeto denominado “Africanidade” sobre conteúdos da cultura corporal de origem afro-brasileira e africana. Considerou positiva sua execução pelas duas professoras participantes, que levantaram alguns pontos de entrave para a implementação dos conteúdos de matriz africana e afro-brasileira como a insuficiência da assistência governamental e formação (inicial e continuada) inadequada, como também apresentou o preconceito relacionado ao aspecto religioso.

Pantoja (2022) entrevistou professores/as do ensino médio que demonstraram pouca familiaridade com os conteúdos da problemática étnico-racial, relacionando esse fato às lacunas deixadas por suas formações inicial e continuada.

Carioca (2021) discorre que os estudos relacionados à cultura, à corporalidade e à educação intercultural potencializam o rompimento do paradigma eurocêntrico que se consolida pela educação monocultural e reconheceu que as práticas corporais indígenas fortalecem a interculturalidade nas aulas de Educação Física.

Cavalcanti (2020) apresenta narrativas de sua trajetória docente no movimento de tomada de consciência, reconhecendo-se e (re) afirmando-se como negro, com práticas voltadas para a educação antirracista.

Rosa (2023) analisou uma proposta de ensino voltada para a descolonização do currículo por intermédio de temas relativos à cultura corporal africana e indígena no ensino fundamental, sustentando-se pelos procedimentos didáticos e princípios pedagógicos do currículo cultural.

Pastoriza (2015) identificou que professores/as e diretores/as de escolas reconhecem a importância da Lei 10.639 na educação brasileira, mas não se sentem preparados/as para trabalhar seu conteúdo, limitando às atividades desenvolvidas durante a semana da Consciência Negra, momento em que prevalece uma representação folclórica da cultura negra, sem apresentarem discussões ou projetos sobre o tema ao longo do ano. Também admitiram a existência de racismo no Brasil, porém grande parte dos/as entrevistados/as atenuou o racismo na escola. Constatou a capoeira como a prática mais representativa da cultura africano-brasileira e da resistência negra.

Naldino (2019) analisou o processo de ausências da cultura negra nas práticas pedagógicas da Educação Física por meio da capoeira, elucidando as formas de invisibilização

e apagamento da cultura afro-brasileira nos currículos eurocentrados e demonstrando a urgência da descolonização destes currículos, efetivando assim a Lei n. 10.639/03 na Educação Física Escolar.

Serafim (2020) apresenta uma proposta de trabalho para as aulas de Educação Física a partir da dança afro-brasileira associada aos processos de construção da identidade histórico-cultural e relata os olhares da professora, da pesquisadora e dos/as alunos/as em relação às intervenções realizadas.

Bins (2014) analisou como os/as professores/as de Educação Física abordam as questões étnico-raciais em Porto Alegre, apontando limites e possibilidades para tal abordagem. A autora identificou que, mesmo diante das limitações encontradas, o trabalho com as questões étnico-raciais é implementado por um número significativo de professores/as da rede, mas ressalta que ainda não é suficiente. Também apresentou uma possibilidade desse trabalho através da prática pedagógica de um professor que utiliza como metodologia os valores civilizatórios africanos e afro-brasileiros. Os resultados dessa dissertação também foram apresentados no formato de artigo pela autora posteriormente (Bins; Neto, 2016; Bins; Neto, 2017).

Lima (2022) analisou as possibilidades de trato pedagógico do hip-hop nas aulas de Educação Física do Ensino Médio, a partir do materialismo histórico-dialético, da teoria pedagógica histórico-crítica, da psicologia histórico-cultural e da abordagem crítico-superadora. A autora constatou que as poucas pesquisas voltadas para este tema não expressam a realidade da escola pública nem o relacionam a uma compreensão de expressão da resistência ativa e também gerou uma proposição pedagógica para o trato do conhecimento do hip-hop.

Nobrega (2019) investigou a intervenção pedagógica de professores/as de Educação Física no município de São Paulo na perspectiva da Educação Antirracista e revelou que há contribuição da Educação Física escolar com propostas voltadas para a diversidade étnico-racial, fato constatado através das falas das coordenadoras pedagógicas e das mudanças de postura dos/as discentes nas aulas.

Vicente (2023) buscou compreender as características e os significados que orientam a prática pedagógica de professores/as de Educação Física que incluem os marcadores sociais da diferença como tema de suas aulas. A autora percebeu nas declarações a presença dos marcadores sociais no currículo de forma intencional e sistematizada com diferentes temas e estratégias de ensino voltados para as relações étnico-raciais.

Castro (2023) apresenta a experiência de uma intervenção pedagógica em que abordou as problemáticas de gênero, etnia e raça nas aulas de Educação Física em turmas do 8º ano do Ensino Fundamental. No processo planejado, havia um momento distinto para cada problemática, porém no decorrer das ações, sentiu a necessidade de tratá-las de forma interseccional. A autora relata a importância de se abordar cada vez mais essas problemáticas, mesmo diante dos obstáculos encontrados.

Ribeiro (2019) analisou as contribuições de sua prática pedagógica para a promoção da educação intercultural, através do conteúdo dança e dos eixos temáticos as relações étnico-raciais e de gênero e dos relatos de ex alunos/as, compreendendo assim “[...] a dança e os projetos desenvolvidos, como potencial de vivenciar outras formas de pensar e ser das culturas, promovendo o reconhecimento e a valorização de outras formas de viver coletivamente em diferentes contextos com o mesmo respeito” (Ribeiro, 2019, p. 181)

Rocha (2022) analisou a prática pedagógica de uma professora em um projeto de dança intitulado “Dança Afro-Brasileira Cênica” no contraturno de uma escola pública no município de Vitória – ES. Por meio de observações das aulas do projeto e de relatos da professora, da equipe pedagógica e de alunos/as, identificou que a prática docente com dança que contempla a cultura afro-brasileira nos trabalhos desenvolvidos no projeto favorece a promoção da educação antirracista, e que esse projeto é visto de maneira favorável pela instituição, embora tenha observado algumas limitações na resistência pela questão religiosa e no currículo em relação às questões étnico-raciais.

Fávero (2022) analisou através de uma experiência pedagógica, os desafios e as possibilidades para a mediação das danças populares no contexto da Educação Infantil à luz de um currículo decolonial, enfatizando questões étnico-raciais de enfrentamento ao racismo por meio das culturas afro-brasileira e africana.

Pereira et al. (2019) identificou que a maioria dos/as professores/as de Educação Física da rede municipal de Fortaleza – CE não conhece as Leis n. 10.639/03 e n. 11.645/08, contudo trabalham a problemática étnica e que o conteúdo faz parte da disciplina. Consideram que “é preciso remodelar as práticas pedagógicas, no que tange a problemática, dar uma maior atenção à formação de professores para tal assunto” (Pereira et al., 2019, p. 417)

Rodrigues (2020, p. 6) trata sobre “[...] as vicissitudes da docência diante da tarefa de apresentar/tematizar às novas gerações práticas corporais da cultura popular [...]”. Para isso, utiliza a manifestação cultural afro-brasileira Jongo para elaboração do planejamento e da ação

docente com turmas de 3º ano do Ensino Fundamental de uma escola da rede municipal de Florianópolis – SC.

Crelier (2017) constatou em uma escola do Rio de Janeiro que os/as professores/as investigados/as não presenciaram discussões sobre a problemática étnico-racial em suas formações acadêmicas, destacando que todos se formaram após o ano de aplicação da Lei n. 10.639/03. Também destaca que, embora julguem relevante a abordagem da problemática, apresentam dificuldade em relacionar a Educação Física como espaço propício para abordá-la. Com isso, aponta como resultado a não efetivação da lei na escola utilizada como campo de pesquisa. Posteriormente essas conclusões foram publicadas em formato de artigo por Crelier; Silva (2018).

Pires (2013) em sua dissertação e, posteriormente em artigo produzido com Souza (2015) apresentou através das falas de professores/as de Educação Física da rede municipal de Bagé – SP que os/as mesmos/as desconhecem a Lei n. 10.639/03 quase que em unanimidade e que a cultura afro-brasileira e africana é abordada de forma reducionista nas escolas do município, com a inserção da capoeira como conteúdo e através de projetos no período da semana da Consciência Negra. Desse modo, consideram que

políticas educacionais devem estar inseridas na organização do trabalho pedagógico da escola, de modo que os professores consigam discutir e entender os seus significados no processo do próprio trabalho pedagógico, como também no processo de construção das relações sociais e culturais (Pires, 2013, p. 202).

Faria (2018) analisou em oito escolas da rede municipal de Cariacica – ES o processo de inserção e aprendizagem dos conteúdos da história e cultura afro-brasileira na Educação Física, constatando que a maioria dos/as professores/as entrevistados/as possui distanciamento da referida problemática e dos documentos curriculares locais. Além disso, elaborou uma proposta pedagógica com sugestões de conteúdos e atividades para o desenvolvimento das relações étnico-raciais no ensino fundamental.

Santos (2018) analisou os trabalhos de professores/as nas escolas públicas do Paraná acerca da Lei n. 10.639/03, por meio dos conteúdos da capoeira e das danças afro-brasileiras. Verificou a dificuldade destes/as na inserção aprofundada dos conteúdos, como também uma potente possibilidade de abordá-la através da interdisciplinaridade.

Soares (2017) elaborou uma unidade didática a partir do conteúdo do currículo do Estado de São Paulo para o Ensino Médio, utilizando as TIC para problematizar as relações étnico-raciais e analisou as percepções do professor e dos/as alunos/as sobre o trabalho

desenvolvido, em que consideraram as relações étnico-raciais como assunto importante a ser abordado nas aulas de Educação Física, mas que a postura dos/as alunos/as acerca das “brincadeiras” preconceituosas não mudou. Em relação às TIC, verificou que elas potencializam o desenvolvimento dos conteúdos, mesmo diante das limitações que se apresentaram.

Alguns estudos exploraram as relações étnico-raciais através de algum conteúdo da Educação Física específico para sua ação pedagógica com as reflexões e debates em suas pesquisas, como a dança, tratada em Ribeiro (2019), Naldino (2019), Serafim (2020), Rocha (2022), Favero (2022), a capoeira por Gil (2014), as duas juntas por Santos (2018), jogos por Lyrio (2019), Reis (2020), e Shreiber (2019).

Raimundo e Terra (2021) narram situações de preconceito racial advindos de indivíduos que fazem parte da população negra, “infectados” na consciência coletiva pelo imaginário social de supremacia branca que cria estereótipos discriminatórios.

A perspectiva da Educação Antirracista perpassa por (quase) todos os tópicos analisados nesse mapeamento, assim como há a presença muito forte das perspectivas multi e intercultural, pois ao abordar sobre populações que por elas mesmas já há diversidade, entendemos que não há como homogeneizá-las, assim como é rica a sociedade brasileira histórico culturalmente e o quão apagadas e invisibilizadas são essas riquezas pelo sistema elitizado e hegemônico europeu/estadounidense que se instala no currículo, na formação e nas práticas pedagógicas da Educação Física, assim como na sociedade de forma geral.

Concluimos através desse mapeamento, que se faz necessária e imprescindível a expansão de pesquisas que envolvem a educação das relações étnico-raciais no campo da Educação Física, tendo em vista que passados vinte e um anos da primeira lei aqui discutida, poucos foram os estudos encontrados no período de recorte temporal escolhido para tal investigação, corroborando assim com as pesquisas de Lima e Brasileiro (2020) e Grison (2020), que demonstram essa carência da produção científica sobre essas problemáticas na Educação Física, ao modo que há uma vasta gama de possibilidades de se realizar essas discussões, seja através da prática pedagógica, da formação, do currículo, da cultura, ou de outros elementos que podem servir como ponto de partida o desenvolvimento de diversas reflexões, ações e transformações de docentes e discentes.

4.3 O retrato da realidade com a perspectiva da transformação

Olhando para o retrato enxergamos algo estático, que já aconteceu e que não pode ser mudado até aquele momento. Porém, ao analisá-lo objetivamente, temos a possibilidade de compreender como tal contexto ocorreu, assim como ele pode ser transformado para posteriormente gerar um novo retrato. É nesse sentido que nos voltamos para o resultado desse mapeamento, pois consideramos que há muito ainda o que melhorar em relação à produção científica e ao contexto educativo sobre as relações étnico-raciais na Educação Física. A baixa produção acadêmica nos Programas de Pós-graduação específicos da área elucida bem essa reflexão.

O cenário das produções científicas retratadas no recorte temporal da última década apresenta baixa publicação de artigos científicos, tendo em vista a acessibilidade destes e a ampla utilização de periódicos científicos, assim como pela potencialidade do número de Dissertações localizadas. Há produções científicas espalhadas por toda a geografia brasileira, com predominância da região sudeste, que lidera em quantidade de todos os tipos de estudos.

Ao adentrarmos nos conteúdos das produções localizadas nesse processo, identificamos a superioridade de abordagem da cultura afro em relação à indígena, expondo assim a maior necessidade e urgência de estudos voltados para os conhecimentos dos primeiros povos habitantes dessa nação, que possuem grande diversidade e riqueza a serem exploradas e compartilhadas, na ideia de romper com o epistemicídio e o formato eurocentrado através do movimento descolonizador na educação brasileira, que conseqüentemente permite a superação do racismo estabelecido e a valorização étnico-racial na sociedade.

De modo geral, os estudos mostram a (quase) ausência das relações étnico-raciais na Educação Básica e no Ensino Superior, seja em seus currículos hierárquicos e monoculturais, como nas insuficientes abordagens pedagógicas, justificadas pelo desconhecimento e despreparo de docentes, mesmo após decorrida mais de uma década da obrigatoriedade de ensino dos conhecimentos afro e indígenas. Contudo, evidencia-se a relevância da formação (inicial e continuada) nesse movimento de resistência e superação ao modo eurocêntrico de educar, assim como deve-se destacar a potencialidade da Educação Física nesse processo, pois é a área que tem o corpo (em suas diversas representações) como elemento de intervenção.

Embora tenha suas raízes nas práticas europeias fortemente influenciadas pela ciência, a Educação Física tem em seus conteúdos a possibilidade de abordagem das diversas manifestações culturais através de seus conteúdos, como visto na presença dos jogos, das

brincadeiras, das danças e da Capoeira nos estudos apresentados, que contribuem para o desenvolvimento uma educação crítica e emancipatória. Para tal, há a urgente necessidade de superação das ausências de reflexões, discussões e sistematizações no contexto da Educação Física, que reforçam a realidade racista e excludente. Dessa forma, percebemos que para não ficar a mercê do comprometimento individual dos/as docentes para tal movimento, deve haver uma reestruturação curricular, que implicará efeitos transformadores na formação docente, na atuação pedagógica e no desenvolvimento humano dos/as discentes.

Dessa forma, serão mais bem percebidas as variadas possibilidades de abordar as relações étnico-raciais na Educação Física, suprimindo o reducionismo e o cumprimento burocrático das normas legais nas práticas pedagógicas e tornando-as instrumentos de humanização e de justiça social. Assim, seguimos na esperança de gerar uma realidade transformada para que um novo retrato seja estabelecido daqui por diante.

CAPÍTULO 5

“NA LUTA É QUE A GENTE SE ENCONTRA”³¹

É com esse título que debatemos como esses movimentos de luta contra a desigualdade, o preconceito, a injustiça e o desrespeito se apresentam nas aulas de Educação Física, com ênfase nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental da rede municipal de João Pessoa – PB, através das respostas de professores/as que se encontram nesse local de ação e investigação educacional.

No presente capítulo discorreremos acerca dos dados oriundos da pesquisa de campo, advindos dos questionários e das entrevistas dos/as professores/as da Rede Municipal de Ensino de João Pessoa – PB. Discutimos acerca das perspectivas e das práticas apresentados em suas falas sobre os seus cotidianos pedagógicos, e nesse encontro (como sugere o título desse capítulo) de relatos, analisaremos como a Educação para as Relações Étnico-Raciais atravessa o ensino da Educação Física nesta rede de ensino à luz das Leis n. 10.639/03 e n. 11.645/08.

Inicialmente discutimos os dados oriundos dos questionários, que tiveram a participação voluntária de 57 professores/as e, posteriormente das entrevistas de 4 destes/as que foram selecionados/as de acordo com suas respostas, buscando compreender como se materializam as abordagens das culturas afro e indígenas em suas práticas pedagógicas.

Como forma de preservar a identidade dos/as participantes da pesquisa, atribuímos a eles/as codinomes³² relacionados à jogos, brincadeiras e danças de matrizes africana e indígena, da seguinte forma:

- Jogos: Labirinto, Yoté, Zamma, Tidymure, Rokrã, Ronrondã, Alquerque, Jogo da Onça, Cabo de Guerra, Ukigue Humitsutu Shisima, Antoakyire, Senet, Tsoro Yematatu, Ndoma.

- Brincadeiras: Gutera Uriziga, Kakopi, Da Ga, Ampe, Mbube Mbube, Terra-Mar, Saltando Feijão, Ftifti, Mamba, Êxodo, Pombo, Pilolo, Banyoka, Si Mama Kaa, Obwisana, Peixe Pacu, Dosu, Maracujá Camanaus, Brincadeira do Sapo, Peão de Tucumã, Cuia, Macaquinho, Peikrã, Arco e Flecha, Comboio, Kudoda, Sankatana.

³¹ Trecho do Samba Enredo de 2019 “Histórias para ninar gente grande” do Grêmio Recreativo Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira (RJ).

³² As fontes utilizadas para extrair os codinomes dos/as participantes foram Cunha (2016), Silva (2018), Guimarães; Impolcetto (2021), Reis (2020) e Cunha (2019)

- Danças: Quarup, Toré, Cateretê, Praiás, Ema, Cariçu, Caboclinhos, Jaburuntu, Maculelê, Congada, Maracatu, Jongo, Samba, Xondaro.

5.1 Primeiros relatos de quem encontra-se nas realidades escolares

Apresentamos inicialmente a discussão dos dados provenientes da primeira etapa da pesquisa de campo, realizada através da aplicação de um questionário aos/às professores/as de Educação Física atuantes em turmas de 3º a 5º ano do Ensino Fundamental na rede municipal de João Pessoa/PB, que se dispuseram voluntariamente a responder sucintamente as questões relatando suas aproximações, perspectivas e as realidades em que se encontram no tocante da abordagem da história e cultura afro-brasileira e indígena.

5.1.1 Caracterização dos/as professores/as

Na primeira seção do questionário, as perguntas referiram-se aos dados pessoais dos/as participantes e ao analisarmos seu perfil étnico-racial, identificamos 32% (18) pessoas declaradas como brancas e 61% (35) pessoas declaradas negras. Como resultado das pessoas consideradas negras, obtivemos nas respostas de 10% (6) negras, 5% (3) pretas e 46 % (26) pardas, considerando a mesma classificação utilizada para o Censo Demográfico pelo IBGE, em que pessoas pretas e pardas são classificadas como negras. Vale salientar que para essa questão a resposta foi aberta, deixando livre para cada participante definir sua declaração étnico-racial. Com isso, 7% (4) respostas obtidas foram inadequadas (“sim”; “não”; “Entender mais sobre a temática”; nome e CPF) para a informação solicitada na questão. Diante disso, constatamos que a autodeclaração dos/as participantes da pesquisa retrata a composição da população brasileira, com a maioria de sua população sendo negra (IBGE, 2022). Consideramos a relevância desses dados por entender que, com a maioria de professores/as declarada negra, a abordagem das relações étnico-raciais nas práticas pedagógicas em Educação Física possivelmente estaria mais presente devido a representatividade dessa população nos espaços escolares, sendo assim, estes teriam mais propriedade para tratar sobre a História e Cultura Afro-Brasileira nas aulas de Educação Física.

Sobre a faixa etária, a média de idade dos/as participantes encontrada foi de 42 anos e a faixa etária com maior concentração é de 30 a 39 anos, resultado que diverge com o estudo de Almirante (2012), que investigou o perfil dos/as professores/as de Educação Física nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental no município de João Pessoa, encontrando há 11 anos maior concentração na faixa etária acima de 50 anos. Vale salientar que, embora tenha utilizado

critérios de amostra mais abrangentes, o estudo de Almirante contou com uma quantidade menor de participantes comparado ao nosso. Entendemos que a grande parte de participantes de seu estudo não está mais ativa na rede, pois, passados 11 anos, estariam na faixa etária > 59 anos em nosso estudo, porém esta foi a que teve menor número. Com isso, acreditamos que estes/as estão na condição de aposentados/as, tendo a rede se renovado nos últimos anos.

Quadro 2 – Distribuição de participantes por faixa etária.

Faixa etária	Número	%
20 a 29 anos	4	7
30 a 39 anos	27	47
40 a 49 anos	10	18
50 a 59 anos	14	25
> 59 anos	2	3

Fonte: Elaborado pelo autor.

Nessa etapa, tivemos a participação de professores/as lotados/as em escolas de todos os polos distribuídos na rede, englobando assim todas as regiões do município de João Pessoa. Cada polo foi representado nos dados com professores/as de pelo menos 2 escolas, como pode ser visualizado no quadro 3.

Quadro 3 – Distribuição de participantes por Polo de ensino.

Polo 1	5
Polo 2	7
Polo 3	2
Polo 4	9
Polo 5	5
Polo 6	7
Polo 7	10
Polo 8	8
Polo 9	4

Fonte: Elaborado pelo autor.

Já na segunda seção, os dados solicitados corresponderam ao processo formativo dos/as participantes, iniciando pela Formação Inicial, e chamou a atenção o fato de uma professora não mencionar que possui graduação em Educação Física, mas em Pedagogia e Especialização em Psicopedagogia.

Temos ciência que a atuação nas escolas de professores/as sem formação específica nos componentes curriculares é uma realidade no Ensino Fundamental e Médio, sendo a Educação Física que possui menor proporção nesse panorama, segundo Costa (2018). As discussões e, conseqüentemente, as políticas públicas direcionadas para uma ideal adequação da formação de professores/as se deu a partir da LDB (Brasil, 1996), quando trata em seu Art. 62 de que a responsabilidade sobre formação de professores/as para atuar na Educação Básica compete aos institutos de educação superior, sendo admitida como formação mínima para o magistério na

educação infantil e na etapa inicial do ensino fundamental, a formação oferecida em escolas na modalidade normal, que ainda subsistiram por um longo tempo. Já em 2002, a Resolução CNE/CP nº1, destaca no Art. 3º - II que a formação de professores/as deve considerar a “coerência entre a formação oferecida e a atuação esperada”. Contudo, o artigo 31º da Resolução CNE/CP nº 7, de 14 de dezembro de 2010, dispõe que

Do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, os componentes curriculares Educação Física e Arte poderão estar a cargo do professor de referência da turma, aquele com o qual os alunos permanecem a maior parte do período escolar, ou de professores licenciados nos respectivos componentes.

Adicionalmente, o artigo 5º da Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2016, define que “[...] o egresso do curso de Pedagogia deverá estar apto a ensinar Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Artes, Educação Física, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano”. Dando assim abertura legal para que o/a profissional formado/a em Pedagogia possa desenvolver práticas pedagógicas no componente curricular Educação Física nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Dessa forma, podemos observar o quanto é recente essa regulamentação, com isso, ainda encontramos um percentual considerável de professores/as atuando fora da sua área de formação, porém, entendemos que esse é um fator que impacta negativamente a educação, pois considera-se que o/a professor/a é um elemento importante para a qualidade do ensino e o desempenho dos/as estudantes pode ser afetado, pois o conhecimento específico permite ao professor/a melhor transmissão dos conteúdos e engajamento dos/as estudantes (Santana, 2020).

De acordo com os dados de nível nacional do Censo Escolar de 2022, o quantitativo de professores/as ministrando aulas de Educação Física nos anos iniciais do Ensino Fundamental sem a formação específica atingiu 5,1% de professores/as que possuem formação em área diferente e 9,7% não possuem formação superior. Dessa forma, somando essas categorias, encontramos um percentual de 14,8% de inadequação da formação de professores/as de Educação Física nos primeiros anos da Educação Básica (Brasil, 2022). Contudo a meta 15 do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 tem como objetivo garantir que “[...] todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam”.

Em relação ao período em que ocorreram as formações iniciais dos/as participantes do questionário, no geral foi entre os anos de 1985 e 2021, tendo maior concentração de 2004 a

2011, com 37% (21) das conclusões nesse período. A maioria das conclusões com 67% (38), ocorreu após promulgação da Lei 10.639/03, podendo este ser um fator indicativo para a maioria dos indivíduos dessa amostra ter algum contato com as leis mencionadas, tendo em vista que estavam sendo formados para atuar nos espaços onde a obrigatoriedade da abordagem desses conteúdos estava em vigência. Nesse contexto, conforme o estabelecido no parágrafo 1º do artigo 1º da Resolução CNE/CP nº 01/2004, a partir de sua publicação, as IES deveriam incluir os “conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes” (Brasil, 2004), sobretudo dedicando atenção especial para garantir a formação adequada aos/as professores/as sobre os conteúdos determinados nas Leis nº 10.639/03 e 11.645/08 nos cursos de licenciatura. Contudo, compreendemos que esse movimento ocorreu em um processo gradativo durante os anos posteriores, não sendo garantida a presença de tais conteúdos nas diretrizes curriculares dos cursos formativos dos/as participantes do questionário com conclusões após os anos de promulgação das leis.

Em relação a Pós-Graduação, 53% (30) dos/as participantes informaram que possuem Especialização (*lato sensu*), 16% (9) possuem qualificação em Mestrado e 5% (3) Doutorado (*stricto sensu*), com isso apenas 26% (15) não obteve nenhuma dessas qualificações. As Especializações (*lato sensu*) aconteceram entre os anos de 1987 e 2022, e foram desenvolvidas em áreas diversas, como demonstrado no Quadro 4. Enquanto os cursos de Mestrado a partir de 2010 nas áreas de Educação, Educação Física e Esportes e os de Doutorado em 2012 em Esportes e 2022 em Educação Física.

Quadro 4 – Distribuição das áreas de desenvolvimento das Especializações

Área	Quantidade
Educação Física Escolar	13
Não Informado	9
Fisiologia do Exercício	3
Gerontologia	2
Educação Infantil	2
Educação	2
Obesidade e Emagrecimento	1
Nutrição Esportiva	1
Treinamento Desportivo	1
Educação Profissional	1
Psicopedagogia	1
Natação	1
Educação Psicomotora	1
Educação Física Adaptada	1
Medicina do Esporte	1

Fonte: Elaborado pelo autor.

Vale destacar que todas as conclusões de Mestrado e Doutorado ocorreram após o ano de promulgação da Lei 11.645, em 2008, possibilitando maior contato com o debate sobre as relações étnico-raciais em seu processo formativo, contudo não foi verificado se estes/as professores/as vivenciaram debates dessa natureza nessas etapas de formação.

Na terceira seção buscamos dados que dizem respeito à atuação dos/as professores/as participantes, com isso, identificamos que o tempo de atuação destes/as na rede de ensino se dá entre 1 a 30 anos, com valores bem aproximados nas faixas de 1 a 10 anos e de 11 a 20 anos. Contudo, se ampliarmos a análise para o tempo de atuação na Educação Básica, a faixa temporal se estende, indo de 1 a 39 anos, com maior incidência na faixa de 11 a 20 anos de atuação. A maioria dos/as participantes atuam apenas em rede pública e 5 (9%) também atua em rede privada. Almirante (2012) encontrou maior concentração de professores/as que atuam na rede municipal de JP na faixa temporal de 0 a 11 anos de atuação. Levando em consideração que se passaram 11 anos de sua pesquisa, percebemos em nossos dados coletados que possivelmente ocorreu uma renovação do quadro de professores/as de Educação Física no município de forma considerável, assim como a concentração da faixa de tempo de atuação seguiu conforme o período percorrido.

Quadro 5 – Distribuição do tempo e do tipo de rede em que atuam.

Tempo de atuação	Na Educação Básica	Na rede municipal de João Pessoa	Também atua em rede privada
1 a 10 anos	16	28	1
11 a 20 anos	34	27	4
21 a 30 anos	4	2	0
31 a 40 anos	2	0	0
Total	56	57	5

Fonte: Elaborado pelo autor.

Chamamos a atenção para a questão do tempo de atuação na Educação Básica, em que um/a dos/as professores/as respondeu 40 horas, fazendo assim que o quadro o total desses dados ficasse diminuído em relação aos outros.

5.1.2 Aproximação com as relações étnico-raciais

Na seção 4 centramos nossas questões ao objeto de estudo, consultando os/as participantes sobre o conhecimento das Leis n. 10.639/03 e n. 11.645/08 e suas posições em relação às mesmas.

Considerando que os/as 67% (38) de professores/as que concluíram sua formação inicial após o ano de 2003, nossa percepção é de que estes/as participaram das discussões acerca

da Lei n. 10.639 em suas formações, devido o período de sua implementação na Educação Básica e, com isso, possivelmente tiveram maior contato com elementos das relações étnico-raciais do que os demais. Porém, ao analisarmos as respostas sobre como tiveram contato com essas problemáticas, nos deparamos com o resultado de que apenas 21% (12) afirmaram que tiveram aproximação na sua formação inicial e 28% (16) na sua formação continuada. Nesse último ponto, vale destacar a participação da empresa Alpargatas na promoção de formação continuada envolvendo as relações étnico-raciais em parceria com a Prefeitura de João Pessoa - PMJP, que foi mencionada em algumas respostas dispostas a seguir. Desde 2022 a PMJP firmou parceria com o Instituto Alpargatas, através do Programa Educação pela Cultura³³ com o objetivo de “semear a multiculturalidade e impulsionar o aprendizado, a compreensão e o conhecimento da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena do Brasil, apoiando a inclusão destas temáticas na grade curricular das escolas de educação básica” (Araújo, 2022)³⁴.

A formação feita **no ano passado** abordou a cultura e problemáticas afro-brasileira, mas as questões indígenas não foram abordadas. (Banyoka)

Uma formação promovida pelo **Instituto Alpargatas** em parceria com a prefeitura para trabalhar o tema na escola. (Pilolo)

Uma formação oferecida pelo **Instituto Alpargatas**. (Peixe Pacu)

Através de um projeto da **empresa Alpargatas**. (Peikrã)

Em 2022 participamos de um projeto enquanto escola que teve como temática a construção de uma cultura antirracista na escola. Nesse ano estamos iniciando um processo formativo através de um projeto cultural em parceria com o **Instituto Alpargatas**. (Xondaro)

O Programa Educação pela Cultura do Instituto Alpargatas foi criado em 2014 e fomenta o conceito de escola em tempo integral, baseada em atividades interdisciplinares em diversos temas e aspectos que geralmente ficam de fora dos currículos escolares tradicionais, como exemplo da história indígena e afro-brasileira. Com a intencionalidade de resgatar a cultura popular brasileira através da música, da dança e da capoeira, possui como objetivos em sua proposta: “Despertar o interesse dos alunos e valorizar a cultura nacional; desenvolver habilidades artísticas culturais; incentivar o pensamento crítico e a consciência cidadã;

³³ Para mais informações sobre o Programa, acessar <https://www.institutoalpargatas.com.br/programas/educacao-pela-cultura/>

³⁴ Informações extraídas em <https://www.joaopessoa.pb.gov.br/noticias/alunos-da-rede-municipal-aprofundam-conhecimentos-sobre-cultura-afro-brasileira-e-indigena/> e <https://www.joaopessoa.pb.gov.br/noticias/cicero-fecha-parceria-com-alpargatas-para-implantacao-de-projeto-de-esporte-e-cultura-na-rede-municipal/>

fortalecer a relação entre escola e comunidade; proporcionar a compreensão de valores morais e éticos; dar força à política de educação em tempo integral” (Alpargatas³⁵).

Já no período de formação inicial, quando levamos em consideração a quantidade de participantes no questionário, percebemos a baixa incidência do contato dos/as professores/as com as temáticas, como também a ínfima quantidade de disciplinas que poderiam incluir estas discussões ou mesmo específicas para as mesmas. A seguir estão algumas respostas dos/as professores/as referente à formação inicial.

Nas disciplinas que tratavam da **legislação educacional brasileira** e no ensino da Educação Física nos seguimentos da Educação Básica. (Mamba)

Tive contato com essas problemáticas na minha formação, por conta de alguns **professores** que trabalharam o assunto em algumas cadeiras. (Pilolo)

Quando se questionou as **cotas** nas universidades. (Peikrã)

O debate sobre políticas de correção e redução das desigualdades acumuladas ao longo dos séculos é extremamente necessário, principalmente no Ensino Superior, pois forma as próximas gerações de profissionais que poderão transformar a nossa sociedade. As lutas dos movimentos sociais, em longas datas, resultaram em recentes e importantes conquistas na legislação educacional brasileira. Uma dessas principais conquistas, mencionada pela professora Uatá, foi o sistema de cotas, que permitiu o aumento da representação de negros/as e indígenas no Ensino Superior. Como um dos principais pontos levantados por esses movimentos é a promoção da educação, esse marco vitorioso e de grande importância na luta pela reparação histórica tem sido pauta de debates quando se trata de políticas de ações afirmativas (Teixeira; Marques, 2021). As políticas de ações afirmativas proporcionam melhores condições de desenvolvimento humano, em especial a política de cotas possibilita a melhoria nas condições de acesso à educação no Ensino Superior da população negra, visando diminuir e assolar as desigualdades raciais existentes na educação (Munanga, 2007). Nesse sentido,

O sistema de cotas tem exatamente o propósito de amenizar e de corrigir, pelo menos em parte, a vergonhosa desigualdade e injustiça das práticas tradicionais de seleção adotadas pelas universidades brasileiras. É absolutamente desigual e injusto que estudantes indígenas de aldeias, negros das periferias das grandes cidades, que durante toda a vida viveram as péssimas condições do ensino público, concorram a algumas pouquíssimas vagas nas universidades com os filhos das elites que sempre estudaram nas

³⁵ Informações extraídas do site <https://www.institutoalpargatas.com.br/programas/educacao-pela-cultura/>

melhores escolas privadas ou públicas e ainda puderam contar com seletos cursos preparatórios especializados (Luciano, 2006, p. 165).

Ao analisar os dados de pesquisas realizadas por instituições como IBGE e IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), que utilizam a autodeclaração como critério para legitimar o cotista, nos deparamos com a desigualdade com proporções gritantes, onde temos a maioria da população sendo de negros/as, ao mesmo tempo que esses formam o maior contingente em níveis de pobreza (Teixeira; Marques, 2021). Por isso o ponto de partida para a redução das desigualdades sempre foi e deve continuar sendo a educação, pois indivíduos que alcançam maiores níveis educacionais, possuem maiores e melhores oportunidades de emprego e, conseqüentemente, bons cargos e salários.

Contudo, o sistema de cotas por si só não tem força para gerar a diminuição das desigualdades, ele é um dos fatores que contribui para tal ação. A discussão mencionada na resposta tem um grande potencial transformador, pois através dela os/as envolvidos/as ampliam seus conhecimentos sobre todo o contexto acerca dessa política de ação afirmativa e reconhecem a relevância da materialização das Leis n. 10.639/03 e n. 11.645/08 em suas práticas pedagógicas na Educação Básica, com destaque nas aulas de Educação Física, como trata nosso estudo.

Ainda no debate sobre uma sociedade com exploração econômica e distribuição desigual de trabalho, do poder e da riqueza, nos deparamos com a cultura popular, produzida pelos/as considerados/as inferiorizados/as e com grande potencial perturbador dessas relações de poder, pois “[...] as práticas culturais populares exibem numerosas diferenças que, em parte, se devem às lutas inerentes às relações vigentes de gênero, classe, raça, etnia, idade e religião” (Cananéa, 2016, p. 103).

Daolio (2004) discute a Educação Física escolar baseando-se nas concepções antropológicas de Marcel Mauss e Clifford Geertz, em que a partir das diversas manifestações, as ações humanas promovem de forma contínua e dinâmica as construções culturais, através das dimensões biológicas, psicológicas, sociais e culturais, as identidades e significados de determinados grupos em contexto e época distintos. Essa recente perspectiva desse componente curricular aborda os conhecimentos culturais corporais que levam em consideração a diversidade, embora tenha uma tradição pautada nas ciências naturais e nas práticas etnocêntricas. Sendo assim, a Educação Física pode e deve intervir politicamente e pedagogicamente através da diversidade das manifestações da cultura corporal, adotando uma postura intercultural, fazendo releituras e ressignificando-as para a ampliação de

conhecimentos, experiências, expressividades e significados. Para Neira (2007, p. 176) “[...] o conhecimento popular representa um papel primordial na educação multicultural, pois, mediante um cultivo consciente destes conhecimentos são possíveis visões alternativas, democráticas e emancipadoras da sociedade, da política e da educação”.

Podemos perceber essa mudança na abordagem da Educação Física quando analisamos o currículo nas IES, como ficou representado nas disciplinas mencionadas em algumas respostas, como pode ser visto a seguir:

Na disciplina de **sócio antropologia**. (Botswana)

Manifestações culturais. (Caiapós)

Na disciplina de **Danças Populares Brasileiras**, através do Programa de Apoio ao Curso de Licenciatura da UFPB, durante as reuniões formativas e planejamento/elaboração das intervenções pedagógicas. O contato com o movimento estudantil também foi fundamental para acessar os debates sobre as pautas identitárias. (Coco de Roda)

O fato de ter vivências formativas sobre as relações étnico-raciais contribui, porém por si só não implica afirmar que os/as professores/as tenham ou não conhecimento das leis que as orientam na educação. Para ilustrar isso, perguntamos no questionário sobre o conhecimento das leis enfocadas, as respostas indicaram que 54,3% (31) conhecem a Lei n. 10.639/03 e 49,1% (28) a Lei n. 11.645/08. Consideramos esses percentuais muito baixos, tendo em vista que as leis foram promulgadas há 21 e 16 anos, respectivamente. Se quase metade destes/as desconhecem tais determinações legais, entendemos que possivelmente os referidos conteúdos não estão sendo explorados nas aulas de Educação Física.

Outros estudos também identificaram o conhecimento/desconhecimento dos/as professores/as em relação às leis em outras localidades do país, como Lima (2018), realizado em Recife/PE com 21 participantes, e Marques e Silva (2020), realizado em 63 municípios do Mato Grosso do Sul, com 572 participantes. Ambos trataram apenas da Lei n. 10.639/03. Além desses, temos o estudo de Bins e Neto (2016), realizado em Porto Alegre/RS com 131 participantes e que também trata da Lei n. 11.645/08, assim como nosso estudo. Comparando os dados obtidos em nossa pesquisa, identificamos o percentual de conhecedores/as de tais leis abaixo de todos os outros estudos mencionados. Dessa forma, consideramos que tais conhecimentos devem ser propagados dentro da rede de ensino para toda equipe pedagógica das escolas, para que assim, alcance de forma direta e/ou indireta todos/as os/as professores/as e, conseqüentemente, chegue aos/às alunos/as.

5.1.3 Importância da abordagem das problemáticas contidas nas referidas leis

Em contrapartida, as respostas dadas na questão sobre a importância das problemáticas nas aulas de Educação Física tiveram resultado que corroboram com os estudos de Lima (2018) e Marques e Silva (2020) em que a quase totalidade considera importante a abordagem de tais temáticas, atingindo 96% em nosso estudo. Os/as professores/as atribuem essa importância a diversos aspectos, que organizamos nas categorias apresentadas no Quadro 6.

Quadro 6 – Categorias sobre a importância da abordagem das problemáticas étnico-raciais na Educação Física

Categoria	Unidade de Contexto	Unidade de Registro
História e Cultura Brasileira	Nossas origens	Nossa história Nossa cultura Cultura indígena e afro-brasileira Cultura brasileira Nossas origens Constituintes da história e cultura Identidade cultural Questão histórico-cultural Formação cultural Construção do país
	Diversidade cultural	Diversidade cultural Cultura de diversas áreas Diversidade de etnias Pluralidade cultural
	Resgate	Resgatar Trazer as contribuições
Educação Antirracista	Respeito	Respeito racial Respeito às diferenças
	Preconceito	Combater o preconceito Diminuir o preconceito
	Desigualdade	Combate à desigualdade
	Discriminação	Discriminação
Outros	Outros	Problemática que vem crescendo Conhecimento de todos os assuntos Contribuições Relevância social Atravessa nossa prática pedagógica Outros

Fonte: Elaborado pelo autor.

A maior parte dos/as professores/as (56%) atribuíram a importância de abordar as referidas problemáticas ao aspecto histórico-cultural da nação brasileira, como está representada por algumas respostas trazidas abaixo:

Porque traz a **importância da cultura e da nossa história** para os alunos.
(Gutera Uriziga)

Ajuda na **valorização da nossa cultura brasileira**. (Mbube Mbube)

É essencial abordar essas problemáticas da **história e cultura desses povos, pois é a nossa própria história e cultura.** (Banyoka)

Porque precisamos auxiliar na **identidade cultural** dos alunos (Tidymure)

Porque existe **uma questão histórico-cultural** por traz disso que explica o hoje. (Guaraná)

Porque são parte da **nossa cultura.** (Uatá)

Porque fazem parte da **formação cultural e social do povo brasileiro.** (Ukigue Humitsutu)

Faz parte da nossa **história e nossa cultura**, nos costumes, gastronomia e tradições. (Katuga Ikugu)

Pela importância na **construção do país**, do mundo, das relações. (Samba) [grifos nosso].

Reconhecemos que a escola é um espaço de possíveis compartilhamentos de conhecimentos e culturas que perpassam todos os componentes curriculares, tendo na Educação Física diversas formas de suas manifestações. De acordo com Gomes (2003), cultura é a construção ao longo do processo histórico e social de particularidades e semelhanças de indivíduos e grupos na sua vivência, gerando adaptações e transformações entre si e o meio, através de significados, regras, valores, comportamentos e tradições. A autora também explana que nossa relação social foi construída pela cultura como uma forma de classificar e hierarquizar indivíduos, povos ou grupos, vivendo “[...] sob a dominação de uma lógica simbólica e que as pessoas se comportam segundo as exigências dela, muitas vezes sem que disso tenham consciência” (Gomes, 2003, p. 76). É nesse sentido que, assim como a maioria dos/as professores/as mencionaram em suas respostas, consideramos de fundamental importância a abordagem dos conteúdos afro e indígena com o direcionamento para a consciência da constituição da nação brasileira nos diversos âmbitos (político, social, econômico, cultural, histórico), para que os/as estudantes sejam capazes de (re) conhecerem os reais acontecimentos desse processo, que envolve o apagamento da história e cultura afro e indígena.

Algumas respostas, apresentadas a seguir, ressaltam o trato sobre a diversidade cultural como fator de importância para tal abordagem:

Para despertar nos alunos a consciência de pertencimento e respeito à **diversidade de etnias e cultura destas.** (Ta)

[...] pela valorização e respeito à **diversidade cultural** é importante que a Educação Física ofereça a sua parcela de contribuição. (Kahê-Tuagê)

[...] para valorizarmos toda uma cultura e conhecimento relacionados as mais **diversas áreas**. (Maracatu)

Compreendendo a Diversidade Cultural como o modo em que a cultura se manifesta de diversas maneiras a partir da diferença de pessoas presente no desenvolvimento da história humana, apoiamo-nos na Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, definindo que

A cultura adquire formas diversas através do tempo e do espaço. Essa diversidade se manifesta na originalidade e na pluralidade de identidades que caracterizam os grupos e as sociedades que compõem a humanidade. Fonte de intercâmbios, de inovação e de criatividade, a diversidade cultural é, para o gênero humano, tão necessária como a diversidade biológica para a natureza. Nesse sentido, constitui o patrimônio comum da humanidade e deve ser reconhecida e consolidada em benefício das gerações presentes e futuras (UNESCO, 2002, p. 2).

Consideramos que o aspecto atribuído nas respostas para a importância de abordagem dessas problemáticas é o entendimento sobre a diversidade no nosso país. Para Moreira e Candau (2007) a escola é uma instituição cultural, com relações de entrelaçamentos e profundas articulações entre educação e cultura. Ela possui como função social a transmissão da cultura através das produções da humanidade. Eles abordam a perspectiva da escola como espaço de cruzamento de culturas de Angel Ignacio Pérez Gómez, que “[...] exige que desenvolvamos um novo olhar, uma nova postura, e que sejamos capazes de identificar as diferentes culturas que se entrelaçam no universo escolar, bem como de reinventar a escola” (Moreira; Candau, 2007, p. 45). Refletimos com isso que as Leis n. 10.639/03 e 11.645/08 são políticas públicas com o intuito de garantir o desenvolvimento de um novo olhar sobre os povos afro-brasileiros e indígenas e suas contribuições, fazendo com que esse entrelaçamento mencionado esteja presente no espaço escolar.

Ainda sobre a Diversidade Cultural, nos chamou a atenção as respostas que mencionam a pluralidade cultural, termo esse presente nos PCN’s, e o resgate dessas culturas, nos fazendo refletir que, se elas precisam ser resgatadas, é porque não estão presentes no cotidiano escolar, tendo assim (também) a Educação Física a missão de, através da cultura corporal, proporcionar o acesso a essa vivência. As respostas abaixo explicitam esse contexto:

Importante **resgatar e vivenciar** para entender a cultura dos povos originários, como também da cultura africana. (Shisima)

Valorização da **pluralidade cultural** (Cabas mae)

[...] **trazer as contribuições** dos povos originários é riquíssimo. (Cabo de Força)

[...] Para tanto a escola enquanto um ambiente formativo, tem o papel de **resgatar** os elementos políticos, culturais e sociais que constituíram a formação do povo brasileiro. E não temos como fazer isso sem conversamos sobre a cultura do povo preto e indígena do nosso país. (Coco de Roda)

Essa compreensão de cruzamento de culturas expressa a realidade em que nossa sociedade é formada, além de proporcionar uma identificação e/ou pertencimento nos/as estudantes, gera também o respeito e a valorização pelo diverso/diferente. Moreira e Candau (2007, p. 45) indicam que “[...] a escola sempre teve dificuldade em lidar com a pluralidade e a diferença”, porém esses elementos permitem “[...] reconhecer os diferentes sujeitos socioculturais presentes em seu contexto e abrir espaço para a manifestação e valorização das diferenças”.

Outra categoria que se desenvolve através das respostas é Educação Antirracista, enfatizando elementos como o respeito, a desigualdade, a discriminação e o preconceito.

Segundo Cavalleiro (2005, p. 14) “[...] uma educação antirracista não só proporciona o bem-estar do ser humano, em geral, como também promove a construção saudável da cidadania e da democracia brasileiras”. Ao considerar pertinente a discussão sobre o valor do respeito, que foi bastante mencionado nas respostas sobre a importância da abordagem dessas problemáticas, o mesmo não deve ser refletido apenas em manifestações de reconhecimento e valorização dos povos e suas contribuições históricas que retratam o passado, mas principalmente no presente, quando tratamos do combate ao preconceito, à discriminação, ao racismo, às desigualdades e quaisquer outros fatores de opressão para com esses povos, tão incidentes e recorrentes na atualidade, gerando proposições pedagógicas antirracistas e decoloniais. Dessa forma, nos aproximaremos de uma “[...] pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto de reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação, em que esta pedagogia se fará e refará” (Freire, 1987, p. 17). Nas respostas constituintes dessa categoria, se apresentam duas unidades de contexto (preconceito e discriminação) que marcam o desenvolvimento de uma terceira (desigualdade). Almeida (2018) discorre que há uma relação desses conceitos com o de racismo, porém explica a diferenciação entre eles, em que

O racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou

inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam. [...] O preconceito racial é o juízo baseado em estereótipos acerca de indivíduos que pertençam a um determinado grupo racializado, e que pode ou não resultar em práticas discriminatórias. A discriminação racial, por sua vez, é a atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados (Almeida, 2018, p. 22).

A todo momento no cotidiano esses elementos se manifestam, de forma explícita ou velada, entretanto a sociedade faz de conta que não existem (Lopes, 2005). Destarte, compreendemos a importância, não apenas da instituição dos instrumentos legais debatidos em nosso estudo, mas da implementação efetiva dos mesmos perpassando por todos os componentes da educação, para que consigamos desenvolver na sociedade a consciência de combate às desigualdades advindas dos elementos supracitados.

Nesse contexto, destacamos as seguintes respostas:

Porque as crianças estão adquirindo conhecimento da história e combate à **desigualdade** (Kudoda)

Porque é um assunto de extrema importância principalmente para o **respeito racial**. (Pombo)

É muito importante para a **diminuição do preconceito**, pois conhecendo melhor a cultura afro-indígena, percebemos que ela faz parte da nossa cultura realmente e não é uma coisa distinta. (Pilolo)

É importante que as crianças, principalmente as negras saibam sua origem e ensinar o respeito as raças é uma forma de **combater o racismo**. (Obwisana)

Porque ajuda na conscientização dos alunos e **combate o preconceito** (Maracujá Camanaus)

Para trabalhar a questão do **preconceito** e falta de empatia, justamente por falta de conhecimento suficiente acerca da temática. (Ndoma)

Porque somos oriundos das diferentes manifestações da cultura africana e devemos reparar os danos causados por décadas de **preconceito** em diferentes aspectos da sociedade brasileira. O problema do **racismo** ainda é muito pouco debatido, porém ainda muito presente dentro do seio esportivo, por exemplo. (Toré)

Sim. Devido a **discriminação** e necessidade de mudança de visão da sociedade. Se em casa a abordagem não existe ou é deficitária, a escola pode ajudar no fomento ao respeito. (Cateretê)

O Brasil possui uma raiz história colonial e escravocrata que reverberou uma série de **preconceitos e discriminações** contra a população negra e indígena. Esses povos tiveram a sua cultura inferiorizada, criminalizada e muitas vezes dizimada. (Xondaro)

Denominamos de “Outros” a terceira categoria elencada na análise dos questionários, que contém elementos diversos contidos nas respostas que optamos por organizá-los em conjunto. Dessa forma, compreendemos que os/as participantes consideram as temáticas importantes pois fazem parte de uma problemática em crescimento que possui grande relevância social e que atravessa nossa prática pedagógica, tendo como objeto conhecimentos de povos que contribuíram para a formação da nossa sociedade e que devem ser abordados como os elementos de outras culturas. As respostas a seguir explicitam esses pensamentos:

É uma **problemática que vem crescendo** bastante no nosso cotidiano e temos que conversar e esclarecer as dúvidas existentes. (Da Ga)

Para que os alunos tenham **conhecimento de todos os assuntos** não só de jogos coletivos. (Yoté)

Pelas **contribuições desses povos** (Rokrã)

Porque é uma temática que **atravessa nossa prática pedagógica**, que nos aproxima dos nossos alunos, que precisa ser tratada com seriedade e contemplando toda a sua importância. (Jongo)

Da mesma forma que a apresentação de **outras culturas...** (Labirinto)

5.1.4 Prática Pedagógica dos/as professores/as da rede

Com o intuito de compreender brevemente como ocorre a abordagem dessas temáticas nas práticas pedagógicas dos/as docentes, questionamos sobre em que momentos realizam e que conteúdos utilizam para tal abordagem. Essas duas categorias estão apresentadas no Quadro 7, que dispõe das unidades localizadas nas respostas das referidas questões.

Quadro 7 – Datas e conteúdos que envolvem as temáticas afro e indígena.

Categoria	Unidades de Contexto	Unidades de Registro
Datas comemorativas	Datas Afro	Abolição da Escravatura Consciência Negra
	Datas Indígenas	Povos Indígenas
	Ambas as datas	Calendário escolar
Conteúdos	Conteúdos clássicos da EF	Jogos e Brincadeiras Danças Lutas Esportes Ginásticas
	Conteúdos sobre Racismo	Preconceito Racismo Respeito
	Conteúdos sobre História e Cultura	História

	Cultura Culinária Gastronomia Música Geografia
Conteúdos outros	Todos Convivência

Fonte: Elaborado pelo autor.

Ao serem questionados/as como abordam essas problemáticas em sua prática pedagógica, 96% (55) dos/as professores/as afirmam que trabalham com essas questões em algum momento, sendo 61% (35) dos/as participantes realizam no decorrer de todo o ano e 35% (20) apenas em datas comemorativas relacionadas, resultado superior em relação a proporção de 31% para todo o ano e 25% em datas específicas identificado no estudo de Faria (2018). Consideramos assim, que a rede municipal de João Pessoa possui um quantitativo considerável de professores/as de Educação Física que trabalham com as questões étnico-raciais em suas práticas pedagógicas, contudo, concordamos com Faria (2018) no entendimento de que o trabalho pontual sobre as questões étnico-raciais em suas respectivas datas específicas não possui efeito significativo de possibilitar transformações positivas na direção do combate às desigualdades. Nos relatos dos/as professores/as que abordam as temáticas apenas em datas específicas, há predominância da abordagem nos dias dos Povos Indígenas e da Consciência Negra, em que em algumas respostas foram relatadas o trabalho no decorrer da semana em que as datas mencionadas se encontram. Em duas respostas tivemos a compreensão de que a abordagem é feita ou não de acordo com o que fica estabelecido como prioridade no calendário escolar e, em outras não foram informadas datas específicas para tal ação. Entendemos a importância das datas comemorativas relacionadas aos povos negros e indígenas, porém consideramos que utilizar apenas esses momentos para abordar tais conhecimentos é insuficiente para gerar uma consciência crítica nos/as estudantes, não caracterizando, a nosso ver, o cumprimento efetivo das referidas leis. De acordo com Moreira (2022, p. 31)

O cumprimento da Lei nº 11.645/2008 deve ser realizado por todos os docentes em todas as disciplinas, orientando uma prática de educação antirracista que contemple a educação das relações étnico-raciais e oriente uma educação emancipatória e transformadora, e deve ser contemplada ao longo do ano e não somente em datas comemorativas.

Compreendemos que o trabalho com as questões étnico-raciais deve perpassar por todo os componentes curriculares e deve ser materializado de maneira efetiva e intencional durante o decurso de todo o ano letivo, pois entendemos que abordar pontualmente não gera efeitos

positivos na transformação da consciência e do comportamento da sociedade, além de não alterar o panorama hegemônico da colonialidade no currículo escolar.

Quadro 8 – Datas comemorativas mencionadas para abordagem das temáticas étnico-raciais.

Consciência Negra	2
Povos Indígenas	2
Consciência Negra e Povos Indígenas	6 (dias) e 4 (semanas)
Povos Indígenas e Abolição da Escravatura	2
Calendário Escolar	2
Não Informa	2

Fonte: Elaborado pelo autor.

Apenas 2 professores/as responderam que não abordam tais problemáticas, assinalando como justificativas: “Não tive formação específica”, “Não tenho conhecimento suficiente” e “Desinteresse pela temática”. Deparamo-nos com esse contexto no estudo de Grison (2020), em que docentes não se sentem preparados em contemplar os temas étnico-raciais, mesmo que constem nos Projetos Políticos Pedagógicos. Acreditamos que os motivos apontados pelos/as participantes que não realizam a abordagem não podem ser determinantes para tal situação, pois há determinações legais a serem cumpridas de forma obrigatória para o estudo desses conhecimentos na Educação Básica, além de existirem diversos meios de acesso às informações referentes aos conteúdos relacionados, mas para que isso ocorra, deve ocorrer o comprometimento individual, como visto em estudos mapeados no capítulo anterior.

Em relação aos conteúdos utilizados pelos/as professores/as que mais envolvem as questões étnico-raciais, as respostas apresentadas são bem diversificadas, contudo 56% (32) destas/as mencionam diretamente os conteúdos (unidades temáticas) dispostos na BNCC, sendo os mais mencionados os Jogos e Brincadeiras (23), seguidos das Danças (22), Lutas (13), Esportes (7) e Ginástica (1). Ainda como conteúdos para abordagem étnico-racial foram mencionados Preconceito e História (2 para cada), Racismo, Respeito, Cultura, Culinária, Gastronomia, Música, Geografia, Convivência e Todos (1 para cada). Nos chamou a atenção o fato de 21% (12) terem deixado a resposta em branco. Tentando compreender essa ausência de resposta, voltamos nas questões anteriores, identificando que destes/as, 5 afirmaram abordar as temáticas apenas em datas comemorativas, 1 não aborda e não possui interesse, 3 abordam durante todo o ano, porém não apresentam em nenhuma outra resposta qualquer conteúdo utilizado, 3 abordam durante todo o ano e mencionam os conteúdos em outra resposta. Houve ainda 2% (1) com a resposta “não”, em que o/a professor/a informou em questões anteriores que não possui conhecimento suficiente e que trabalha apenas em datas comemorativas. Para esse contexto, compreendemos que não há como julgar o(s) real(is) motivo(s) para considerável

volume de ausência de resposta para essa questão, porém consideramos as seguintes possibilidades: ao trabalhar em datas comemorativas, não há uma relação direta e intencional com os conteúdos da Educação Física; os/as professores/as entenderam que a questão já havia sido respondida anteriormente, sem a necessidade de respondê-la novamente.

Sendo a Educação Física parte integrante do currículo da Educação Básica, ela é também responsável pela valorização da diversidade cultural de seu povo, assim como pela justiça social que busca a libertação das opressões, a mesma tem por dever (mesmo que não seja enfatizada nas leis, nos documentos orientadores e nas formações sobre essas temáticas) contribuir para a abordagem de tais conhecimentos tão pertinentes em nossa sociedade.

Ao analisar as respostas obtidas através do questionário, podemos constatar que, tanto o conhecimento dos/as professoras, como a abordagem dos/as mesmos/as ainda são deficitários se levarmos em consideração a concretização de uma Educação Física voltada para uma formação que reconhece, valoriza e impulsiona a diversidade em suas práticas, para que aborde as raízes da formação da nação brasileira com as devidas importâncias dos povos negros e indígenas, sem priorizar apenas os conhecimentos advindos dos povos europeus, como geralmente ocorre. Com isso, faz-se necessário fomentar de maneira ágil e ampla o contato dos/as professores/as da rede com essas leis, pois se esse resultado foi encontrado com uma pequena parcela de docentes de determinada faixa dos anos iniciais, possivelmente é alta a incidência de desconhecimento dos/as que atuam nos outros anos da Educação Básica. Para isso, há a necessidade de ações formativas para tal abordagem, de forma que tais conhecimentos sejam ampliados e expandidos na rede, como vem ocorrendo atualmente nas formações com o apoio do Instituto Alargatas, de acordo com as respostas concebidas.

5.2 Relatos mais aprofundados das realidades

Após análise dos questionários para triagem de professores/as que se adequassem ao perfil pretendido de maior aproximação com a temática para essa segunda etapa da pesquisa de campo, elencamos inicialmente 11 docentes para realizar o convite de participação. No entanto, nos deparamos com alguns fatores que impossibilitaram alcançar a quantidade idealizada de 6 entrevistas. Alguns/mas professores/as se recusaram de imediato, alegando não ter disponibilidade de tempo; outros/as aceitaram em um primeiro momento, mas após vários contatos para um possível agendamento, não sinalizaram mais sobre o aceite ou recusa da participação; e tiveram os/as que não deram nenhum tipo de retorno desde o envio do convite. Um fator limitante que devemos levar em consideração, dificultando inclusive o agendamento

com os/as entrevistados/as, foi o período ter coincido com os calendários de organização e realização dos Jogos Internos das escolas e dos Jogos Escolares Municipais, que geram demanda considerável para os/as professores/as de Educação Física.

Sendo assim, tivemos que reconsiderar a seleção de alguns/mas dos/as professores/as que selecionamos, conforme suas respostas ao questionário, em que ponderamos o nível de aproximação com as problemáticas afro e indígena em suas vivências. Contudo, após retomar contatos, foi possível realizar as entrevistas, mesmo que além do prazo estipulado para tal ação, exceto de uma professora que está lotada na única escola quilombola do município e que, em nossa expectativa teria muito a contribuir para o estudo. A mesma se propôs a participar, mas além dos fatores limitantes supramencionados, as ocasiões que foram agendadas os encontros virtuais tiveram imprevistos que impediram a realização com a mesma, extrapolando o prazo limite da coleta dos dados.

Ao todo, alcançamos o total de quatro entrevistas em que os/as professores/as relataram sobre suas aproximações com as culturas afro e indígenas e as formas com que abordam as relações étnico-raciais em suas práticas docentes e como sistematizam as mesmas no decorrer do ano letivo em suas unidades escolares. Três professores/as solicitaram que as entrevistas acontecessem de maneira virtual, devido a limitação de tempo, pois o encontro presencial implicaria em deslocamentos, possíveis atrasos por situações em trânsito, local mais restrito para uma conversa mais tranquila, etc. Uma das entrevistas foi realizada presencialmente com encontro marcado na Universidade Federal da Paraíba, sendo esse o único caso em que o TCLE foi assinado fisicamente, pois os demais ocorreram por envio e recebimento de arquivos via *whatsapp* e/ou email, assim como os Planos de Ensino e os Projetos Pedagógicos das escolas, caso conseguissem autorização dos/as administradores/as escolares, para elucidar suas falas no momento das análises. Tais documentos foram enviados após a realização das entrevistas para apreciação dos mesmos durante a análise, contudo não nos foi disponibilizado o Projeto Pedagógico das escolas, com alegações da reelaboração destes estar acontecendo e de que não foi disponibilizado o acesso pela gestão.

De posse dos dados das entrevistas, realizamos as transcrições das gravações e as verificações, seguindo para posterior codificação e identificação das unidades de registro e contexto para a categorização que se apresenta no quadro 9.

Quadro 9 – Categorias e Unidades de Contexto e Registro das entrevistas

Categoria	Unidade de Contexto	Unidade de Registro
Aproximação com as temáticas	Formação	Formação Inicial Formação Continuada
	Prática Pedagógica	Vivência Trabalho
Importância da Leis	Cultura	Cultura Preservar
	Ancestralidade	Ancestralidade Antepassados
	Resistência	Valorizar Lutar e resistir
Representação Étnico-racial nas escolas	Predominância	Maioria Convívio
	Identidade	Não se reconhece
Educação Antirracista	Racismo	Preconceito Intolerâncias Marginalizadas Raça
	Resistência	Combate Lutar Resistir Impeditivos Obstáculos Barreiras Igualdade Respeito
	Preservação cultural	Preservação
	Violência	Agressão física e verbal Maltratava
Prática Pedagógica	Frequência	Ano todo Datas comemorativas
	Interdisciplinaridade	Artes Matemática Português Inglês Ensino Religioso
	Referências	BNCC Matriz Curricular Pedagogia da Corporeidade Pierre Normando João Batista Freire Elenor Kunz Livros didáticos Sites Formação Continuada
	Conteúdos	Jogos e Brincadeiras Danças Lutas
Planos de Ensino	Referências	BNCC Matriz de Referência Curricular Proposta Curricular do Estado da Paraíba Roseli Aparecida Bregolato

	Segmentos	Educação Infantil Ensino Fundamental
	Estratégias metodológicas	Explicação teórica Roda de conversa Vivência prática Avaliação
	Conteúdos	Jogos Brincadeiras Lutas Danças

Fonte: Elaborado pelo autor

5.2.1 Aproximação com as temáticas

Nesse primeiro ponto de análise das entrevistas, identificamos que os/as professores/as passaram a conhecer as temáticas através das necessidades na própria rotina pedagógica em seus contextos e/ou pelos momentos de formação, com destaque para a que vem sendo oferecida na rede atualmente, que proporcionou um aprofundamento.

Jogo da Onça se aproximou dos conteúdos afro através das experiências na escola quilombola, a qual trabalhou por dois anos, relatando que utilizava muito das brincadeiras africanas na sua prática pedagógica. Ela demonstrou pouca intimidade com os conteúdos das culturas indígenas, ficando notório em sua fala quando relata que não lembra o que se apresenta na Lei n. 11.645/08, mesmo tendo pesquisado no momento de responder o questionário dessa pesquisa.

A professora *Cateretê* não deixou muito claro, mas suas falas nos levaram a entender que a aproximação com as temáticas também se deu no decorrer de sua prática pedagógica. Ela também relatou ter pesquisado para responder ao questionário, pois embora soubesse da obrigatoriedade de abordar tais conhecimentos, não conhecia exatamente sobre o que tratam integralmente as leis.

Já *Pilolo* relatou que passou a ter um conhecimento mais aprofundado com as temáticas afro e indígena através da formação continuada oferecida pelo Instituto Alpargatas, mas que já havia tido contato em sua formação inicial, quando pagou a disciplina de Manifestações Culturais, em que pôde ter conhecer as danças de matrizes indígenas e africanas, porém deixou a entender que essa vivência ocorreu de forma superficial, assim como pode ser observado em algumas falas.

Eu passei a ter conhecimento mesmo na **formação do Instituto Alpargatas** que eu fiz ano passado, assim, mais aprofundado das leis. (Pilolo)

[...] a gente fez uma **formação** recentemente da cultura afro e cultura indígena pelo **Instituto Alpargatas** em parceria com a prefeitura de João Pessoa. [...] Então, eu tinha conhecimento da existência da legislação, mas, de fato nunca tinha me debruçado com o tocante à legislação, a questão da principalmente da lei de 2003. E aí eu venho me debruçando mais, tendo acesso. (Toré)

Toré relata que, embora já tivesse conhecimento sobre essas temáticas iniciado de modo mais superficial durante as vivências do mestrado, passou a aprofundar com a formação continuada realizada na rede. Ainda relata que sempre trabalhou com jogos, porém nunca havia relacionado com a parte da legislação correspondente e, através da formação continuada, está se debruçando melhor sobre as leis para revisitar seu planejamento e sua prática pedagógica para fundamentá-los à luz das culturas afro e indígenas. Em suas falas, levanta um ponto que ainda nos dias atuais se apresenta, destacando que o currículo da graduação possui disciplinas que poderiam estar relacionadas com as leis mencionadas em nosso estudo, principalmente quando se trata de currículos. Ele menciona que em sua graduação teve que optar por um aprofundamento, em que optou pela área escolar, e que a formação ainda estava muito presa aos currículos passados, embora esse movimento de aprofundamento tenha ocorrido 3 anos após a promulgação da Lei n. 10.639/03.

Entendemos que, ao mencionar currículos passados, o professor esteja se referindo a currículos pautados no pensamento hegemônico europeu e norte americano, atrelados a um histórico de exclusão e segregação dos conhecimentos de grupos da sociedade considerados marginalizados, onde “[...] os elementos das práticas indígenas e afro-brasileiras aparecem diluídos em meio a outras referências, como conteúdos complementares em outras matérias” (Silva, 2018, p. 165). Ao analisar o currículo de algumas licenciaturas em Educação Física, este autor defende que é imprescindível no processo de formação a tomada de consciência (de classe, de gênero, de etnia e dos problemas relacionados a essas condições) para que ocorra uma “[...] transformação curricular, visando uma real democratização do conhecimento, sobretudo na Universidade” (Silva, 2018, p. 167).

Aqui podemos analisar a importância das formações continuadas para os/as professores/as, que na maioria das vezes, não tiveram aproximação com as temáticas durante suas formações iniciais, restando relacionarem-se com as temáticas conforme as necessidades deparadas durante suas vivências docentes. Contudo, a formação continuada fornece subsídios para abordagens pedagógicas mais críticas e sistematizadas sobre tais conhecimentos.

Além disso, apontamos mais uma vez a necessidade da reformulação dos currículos dos cursos de Educação Física para que se cumpra o que determinam as leis aqui estudadas, não

apenas como forma de cumprimento legal, mas de reconhecimento e valorização das culturas de povos que se fundem no processo de formação social de nosso país.

Deve ser um compromisso ético das universidades promover a produção de novos conhecimentos, leituras e entendimentos acerca das histórias, das culturas africanas e afro-brasileiras adotando outras epistemologias, referências teóricas e metodológicas. Também se faz necessário que as universidades se reconheçam como um espaço fundamental para o rompimento com o racismo, o preconceito, a discriminação e a segregação social (Ugaya; Silva, 2021, p. 60).

Os relatos dos/as professores/as são exemplos da ausência nos currículos de conhecimentos que tangem as relações étnico-raciais, visto que todos/as passaram pelo processo de graduação e/ou pós-graduação posteriormente ao ano de publicação da Lei n. 10.639 e até mesmo do Parecer CNE/CP 003/2004 que apresenta a necessidade de

Inclusão de discussão da questão racial como parte integrante da matriz curricular, tanto dos cursos de licenciatura para Educação Infantil, os anos iniciais e finais da Educação Fundamental, Educação Média, Educação de Jovens e Adultos, como de processos de formação continuada de professores, inclusive de docentes no Ensino Superior (Brasil, 2004, p. 14).

Para Silva (2018), a partir da formação inicial, os sujeitos que estão sendo formados, e que serão os futuros formadores, poderão ampliar e ressignificar os conhecimentos iniciais, compreendendo que

[...] trabalhar as questões referentes à diferença e à interculturalidade, durante a formação, é fundamental para a atuação junto aos sujeitos no contexto escolar, tendo em vista os desafios a serem superados pela educação de crianças e jovens na contemporaneidade, no cotidiano escolar e na organização do trabalho pedagógico (Silva, 2018, p. 53).

Consideramos que, por muitas vezes a formação continuada acaba assumindo essa função descrita pelo autor, pois como uma parte dos/as professores/as teve sua formação inicial antes da promulgação das leis, torna-se imprescindível que a aproximação desses conhecimentos excluídos dos currículos “passados” ocorra nesse processo contínuo que faz parte da carreira docente. Isso fica explícito na fala da professora Jogo da Onça:

Nenhuma (aproximação com as temáticas na graduação) [...] Eu me formei em 2.000, então ainda não estava nem no auge [...] a gente não trabalhava. (Jogo da Onça)

Dessa forma, a formação continuada tem ainda mais relevância para a transformação educacional e porque não dizer social. Podemos perceber isso, através das falas dos professores

Pilolo e Toré dispostas a seguir, que ressignificaram suas práticas pedagógicas através da formação continuada, porém se tivessem sido oportunizados ao contato com esses conhecimentos em sua formação inicial, esse processo de ressignificação seria antecipado, com mais indivíduos sendo contemplados nessa perspectiva.

Mas, depois da formação, de tudo do Projeto Alpargatas, eu passei a utilizar mais. E **com outro olhar [...] outra perspectiva.** (Pilolo)

[...] por mais que eu trabalhei sempre na minha vida com jogos, mas nunca estava conectado com a parte da legislação. Então, eu sabia que existia essa legislação na questão curricular [...] está sendo um momento muito interessante a minha formação pedagógica continuada, porque estou podendo **atualizar** o meu planejamento pedagógico (Toré)

A hegemonia dos conhecimentos da cultura branca e o apagamento dos conhecimentos afro e indígenas nos processos formativos invisibilizam as práticas e saberes desses povos, além de fortalecerem a naturalização do racismo e das discriminações diversas para com eles nas relações sociais. A rede municipal de João Pessoa avança para que esse conhecimento chegue aos seus/as professores/as de todas as áreas através da formação continuada oferecida em parceria com o Instituto Alpargatas, em que há uma culminância com o compartilhamento dos projetos voltados para as relações étnico-raciais desenvolvidos durante o ano letivo nas escolas participantes. Pelos relatos, há uma perspectiva de ampliação na contemplação das escolas no projeto (informação que foi anunciada na Jornada de Formação de Educadores do Município de João Pessoa – JOFEM) e, com isso, aos poucos o cenário de desconhecimento das leis seja transformado, estabelecendo uma educação na perspectiva antirracista e pluricultural.

5.2.2 Importância das Leis

Quando questionados/as sobre a importância das Leis n. 10.639/03 e n. 11.645/08, os/as professores/as atribuíram ao aspecto cultural do nosso país, com a intencionalidade de valorizar, preservar, resgatar as contribuições, consideradas patrimônio, dos povos que compõem a cultura brasileira, mas que são considerados marginalizados. Esses dados corroboram com os resultados do estudo de Pastoriza (2015) que apresenta fortemente a questão do resgate da história do povo negro através da Lei n. 10.639/03. Os trechos a seguir retratam as visões dos/as entrevistados/as:

Principalmente para o povo indígena e africano. Para trabalhar o tema e para a **nossa cultura** como geral. Porque, como você falou, a gente está permeado... Essa cultura na nossa cultura, como um todo, faz parte... Os povos originários fazem parte da nossa cultura (Pilolo)

[...] eu creio que essa legislação, a importância dela para o ambiente escolar, além de tudo isso, de **lutar e resistir** contra esses impeditivos, esses obstáculos, tem a ver também com a questão de manter viva essa questão dos nossos **antepassados**, essas **culturas** que são cada vez muito marginalizadas. (Toré)

Para **preservar a cultura** [...] também para **valorizar a nossa ancestralidade** [...] a **contribuição** que a gente tem muito rica do negro, do indígena também (Jogo da Onça)

As referidas leis, quando materializadas de fato, resultam nas aproximações com as temáticas em qualquer estágio da formação de professores/as, como relatado anteriormente, possibilitando transformar as percepções da maneira de abordar os conteúdos relacionados que já desenvolvia para perspectivas com intencionalidade e direcionamento crítico e potencializador. A reflexão que nos inquieta é: como fazer as leis ganharem materialidade nas escolas, com o desconhecimento delas por grande parte dos/as professores/as? Inclusive, foi desse contexto que emergiu o projeto que resulta nessa dissertação. Algumas possibilidades já foram aqui mencionadas como a mudança no currículo do Ensino Superior e o fomento pelas variadas instâncias educacionais de formações continuadas e eventos voltados para as temáticas afro e indígenas, como vem ocorrendo atualmente na rede de João Pessoa.

Com os relatos dos/as professores/as, também percebemos suas considerações sobre a relevância das leis, pois a partir do conhecimento delas os/as mesmos/as mencionaram que serviram para que mudassem suas perspectivas e ações pedagógicas sobre as culturas afro e indígenas para a preservação e valorização dos conhecimentos desses povos, a julgar que, as leis sozinhas não conseguem ser efetivas até que sejam conhecidas e implementadas.

Além disso, os/as professore/as mencionaram ser importante a abordagem dessa temática em todas as etapas da Educação Básica, desde a Educação Infantil, a julgar que grande é a contribuição desses povos, principalmente quando se trata de jogos e brincadeiras, que é um dos conteúdos mais trabalhados para essa faixa etária, mesmo que pela BNCC seja explicitamente apresentado que a abordagem seja realizada a partir do terceiro ano do Ensino Fundamental, como menciona o professor *Pilolo*:

Eu acho importante trabalhar em todos. A gente sabe que pela lei e pela BNCC, tem aquela obrigatória a partir daquela idade, acho que a partir do terceiro ano, mas é muito importante a gente começar já trabalhando. As

crianças, principalmente da **educação infantil**, gostam muito das brincadeiras. (Pilolo)

Nesse ponto, julgamos que os conhecimentos de matriz afro e indígenas não podem ficar limitados a determinados anos do ensino, compreendendo que quanto mais amplo o contato com essas temáticas, maior o potencial de conscientização dos indivíduos para uma educação antirracista. Dessa forma, concordamos que

Entrar em contato, se relacionar com os saberes assentados na corporeidade, na ancestralidade, na vida em comunidade, nos ajuda na construção de caminhos para vivenciarmos uma educação antirracista e para as relações étnico-raciais, assentadas na diversidade e pluralidade (Ugaya; Silva, 2021, p. 58).

O racismo foi o ponto enfatizado na resposta apresentada a seguir da professora *Cateretê*, que associa a importância das leis devido ao racismo presente na sociedade que atinge a população negra até os dias atuais, associando o reconhecimento dos destaques de atletas negros nos esportes à mudança de visão dessa população pelos/as alunos/as e consequentemente, contribuindo para a diminuição de atos racistas.

Isso é muito **interessante** porque eles **passam a ver de outra forma**. Os alunos passam a ver toda essa história de uma outra forma. [...] para eles compreenderem que o negro desde sempre sofre diante da sociedade, em todos os sentidos (Cateretê)

Práticas pedagógicas com abordagens sobre as culturas afro e indígenas tornam-se atos de resistência contra a hegemonia cultural europeia instalada na Educação Física Escolar desde sua origem que gera o racismo e a discriminação. Entendemos que essas leis são pontos de partida imprescindíveis para que tais culturas não sejam apagadas do processo formativo desde a infância.

Dessa forma compreendemos a importância que o conhecimento sobre as leis alcance os/as professores/as para que esse movimento reflexivo sobre a prática pedagógica aconteça, seja através de formação continuada, grupos de estudos, projetos etc. Assim, aos poucos o panorama da Educação Física, em que ainda predominam os conhecimentos da cultura europeia/estadunidense, subjugando as demais culturas dos povos fundantes da nossa sociedade, vai sendo transformado.

5.2.3 Representação étnico-racial nas escolas

Assim como constatado nos dados do Censo Escolar 2022 (IBGE, 2022) que apontam maior proporção de pessoas negras matriculadas a partir da Pré-Escola, todos/as os/as professores/as relataram que há maior representação de alunos/as negros/as nas escolas da rede em que trabalham, conforme explicito nos trechos a seguir.

Sim, na minha escola tem. **População maior negra.** (Pilolo)

[...] é uma escola de periferia e tem sua **predominância de crianças negras** (Toré)

As periferias, a gente sabe que a grande parte, **a grande maioria das periferias é com pessoas pardas e negras.** (Cateretê)

Contudo, os professores *Jogo da Onça* e *Toré* levantaram a problemática da identidade com os/as seus/as alunos/as que não se reconhecem negros/as. *Jogo da Onça* identificou que mesmo com discussões direcionadas na escola, não há um trabalho com conhecimentos próprios que gerem o reconhecimento daquela população quilombola.

[...] o que acontece, por ser quilombola, mas **as crianças não se reconhecem negra.** [...] a gente, no dia a dia, a gente não trabalhava como se eles fossem quilombolas. (Jogo da Onça)

[...] apesar de que tem muitos que **não se reconhecem como negros.** (Toré)

Este fato também se apresentou no estudo de Araújo (2021) em que os/as professores/as de uma comunidade quilombola sequer conheciam a Lei n. 10.639/03. Já Oliveira (2021) relata que na escola pesquisada não são discutidos nos planejamentos os repertórios culturais advindos de alunos/as indígenas. Não é intuito desse estudo aprofundar-se na complexidade da discussão sobre a questão da identidade, porém consideramos pertinentes esses relatos, pois reflete o que acontece na própria sociedade, com as representações negativas da população negra que são propagadas por uma cultura de branqueamento que gera impactos simbólicos no indivíduo (a criança), apagando sua identidade (Costa, 2018). Adicionalmente, o termo negro foi ressignificado positivamente pelo Movimento Negro, pois o mesmo começou a ser utilizado, e até hoje ainda é, como representação negativa dos escravizados (Brasil, 2004).

Nesse contexto, Munanga (1999) afirma que o processo de construção de uma identidade nacional, respaldado pela mestiçagem dificulta os afrodescendentes de reconhecerem sua identidade própria. Segundo o autor,

Algumas vozes nacionais buscam atualmente reunir todas as identidades, brancos, negros, indígenas em torno da unidade “mestiça” reunindo todos os brasileiros. Vejo nesta proposta uma nova sutileza ideológica para recuperar a ideia de unidade nacional não alcançada pelo fracasso do branqueamento físico. Essa proposta de uma nova identidade mestiça, única, vai na contramão dos movimentos negros e outras chamadas minorias (Munanga, 1999, p. 16).

Nesse prisma reconhecemos a importância da implementação das leis em destaque, especialmente na Educação Física, pois esta trata da diversidade de corpos e culturas. Conseqüentemente, destacamos que

É importante tomar conhecimento da complexidade que envolve o processo de construção da identidade negra em nosso país. Processo esse, marcado por uma sociedade que, para discriminar os negros, utiliza-se tanto da desvalorização da cultura de matriz africana como dos aspectos físicos herdados pelos descendentes de africanos (Brasil, 2004, p. 15).

Nesse contexto que envolve maior concentração populacional e construção de identidade, consideramos os relatos de *Cateretê* e *Toré* que relacionam a predominância na abordagem da cultura afro à maior presença de negros/as nas comunidades escolares em que trabalham, nos fazendo emergir a reflexão: há um desequilíbrio na relação população x currículo, em que a maioria da população é negra e vivencia um currículo de predominância da cultura europeia, mas como mudar esse panorama? Dessa forma, consideramos mais um ponto a somar para a importância dos conteúdos de matriz afro, como também indígena na Educação Básica.

Em contrapartida, *Pilolo* relatou que, mesmo com maioria negra na escola, a cultura indígena foi mais abordada devido a presença de uma professora envolvida com a cultura indígena. Além disso, ele atribuiu o fato de só ter presenciado alguma situação de discriminação com alguma pessoa negra devido a essa maioria representativa, como também ocorreu na fala do professor *Toré*, como podemos verificar a seguir.

Indígena, nem tanto, porque **não tive tanto convívio**. Na escola que eu trabalho não tem. **Mas negra, sim**, já. (Pilolo)

Ele está em todos os lugares. A gente convive com os negros na família, nos amigos, no trabalho. **A gente não convive com o indígena como a gente convive com o negro**. [...] Porque a gente não tem contato como tem com o negro. Eu já vi com relação a negro. O ato de preconceito com relação ao negro. Tanto com criança como com adulto. Com indígena, não. (Toré)

Diante disso, reforçamos a ideia da implementação das leis para o reconhecimento e preservação dos conhecimentos e práticas pertencentes daqueles/as que são maioria do público de estudantes e que, em alguns ou muitos casos não reconhecem sua identidade. A partir desse

ponto, cabe a reflexão: não se reconhecem por desconhecer sua ancestralidade ou por não querer sofrer as discriminações e desigualdades que a população negra sofreu, e ainda sofre, em toda a história da sociedade brasileira?

O apagamento da história e cultura afro e indígena pode resultar no desconhecimento das nossas origens, visto que a educação é pautada em conhecimentos da elite branca/europeia que controla até a atualidade as diversas áreas da sociedade. De acordo com Brasil (2013, p. 17) a Educação Básica

É o tempo, o espaço e o contexto em que o sujeito aprende a constituir e reconstituir a sua identidade, em meio a transformações corporais, afetivo emocionais, socioemocionais, cognitivas e socioculturais, respeitando e valorizando as diferenças. Liberdade e pluralidade tornam-se, portanto, exigências do projeto educacional.

Dessa forma, consideramos de extrema importância que as problemáticas relacionadas às leis sejam abordadas efetivamente em qualquer que seja a disciplina ou componente curricular, para que a sociedade (re)conheça, valorize e preserve as suas origens e os povos que as constitui.

5.2.4 Por uma Educação Antirracista

Como consequência de todo o processo colonial, baseado no regime escravocrata, atualmente o nosso país ainda vive sob a mancha do racismo e das desigualdades caracterizados no contexto de hierarquização e dominação de poder, que acabam sendo representados nas falas dos/as entrevistados/as. Contudo, apenas a professora *Jogo da Onça* relatou não ter assistido alguma situação de racismo, sofrida principalmente por pessoas negras, como nos outros relatos da entrevista.

O professor *Toré* atribui esse contexto ao fato da maior presença de pessoas negras na sociedade. Para ele, as culturas dos referidos povos da legislação em destaque são cada vez mais marginalizadas, com isso as leis se dão como ato de resistência e luta para quebrar as barreiras do preconceito e da intolerância, que embora seja de grande dificuldade, possibilita manter viva a história e cultura dos nossos antepassados.

Em contrapartida, a professora *Jogo da Onça* afirma não identificar discriminação na comunidade escolar em que está inserida, mesmo não havendo trabalho direcionado para essa questão. Considera ainda que a sociedade está se modificando para um patamar melhor em relação ao respeito entre as pessoas.

O preconceito surge nos relatos como fator predominante para limitar a abordagem sobre as relações étnico-raciais, devido gerar resistências nos/as estudantes, principalmente de faixas etárias maiores, para conhecer outras culturas e histórias. O professor *Pilolo* relatou que utiliza a estratégia de só contextualizar os conteúdos após a vivência dos/as estudantes nas atividades, para que os/as mesmos/as não se neguem a participar. Vale destacar aqui o trecho que elucida essa situação.

É sempre muito difícil, eu falava. As brincadeiras indígenas. Agora vamos brincar de índio, e sempre o preconceito que vem da sociedade, tanto da cultura africana quanto da cultura indígena. Mas aí eu tentava sempre no começo, principalmente, trazer brincadeiras que já fazem parte da cultura para eles conhecerem. Então eu **trazia brincadeiras sem falar que estava trabalhando na temática**. E depois dizia: Essa brincadeira é de origem... Deriva de tal brincadeira. Ou eles brincavam dessa forma mesmo, entendeu? Então já para ir quebrando esse preconceito (Pilolo)

Além da resistência dos/as estudantes, o professor *Toré* também menciona como fator limitante os obstáculos com a equipe pedagógica e os pais por causa de preconceito, sobretudo de cunho religioso, dificultando assim o trabalho com alguns conteúdos de matrizes africanas e indígenas. Em nosso mapeamento, verificamos a presença desse fator de entrave nos estudos de Lima (2018) em relação aos temas afro-brasileiros e de Miranda (2019) que apresenta que os/as professores/as participantes da pesquisa percebem que o desconhecimento sobre e a intolerância religiosa são os fatores que geram uma visão negativa na maioria dos/as participantes para as religiões de matriz africana, através da abordagem da capoeira.

Chama a atenção que os professores *Toré* e *Pilolo* associaram o preconceito ao aspecto religioso como fator limitante, visto tanto na sua própria vivência escolar, como em relatos da formação continuada, respectivamente. Os trechos abaixo elucidam como ocorrem as manifestações preconceituosas de cunho religioso nas falas dos professores.

[...] principalmente a questão dos instrumentos afros, aí tem muito **preconceito**, porque a gente **relaciona com candomblé, com religião**, e aí tem um preconceito. (Pilolo)

Eu acho que o problema ali maior é a **questão religiosa**. (Toré)

Destarte, a questão religiosa acaba sendo um forte elemento limitador da abordagem de conteúdos, principalmente, de matriz africana, pois é gerada uma resistência tanto dos/as próprios/as agentes educadores/as, como das famílias que muitas vezes não permitem os/as estudantes participarem de vivências deste cunho nas aulas de Educação Física. Retornando

aos estudos identificados em nosso mapeamento, encontramos em Coutinho (2014) esse mesmo fator como obstáculo para a abordagem dos conteúdos históricos e culturais afro-brasileiros e africanos devido a uma associação preconceituosa. Neira (2020) expõe em um dos relatos de experiência analisados em seu estudo uma situação que retrata essa realidade com a questão religiosa, com falas preconceituosas de estudantes sobre as religiões de matriz africana e a normalização das demais religiões (Católica, Evangélica, Adventista).

Toré e Pilolo também levantaram o ponto da/o discriminação/racismo velada/o, que muitas vezes não chegam ao nosso conhecimento, mas que temos consciência de suas ocorrências com frequência, não só na escola, mas na sociedade de modo geral.

Por isso também que as leis aqui discutidas ganham tanta relevância, pois quando implantadas de fato, permitem a conscientização e a quebra da ignorância, que muitas vezes nos fazem naturalizar comportamentos e discursos racistas e preconceituosos que anteriormente não eram percebidos dessa maneira. Mais uma vez vale frisar a fala de Luciano (2012, p. 141): “Não se pode respeitar e valorizar o que não se conhece. Ou pior ainda, não se pode respeitar ou valorizar o que se conhece de forma deturpada, equivocada e pré-conceitualmente”.

Com isso, vale ressaltar que as problemáticas voltadas para as relações étnico-raciais devem ser abordadas em todo o currículo escolar, porém, mesmo que não seja mencionada nos textos dessa legislação, consideramos que essa abordagem seja realizada também em especial na Educação Física, por serem as aulas desse componente curricular um potente *lócus* de representação da sociedade, emergindo comportamentos preconceituosos de diferentes formas. Contudo, essas abordagens não podem ser meramente um cumprimento burocrático da legislação, mas devem ter uma elevada intencionalidade voltada para uma educação antirracista. Para Cavalleiro (2005, p.12) “[...] é pungente que todos(as) os(as) educadores(as) digam não ao racismo e juntos promovam o respeito mútuo e a possibilidade de se falar sobre as diferenças humanas sem medo, sem receio, sem preconceito e, acima de tudo, sem discriminação”. Destarte, os/as professores/as devem adotar uma postura política firme que combata o racismo e fomente oportunidades para alcançar a justiça social.

5.2.5 Sobre a prática pedagógica

Nesse tópico, buscamos identificar como as leis se materializam nas aulas dos/as entrevistados/as, como também em suas unidades escolares, analisando como esses/as

professores/as sistematizam essas temáticas/problemáticas em suas práticas pedagógicas através de suas estratégias, dos referenciais que utilizam e do planejamento apresentado pelo Plano de Ensino. Sintetizamos o quadro 10 para apresentar de modo resumido os pontos enfocados desse tópico:

Quadro 10 – Síntese dos dados sobre a prática pedagógica dos/as professores/as de Educação Física.

Professor/a	Frequência com que aborda as temáticas	Há predomínio de alguma das culturas?	Realiza trabalhos interdisciplinares?	Quais conteúdos utiliza para abordar as temáticas?	Quais referências utiliza para abordar as temáticas?
Pilolo	Durante todo o ano, mas com foco em período da culminância do Projeto da Alpargatas	Não	Sim, com as disciplinas de Artes, Português e Matemática	Jogos e brincadeiras	Indicadas na formação (não especificadas)
Toré	Durante todo o ano insere nos conteúdos trabalhados	Não	Sim, com a disciplina de Artes	Jogos	- Pedagogia da Corporeidade - “Jogo Tradicional e Cultura” (Elizara Marin e João Ribas) - Indicadas na formação - DCN’s - João Batista Freire - Elenor Kunz - BNCC
Jogo da Onça	Datas comemorativas (Consciência Negra)	Afro	Na pandemia, sim, com as disciplinas de Artes e Ens. Relig. Porém, atualmente, não.	Jogos e brincadeiras	- BNCC - Matriz Curricular - Livros didáticos (não especificados) de Educação Física
Cateretê	Novembro, devido a data da Consciência Negra	Afro	Sim, com a disciplina de Inglês	Esportes	- BNCC - Pesquisas na internet

Fonte: Elaborado pelo autor.

Quando analisamos os argumentos dos professores *Pilolo* e *Toré* no tocante a como suas práticas pedagógicas estão direcionadas para as temáticas afro e indígena, eles afirmaram que já trabalhavam com os conteúdos de tais culturas, principalmente através dos jogos e brincadeiras, porém, com o projeto do Instituto Alpargatas, aprofundaram seu conhecimento

sobre as leis relacionadas, passando a ter uma outra perspectiva e ampliando a abordagem das temáticas, como pode ser verificado nos trechos a seguir.

É, eu utilizava, como eu falei, as brincadeiras e jogos da cultura afro-indígena antes. Mas, depois da formação, de tudo do Projeto Alpargatas, eu passei a utilizar mais e **com outro olhar, em outra perspectiva**. (Pilolo)

[...] está sendo interessante eu poder ter acesso a me debruçar melhor na legislação e a formação da Educação pela Cultura da Alpargatas está dando subsídio para isso, para a gente **revisitar nosso planejamento, para a gente revisitar nossa prática pedagógica**, e de fato, adentrar mais com a questão da cultura indígena e da cultura africana. (Toré)

Aqui, ressaltamos novamente a potencialidade da formação continuada para que as Leis sejam efetivamente materializadas nas aulas de Educação Física, como de qualquer outro componente curricular, remetendo-nos aos estudos localizados em nosso mapeamento, de Nunes (2020) que destaca a relevância da formação continuada para a inclusão das problemáticas afro-brasileira e indígena na Educação Básica, e de Silva (2016) que produziu, implementou e avaliou um curso de extensão a distância relacionando o conteúdo Atletismo para o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira, que teve como resultado as avaliações positivas dos/as cursistas não só para a formação profissional, mas também para formação pessoal destes/as, com relatos de que o curso aponta a ampliação dos conhecimentos e as possibilidades inovadoras e concretas de intervenção como maiores contribuições.

Nas falas dos/as entrevistados/as identificamos que a formação continuada oferecida pela Alpargatas atinge os/as docentes dos diversos componentes curriculares das escolas, com isso, estes/as têm a missão de propagar tais conhecimentos em suas unidades escolares, ou seja, ela não é direcionada para a Educação Física especificamente, mas os/as professores/as acabam recebendo a formação direta ou indiretamente. A esse movimento, refletimos que essa forma pode ampliar o alcance de maneira agilizada desses conhecimentos em relação a totalidade do corpo docente da rede, mas em contrapartida fica dependente de que os/as participantes da formação realmente compartilhem-na para sua equipe escolar de alguma forma. Além disso, não há um aprofundamento dentro de cada componente curricular, ficando a cargo de cada professor/a se dedicar para fazer a devida abordagem em sua prática pedagógica. Nesse contexto, questionamos se os/as professores/as consideram satisfatória a abordagem realizada pelas equipes das escolas em que lecionam e nesse ponto se dividiram, com alguns/mas considerando satisfatória, já outros/as demonstrando a necessidade de ampliação dessa abordagem.

[...] essas temáticas, elas são assim, **profundamente debatidas dentro da escola**, então a meu ver a escola trabalha de forma satisfatória, sim. (Cateretê)

Ainda tem alguns professores que por diferenças mesmo, da pessoa diferente, tem outra perspectiva, outras abordagens. Mas que vai caminhando e que eu considero satisfatória. Mas **que pode melhorar**. (Pilolo)

Não, eu acho que **a gente só fala mais, de forma mais firme, nas épocas de consciência negra**. (Jogo da Onça)

Tem muito que melhorar ainda, muito que melhorar. **É muito tímido ainda**. [...] Com a questão indígena ainda é mais visível. A professora de Artes é uma indígena, ela é de Rio Tinto. Mas eu percebo que as professoras, a escola em si, em síntese, ela fica mais à vontade para trabalhar a questão indígena. Eu percebo isso. A minha percepção é que ela fica mais à vontade, ou menos desconfortável. (Toré)

Sendo o Educação pela Cultura, um projeto que contempla os diversos componentes curriculares, a possibilidade de realização de trabalhos interdisciplinares é ampliada, e esse foi outro questionamento que realizamos aos/às entrevistados/as. O professor *Pilolo* relatou que buscar realizar o trabalho de forma interdisciplinar com professores de maior afinidade, citando os de Artes, Português e Matemática, dando indícios de que ocorre a partir dos Anos Finais do Ensino Fundamental, devido a presença de um/a professor/a específico/a para cada disciplina citada. Já o professor *Toré* afirma que há a intencionalidade de realizar parceria com o professor de Artes e as Polivalentes, porém não aprofundou nas informações de como e se realmente ocorre esse tipo de parceria para uma abordagem interdisciplinar.

A professora *Jogo da Onça* apontou que no tempo da pandemia, em que as aulas eram realizadas em formato remoto, havia um trabalho mais efetivo sobre as temáticas, com abordagem interdisciplinar, juntamente com os/as professores/as de Artes e Ensino Religioso, em que planejavam juntos as aulas, mas que ao retornar ao ensino presencial, não foi dada continuidade a essa dinâmica. Por fim, a professora *Cateretê* revelou em sua fala que a temática já era trabalhada na escola antes mesmo da chegada do projeto da Alpargatas, através do projeto de uma das professoras, em que se formam duplas entre os/as docentes de diferentes disciplinas para em cada turma realizar um trabalho interdisciplinar. Ela cita o exemplo do trabalho realizado em conjunto com o professor de Inglês em que associou as questões de atletas negros/as nos esportes praticados no Brasil e nos Estados Unidos.

Remetendo-nos às produções inseridas em nosso mapeamento, nos deparamos com Santos (2018) que trata da importância da interdisciplinaridade como uma maneira satisfatória de implementação da Lei n. 10.639/03, pois para ela estratégias que envolvam toda ou

parcialmente a comunidade escolar podem contribuir muito para o trabalho durante todo o ano letivo, além de dar maior sentido nas atividades realizadas por ocasião das datas comemorativas relacionadas. A autora toma como exemplo a Capoeira, que pode envolver a História, a Educação Artística e a Educação Física.

Nas entrevistas também foram questionados os pontos da frequência com que as temáticas são abordadas e se há o predomínio de alguma das culturas enfatizadas nas suas abordagens. Como resultado apresentado no Quadro 11, temos uma divisão equilibrada em que, nos relatos das duas professoras identificamos que elas realizam a abordagem em datas comemorativas, mais especificamente na que se refere à Consciência Negra, predominando assim a cultura afro em suas práticas, e os dois professores afirmam abordar durante todo o ano, sem algum predomínio cultural, embora que, de forma confusa, *Pilolo* tenha mencionado predominância da cultura indígena em determinado momento, e em outro relate que o foco é dado para o período de finalização do projeto, que coincide com a data da Consciência Negra. Nos causou estranheza o fato da Professora *Jogo da Onça* mencionar que, mesmo que a unidade que ela ensina seja uma escola quilombola, dava-se ênfase pontualmente à temática afro. Nas falas apresentadas abaixo, podemos verificar esses fatos:

[...] também por ser quilombola, só nas **datas comemorativas** que era bem enfatizado (Jogo da Onça)

A cultura indígena foi mais forte até do que a negra. [...] Aí sempre **o terceiro bimestre** a gente deixa para trabalhar mais, dar um foco mais na temática, para poder ficar para a **culminância**, já trabalhando para a culminância que é final de outubro e começo de novembro. (Pilolo)

Não tem uma predileção por uma ou por outra, não. Obviamente que, dependendo do conteúdo, há uma facilidade maior de uma para a outra. Mas não tem a ver com predileção. (Toré)

Não é o ano todo não porque não dá, não. [...] tem a pegada maior em relação a presença negra. (Cateretê)

Também nos chamou a atenção na fala da professora *Cateretê* o fato da mesma relatar que aborda superficialmente a temática, como uma forma complementar do trabalho realizado pela professora polivalente que, segundo ela, é mais aprofundado. Nesse ponto, divergimos da visão da professora, por considerarmos que a Educação Física tem condições suficientes para abordar tais temáticas de modo aprofundado, pois tem como objeto de estudo a cultura corporal, que se distingue e diversifica em cada um dos povos que habitam o planeta. De acordo com Rosa (2023, p. 172) a efetivação das leis enfatizadas “[...] requer mudanças na maneira de agir

e pensar dos/as profissionais da educação, muitas vezes contaminados/as por posturas segregacionistas”. Concordamos com Lima (2018) no entendimento de que abordar as temáticas afro e indígenas nas aulas de Educação Física é uma escolha política na busca do comprometimento com a justiça social.

Ao dirigirmos a análise para os conteúdos da Educação Física utilizados para abordar as temáticas afro e indígena, consideramos como conteúdos os objetos de conhecimento apresentados na BNCC, por ser o documento base para a Matriz Referencial Curricular da rede e dos/as professores/as entrevistados/as. Destarte, nos deparamos nos relatos dos/as professores/as com uma predominância para os Jogos e Brincadeiras, que segundo a professora *Jogo da Onça*, “é melhor para encontrar conteúdos”. Os/as entrevistados/as também citaram as Lutas e as Danças, porém com menor ênfase em relação aos Jogos e Brincadeiras. Destacamos aqui o relato do Professor *Toré*, que realiza o trabalho com Jogos sob a perspectiva da Pedagogia da Corporeidade³⁶, que acaba se diferenciando da configuração de Jogos presente na BNCC. As respostas para esse ponto podem ser conferidas abaixo:

Nas lutas a gente trabalha. **Jogos e brincadeiras** eu trabalho essa temática. (Pilolo)

E o **jogo**, para mim, é o carro-chefe disso. [...] Pela Pedagogia da Corporeidade a gente trabalha com a ideia de gêneros. Gêneros de jogos. (Toré)

É, no trabalho agora assim no sentido dos **jogos e brincadeiras** [...] as temáticas indígena e africana, a gente trabalhou bastante os jogos de tabuleiro, muitos jogos de tabuleiro mesmo, trabalhamos as brincadeiras [...] Jogos e brincadeiras, a **luta Capoeira** [...] Trabalhei dança. (Jogo da Onça)

Mas aí dentro da minha disciplina costumo saber abordar se colocando esporte. O esporte é a porta de entrada da Educação Física. [...] Então, as últimas amostras foi justamente **o negro no esporte**. (Cateretê)

As possibilidades de implementação da história e cultura afro e indígena na Educação Física se dá de diversas formas, sendo seus conteúdos ferramentas para alcançar esse objetivo. As práticas corporais possuem suas diversidades e especificidades, com manifestações que se caracterizam nos Jogos, nas Brincadeiras, nas Lutas, nas Ginásticas, nos Esportes e nas Danças.

³⁶ A Pedagogia da Corporeidade é uma proposição de abordagem da EF e “compreende a situação de movimento como espaço educativo-terapêutico, pertencente ao campo da linguagem, que possibilita a aprendizagem de um modo lúdico de se perceber e se envolver com o mundo” (Gomes-da-Silva, 2016, p. 126), tendo os Jogos como pivô educativo, sistematizados em 13 gêneros lúdicos: sensoriais, ambientais, simbólicos, de exercícios, rítmicos, integrativos, de (des)construção, de luta, de invasão, de rebater, de marca, de precisão e de lógica/sorte. (Gomes-da-Silva, 2017)

No documento da BNCC (Brasil, 2018), estes se configuram como objetos de conhecimento, sendo apresentados explicitamente com relação às culturas afro e indígena a partir do 3º ano do Ensino Fundamental, com as brincadeiras e jogos, as danças e as lutas de matriz indígena e africana. Contudo, entendemos que se encontram também inseridos implicitamente no 1º e 2º ano nas brincadeiras e jogos da cultura popular, assim como essas temáticas podem ser abordadas transversalmente em qualquer outro objeto de conhecimento de qualquer ano (Brasil, 1998).

Em relação às referências que servem de base para os/as professores/as entrevistados/as em suas práticas pedagógicas, há uma diversidade nos relatos, pois algumas respostas apresentaram a BNCC, citada pelas professoras *Jogo da Onça* e *Cateretê*. O professor *Toré* também cita a BNCC, porém com a ressalva de que tem outras compreensões do conteúdo trazido pelo documento, pois como sua abordagem pedagógica tem como objeto central o Jogo, acaba ocorrendo divergências em diversos pontos. Assim como relatado em algumas respostas, entendemos que devemos alinhar nossa prática pedagógica com a BNCC, porém este documento não se configura como o currículo para as diversas disciplinas, mas como um dos pilares que geram os currículos, com pontos de divergências que nos fazem buscar outras fontes e planejar de maneira particular, seja pela abordagem pedagógica adotada, pelos currículos locais que se organizam de forma peculiar, pela amplitude ou aprofundamento dos conteúdos apresentados, ou por outros pontos que ditam a prática pedagógica de cada professor/a. Contudo, reconhecemos que, de modo geral, este é atualmente o documento mais utilizado para o direcionamento curricular na sistematização da prática pedagógica.

Outro documento referencial mencionado pelos professores *Toré* e *Jogo da Onça* foi a Matriz Curricular Municipal (SEDEC, 2022), que “se constitui em um referencial para elaboração dos planos de ensino do ano de 2022”, mas que ainda é utilizado para tal. Em sua apresentação, o próprio documento trata que está respaldado no “*Continuum* Curricular 2021/2022, estabelecido no documento *Continuum* Curricular: Disposições Curriculares, Pedagógicas e Avaliativas” (SEDEC, 2021) e que “deve ser ponto de partida para o desenvolvimento de um currículo diverso, inclusivo e integral”, pois “não está engessada numa estrutura tradicional de “grade curricular” (João Pessoa, 2021, p. 4).

O professor *Toré* ainda informa que dialoga com outras referências para alicerçar sua prática pedagógica, como o documento de Diretrizes Curriculares e autores como Pierre Normando, João Batista Freire e Elenor Kunz, porém não chegou a citar obras específicas desses autores.

Foram ainda mencionados como referências específicas com conteúdos das culturas afro e indígena na Educação Física os livros didáticos, pela professora *Jogo da Onça*; livros orientados na formação continuada da Alparagatas, pelo professor *Pilolo*, mas que não os especificou; e a professora *Cateretê* relatou que utiliza também *sites* que considera confiáveis.

5.2.6 Planos de Ensino

Paralelamente às respostas dos/as professores/as, analisamos seus Planos de Ensino considerando-os como um registro da sistematização de suas práticas pedagógicas, conforme foram apresentadas em suas falas, entendendo ser esse o documento que orienta a ação pedagógica durante todo o ano letivo. Dos/as entrevistados/as, não recebemos apenas os Planos de Ensino da professora *Jogo da Onça*.

O professor *Pilolo* enviou os planos de ensino das suas turmas da Educação Infantil (Pré 1) e dos Anos Iniciais (5º ano) e Finais (6º ano) do Ensino Fundamental. Neles estão contidas referências que não foram mencionadas na entrevista, como a BNCC, a Proposta Curricular do Estado da Paraíba para Educação Infantil e Ensino Fundamental e a Matriz de Referência Curricular (MRC) de João Pessoa, e não se apresentam nenhuma outra que venha a ser os livros disponibilizados na formação continuada, como relatado. Em ambos os planos, percebemos uma configuração estrutural bem semelhante ao formato que encontramos na MRC do município e, conseqüentemente à BNCC. Ele descreve como estratégia metodológica, que realiza inicialmente uma explanação teórica do conteúdo e uma roda de conversa buscando os conhecimentos prévios dos/as estudantes. Na sequência realiza a vivência prática das atividades, finalizando com uma avaliação da aula através das falas dos/as estudantes. No plano de ensino da Educação Infantil, há elementos como: o respeito, a empatia e a valorização às diferentes culturas e pessoas; a ampliação e diversificação do acesso às produções e saberes culturais; a construção de “identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento”, que nos dão indícios de como possivelmente são abordados os conhecimentos afro e indígena por ele. Já nos planos do Ensino Fundamental esses conhecimentos são descritos de modo mais específico através dos jogos e brincadeiras, que se apresentam em todos os bimestres, e das danças e lutas de matriz indígena e africana, no terceiro e no quarto, respectivamente.

Nos planos de ensino do professor *Toré* a estrutura também se assemelha à MRC, com a divisão de ciclos: 1º e 2º ano formando um e 3º, 4º e 5º ano formando outro, e com os

conteúdos (objetos de conhecimento como é descrito nos documentos). Seus planos de ensino expõem de forma bem explícita os conteúdos das culturas afro e indígena no primeiro e segundo bimestres, onde dispõem dos jogos e brincadeiras e das danças, porém ao analisar os documentos relacionando-os à sua entrevista, compreendemos que em sua prática pedagógica perpassa em todo o ano pela abordagem de jogos, relacionando tais culturas com aquilo que está sendo trabalhado em cada momento. Contudo, entre as referências não se apresentam os documentos de Diretrizes Curriculares e a MRC que foram mencionados em sua fala durante a entrevista.

A professora *Cateretê* disponibilizou seus Planos de Ensino de turmas dos Anos Iniciais (4º e 5º ano) e dos Anos Finais (6º ao 9º ano), que também possuem o formato semelhante à MRC, utilizando-se do mesmo modelo de documento que o professor *Pilolo*, possivelmente disponibilizado pela SEDEC. Possui a peculiaridade nas Estratégias Metodológicas, devido sua escola ainda estar utilizando o sistema remoto até o mês de junho de 2023, como relatou na entrevista, em que aborda os conteúdos por apresentação de vídeos, jogos virtuais, pesquisas, estudos dirigidos com os formulários do *Google* e encontros virtuais via *Google Meet*, e para os/as estudantes que não possuem acesso ao sistema digital, são disponibilizadas impressões. Vale ressaltar que essa dinâmica foi adotada pela rede municipal no período pandêmico e que algumas escolas permaneceram até o ano de 2023 por estarem recebendo reformas em suas estruturas. Em suas referências apresenta autores não mencionados na entrevista e, embora tenha o formato do plano configurado conforme a MRC, não a apresenta nessa seção. Porém, vale ressaltar que a forma relatada como aborda essas temáticas em suas aulas, apresentando a relevância de negros/as pode estar influenciada por uma das autoras presente em suas referências, Roseli Aparecida Bregolato, que utiliza a perspectiva histórico-crítico-social em suas obras. Como objetos de conhecimento específicos das culturas de matriz afro e indígenas, nos Anos Iniciais, aborda de forma explícita os jogos e brincadeiras no 1º e 2º bimestres, as danças no 2º bimestre, e as lutas no 4º bimestre. Nos chama atenção o fato de que no relato da professora, o futebol foi mencionado como conteúdo trabalhado no período da culminância do projeto, mas no plano de ensino essa modalidade não é descrita, como também a categoria a qual ela se insere (esportes de invasão) não se apresenta no 4º bimestre. Nos planos dos 6º e 7º ano há apenas no 4º bimestre alguma menção explícita relacionada à cultura africana, quando apresenta os jogos de tabuleiro de origem africana para abordar a data da Consciência Negra. Já nos planos dos 8º e 9º ano, apresenta apenas como Conhecimento Específico “Consciência

Negra - atletas negros no esporte: desafios e conquistas / Jogos de tabuleiro de matriz africana”, reforçando assim o seu relato durante a entrevista.

Diante dos dados apresentados nos relatos e documentos dos/as participantes dessa pesquisa, identificamos uma representatividade de docentes de todos os Polos da rede, englobando geograficamente todo o município. Como perfil do corpo docente da rede, verificamos a maioria declarada negra, com faixa etária concentrada entre 30 a 39 anos e graduação concluída após a promulgação da Lei n. 10.639. Pontos estes que, em nossa visão, potencializam o conhecimento e a consequente abordagem da cultura afro, pois a condição de recém-formados/as aumenta a possibilidade de busca por qualificação profissional, que subjetivamente estaria adequando-se para cumprimento da lei mencionada. Dentro da nossa amostra, uma pequena maioria possui curso de Especialização e poucos são os/as pós-graduados/as em cursos de Mestrado e Doutorado (estes finalizados após ano da Lei n. 11.645), refletindo assim em um cenário de que poucos/as docentes aproximaram-se das temáticas afro e indígena em seus processos formativos. Em relação ao conhecimento sobre as referidas leis, encontramos um resultado inferior ao de estudos semelhantes em outras redes municipais de ensino, todavia quase todos/as os/as participantes consideram importantes tais abordagens temáticas e a maioria afirma realizá-las durante todo o ano letivo através dos conteúdos apresentados na BNCC.

Ao aprofundar as observações por meio das entrevistas, encontramos um panorama que comprova a presença predominante da população negra entre os/as estudantes, relacionando isso ao fato de haver um predomínio na abordagem da cultura afro e de os/as entrevistados/as terem presenciado casos de preconceito contra negros/as. Somado a esse contexto, nos deparamos com os fatos do não reconhecimento da identidade nos relatos, sendo uma realidade inclusive na escola quilombola, e da naturalização do racismo. Dessa forma, no cotidiano vão emergindo demandas pedagógicas que reforçam cada vez mais a necessidade da abordagem das relações étnico-raciais, como foi mencionado sobre como os/as professores/as se aproximaram das temáticas. Outro fator de aproximação relatado foi a formação continuada ocorrida na rede nos últimos dois anos, que possibilitou aprofundar o conhecimento sobre tais temáticas e que permite criar boas expectativas de transformação no panorama atual da rede, embora considere importante a implementação das referidas leis, devido sua importância histórica e cultural dos povos constituintes da nação brasileira, acabam não realizando-a devidamente em virtude do desconhecimento por parte de docentes.

No decorrer dos relatos sobre a prática pedagógica, os/as docentes apresentaram algumas inconformidades entre suas falas e os Planos de Ensino em relação as referências utilizadas, tendo em sua maioria a MRC e, conseqüentemente a BNCC como base para estruturar suas práticas docentes. Possivelmente isso se deu pelo esquecimento durante a entrevista. Outros aspectos levantados foram os limites encontrados, tendo o preconceito religioso como ponto forte também encontrado em outros estudos e, em contrapartida, a interdisciplinaridade, apresentada em outras produções como fator de alto potencial de possibilidade pedagógica na abordagem das temáticas/problemáticas das relações étnico-raciais.

“É QUE EM CADA EXPERIÊNCIA, SE APRENDE UMA LIÇÃO”³⁷

Enfim chegamos ao ponto final desse estudo, ainda inacabado, pois é apenas um ponto de reflexão e de partida para que novas contribuições ganhem projeção, dando continuidade ao que aqui foi discutido, ou inspirem outros debates que elevem qualitativamente a Educação Física Escolar.

Trago nesse último título o reconhecimento e a satisfação de ter vivenciado cada etapa desse processo, onde fui me descobrindo um professor entusiasta da transformação que a Educação Física proporciona e que busca a pesquisa como modo de melhoramento do agir docente. A cada passo avançado nessa experiência, uma (ou mais de uma) lição foi aprendida, e assim permaneço ambicioso por avanços outros.

A práxis pedagógica que desencadeou a inquietação para a transformação de um professor na condição limitada em relação a abordagem das histórias e culturas originárias de sua própria nação, justamente por ter sido formado toda a vida em uma educação eurocêntrica, mas empenhado em desbravar tais conhecimentos e condicionar sua prática pedagógica a um patamar mais justo e potencializador. Esse comprometimento docente foi um fator relevante percebido durante esse estudo para a superação do panorama hegemônico da Educação Física, pois movimenta o/a professor/a para o devido reconhecimento e a valorização dos povos a que descendemos, conhecendo e cumprindo as leis aqui abordadas através das diversas possibilidades que o nosso componente curricular nos permite.

Contudo, não há como esperar que esse movimento individual de comprometimento por si só seja suficiente, pois como resultados encontrados, não só nessa como em outras pesquisas, o desconhecimento das leis ainda é grande, e mesmo que seja considerada importante, a abordagem das temáticas sobre relações étnico-raciais está ainda incipiente na Educação Física Escolar, sendo necessário fazer uma mobilização de forma mais ampla e enérgica para que os/as professores/as materializem em suas práticas pedagógicas essas orientações que foram estabelecidas a mais de uma década no âmbito nacional.

Vale salientar que o predomínio da cultura europeia nos conteúdos curriculares da Educação Física não condiz com o perfil populacional que tem maioria formada por outras características culturais. Entretanto, consideramos que a emersão das culturas afro e indígenas

³⁷ Trecho da música “Conselho”, composta por Adilson Bispo e Zé Roberto em 1986 e imortalizada na voz de Almir Guineto.

não deve ser feita em um movimento de depreciação da cultura branca, mas de equidade, reconhecendo todo o apagamento histórico ocorrido pela colonização e ainda bastante presente nos dias atuais pelo racismo.

É nesse contexto de alta tensão que os movimentos sociais vêm resistindo e lutando para conquistar direitos, com a Educação como um de suas principais ferramentas para superar as desigualdades e invisibilidades geradas ao longo do tempo. Dessa forma, conquistaram as Leis n. 10.639/03 e n. 11.645/08, que possibilita que esse desequilíbrio na relação currículo x população passe a ser superado e perspective uma formação humana emancipatória diante de uma realidade social desproporcional.

Todavia, a materialização dessas leis nas aulas de Educação Física deve ser realizada através da prática pedagógica sistematizada, fundamentada e com intencionalidade objetiva, pois é o mínimo abordar os conteúdos afro e indígena apenas como cumprimento burocrático (em datas comemorativas que remetem a seus povos, por exemplo), como pode ser percebido nos dados registrados.

Assim como ocorreu com o autor desse estudo, foi possível perceber a ignorância em relação às culturas afro e indígenas como um impedimento para a contextualização das suas manifestações (as vezes já trabalhadas nas aulas), como também para o reconhecimento das identidades, dificultando o reconhecimento e a valorização dessas culturas com todas as suas riquezas.

As transformações resultantes da implementação das leis devem alcançar uma amplitude que vai da Educação Básica até o Ensino Superior, para que ocorra uma modificação sobre a visão equânime, plural, antirracista e decolonial do estado atual dos currículos, das práticas pedagógicas e, conseqüentemente, das formações. Afinal, o trato das temáticas/problemáticas, resultante do cumprimento legal objetivo, possibilita uma ressignificação na percepção crítica sobre a nossa formação enquanto nação e no combate ao cenário posto de desigualdades, preconceitos, discriminações e racismo, conseqüente de todo o processo colonizador.

Tendo em vista esse movimento transformador em relação a rede municipal de ensino de João Pessoa-PB, enfatizamos as ações voltadas às relações étnico-raciais nos últimos anos, com a implementação do Programa Educação pela Cultura, em uma parceria da Prefeitura Municipal com o Instituto Alpargatas, como também com os eventos e formações, com destaque para a Jornada de Formação de Educadores do Município de João Pessoa (JOFEM) que contou com as presenças da Profa. Dra. Branca Jurema Ponce, que tratou sobre “Políticas

Educacionais para a Equidade na Aprendizagem Escolar” e da Profa. Dra. Nilma Lino Gomes, explanando sobre “Equidade e Justiça Social na garantia do direito à Educação Escolar: a pedagogia antirracista por dentro da sala de aula”. Isso demonstra a atenção da rede municipal para o debate sobre as relações étnico-raciais em seu sistema educativo, fato esse que favorece fortemente alcançar uma formação cidadã que reconhece a diversidade cultural. Vale aqui ressaltar que, fazendo parte da rede desde 2015, ainda não havia presenciado movimentos voltados para o debate étnico-racial antes. Sendo assim, o pouco tempo dessa intervenção estabelece a realidade de que ainda há muito a ser realizado para a efetivação da implementação das temáticas na realidade das aulas de Educação Física da rede municipal de Ensino de João Pessoa – PB.

Adicionalmente ao fomento da rede municipal, nos deparamos nesse percurso com diversas possibilidades de abordar as problemáticas étnico-raciais na Educação Física, como a realização de projetos, ações interdisciplinares, a utilização de recursos tecnológicos de aplicativos e filmes, além das abordagens pedagógicas ancoradas nas perspectivas críticas, que se moldam na interseccionalidade dos seus conteúdos específicos, dos temas transversais, das discussões sobre o corpo e de suas manifestações culturais.

Mesmo diante de tantas possibilidades encontradas nas produções científicas somadas aos relatos docentes, a falta de aproximação com esses conhecimentos se traduz em diversos contextos que limitam a abordagem das relações étnico-raciais. Ao modo que destacamos positivamente o Programa Educação pela Cultura, apontamos também que as formações por ele oferecidas não tratam com especificidade na Educação Física, ficando a cargo dos/as professores/as relacionar os conhecimentos apresentados na formação com os do seu componente curricular.

Além disso, outros fatores limitantes encontrados em nosso estudo foram: o desconhecimento das leis, insegurança para abordar tais problemáticas, o não reconhecimento das identidades, o preconceito religioso, o racismo e as inadequações nas formações.

Reconhecemos que há avanços quando voltamos o olhar para as relações étnico-raciais no contexto da Educação Física Escolar, mesmo que de forma lenta se levarmos em consideração o tempo que as referentes leis foram promulgadas.

Ao mesmo tempo, compreendemos que a ausência desse componente curricular como prioridade entre os mencionados nas leis, seja uma lacuna a ser preenchida por uma interpretação mais aprofundada, pois se no próprio texto legal informa sobre a abordagem em

todo o currículo escolar, com destaque especial para algumas áreas, então a que possui a Cultura Corporal como especificidade não poderia ser ignorada.

Consideramos então, que a Educação Física tem grande responsabilidade e potencial de se apropriar das relações étnico-raciais dentro da Educação e que com os avanços da rede municipal de João Pessoa no sentido de se fazer cumprir as referidas leis fortalece esse movimento.

Nesse contexto, discernimos que esse trabalho cumpre inicialmente com o objetivo de analisar a realidade local, tomando como referência a literatura e as demais investigações em todo o território nacional e que tem muito a contribuir para novas inquietações pedagógicas e acadêmicas que gerem proposições de reformulações nas ações pedagógicas, nas produções, acadêmicas, nos currículos, formações iniciais e continuadas direcionadas para a problematização da Relações Étnico-Raciais.

É pensando no global que devemos agir no local e assim vamos dando dinamismo para as transformações que enxergamos como necessárias na sociedade, afinal as lutas por direitos e reconhecimento não podem ficar apenas sob responsabilidade de movimentos sociais, mas elas devem ocorrer em cada ambiente e por cada indivíduo que tenha inquietação com as injustiças presentes a todo momento na sociedade. Como um “trabalho de formiguinha”, onde cada um/a deve agir onde e como pode para alcançarmos um mundo melhor. E esse agir no âmbito da educação se dá com o posicionamento político do/a professor/a que tem a responsabilidade de colaborar com a formação humana de crianças, jovens e adultos para o presente e o futuro deste país.

Essa dissertação é apenas a reprodução compilada de experiências que traz consigo lições, e que serve de impulso para o desenvolver de outras experiências e lições, sendo metaforicamente apenas uma nota dentro da composição musical das Relações Étnico-Raciais na Educação Física Escolar.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, W.; FRAGA FILHO, W. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ALMEIDA, Silvio Luiz. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ALMIRANTE, C. M. **O perfil dos professores de Educação Física da rede Municipal de João Pessoa no Ensino Fundamental**. 2012. 121 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

ALVES, P. T. O. **A contribuição do NIGER/NEABI no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – Campus Juazeiro do Norte e a formação do professor de educação física na educação das relações étnico-raciais**. 2022. 98 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Regional do Cariri, Crato, 2022.

AMARO, L. L. **Mapeamento da Produção Científica sobre os Jogos Indígenas no Brasil: Contribuições para o Currículo Escolar**. 2021. 121 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2021.

ANDRADE, T. M. *et al.* Povos indígenas da Paraíba. João Pessoa: Editora Grafset, 2012.

ANJOS, G. A. questão cor ou raça nos censos nacionais. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.41, n. 1, p. 103 - 118, abril 2013.

ARANTES, A. S. Educação, medicina e racialização nas aulas de educação física das escolas primárias (Pernambuco, década de 1930). **História da Educação**, 22 (54) • Abr 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/heduc/a/DHQYhJnWbkTLrmmFnfHWsQp/?lang=pt>. Acesso em: 15 ago. 2023.

ARAÚJO, A. **Cícero fecha parceria com Alpargatas para implantação de projeto de esporte e cultura na Rede Municipal**, 18 de março de 2022. Disponível em: <https://www.joaopessoa.pb.gov.br/noticias/cicero-fecha-parceria-com-alpargatas-para-implantacao-de-projeto-de-esporte-e-cultura-na-rede-municipal/>. Acesso em: 15 ago. 2023.

ARAÚJO, E. P. C. **O ensino de Educação Física no centro de ensino quilombola Benedito Fontes: um estudo à luz da lei nº 10.639/2003**. 2021. 170 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Ensino da Educação Básica) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2021.

ARAÚJO, M. L. **Os efeitos político-pedagógicos produzidos pela prática da capoeira no contexto escolar: a compreensão dos coletivos docentes de duas escolas da RME-POA**. 2017. 160 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARNES, E. V. “Da Diversidade ao Prolind: reflexões sobre as políticas públicas do MEC para a formação superior e povos indígenas”. In: SOUZA, C. N. I. *et al.* **Povos Indígenas: projetos e desenvolvimento II**. Brasília: Paralelo 15, Rio de Janeiro: Laced, 2010. p. 63 - 74.

BENTO, C. C. **Jogos de origem ou descendência indígena e africana na educação física escolar: educação para e nas relações étnico-raciais**. 2012. 102 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. 2012.

BEZERRA, H. P. O. **Corpo, cultura e educação (física) nos quilombos da serra**. 2021. 266 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021.

BINS, G. N. **Mojuodara: a educação física e as relações étnico-raciais na rede municipal de ensino de Porto Alegre**. 2014. 187 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) – Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

BINS, G. N.; NETO V. M. Caleidoscópio: o olhar dos professores de Educação Física da rede municipal de ensino de Porto Alegre para as questões étnico-raciais. **Motrivivência**, Porto Alegre, v. 28, n. 48, p. 282–299, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-042.2016v28n48p2175-8042.2016v28n48p282>. Acesso em: 15 ago. 2023.

BINS, G. N.; NETO V. M. Mojuodara: uma possibilidade de trabalho com as questões étnico-raciais na educação física. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v.39, n.3, p. 247-253, 2017.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora. 1982.

BONETTI, S. P. **Jogos africanos para uma educação intercultural: a experiência da disciplina de educação física em escolas públicas estaduais no Paraná**. 2022. 180 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2022.

BOURGUIGNON, P. R. A. **As relações étnico-raciais no currículo do curso de licenciatura em educação física da universidade federal do Rio de Janeiro**. 2020. 114 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia para o Desenvolvimento Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12 jun. 2022.

_____. **A abolição no parlamento: 65 anos de lutas (1823-1888)**. 3. Ed., Vol. I e II. Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2020. Disponível em: <https://www2.senado.gov.br/bdsf/handle/id/579936>. Acesso em: 14 ago. 2022.

_____. **Decreto nº 58.824**, de 14 de julho de 1966. Promulga a Convenção nº 107 sobre as populações indígenas e tribais. Brasília, DF: Presidência da República, 1966. Disponível em: [https://www.oas.org/dil/port/1957%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20Povos%20Ind%C3%ADgenas%20e%20Tribais.%20\(Conven%C3%A7%C3%A3o%20OIT%20n%C2%BA%20107\).pdf](https://www.oas.org/dil/port/1957%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20Povos%20Ind%C3%ADgenas%20e%20Tribais.%20(Conven%C3%A7%C3%A3o%20OIT%20n%C2%BA%20107).pdf) Acesso em: 23 out. 2022.

_____. **Decreto nº 63.223**, de 6 de setembro de 1968. Promulga a convenção relativa à luta contra a discriminação no campo do ensino. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1968. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-63223-6-setembro-1968-404776-norma-pe.html>. Acesso em: 13 mai. 2022.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História Afro-Brasileira e Africana**. Brasília/DF: SECAD/MEC, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2022.

_____. **Lei Federal nº 6.001**, de 19 de dezembro de 1973. Dispõe sobre O Estatuto do Índio. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1973. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6001.htm. Acesso em: 30 dez. 2022.

_____. **Lei nº 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm. Acesso em: 25 mar. 2022.

_____. **Lei 11.645**, de 10 de março de 2008. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm. Acesso em: 25 mar. 2022.

_____. **Lei nº 12.288**, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112288.htm. Acesso em: 13 nov. 2022

_____. **Lei nº 12.711**, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: 21 ag. 2022.

_____. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 15 jul. 2022.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília, 2018

_____. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília/DF: SECAD/MEC, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/orientacoes_eticoraciais.pdf. Acesso em: 10 abr. 2022.

_____. **Projeto de Lei 259**, de 11 de março de 1999. Dispõe sobre: a obrigatoriedade da inclusão, no currículo oficial da Rede de Ensino, da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" e dá outras providências. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1999. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=15223>. Acesso em: 03 abr. 2022.

_____. **Resumo Técnico do Distrito Federal: Censo Escolar da Educação Básica 2021**. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), 2022. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2021.pdf. Acesso em: 07 jan. 2023.

_____. Parâmetros Curriculares Nacionais-PCN: pluralidade cultural, orientação sexual. In: **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais**. Brasília: MEC-SEF, 1998. p. 14-102.

_____. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Brasília: MEC, SECADI, 2013.

BRASILEIRO, L. T. *et al.* **Jogos e Brincadeiras Populares na Escola: Uma Possibilidade Socioeducativa**. Relatório de Projeto de Extensão. Campina Grande, 2013.

CANANÉA, F. A. A. L. C. **Educação popular e identidade cultural**. João Pessoa: Editora Imprell, 2016.

CANDAU, Vera Maria. **Reinventar a escola**. Petrópolis, RJ: vozes, 2008.

CARIOCA, C. C. S. **História e cultura indígena: perspectivas e possibilidades para as aulas de educação física na cidade de Cáceres-MT**. 2021. 121 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2021.

CARVALHO, E. M. C. **Pedagogia griô e biorregionalismo: diálogos entre a tradição oral e a educação física na educação infantil**. 2019. 149 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) - Faculdade Maria Milza, Governador Mangabeira/BA, 2019.

CARVALHO, L. N. **Jogo Mancala como possibilidade de implementação da lei 10639/03 no curso de licenciatura em educação física do IFCE Campus Juazeiro do Norte**. 2019. 58 f. Dissertação (Mestrado em Educação agrícola) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2019.

CASTELLANI FILHO, L. **Política Educacional e Educação Física – Polêmicas do nosso tempo**. Campinas: Autores Associados, 1998.

CASTRO, A. A. **Diversidade de gênero, etnia e raça na escola: uma possibilidade pedagógica para a Educação Física**. 2023. 183 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Física) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2023.

CAVALCANTI, A. S. S. **Corporeidades negras e Educação Física Escolar – construindo práticas antirracistas nos cotidianos da Educação Infantil**. 2020. 130 f. Dissertação (Mestrado em Processos Formativos e Desigualdades) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2020.

CAVALLEIRO, E. S. **Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

CHICO SCIENCE & NAÇÃO ZUMBI. **Um passeio pelo mundo livre**. Rio de Janeiro: Columbia Records, 1996. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EWZNRIZTNLo>. Acesso em: 09 fev. 2023.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do Ensino da Educação Física**. Coleção Magistério 2º grau – série formação do professor. São Paulo: Cortez, 1992.

COSTA, N. M. S. **Corporeidade negra e educação: Práticas Interculturais e suas Representações**. 2018. 66 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018.

COSTA, R. M. C. **A área de formação docente importa para a qualidade do aprendizado dos alunos? Uma análise com dados em painel do Censo Escolar**. 2018. 115 f. Dissertação (Mestrado em Economia) Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2018.

COSTA, T. B. **Corpo negro, Currículo e Educação Física: uma análise Fanoniana sobre as contradições e possibilidades para constituição de identidades insurgentes**. 2023. 205 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

COSTA, T. B. **Jogo consciente: a percepção dos professores de Educação Física acerca do corpo da criança negra e o processo de construção identitária**. 2017. 151 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2017.

COUTINHO, D. C. L. **A Implementação da Lei nº 10.639/03 nas Aulas de Educação Física Escolar do Município do Rio de Janeiro: Perspectivas e Possibilidades**. 2014. 155 f. Dissertação (Mestrado em Relações Étnico-Raciais), Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Rio de Janeiro, 2014.

CRELIER, C. M. S. **A educação física escolar e a lei 10639/03: o chão da escola x os aspectos legais**. 2017. 76 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Atividade Física) - Universidade Salgado de Oliveira, Niterói, 2017.

CRELIER, C. M. S.; SILVA C. A. F. Africanidade e afrobrasilidade em educação física escolar. **Movimento**, v. 24, n. 4, p. 1307–1320, 2019. DOI: 10.22456/1982-8918.81656. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/81656>. Acesso em: 11 ago. 2023.

CROCETTA, R. R. J. **As relações étnico-raciais nos currículos dos cursos de licenciatura em educação física das instituições de ensino superior do sistema Acafe**. 2014. 100 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2014.

DAOLIO, J. **Educação Física e o Conceito de Cultura**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

DENZIN, N. K. Investigação Qualitativa Crítica Critical Qualitative Inquiry. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 105-119, jan/abr 2018.

DIAS, L. R. Quantos passos já foram dados? A questão da raça nas leis educacionais – da LDB de 1961 à Lei. 10.639, de 2003, IN: ROMÃO, J. **História da educação dos negros e outras histórias**. Coleção Educação para Todos. Brasília: SECAD, 2005. p. 49-62.

DOMINGUES, P. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, Niterói, v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007.

DOMINGUES, P. Um "templo de luz": Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, n. 39, p. 517-534, 2008.

DUQUE-ESTRADA, J. O. **Hino Nacional Brasileiro**. 1922. Disponível em: https://www.google.com/search?q=hino+nacional&ei=8ZvkY-OCHcnS1sQP2deGMA&ved=0ahUKEwIjv4Xk8If9AhVJqZUCHdmrAQYQ4dUDCA8&uact=5&oq=hino+nacional&gs_lcp=Cgxnd3Mtd2l6LXNlcnAQA0oECEEYAEoECEYYAFAAWABgnAFoAHABeACAAQCIAQCSAQCYAQCgAQHAAQE&sclient=gws-wiz-serp#fpstate=ive&vld=cid:7e098ac7,vid:2HnEud_VRYYY. Acesso em 28 jan. 2023.

EXECUTIVA NACIONAL DA MARCHA. ZUMBI – Marcha contra o racismo. Pela igualdade e a vida. **Jornal da Marcha**. São Paulo, outubro de 1995. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/03D00040.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2022.

FANELLI, G. C. R. **A Lei 11.645/2008: história, movimentos sociais e mudança curricular**. 2018. 144 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

FARIA, C. A. B. **História e cultura afro-brasileira nas aulas de educação física do Município de Cariacica: Uma proposta curricular**. 2018. 118 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional) - Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus, 2018.

FAVERO, R. F. **Desafios e possibilidades para a mediação pedagógica com as danças populares no contexto da Educação Infantil**. 2022. 155 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2022.

FELIPE, D. **Luta Corporal Indígena: possibilidades pedagógicas do Huka Huka nas aulas de Educação Física**. 2019. 96 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional) - Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus, 2019.

FERES JÚNIOR, J. et al. **Ação afirmativa: conceito, história e debates**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018.

FERRAZ, T. G. **A dança Sussa no município de Cavalcante/Goiás: possibilidades no contexto educacional.** 2022. 142 f. Dissertação (Mestrado em Ensino na Educação Básica) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2022.

FRASER, Nancy. A justiça social na globalização: redistribuição, reconhecimento e participação. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 63, p. 7-20, 2002.

FRAZÃO, D. **Biografia de Fernando de Azevedo, 2021.** Disponível em: https://www.ebiografia.com/fernando_de_azevedo/#:~:text=Em%201961%20concebeu%20a%20primeira,Henrique%20Cardoso%20e%20Florestan%20Fernandes. Acesso em: 20 jan. 2023.

FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**, 17a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREITAS, G. D. P. **A realidade factual e o dever ser: as percepções dos professores de Educação Física Xavante sobre “sua” formação inicial.** 2020. 211 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2020.

FILICE, R. C. G.; SANTOS, D. S. S. Movimento Negro e Políticas Públicas: singularidades de uma luta pela educação no Brasil (1970-2003). In: MORAES, C. C. P. (Org.). **História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Goiânia: História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, 2016. p. 1-31.

JOÃO PESSOA, Secretaria de Educação e Cultura. Diretoria de Ensino, Gestão e Escola de Formação. **Matriz de Referência Curricular.** João Pessoa, 2021

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, D. S. S. **Preconceito racial na escola: contribuições da capoeira angola para uma educação física reflexiva.** 2014. 104 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

GODOI, M.; NOVELLI, F. I.; KAWASHIMA, L. B. Educação Física, saúde e multiculturalismo em tempos de covid-19: uma experiência no ensino médio. **Saúde e Sociedade**, 30(3), e200888, 2021. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902021200888>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/34tmNLV5Rf5db7xhxjwqKQm/?lang=pt#>. Acesso em: 20 jun. 2023.

GOMES, I. V. **Negro drama: narrativas estudantis negras, educação física escolar e educação étnico-racial.** 2019. 198 f. Dissertação (Mestrado em Educação e Docência) - Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2019.

GOMES, N. L. Cultura negra e educação. **Revista Brasileira de Educação**, ANPED, n. 23, p. 75- 85, maio/jun/jul/ago. 2003.

GOMES, N. L. Movimento Negro e Educação: ressignificando e politizando a raça. **Educação Social**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, jul./set. 2012.

GOMES, N. L. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil**: uma breve discussão. Coleção para todos. Secretária de educação continuada, alfabetização e diversidade. Brasília: Ministério da Educação, 2005. Disponível em: <https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/cedoc/detalhe/alguns-terminos-e-conceitos-presentes-no-debate-sobre-relacoes-raciais-no-brasil-uma-breve-discussao,baf17c8d-1b72-46fc-a3b7-fdab0bf2a748>. Acesso em: 16 jan. 2023

GONÇALVES, B. C. **Dos barracões dos festeiros para escola: a Dança do Marabaixo nas aulas de Educação Física**. 2019. 106 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2019.

GONÇALVES, L. S. **PRÁTICAS CORPORAIS INDÍGENAS DA COMUNIDADE TENETEHARA-GUAJAJARA: contribuições interculturais para a Educação Física**. 2020. 130 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Ensino da Educação Básica) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2020.

GRANDO, B. S.; PINHO, V. A. As Questões Étnico-Raciais e a Educação Física: bases conceituais e epistemológicas para o reconhecimento das práticas afro-brasileiras e indígenas. *In*: CORSINO, L. N.; CONCEIÇÃO, W. L. **Educação Física Escolar e Relações Étnico-Raciais: subsídios para a implementação das Leis 10.639/03 e 11.645/08**. Curitiba: CRV, 2016. p. 25-43.

GRANDO, B. S.; STROHER, J; CAMPOS, N. S. **Povos indígenas, formação de professores e educação intercultural**: diálogos com a lei nº 11.645/2008. Maringá: Eduem, 2022.

GRISON, F. C. **O trabalho docente e as relações étnico-raciais na educação física em escolas estaduais de Curitiba**. 2020. 193 f. Dissertação (Mestrado em Educação: Teoria e Prática de Ensino) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020.

GUIMARÃES, D. **As danças indígenas na formação inicial em Educação Física: APP didático para o 2º Ciclo do Ensino Fundamental**. 2019. 199 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Humano e Tecnologias) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Rio Claro, 2019.

HENRIQUES, R. **Desigualdade Racial no Brasil**: Evolução das Condições de Vida na Década de 90. Texto para Discussão 807. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE, 2011. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/rendimento-despesa-e-consumo/9662-censo-demografico-2010.html?=&t=destaques>. Acesso em: 23 ago. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE, 2021. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2021**. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou->

raca.html#:~:text=De%20acordo%20com%20dados%20da,1%25%20como%20amarelos%20ou%20ind%C3%ADgenas. Acesso em: 25 nov. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD): Características gerais dos moradores 2020-2021, 2022.** Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101957_informativo.pdf. Acesso em: 27 nov. 2022.

ITACARAMBY, D. V. **Movimentos não ritmados: Barreiras para o ensino da dança nas aulas de Educação Física.** 2022. 128 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Ensino) - Universidade de Cuiabá, Cuiabá, 2022.

JACOB, H. D. L. S. **Ensino e identidades: um estudo sobre as mulheres negras na escola.** 2017. 105 f. Dissertação (Mestrado em Ensino na Educação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

JATOBÁ, A. C. M. O. *et al.* O Racismo no Brasil em Pleno o Século XXI: uma análise sobre a revisão da Lei de Cotas. In: 10º CONINTER - Congresso Internacional Interdisciplinar em Ciências Sociais e Humanidades. 10, 2021, Niterói. **Anais eletrônicos** [...] Niterói: Even3, 2021. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/anais/xc22021/437833-O-RACISMO-NO-BRASIL-EM-PLENO-O-SECULO-XXI--UMA-ANALISE-SOBRE-A-REVISAO-DA-LEI-DE-COTAS>>. Acesso em: 24 jul. 2022

JESUS, I. C. **Educação Física e Educação Escolar Indígena: o caso dos Borari da terra indígena Maró.** 2021. 129 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2021.

JOÃO PESSOA, Prefeitura Municipal de. **Plano Municipal de Educação de João Pessoa (2015-2025).** João Pessoa/PB, 2015. Secretaria de Educação e Cultura. Conselho Municipal de Educação. Fórum Municipal de Educação. Disponível em: [file:///C:/Users/Beatriz/AppData/Local/Temp/Rar\\$DIA3052.9680/ANEXO-LEI-13035-2015-JOAO-PESSOA-PB.pdf](file:///C:/Users/Beatriz/AppData/Local/Temp/Rar$DIA3052.9680/ANEXO-LEI-13035-2015-JOAO-PESSOA-PB.pdf). Acesso em: 28 nov. 2023.

KEMPE, G. C. **Práticas corporais indígenas inseridas à educação física escolar não indígenas.** 2015. 138 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Reabilitação e Inclusão) - Centro Universitário Metodista – IPA, Porto Alegre, 2015.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica.** São Paulo, SP: Atlas 2003.

LEITE, F. F. **SABERES TRADICIONAIS KRAHÔ: Contribuições para Educação Física Indígena Bilíngue e Intercultural.** 2017. 176 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Cultura e Território) – Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, 2017.

LIMA, I. T. G. **A inserção dos conteúdos afro-brasileiros nas aulas de Educação Física escolar: limites e possibilidades na rede estadual de Pernambuco, 2018.** 187 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade de Pernambuco, Recife, 2018.

LIMA, I. T. G. BRASILEIRO, L. T. A cultura afro-brasileira e a Educação Física: um retrato da produção do conhecimento. **Movimento**, Porto Alegre, v. 26, p. e26022, 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/93164>. Acesso em: 27 dez. 2022.

LIMA, M. R. **O hip-hop enquanto forma de objetivação da resistência: possibilidades de trato do conhecimento na educação física no ensino médio**. 2022. 97 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022.

LOPES, D. P. J. S. A lei nº 11.645/08 e a inclusão obrigatória da história e cultura indígena no currículo oficial: emergências e ausências no município de Marcação-Paraíba, 2016. 136 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

LOPES, V.N. Racismo, Preconceito e Discriminação: procedimentos didático pedagógicos e a conquista de novos comportamentos. In: MUNANGA, K. **Superando o Racismo na Escola**. Brasília: Secad, 2005. p. 185-204.

LUCIANO, G. S. Entrevista: Gersem José dos Santos Luciano – Gersem Baniwa. [Entrevista cedida a] Maria Aparecida Bergamaschi. **Revista História Hoje**, Pelotas, v. 1, n. 2, p. 127-148, 2012. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/44>. Acesso em: 23 jan. 2023.

LUCIANO, G. S. **O índio Brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Coleção Educação Para Todos. Brasília, Ministério da Educação, 2006.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em Educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1986.

LYRIO, L. **Jogos e brincadeiras da cultura afro-brasileira nas aulas de educação física**. 2019. 77 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional) - Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus, 2019.

LOPES, F. C. O. **O Currículo da Educação Física na Ótica das Relações Étnico-Raciais: a prática pedagógica de professores da Diretoria Regional do Campo Limpo**. 2020. 257 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2020.

MACEDO, N. D. **Iniciação à pesquisa bibliográfica**: guia do estudante para a fundamentação do trabalho de pesquisa. São Paulo, SP: Edições Loyola, 1994.

MARQUES, E. P. S.; DA SILVA, W. S. Os desafios epistemológicos e práticos para o enfrentamento do racismo no contexto escolar. **Práxis Educacional**, v. 16, n. 39, p. 72-90, 2020.

MARTINS, B. R. A negação do corpo negro e a Educação Física Escolar. In: Congresso Internacional Interdisciplinar em Ciências Sociais e Humanidades, 2012, Niterói. **Anais [...]** Niterói: ANINTER-SH/PPGSD-UFF, 2012. p. 1-21.

MARTINS, B. R. **Relações étnico-raciais e diversidade cultural: caminhos em direção a uma outra educação física escolar**. 2013. 150 f. Dissertação (Mestrado em Relações Étnico-raciais) - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, Rio de Janeiro, 2013.

MARTINS, P. M. C. **A Educação Física e a formação de professores: pluralidades, projetos pedagógicos, sociedade brasileira e intervenção formativa democrática**. 2021. 114 f. Dissertação (Mestrado Profissional em História, Cultura e Formação de Professores) - Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2021.

MATOGROSSO, N. **História do Brasil**. Rio de Janeiro: Polygram Discos Ltda., 1986. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8bsUEelymw8&t=42s>. Acesso em: 23 jan. 2023.

MATTOS, I. G.; MONTEIRO, P. T. Educação Física: corpos negros e insurgências epistêmicas. **Revista Brasileira De Ciências Do Esporte**, 43, e007820, 2021. <https://doi.org/10.1590/rbce.43.e007820>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbce/a/Vscw6CNHS7NBhR9hc55cYBh/?lang=pt#>. Acesso em: 17 jul. 2023.

MC's, Racionais. **Racistas Otários**. São Paulo: Boogie Naípe, 1990. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9YFpcpRJ6bA>. Acesso em 25 jan. 2023.

MENDONÇA, G. P. A.; FREIRE, E. S., & MIRANDA, M. L. J. Relações étnico-raciais e Educação Física escolar: uma revisão integrativa de teses e dissertações. 2020. **Motrivivência**, 32(63), 1–20. <https://doi.org/10.5007/2175-8042.2020e76893>.

MESSIAS, A. R. **A formação inicial em educação física na UFSM: a lei 10.639/03 em uma abordagem intercultural**. 2019. 73 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2019.

MILESKI, K. G. **Os Guarani no Norte do Paraná: Cultura Corporal e Educação Escolar Indígena**. 2018. 275 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2018.

MINAYO, M. C. S.; SANCHES, O. Quantitativo-Qualitativo: oposição ou complementariedade? **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239- 248, jul.-set. 1993.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14^a ed. Rio de Janeiro: Hucitec, 2014.

MIRANDA, H. P. **Capoeira, Religião e Religiosidades: atividade integrante dos componentes curriculares Educação Física e Ensino Religioso. Um olhar a partir dos professores/as da rede municipal de Vila Velha/ES**. 2019. 127 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ciências das Religiões – Faculdade Unida de Vitória/ES, Vitória, 2019.

MIRANDA, J. F. S. **Refletindo sobre racismo e desengajamento moral no futebol: um material didático para as aulas de Educação Física**. 2021. 74 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Práticas de Educação Básica) - Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, 2021.

MOEHLECKE, S. Ação Afirmativa: História e debates no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, n.117, p. 197-217, nov. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/NcPqxNQ6DmmQ6c8h4ngfMVx/?lang=pt#>. Acesso em: 17 fev. 2023.

MOREIRA, A. J. **A cultura corporal e a Lei n. 10.639/03: um estudo sobre os impactos da lei no ensino da Educação Física em Salvador**. 2008. 100 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

MOREIRA, A. F.; CANDAU, V. **Indagações sobre Currículo: currículo, conhecimento e cultura**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag3.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2023.

MOREIRA, J. M. **Cinema indígena na educação antirracista**. 2022. 119 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

MOTA E SILVA, E. V. **Ensino da história e cultura afro-brasileira por meio do atletismo: contribuições de um curso de extensão a distância para professores de educação física**. 2016. 137 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Humano e Tecnologias) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Rio Claro, 2016.

MUNANGA, K. Identidade, Cidadania e Democracia: algumas reflexões sobre os discursos anti-racistas no Brasil. **Resgate: Revista de Cultura**, n. 6, p. 17-24, 1996. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8645505/12810>. Acesso em: 15 jun. 2022.

_____. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Seminário Nacional Relações Raciais e Educação, PENESB, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 3, 2003. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoes-de-raca-racismo-identidade-e-etnia.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2022.

_____. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

NALDINO, L. **Descolonizar o corpo negro nas aulas de educação física: apontamentos para uma prática necessária**. 2019. 140 f. Dissertação (Mestrado em Educação: Teoria e Prática de Ensino) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

NEIRA, M. G. Valorização das identidades: a cultura corporal popular como conteúdo do currículo da Educação Física. **Motriz**, Rio Claro, v.13 n.3 p.174-180, jul./set. 2007.

NETO, C. G. M. **Saberes indígenas, cultura de movimento e interculturalidade: cenários na comunidade do Catu/RN**. 2019. 98 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

NOBREGA, C. C. S. **Educação antirracista no município de São Paulo: análise das experiências pedagógicas na área de educação física escolar**. 2019. 219 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2019.

NUNES, V. C. **Construção de sentidos sobre a história e a cultura do povo Bororo por professoras e professores em escolas municipais de Cuiabá – MT : contribuições da formação-ação-intercultural do COEDUC.** 2020. 284 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2020.

OLIVEIRA, A. L. F. Educação Física e Currículo: possibilidades de (re)significação da cultura corporal do povo Originário Potiguara-PB. 2019. 201 f. Dissertação (Mestrado em Formação de Professores) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2019.

OLIVEIRA, A. L. R. **Diálogo de Saberes na Formação e na Prática Pedagógica de Professores de Educação Física Mestres de Capoeira.** 2021. 344 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, 2021.

OLIVEIRA, F. E. **Escola e cultura indígena, uma abordagem inter-transdisciplinar: à igualdade que os diferentes proporcionam.** 2021. 96 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Atividade Física) - Universidade Salgado de Oliveira, Niterói, 2021.

OLIVEIRA, M. A. T. Educação Física Escolar e ditadura militar no Brasil (1968-1984): história e historiografia. **Educação e Pesquisa.** São Paulo. V.28, n.1, p. 51-75, jan./jun. 2002.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos,** 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org> Acesso em: 18 out. 2022.

PAIVA, P. W. S. C. **A compreensão da realidade dos docentes de Educação Física das escolas estaduais indígenas de Roraima.** 2018. 164 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Roraima, Boa Vista, 2018.

PANTOJA, E. M. **Práticas pedagógicas de educação física no âmbito das relações étnico-raciais no ensino médio.** 2022. 85 f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal do Pará, Belém, 2022.

PASTORIZA, R. N. **Representações e práticas pedagógicas de professores (as) de Educação Física e de diretores (as) de escolas sobre a Lei 10.639/03 e seu contexto de implantação no ambiente escolar.** 2015. 121 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Luterana do Brasil, Canoas, 2015.

PAULA, B. H. **Outros saberes, outra docência: professores(as) negros(as) e a emergência da impedância pedagógica no contexto das ações afirmativas.** 2020. 102 f. Dissertação (Mestrado em Educação: Conhecimento e Inclusão Social) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

PEREIRA, A. S. M. *et al.* Aplicação das leis 10.639/03 e 11.645/08 nas aulas de educação física: diagnóstico da rede municipal de Fortaleza/CE. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte.** v. 41, n. 4, Porto Alegre, out./dez. 2019.

PEREIRA, A. A. **“O Mundo Negro”: a Constituição do Movimento Negro Contemporâneo no Brasil (1970-1995).** 2010. 268 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

PEREIRA, C. B. **Narrativas compartilhadas em uma instituição de ensino de comunidade quilombola: preservação e sistematização de práticas culturais.** 2020. 90 f. Dissertação (Mestrado em Ciência, Tecnologia e Educação) - Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus, 2020.

PEREIRA, M. M.; SILVA, M. P. Percurso da Lei 10639/03: antecedentes e desdobramentos. **Linguagens & Cidadania**, v. 14, n. 1, 2016.

PÉREZ GÓMEZ, A. A função e formação do professor/a no ensino para a compreensão: diferentes perspectivas. In: SACRISTÁN, J.G.; PÉREZ GÓMEZ, A. **Compreender e transformar o ensino.** Porto Alegre: ArtMed, 1998. p.353-379.

PICCININI, L. **Educação das Relações Étnico-Raciais nos currículos dos cursos de Licenciatura em Educação Física de Santa Catarina.** 2021. 233 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

PIRES, C. L. Z.; OYARZABAL, L. S. Abolição da Escravatura: 131 anos de liberdade ou ilusão? **Revista Literatura em Debate**, v. 13, n. 24, p. 4 - 14, jan./jun., 2019.

PIRES, J. V. L. **A Educação Física e as mudanças no mundo do trabalho: um olhar através da aplicação do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas municipais de Bagé.** 2013. 103 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Universidade Federal de Pelotas/RS, Pelotas, 2013.

PIRES, J. V. L.; SOUZA, M. S. Educação Física e a aplicação da Lei no 10.639/03: análise da legalidade do ensino da cultura afro-brasileira e africana em uma escola municipal do RS. **Movimento**, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 193-204, jan./mar. de 2015.

PONGE, R. 1968, dos movimentos sociais à cultura. **Organon**, Porto Alegre, v. 23, n. 47, 2009. DOI: 10.22456/2238-8915.29507. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/organon/article/view/29507>. Acesso em: 18 out. 2022.

PORTAPILA, D. M. O. **Trilhando a capoeira: a trajetória da construção do conhecimento sobre a Capoeira por uma professora de Educação Física.** 2020. 112 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Física) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Rio Claro, 2020.

RAIMUNDO, A. C.; TERRA, D. V. Educação para as relações étnico-raciais na educação infantil: a história de Sophia. **Movimento**, v. 27, p. e27018, 2021. DOI: 10.22456/1982-8918.108168. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/108168>. Acesso em: 11 set. 2023.

RAMOS, W. P. **Educação Física no Ensino Fundamental na fronteira Brasil/Paraguai: representações e identidades de Professores para atuar na diversidade cultural.** 2015. 156 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande/MS, 2014.

RANGEL, G. S. **No Movimento Do Jongo: A Educação Física E As Relações Étnico-Raciais Na Escola.** 2017. 221 f. Dissertação (Mestrado em Ensino na Educação Básica) - Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), São Mateus, 2017.

REIS, P. R. **Interculturalidade e sustentabilidade: jogos e brincadeiras indígenas na educação física escolar.** 2020. 113 f. Dissertação (Mestrado em Ensino das Ciências Ambientais) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2020.

RIBEIRO, S. F. X. **Memórias com a dança na escola: corpos, identidades e educação intercultural na escola.** 2019. 195 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2019.

ROCHA, D. F. F. A **"Dança Afro-Brasileira Cênica": experiências pedagógicas em projeto de contraturno escolar.** 2022. 174 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2022.

ROCON, S. C. F. **Educação Escolar Indígena, Formação de Professores e Educação Física: tensões e possibilidades para uma perspectiva intercultural na escola Pluridocente Guarani do Espírito Santo.** 2020. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2020.

RODRIGUES A. C. L. A Educação Física escolar e LDB: assumindo a responsabilidade na aplicação das Leis 10.639/03 e 11.645/08. **Reflexão e ação**, Santa Cruz do Sul, 2010. p. 125-150.

RODRIGUES, L. A. M. S. et al. Mapeando a Pesquisa em Educação das Relações Étnico-Raciais. **Cadernos de Pesquisa.** São Paulo, v.52, e07753, 2022.

RODRIGUES, R. M. **"Herança sem testamento": cultura, docência, planejamento e Educação Física.** 2020. 239 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

ROSA, A. A. **Currículo Cultural: brincadeiras, jogos e lutas de matrizes indígenas e africanas na Educação Física escolar.** 2023. 207 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Física) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2023.

SACARDO, M. S. **Publicação científica derivada das dissertações e teses na interface entre educação física e educação especial.** 2006. 134 f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006.

SANETO, J. G. **Educação Física Na/Da Escola Indígena: Apropriações e ressignificações numa aldeia Bororo.** 2016. 187 f. Tese (Doutorado em Educação Física) - Faculdade de Educação Física – UNICAMP, Campinas, 2016.

SANTANA, A. G. **O efeito do professor que atua fora da sua área de formação sobre o desempenho dos alunos no Enem em 2013 e 2015.** 2020. 57 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) - Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Economia, Niterói, 2020.

SANTOS, E. C. P. **A Escola Pública e as marcas do Eurocentrismo no corpo adolescente.** 2019. 171 f. Dissertação (Mestrado em Estado e Sociedade) – Universidade Federal do Sul da Bahia, Porto Seguro, 2019.

SANTOS, K. B. **A Lei N° 10.639/03 e o ensino da dança na escola: diálogo com professores da área de linguagens e ciências humanas.** 2022. 100 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2022.

SANTOS, S. C. M. A luta por reconhecimento: abrindo-se veredas para educação do campo. In: AZEVEDO, M. A.; SILVA, L. L. S. A.; ARRUDA, E. V. C. (Orgs.). **Educação do campo, educação de jovens e adultos e diversidade: contextos, fundamentos e práticas.** João Pessoa: Ed. IFPB, 2019. p. 21-70.

SANTOS, V. C. M. **Fazendo valer a lei 10.639/03: contribuições da disciplina de educação física para o ensino de história da África e da cultura afro brasileira.** 2018. 237 f. Dissertação (Mestrado em Ensino) - Universidade Estadual do Paraná, Paranavaí, 2018.

SANTOS, S. F. **Formação continuada com profissionais da educação infantil: diálogos entre a corporeidade e temáticas da literatura afro-brasileira e africana.** 2023. 180 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2023.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia.** 4. ed., Campinas, SP: Autores Associados, 1984.

SCHEIDEMANTEL, Sheila E.; Klein, Ralf; Teixeira, Lúcia I. **A Importância da Extensão Universitária: o Projeto Construir.** Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária: Belo Horizonte, 2004.

SERAFIM, L. **A construção da identidade histórico-cultural no espaço escolar: uma experiência de trabalho com a dança afro no ensino de educação física.** 2020. 153 f. Dissertação (Mestrado em Ensino na Educação Básica) - Universidade Federal do Espírito Santo, São Mateus, 2020.

SERRANO, L. H. R. **A educação física na educação de jovens e adultos: por uma educação antirracista.** 2023. 91 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2023.

SHREIBER, C. **Jogos e brincadeiras indígenas no ensino da educação física: desafios e perspectivas nos anos iniciais do ensino fundamental.** 2021. 184 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava, 2021.

SILVA, B. C. **Religião e Educação Física numa Escola Quilombola em Itapemirim, Espírito Santo.** 2022. 90 f. Dissertação (Mestrado em Ciências das Religiões) - Faculdade Unida de Vitória, Vitória, 2022.

SILVA, E. L. C. M. **Marginalidade e Luta: por uma descolonização curricular na Educação Física.** 2018. 174 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

SILVA, E. V. M.; Matthiesen, S. Q. Atletismo e ensino da história e cultura afro-brasileira: visão de professores de educação física participantes de um curso de extensão a distância. **Movimento**, 24(1), p. 119–132, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mov/a/F9BSxrLJB7CQXcCYg9st9Hg/?lang=pt>. Acesso em: 15 ago. 2023.

SILVA, L. M. F. **A complexidade da capoeira e o saber docente ludocultural na Educação Física: um diálogo necessário**. 2020. 224 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.

SILVA, L. S. **Educação das relações étnico-raciais nos cursos de licenciatura em educação física no Mato Grosso do Sul**. 2019. 138 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2019.

SILVA, M. C. P.; MOREIRA, A. J. A Lei nº 10.639/03 e a Educação Física: memórias e reflexões sobre a educação eugênica nas políticas de formação de professores. In: IV Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade ISSN 1982-3657, 2010, Sergipe. **Anais eletrônicos** [...] Sergipe, 2010. Disponível em: <http://educonse.com.br/2010/>. Acesso em: 22 nov. 2022.

SILVEIRA, K. A. D.; ALVIANO JÚNIOR, W. Educação para as Relações Étnico-Raciais nas pesquisas em Educação Física e formação inicial: um estado do conhecimento. **Práxis Educativa**, v. 17, p. 1–21, 2021.

SILVEIRA, K. A. D. S. **O movimento da educação das relações étnico-raciais no currículo de licenciatura em Educação Física da UFJF: conhecimento, implementação e efetivação**. 2022. 156 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2022.

SKIDMORE, T. E. **Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

SKOLAUDE, L. S.; CANON-BUITRAGO E. A.; BOSSLE, F. A educação física na educação escolar indígena: a produção acadêmico-científica na área 21 como perspectiva de diálogo e (re)conhecimento intercultural. **Movimento**, v. 26, p. e26009, 2020. DOI: 10.22456/1982-8918.90042. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/90042>. Acesso em: 11 set. 2023.

SOARES, C. L. **Educação Física: raízes europeias e Brasil**. Campinas: Autores Associados, 1993.

SOARES, D. S. **As relações étnico-raciais e as TIC na educação física escolar: possibilidades para o ensino médio a partir do currículo do estado de São Paulo**. 2017. 163 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Humano e Tecnologias) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Rio Claro, 2017.

SOARES, I. S. Caminhos, pegadas e memórias: uma história social do Movimento Negro Brasileiro. **Universitas Relações Internacionais**, Brasília, v. 14, n. 1, p. 71-87, 2016.

SOARES, J. G. **Cultura urbana e hip hop na educação física: um projeto escolar de educação antirracista no município gaúcho de Novo Hamburgo**. 2023. 206 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023.

SOUZA, C. P. **Diversidade Cultural: um olhar pela perspectiva de professores de Educação Física Escolar**. 2022. 178 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2022.

SOUZA, V. S. de. A eugenia no Brasil: ciência e pensamento social no movimento eugenista brasileiro do entre-guerras. In: XXIII Simpósio Nacional de História, 2005. **Anais** [...] Londrina, 2005. Disponível em: <https://conselheiros6.nute.ufsc.br/ebook/medias/pdf/A%20eugenia%20no%20Brasil-%20inserido.compressed.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2024.

SOUZA JÚNIOR, Marcílio; MELO, Marcelo S. T; SANTIAGO, Maria Eliete. A análise de conteúdo como forma de tratamento dos dados numa pesquisa qualitativa em educação física escolar. **Movimento**, Porto Alegre, v. 16, n. 3, p. 31-49, jul./set. 2010. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/11546>. Acesso em: 14 fev. 2023.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Gilberto Freyre: adaptação, mestiçagem, trópicos e privacidade em novo mundo nos trópicos. **Philia&Filia**, v. 2, n. 2, p. 85-117, 2011. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/Philiaefilia/article/view/24427/14103>. Acesso em: 04 mar. 2024.

TEIXEIRA, V. H.; MARQUES, A. M. Cotas para pessoas negras: A inclusão e o combate ao racismo na universidade. **Oficina do Historiador**, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 1-15, jan./dez. 2021.

UNESCO. **Declaração Universal sobre Diversidade Cultural**. 2002. Disponível em: <https://www.oas.org/dil/port/2001%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20Universal%20sobre%20a%20Diversidade%20Cultural%20da%20UNESCO.pdf>. Acesso em 20 jan. 2024.

VAGO, T. M. Uma polifonia da Educação Física para o dia que nascerá: sonhar mais, crer no improvável, desejar coisas bonitas que não existem e alargar fronteiras. In: CARVALHO, R. M. A.; PALMA, A.; CAVALCANTI, A. S. S. Educação Física, soberania popular, ciência e vida. Niterói: Intertexto, 2022. p. 38-54.

VANDRÉ, G. **Pra não dizer que não falei das flores**. Som Maior, 1979. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=t_yGGGd8GoY&list=PLUHPt54xYw0uJAnCG0AZ_oTlIkKHp_4k. Acesso em: 30 jan. 2023.

VICENTE, B. I. **Educação Física Escolar e processos de exclusão: percepções de docentes de uma escola da cidade do Rio de Janeiro**. 2018. 93 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Atividade Física) - Universidade Salgado de Oliveira, Niterói, 2018.

VICENTE, M. D. **Educação Física Escolar e marcadores sociais da diferença: perspectivas docentes**. 2023. 105 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, 2023.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO

Bloco 1 - Dados pessoais (não serão divulgados)

Nome: _____

Escola(s) da rede municipal de João Pessoa que está vinculado/a:

Idade: _____

Autodeclaração étnico-racial: _____

Bloco 2 – Dados da Formação

Curso de Formação inicial _____

Ano de conclusão do curso _____

Possui Especialização () sim () não

Se sim, qual área e ano de conclusão? _____

Possui Mestrado () sim () não

Se sim, qual área e ano de conclusão? _____

Possui Doutorado () sim () não

Se sim, qual área e ano de conclusão? _____

Bloco 3 – Dados da Atuação Profissional

Tempo de atuação na Educação Básica _____

Qual(is) Rede(s) de Ensino está inserido/a atualmente? _____

Qual(is) Etapa(s) de Ensino ministra aulas atualmente? _____

Tempo de ensino na rede municipal de JP _____

Etapa(s) de Ensino na rede municipal de JP _____

Bloco 4 – Sobre Educação Física e as Relações Étnico-raciais

1. Você sabe do que trata a Lei 10.639/03?

() Sim () Não

2. Se sim, discorra:

3. Você sabe do que trata a Lei 11.645/08?

Sim Não

4. Se sim, discorra:

5. Você aborda problemáticas sobre história e culturas indígenas e afro-brasileira nas suas aulas?

Sim, no decorrer do ano

Sim, apenas nas datas comemorativas relacionadas

Não

6. Se você aborda durante o ano descreva como

7. Se você aborda em datas comemorativas, cite quais?

8. Se você não aborda selecione um ou mais dos motivos abaixo:

Não vejo ligação com o componente curricular.

Não abordo por questões religiosas.

Desinteresse pela temática.

Não tive formação específica.

Não tenho conhecimento suficiente.

Outro(s)

9. Se marcou a opção “Outro(s)” na anterior, explique:

10. Você considera essas problemáticas importantes para serem abordadas nas aulas de Educação Física?

Sim Não

11. Por quê?

12. Quais os conteúdos que mais envolvem estas problemáticas na sua percepção?

13. Você teve contato com a problemática das relações étnico-raciais na sua formação inicial?

Sim Não

14. Se sim, de qual forma?

15. Você teve algum momento de formação continuada sobre essas problemáticas na rede municipal de João Pessoa?

Sim Não

16. Se sim, de qual forma?

Agradecemos sua colaboração.

Os pesquisadores

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

1. Qual sua aproximação com o tema das relações étnico-raciais (identidade, familiar, religião, localização geográfica, filosofia, experiência/s significativa/s)?
2. Em algum momento de sua formação (inicial e/ou continuada) teve contato com o tema das relações étnicas? Se possível, descreva onde, quando, como foi/foram e quais suas percepções em relação a ela/s.
3. O que dizem as Leis 10.639/03 e 11.645/08? Quando e como passou a ter conhecimento sobre ela(s)?
4. Já localizou algum documento que orienta/regulamenta/direciona a abordagem das relações étnicas em aulas de Educação Física Escolar?
5. Já abordou ou está abordando as relações étnicas em suas aulas?
6. Se sim, em turmas de qual(is) ano(s)? Por qual(is) motivo(s) escolheu essa(s) etapa(s) de ensino?
7. Considera importante também abordá-las em outras etapas de ensino? Por quê?
8. Pode descrever um pouco dessa experiência?
9. Na(s) escola(s) em que trabalha, você percebe que há alguma inquietação ou ação mais concreta sobre relações étnico-raciais? Ela(s) se localiza(m) dentro ou próximo de alguma comunidade dos povos destacados nesse estudo?
10. O Projeto Pedagógico da(s) escola(s) que você está inserido/a aborda essas problemáticas? Se sim, de que forma?
11. Para o ano letivo 2023, inseriu no seu planejamento anual a abordagem dessas temáticas? Como e em que momento(s)?
12. Desde quando você aborda essas problemáticas em suas aulas e como você as sistematiza (em uma sequência de aulas, em um bimestre ou mais, em momentos pontuais de determinadas datas e/ou conteúdos, em projetos da escola, durante todo o ano letivo)?
13. Consegue descrever com detalhes alguma(s) aula(s) ou sequência(s) de aulas em que realizou a abordagem dessas problemáticas? Possui registro(s) dela(s)? Se sim, pode disponibilizar (Plano de aula, registros da aula)?
14. Como foi a reação/interação dos/as estudantes nessa(s) aula(s)? Se possível, descreva-as com o máximo de detalhes.

15. Trabalha(ou) de forma interdisciplinar com os/as demais professores/as sobre essas problemáticas?
16. Qual(is) conteúdo(s) da Educação Física utiliza ou considera pertinente(s) para abordagem dessas problemáticas? Por quê?
17. Qual(is) a(s) referência(s) que utiliza como base para nortear sua abordagem sobre essas problemáticas? Como chegou a essas referências?
18. Quais as limitações que você encontrou e/ou encontra para a abordagem dessas problemáticas nas aulas? Como você avalia essas limitações?
19. Quais as possibilidades que consegue destacar ao tratar das relações étnicas em suas aulas? Como avalia a sua contribuição para problematizar essa temática?

APÊNDICE C - Quadro 11 - Apresentação das produções

ANO: 2013				
Nº	TÍTULO	AUTORIA	PALAVRAS-CHAVE	ACESSO EM:
TIPO DE PUBLICAÇÃO – PROGRAMA/ PERIÓDICO		LOCAL DE PESQUISA	RESUMO	
1	A Educação Física e as mudanças no mundo do trabalho: um olhar através da aplicação do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas municipais de Bagé	Joice Vigil Lopes Pires	Mundo do trabalho; Educação-Física; Trabalho pedagógico; Cultura	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=96589
Dissertação - Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Federal de Pelotas/RS		CAPES	<p>O objetivo deste trabalho é analisar os determinantes sociais que direcionam a legalidade do ensino da cultura afro-brasileira, a partir das relações entre a singularidade da aplicação da Lei nº 10.639/03, inserida no particular do trabalho pedagógico do professor de Educação Física, que vem se alocar com as relações gerais do mundo do trabalho. Para tal desafio nos fundamentamos na teoria do materialismo histórico dialético que nos possibilita uma visão real e crítica, já que através dela compreendemos para além do aparente as determinações que envolvem este objeto de estudo. As técnicas e procedimentos para a coleta de dados foram: o grupo focal e as referências bibliográficas. Para a interpretação dos dados, recorremos à análise de conteúdo. Participaram da pesquisa de campo os professores de Educação Física da rede municipal de Bagé. Para atingir o proposto num primeiro momento traçamos a discussão teórica entre trabalho e capital, de como o sistema se organiza para suprir as necessidades da lógica do capitalista através dos tempos, o que atinge diretamente a educação e especificamente aqui, o trabalho do professor de Educação Física. Em seguida analisamos as mudanças que a Educação Física sofre com as influências das determinações do mundo do trabalho em geral, além da legislação e o ensino da cultura Afro-Brasileira no seu modo de organização do trabalho pedagógico. Foi possível constatar que uma das funções primordiais da escola capitalista é a socialização para o mercado de trabalho, e que a Educação Física contribuiu e ainda contribui através do esporte, com a energia física e alienação do trabalhador. Nas falas dos professores percebemos os fatores determinantes no tocante ao seu trabalho pedagógico, que se referem ao planejamento, conhecimentos utilizados por este componente curricular, além do posicionamento dos mesmos em relação à cultura afro-brasileira e africana nas escolas. A partir da análise das categorias como: trabalho, educação, escola, Educação Física, legislação e cultura afro-racial, buscou-se demonstrar para além do aparente os fatores interdependentes entre elas, além das contradições existentes neste processo. Em relação ao componente curricular Educação Física foi possível constatar que as mudanças no mundo do trabalho refletem diretamente na organização de seu trabalho pedagógico. Especificamente ao considerarmos a hegemonia do esporte como conhecimento, e a</p>	

			inserção da cultura afro-brasileira e africana, vislumbramos nos campos teórico e empírico, que estes representam a continuidade de um projeto que serve ao capital. Para finalizar demonstramos que a Lei nº 10.639/03 contribui para os ditames da sociedade considerada pós-moderna, já que interfere na organização do trabalho pedagógico, que obedece a políticas educacionais mediadas pelo mundo do trabalho. Nesse sentido alertamos para a necessidade de uma educação que não imponha aos professores um trabalho alienante, paralelamente a formação de um aluno dominado.	
2	Relações étnico-raciais e diversidade cultural: caminhos em direção a uma outra educação física escolar	Bruno Rodolfo Martins	Educação Física escolar; Diversidade Cultural; Relações Étnico-raciais	https://cev.org.br/media/biblioteca/4059318.pdf
	Dissertação - Programa de Pós-Graduação em Relações Etnorraciais do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ	CAPES	Este texto faz uma introdução ao debate das questões raciais através das aulas de Educação Física escolar. A partir da própria formação em Educação Física, pela produção acadêmica, ou pela vivência no magistério, percebemos a ausência da temática e, da mesma forma, a necessidade de pautá-la nestas aulas. Considerando a estrutura social vigente que desconsidera tais necessidades (apesar dos discursos serem outros), a diversidade cultural enquanto tema central dessas aulas pode contribuir para a problematização destas questões. Entendendo que a Educação Física e a escola estão orientadas de acordo com o referencial cultural hegemônico eurocêntrico, misturando-o às propostas pedagógicas de caráter tecnicista esportivista, a diversidade cultural também oportuniza a criação de um outro paradigma para a Educação Física escolar. Ao inserir definitivamente outros referenciais culturais nestas aulas, como o africano e o indígena (negados regularmente ou vistos de forma deturpada), evidenciam-se, dessa forma, as questões raciais de nossa sociedade que têm sido mantidas em nossa situação escolar.	
ANO: 2014				
Nº	TÍTULO	AUTORIA	PALAVRAS-CHAVE	ACESSO EM:
	TIPO DE PUBLICAÇÃO – PROGRAMA/ PERIÓDICO	LOCAL DE PESQUISA	RESUMO	
1	A implementação da lei nº 10.639/03 nas aulas de educação física escolar no município do rio de janeiro: perspectivas e possibilidades	Dora Cyrino Leal Coutinho	Educação Física Escolar; Lei nº 10.639/03; Relações Étnico-Raciais	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1584908

Dissertação - Programa de Pós-Graduação em Relações Etnicorraciais do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ	CAPES	A presente pesquisa estrutura-se a partir da releitura crítica e reflexiva das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira, de 2004, e teve como objetivos: verificar, em documentos norteadores das práticas pedagógicas, quais são as indicações sobre a cultura corporal e cultura afro-brasileira e africana, contidas nos mesmos; discutir e analisar os modos de implementação da Lei nº 10.639/03 pelos docentes de educação física na unidade escolar selecionada, pertencente ao sistema educacional do Município do Rio de Janeiro. A elaboração desta pesquisa teórico-empírica, de cunho qualitativo, baseou-se: em revisão bibliográfica, fundamentando os conceitos, como, por exemplo, cultura corporal, corpo e relações étnico-raciais; em análise documental, dedicada às principais leis e resoluções destinadas à Educação, como a Lei 10.639/2003, as DCNs supracitadas e a Resolução nº 1/2004; e na coleta de dados, proporcionada pela realização de entrevistas aplicadas aos sujeitos que conformam a realidade social selecionada. Investigou-se a hipótese de que há uma secundarização da abordagem pedagógica das questões corporais nas orientações legais em torno de seus conteúdos (história e cultura negra e relações étnico-raciais). Contudo, enquanto a análise destes documentos corroborou a pouca ênfase atribuída a essas questões, a pesquisa de campo demonstrou o quanto a educação física escolar, como prática pedagógica que aborda especificamente a cultura corporal, pode contribuir no processo de formação de sujeitos para o reconhecimento e a valorização da cultura e história afro-brasileira, assim como para relações raciais mais igualitárias, respeitadas e não discriminatórias.	
2	As relações étnico-raciais nos currículos dos cursos de licenciatura em educação física das instituições de ensino superior do sistema Acafe	Renata Righetto Jung Crocetta	<p>Relações étnico-raciais; Lei 10.639; Currículo; Licenciatura em Educação Física.</p> <p>https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1851725</p>
Dissertação - Mestrado em Educação da Universidade do Sul de Santa Catarina	CAPES	As políticas afirmativas relacionadas à temática étnico-racial vêm reforçando, principalmente a partir da Lei 10.639/03, o ensino das relações étnico-raciais na educação básica e nos cursos de licenciatura. Diante dessas discussões, apresenta-se o problema de pesquisa: Como os conteúdos relacionados ao debate étnico-racial se apresentam nas ementas presentes no currículo dos cursos de licenciatura das Instituições de Ensino Superior do Sistema ACAFE? Buscando responder a este questionamento construiu-se como objetivo geral produzir uma análise sobre o modo como os conteúdos relacionados ao debate étnico-racial se apresentam nas ementas presentes no currículo dos cursos de licenciatura das Instituições de Ensino Superior do Sistema ACAFE. Como objetivos específicos destacaram-se: mapear as matrizes e ementas para localizar possíveis inserções da temática étnico-racial; compreender os elementos históricos da inserção dos conteúdos étnico-raciais nas ementas dos cursos de licenciatura das Instituições de Ensino Superior do Sistema ACAFE; e, por fim, verificar se a inserção dos conteúdos étnico-raciais relacionou-se com a Lei 10.639/03. Nessa pesquisa buscou-se trabalhar com o referencial materialista histórico dialético e com a abordagem qualitativa. Como instrumentos de pesquisa foram utilizados o método documental com levantamento de dados nos sites das instituições e agregou-se também questionários complementares com perguntas abertas junto às coordenações dos cursos analisados. O questionário permitiu cruzar os dados documentais com o relato das coordenações sobre a construção das matrizes. A partir de objetivos específicos e de leituras exaustivas sobre o material encontrado, cotejadas com autores do campo de raça/etnia e currículo em educação física, foram analisadas as matrizes curriculares dos cursos de licenciatura em educação física. Observou-se que, das 12	

			instituições analisadas, apenas 4 instituições (FURB, UNIFEFE, UNISUL, UNIVALI) apresentavam na Licenciatura em Educação Física disciplinas com conteúdos relativos às relações étnico-raciais. Nestes 4 cursos, foram localizadas 6 disciplinas que, direta ou indiretamente, continham nas ementas algo relacionado à temática étnico-racial. Essas disciplinas obrigatórias trazem em 3 delas referências às relações étnico-raciais e em outras 3 a temática aparece apenas nas disciplinas de capoeira. As conclusões remetem à reflexão que, apesar desse pequeno conjunto constar como parte do currículo, essas disciplinas estão desconectadas com a real função da temática, por serem realizadas de maneira superficial (inclusive de modo virtual) e em algumas delas apenas para cumprir a função legal ou atender ao Projeto Político Institucional estando completamente à margem do currículo. Mesmo quando a temática aparece nas disciplinas de capoeira, observou-se que é de modo pouco contundente, reforçando a concepção eurocêntrica de currículo historicamente presente nas licenciaturas de educação física, que apenas abre uma pequena brecha para essa inserção, mas não a inclui nas demais disciplinas e debates antropológicos. A não importância da temática racial e até mesmo a falta de maior conhecimento da temática do racismo na cultura brasileira gera lacunas na formação dos futuros professores que atuarão sem um conhecimento aprofundado das relações étnico-raciais.	
3	Mojuodara: a educação física e as relações étnico-raciais na rede municipal de ensino de Porto Alegre	Gabriela Nobre Bins	Educação Física; Relações étnico-raciais; Escola; Valores civilizatórios afro-brasileiros	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2273146
	Dissertação - Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano – Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.	CAPEs	Esta dissertação analisa o trato com as questões étnico-raciais na Educação Física na Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre. Através de um questionário inicial com os professores de Educação Física da rede e de um estudo de caso etnográfico, a pesquisa procura identificar as possibilidades e os limites para o desenvolvimento do trabalho com as questões étnicoraciais na Educação Física da RME de Porto Alegre. A pesquisa teve como objetivos identificar e compreender como os professores de Educação Física das escolas municipais de Porto Alegre abordam as questões étnico-raciais em suas aulas e quais dispositivos políticopedagógicos municipais, estaduais e federais interferem nessa abordagem. Primeiramente, apresenta um panorama do trato com as questões étnico-raciais na Educação Física da rede, traçando um perfil dos professores e sua familiaridade com o assunto. Em seguida, no estudo de caso etnográfico, descreve a prática de um professor que usa os valores civilizatórios afrobrasileiros como metodologia de trabalho pedagógico como uma possibilidade de trabalho com as questões étnico-raciais.	
4	Preconceito racial na escola: contribuições da capoeira angola para uma educação física reflexiva	Daniel da Silva San Gil	Educação Física Escolar; Capoeira angola; Racismo.	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1585800
	Dissertação - Programa de Pós-Graduação em Educação da	CAPEs	Esta dissertação analisa o trato com as questões étnico-raciais na Educação Física na Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre. Através de um questionário inicial com os professores de Educação Física da rede e de um estudo de caso etnográfico, a pesquisa procura identificar as possibilidades e os limites para o desenvolvimento do trabalho com as questões étnicoraciais na Educação	

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro		Física da RME de Porto Alegre. A pesquisa teve como objetivos identificar e compreender como os professores de Educação Física das escolas municipais de Porto Alegre abordam as questões étnico-raciais em suas aulas e quais dispositivos políticopedagógicos municipais, estaduais e federais interferem nessa abordagem. Primeiramente, apresenta um panorama do trato com as questões étnico-raciais na Educação Física da rede, traçando um perfil dos professores e sua familiaridade com o assunto. Em seguida, no estudo de caso etnográfico, descreve a prática de um professor que usa os valores civilizatórios afrobrasileiros como metodologia de trabalho pedagógico como uma possibilidade de trabalho com as questões étnico-raciais.	
5	Educação Física no Ensino Fundamental na fronteira Brasil/Paraguai: representações e identidades de Professores para atuar na diversidade cultural	Wanessa Pucciariello Ramos	<p>Fronteira; Identidades; Representações; Professores; Educação Física.</p> <p>https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2238336</p>
Dissertação - Programa de Pós-Graduação Educação da Universidade Católica Dom Bosco	CAPES	Essa dissertação está vinculada ao Programa de Pós-Graduação - Mestrado e Doutorado em Educação da Universidade Católica Dom Bosco, na Linha III -Diversidade Cultural e Educação Indígena. Tem como objetivo compreender as representações e as identidades de professores de Educação Física que atuam na diversidade cultural no contexto escolar, das escolas próximas ou não da linha de fronteira, de Ponta Porã/Brasil e Pedro Juan Caballero/Paraguai. Tendo como objetivos específicos: 1- discutir a construção das identidades e as representações de professores de Educação Física na sua formação inicial; 2- identificar como os professores atuantes na região de fronteira percebem as identidades culturais de alunos no Ensino Fundamental das escolas públicas desse município de Ponta Porã; 3- descrever as representações que os professores fazem de seus alunos percebendo a diversidade cultural nas aulas de Educação Física; 4- Perceber como os professores de Educação Física estão trabalhando as identidades e diferenças, em suas aulas. Entendendo que a construção das identidades e diferenças culturais desses professores de Educação Física se faz antes, durante e depois de sua formação acadêmica inicial, por meio de suas escolhas e de suas vivências culturais e sociais nos diversos contextos das múltiplas relações. Além disso, também pode ser compreendido nas suas ambivalências, o que influenciou nas suas representações para perceber as identidades e diferenças culturais de seus alunos. Como procedimento metodológico recorreu-se à pesquisa bibliográfica dos conceitos de identidade, diferença, representação, fronteiras e Educação Física, e a diversidade cultural. E a pesquisa de campo, por meio de entrevistas semiestruturadas com professores que atuam nas escolas de linha de fronteira ou não, na identificação das percepções e representações desses professores quanto à diversidade cultural de seus alunos nas aulas e ainda relatos de história oral de suas construções de identidades e representações. Como resultado, é possível destacar que as vivências e as histórias desses profissionais da Educação Física marcaram suas identidades e representações que têm repercutido nas suas representações, percepções e construção de identidades em suas ações nos espaços escolares no Ensino Fundamental, quanto à diversidade cultural presente nas escolas, lócus da pesquisa, em Ponta Porã.	
ANO: 2015			

Nº	TÍTULO	AUTORIA	PALAVRAS-CHAVE	ACESSO EM:
TIPO DE PUBLICAÇÃO – PROGRAMA/ PERIÓDICO		LOCAL DE PESQUISA	RESUMO	
1	Educação física e a aplicação da lei nº 10.639/03: análise da legalidade do ensino da cultura afro-brasileira e africana em uma escola municipal do RS	Joice Vigil Lopes Pires; Maristela da Silva Souza.	Cultura; Afro-brasileiros; Educação; Legislação; Políticas públicas	https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/46624/33309
Artigo - Movimento (Porto Alegre)		LILACS	Este estudo analisa a legalidade do ensino da cultura afro-brasileira, a partir das relações entre a singularidade da aplicação da Lei nº10. 639/03, inserida no particular do trabalho pedagógico do professor de Educação Física, que vem se alocar com as relações gerais das políticas educacionais. Para tal desafio, problematizamos o contexto das escolas municipais de Bagé-RS, utilizando a técnica de análise de conteúdo bibliográfico e grupo focal. Constatamos que a referida lei representa uma política educacional que legitima uma sociedade de classe, uma vez que propõe inclusão em uma sociedade cuja estrutura é desigual e excludente.	
2	"Representações e práticas pedagógicas de professores/as de educação física e de diretores/as de escolas sobre a lei 10.639/03 e seu contexto de implantação no ambiente escolas"	Ronildo Neumann Pastoriza	Representações da Lei 10.639; Práticas Pedagógicas; Questões Étnico-Raciais; Educação Física.	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2548763
Dissertação - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Luterana do Brasil (PPGEDUULBRA)		CAPES	Este estudo analisou as representações de professores (as) de Educação Física e de diretores (as) de escolas sobre a Lei nº 10.639/03 e seu contexto de implantação, em duas escolas públicas municipais, localizadas no bairro Lomba do Pinheiro, em Porto Alegre, RS. O principal objetivo deste estudo foi mapear, discutir e problematizar as representações e as práticas pedagógicas desses professores e diretores de escolas relacionadas à cultura africana e afro-brasileira, aos afrobrasileiros e às relações étnico-raciais e práticas pedagógicas no âmbito da Lei 10.639/2003. A base empírica deste estudo foi constituída por entrevistas realizadas por professores (as) de Educação Física e diretores (as) de escolas, entre setembro e dezembro de 2014. A abordagem teórica se deu a	

			partir da perspectiva dos Estudos Culturais e dialogou com o campo das questões raciais e educação. Entre os autores selecionados no campo dos Estudos Culturais destaco: Stuart Hall, Kathryn Woodward, Tomaz Tadeu da Silva, Silvia Duschatzky e Carlos Skliar, Maria Lúcia Castagna Wortmann, Martha Abreu, Iara Tatiana Bonin e Gladis Kaercher. Na área das questões raciais dialoguei com os estudos de Nilma Lino Gomes, Petronilha Gonçalves e Silva, Dagmar Meyer, Delton Aparecido Felipe e Teresa Kazuko Teruya e Maria Angélica Zubaran. Também estabeleci uma interlocução com os estudos sobre Educação Física e educação, a partir de trabalhos de José de Anchieta, Anselmo da Silva Accurso, Gilberto de Oliveira, Silvana Anjos, Eliane Glória Reis da Silva Souza, Analia Jesus Moreira e Maria Cecília Paula Silva, Kaled Ferreira Barros, Caroline Cao Ponso e Maira Lopes de Araújo Janaína. Em termos metodológicos, tratou-se de uma pesquisa qualitativa e de uma análise cultural das entrevistas concedidas pelos professores de Educação Física e diretores de escolas sobre a Lei nº 10.639/03 e seu contexto de implantação. Os principais resultados deste estudo foram: professores (as) e diretores (as) de escolas reconhecem a importância da Lei 10.639 na educação brasileira, mas não se sentem preparados para trabalhar as questões de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira com seus alunos. Os relatos de professores (as) de Educação Física e diretores (as) de escolas, em geral, mostraram que a implantação da Lei 10.639 é limitada às atividades desenvolvidas durante a semana da Consciência Negra, momento em que prevalece uma representação folclórica da cultura negra, referenciada em uma África distante no tempo e essencializada, sem apresentarem discussões ou projetos sobre o tema ao longo do ano. Os entrevistados admitiram a existência de racismo no Brasil, mas quando se referiram às relações étnico-raciais nas duas escolas, a representação predominante foi a de relações étnico-raciais harmoniosas, ainda vinculadas ao imaginário da democracia racial no Brasil. Quanto às práticas pedagógicas desenvolvidas na disciplina de Educação Física relacionadas à Lei 10.639, a mais recorrente foi a capoeira, em particular, a chamada capoeira brasileira, percebida pelos professores como a prática mais representativa da cultura africano-brasileira e da resistência negra.
3	Práticas corporais indígenas inseridas à educação física escolar não indígenas	Gedson Cardoso Kempe	Práticas Corporais Indígenas, Educação Física Escolar, Educação Intercultural. https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3587270
	Dissertação - Programa de Pós-Graduação - Mestrado Profissional em Reabilitação e Inclusão do Centro Universitário Metodista – IPA	CAPES	Nas aulas de Educação Física, observamos práticas corporais que são alienígenas ao mundo cultural dos educandos e, muitas vezes, até do mundo dos professores. Por essa razão, o objetivo principal dessa pesquisa foi desenvolver uma pesquisa-ação, sobre as práticas corporais indígenas, para melhor compreender como essas práticas acontecem e como poderiam ser utilizadas na composição dos currículos da educação física escolar. Partindo dessa análise e compreensão buscou-se construir uma proposta de Educação Intercultural. Num campo mais específico tentou-se compreender e utilizar práticas corporais sistematizadas para compreender outras culturas, como uma forma de refletir, por deslocamento, sobre os próprios padrões culturais, ponderar sobre as relações de identidades e valorizar a pluralidade sociocultural. Procurou-se avaliar a prática corporal indígena quanto caminho inverso do que usualmente se pratica, isto é, ao invés de impor aos indígenas a cultura dita branca, houve a tentativa de trazer a cultura destes à escola não-indígena e por fim propor uma aproximação com culturas usualmente não consideradas na escola não-indígena. Os dados foram coletados e analisados em uma perspectiva qualitativa, utilizando-se a observação, entrevista e referenciais acerca do contexto, podendo-se caracterizar como uma Pesquisa-Ação. Os sujeitos da pesquisa foram os acadêmicos do 5º Semestre do Curso de Licenciatura em Educação Física da Faculdade Católica Rainha da Paz- FCARP na cidade de Araputanga-MT. A presente pesquisa visou amenizar anos de descaso e negligência, e a gritante necessidade de cumprir e fazer

		cumprir as Leis, uma vez que estamos deixando de trabalhar as culturas dentro das escolas. Esteve presente a convocação de que há necessidade urgente de se preservar saberes populares, até porque muitos correm o risco de desaparecerem.		
ANO: 2016				
Nº	TÍTULO	AUTORIA	PALAVRAS-CHAVE	ACESSO EM:
TIPO DE PUBLICAÇÃO – PROGRAMA/ PERIÓDICO		LOCAL DE PESQUISA	RESUMO	
1	Caleidoscópio: o olhar dos professores de Educação Física da rede municipal de ensino de Porto Alegre para as questões étnico-raciais	Gabriela Nobre Bins; Vicente Molina Neto.	Educação Física; Relações Étnico-raciais; Professor	https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2016v28n48p2175-8042.2016v28n48p282/32539
Artigo - Motrivivência (Florianópolis)		LILACS	O artigo apresenta a análise das respostas dos professores de educação física da rede municipal de Porto Alegre a um questionário sobre as questões étnico-raciais. Através de análises quantitativas e qualitativas, traça um perfil do que pensam os professores da rede sobre esse assunto.	
2	Ensino da história e cultura afro-brasileira por meio do atletismo: contribuições de um curso de extensão a distância para professores de educação física	Eduardo Vinicius Mota e Silva	História e Cultura Afro-brasileira; Atletismo; Formação continuada; Educação Física Escolar; Educação a Distância	https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/136220/silva_evm_dr_rcla.pdf?sequence=3&isAllowed=y
Tese - Desenvolvimento Humano e Tecnologias do Instituto de Biociências do Campus de Rio Claro, Universidade Estadual		CAPES	A publicação da Lei nº 10.639/03 que incluiu o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira na Educação Básica trouxe consigo um grande desafio para a Educação Física. Tendo em vista que, por conta da história de seu desenvolvimento, o Atletismo apresenta uma grande potencialidade para o tratamento da História e Cultura Afro-Brasileira, desenvolveu-se, nesta pesquisa, uma proposta de curso de extensão a distância, baseado na Plataforma Moodle, voltado à capacitação de professores de Educação Física. Assim sendo, o objetivo desta tese foi produzir, implementar e avaliar as contribuições deste curso para o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira em aulas de Educação Física na Educação Básica e na formação de professores de Educação Física. Para isto, fez-se a opção pela realização de uma pesquisa do tipo qualitativa. Os procedimentos metodológicos ocorreram em duas etapas: revisão	

Paulista “Júlio de Mesquita Filho”		bibliográfica e pesquisa de campo, a qual se subdividiu nas seguintes fases: 1 - levantamento de dados bibliográficos necessários para a seleção/elaboração dos materiais didáticos; 2 – elaboração na Plataforma Moodle; 3 – desenvolvimento e 4 - avaliação. Para a avaliação deste processo, além dos registros disponibilizados pela própria Plataforma Moodle, foi elaborado um questionário aberto composto por cinco perguntas, aplicado aos cursistas concluintes. Para tratamento dos dados utilizou-se a técnica de Análise do Conteúdo, por meio da qual as respostas dos cursistas foram categorizadas de acordo com os objetivos da tese. Com base nas seguintes categorias e suas respectivas subcategorias: EAD (positiva, adequada à formação continuada, flexibilidade, interatividade); Plataforma Moodle (boa usabilidade, dificuldades iniciais, aprendizagem colaborativa, aspectos a serem aprimorados); Atletismo e História e Cultura Afro-Brasileira (tema adequado, não exclusivo, possibilidade inovadora e aplicável); e, Contribuições do Curso (formação continuada, formação pessoal, cidadania), considera-se ter verificado que houve contribuições do curso tanto para o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira nas aulas de Educação Física quanto para a formação continuada de professores de Educação Física.	
3	Educação Física Na/Da Escola Indígena: Apropriações e ressignificações numa aldeia Bororo	Juliana Guimarães Saneto	Educação Escolar Indígena; Educação Indígena; Educação Física escolar https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/972814
Tese – Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu da Faculdade de Educação Física - UNICAMP	CAPES	No Brasil, os indígenas têm reconhecidos suas formas próprias de organização sociocultural, tradições, conhecimentos e processos de constituição de saberes e transmissão cultural. A extensão desses direitos no campo educacional gerou a possibilidade de os indígenas se apropriarem da instituição escolar, atribuindo-lhe traços identitários e funcionalidades peculiares. Diante do contexto de ambivalências a pesquisa etnográfica buscou compreender as apropriações do componente curricular Educação Física pela Escola Indígena <i>Korogedo Paru</i> , localizada na Aldeia Córrego Grande, entre os municípios matogrossenses Santo Antônio de Leverger e Rondonópolis. As questões problematizadoras que guiaram o estudo foram: como a Educação Física se estabelece na escola indígena? Como a Educação Física opera com a proposta de ensino diferenciado que aponta para uma educação intercultural? O objetivo da pesquisa foi analisar a Educação Física no âmbito da escola indígena, diante da proposta de educação intercultural. Considerando a prática pedagógica da Educação Física na escola indígena, a partir do contexto ambivalente entre tradição e modernidade buscou-se: a) compreender a Educação Física no contexto da escola indígena; b) analisar as aulas de Educação Física e os conteúdos trabalhados e c) analisar as relações entre a escola e seus atores e deles com a Educação Física. A pesquisa utilizou um referencial teórico advindo de autores como Clifford Geertz (1989), Georges Balandier (1997), Anthony Giddens (2001) e Marcel Mauss (2003) para guiar as discussões e consubstanciar as hipóteses e teses. Chegou-se à compreensão de que a Educação Física na Escola Indígena <i>Korogedo Paru</i> está imersa num processo dinâmico, próprio do momento atual da modernidade, que a coloca entre o NA e o DA instituição. Esse é um panorama de transição e instabilidade já que a Educação Física está posta como componente curricular que é apropriado e ressignificado pelos Bororo de acordo com a sua dinâmica cultural. Isso significa que a Aldeia Córrego Grande está construindo processualmente sua apropriação em torno da Educação Física: 1) transplantou-se um modelo de Educação Física e elementos advindos da sociedade não indígena para o âmago da Aldeia e de uma escola engessada burocraticamente; 2) A escola sofreu muitas mudanças, de âmbito nacional, decorrentes de reivindicações indígenas na direção de uma instituição flexível e propriamente gerida por indígenas; 3) A escola, em seu novo formato intercultural, tendo como gestores	

		protagonistas indígenas mantêm o componente curricular Educação Física em sua estrutura. Foi possível observar a Educação Física NA Escola Indígena, mas com ainda mais nitidez a Educação Física DA Escola Indígena.		
ANO: 2017				
Nº	TÍTULO	AUTORIA	PALAVRAS-CHAVE	ACESSO EM:
TIPO DE PUBLICAÇÃO – PROGRAMA/ PERIÓDICO		LOCAL DE PESQUISA	RESUMO	
1	Mojuodara: uma possibilidade de trabalho com as questões étnico-raciais na educação física	Gabriela Nobre Bins ; Vicente Molina Neto .	Relações étnico-raciais; Educação física; Valores civilizatórios afro-brasileiros	https://doi.org/10.1016/j.rbce.2017.02.009
Artigo - Revista Brasileira de Ciências do Esporte		SCIELO	Este artigo apresenta a discussão sobre as possibilidades do trato com as questões étnicas na educação física da rede municipal de ensino de Porto Alegre. Ele é parte de uma dissertação cujo tema é a educação física e as questões étnico-raciais e tem como objetivo analisar os dados que emergiram através de um estudo de caso etnográfico. Ele relata a experiência de um professor da rede municipal de Porto Alegre que usa os valores civilizatórios afro-brasileiros como metodologia de trabalho para estruturar sua prática pedagógica.	
2	No Movimento Do Jongo: A Educação Física E As Relações Étnico-Raciais Na Escola	Gleisiele Saraiva Rangel	Jongo; Educação Física; Práticas de Ensino.	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4997010
Dissertação - Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica do Centro Universitário Norte do Espírito Santo (CEUNES) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)		CAPES	O trabalho de pesquisa objetiva a investigação da prática do Jongo no município de São Mateus buscando articulá-lo às práticas de ensino da disciplina de Educação Física. Considera que é preciso fortalecer as discussões que acentuem a urgência de revisão dos currículos escolares na tentativa de adequá-los à diversidade étnico-racial presente nas escolas, por meio de uma proposta que atenda às necessidades dos diversos grupos que vêm conquistando mais espaços nos modos de pensar e produzir cultura a partir de uma nova perspectiva de sociedade. Busca inicialmente, compreender os caminhos percorridos pela Educação Física desde sua inserção na escola, com vista a atender aos ideais políticos do Estado, até sua abertura (a partir da década de 80) para uma perspectiva mais humanizada ao pensar seus conteúdos. Somente a partir dessa abertura se torna possível pensar as manifestações culturais inseridas nas práticas de ensino dessa disciplina. Este trabalho focou especificamente a prática do Jongo, manifestação cultural afro-brasileira, encontrada exclusivamente na região sudeste do país. Para análise dessa prática realizou um estudo que tomou como fonte as bibliografias pertinentes ao assunto, bem como algumas fontes orais, jongueiros do município. Após estudo, realizou trabalho de campo com alunos e professores. Com os alunos, desenvolveu intervenção prática em encontros realizados em uma escola municipal, com alunos do 5º ano do ensino fundamental, durante nove aulas de Educação Física, uma vez que, o trabalho	

			foi realizado em parceria com o professor da disciplina. Com os professores, desenvolveu um encontro de formação para informar acerca desse trabalho e possibilitou também a vivência prática do Jongo, e fez algumas exposições teóricas sobre a prática. Conclui, apresentando o ambiente escolar, bem como a disciplina de Educação Física como espaço propício para tratar a temática étnico-racial, por cumprir tanto com o papel de colaborar nos processos de perpetuação e ressignificação das práticas culturais locais, quanto no enfrentamento das diferentes formas de racismo e preconceito presentes nessa instituição. A inserção de conteúdos dessa natureza também auxilia nos processos de formação das identidades em crianças negras, que a partir da apresentação da riqueza e beleza da cultura desse povo, passa a perceber a existência de representatividade para assim, vir a se identificar. Por fim, afirma a urgência de se discutir e apresentar alternativas visando uma maior valorização e perpetuação das práticas culturais locais, muitas vezes esquecidas e/ou ignoradas pelo poder público municipal e por esse motivo vem enfrentando grandes dificuldades para manter vivas suas tradições.
3	Ensino e identidades: um estudo sobre as mulheres negras na escola	Hemanuelle Di Lara Siqueira Jacob	Identidade; Relações étnico-raciais; Gênero; Educação Física. https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5954028
	Dissertação - Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica do Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação da Universidade Federal de Goiás	CAPES	A Lei 10.639/03 torna obrigatório o ensino da história e cultura africana e afrobrasileira em estabelecimentos de ensino fundamental e médio, sejam públicos ou particulares. Esta Lei institui que tais conteúdos devem ser ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, porém, o que se percebe é que fica a cabo de uma ou de outra disciplina o debate sobre cultura negra. Essa fragmentação não surte efeito satisfatório, já que o preconceito étnico-racial é uma construção histórica e social que perpassa todos os ambientes escolares e disciplinares. Portanto, o objetivo principal desta pesquisa foi elaborar uma sequência didática para a disciplina de Educação Física com o tema “Mulher Negra no Futebol”, voltados para a formação humana e o combate aos diversos tipos de violência e preconceitos praticados contra a população negra em específico as mulheres negras. Foi realizado um estudo de caso, de caráter exploratório e abordagem qualitativa com metodologia principal de grupos focais com estudantes e trabalhadoras de uma escola municipal de Goiânia. Autores como Hall (2003, 2005), Silva (2000, 2010), Castells (2006) e Giddens (2003) nos deram suporte com o debate de identidades. Já Bourdieu (1998) Saviani (2008) e Coletivo de Autores (2006), foram nossas referências quanto à questão da escola e do papel da educação crítica e transformadora. E para analisar as relações de gênero e as relações de poder, partimos das considerações de Scott (1995), Gomes (2002, 2005, 2012) e Haraway (2005). Identificamos inicialmente que há ainda uma barreira invisível que estigmatiza e exclui as mulheres negras no mercado de trabalho e em outros aspectos da vida. Os dados que comprovam esta realidade encontram-se no último Relatório Anual Socioeconômico das Mulheres (2015), realizado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres, que mostra as disparidades socioeconômicas e demográficas nos recortes étnico-raciais, de gênero e de classe no Brasil.
4	As relações étnico-raciais e as TIC na educação física escolar: possibilidades para o ensino médio a partir do	Dandara de Carvalho Soares	Educação Física escolar; Relações étnico-raciais; Currículo do Estado de São Paulo; TIC. https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5224569

	currículo do estado de São Paulo			
	Dissertação - Desenvolvimento Humano e Tecnologias do Instituto de Biociências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Campus de Rio Claro	CAPEs	As reflexões relacionadas às relações étnico-raciais na Educação de modo geral, e em particular na Educação Física escolar ainda não avançaram a ponto de serem tematizadas junto aos conteúdos disciplinares. Inclusive, em 2003 foi aprovada uma lei que introduz a obrigatoriedade de correlações étnico-raciais nos currículos escolares brasileiros. Entende-se que a Educação Física deve proporcionar aos alunos vivências e compreensões da cultura corporal de modo que sejam significativas para a vida cotidiana. Considerando que os estudantes que estão atualmente nas escolas são nativos digitais e que a tecnologia faz parte de sua realidade, utilizá-la de forma pedagógica nas aulas pode auxiliar no processo de ensino e aprendizagem, rompendo a visão de Educação Física tradicional, no diálogo crítico entre os conteúdos e as mídias, na transposição das atividades para a vida, entre outros aspectos. Deste modo, o objetivo da presente pesquisa foi elaborar uma unidade didática a partir do conteúdo do currículo do Estado de São Paulo para o Ensino Médio, utilizando as TIC para problematizar as relações étnico-raciais. Além disso, implementar e avaliar as percepções do professor e dos alunos sobre o trabalho desenvolvido. O percurso metodológico foi de natureza qualitativa, desenvolvido por meio de quatro etapas: 1) análise documental do currículo do Estado de São Paulo; 2) observação, grupo focal com os alunos e entrevista semiestruturada com o professor; 3) elaboração e implementação da unidade didática e 4) avaliação da unidade didática implementada. Os dados obtidos nas coletas de dados foram transcritos, revistos e classificados a partir da análise de conteúdo. Os resultados foram agrupados em três categorias principais: Relevância do tema; Preconceito racial e O uso das TIC. Sobre a "relevância do tema" verificou-se que tanto o professor quanto os alunos antes e depois das intervenções consideraram as relações étnico-raciais como um assunto importante para ser abordado na escola e nas aulas de Educação Física. Em relação ao "preconceito racial" observou-se que os alunos reconheceram que o mesmo não se trata apenas do ato de desqualificar o negro, mas também de privá-los de condições básicas para a vida, como saúde, educação e trabalho. Foi observado também que, mesmo depois da implementação da Unidade Didática, não houve alteração na postura dos alunos em relação às “brincadeiras”, os mesmos não reconheciam essas ações como racismo, consideravam que se tinham proximidade e intimidade com a pessoa, “brincar” com algumas características dos seus amigos não podia ser denominado preconceito, pois o objetivo desse tipo de ação não era insultar ou desqualificar. Quanto ao uso das TIC, três pontos merecem destaque. Observou-se primeiramente que a estrutura física da escola e a falta de conhecimento do professor sobre as tecnologias são fatores que limitam a inserção das TIC nas aulas de Educação Física. Em segundo lugar, a falta de empenho dos alunos também prejudica o trabalho com as ferramentas tecnológicas. O último ponto que vale ressaltar é que, mesmo com as limitações descritas acima, inserir as TIC nas aulas de Educação Física foi possível e elas potencializaram o desenvolvimento dos conteúdos. Considera-se com essa pesquisa que o currículo do Estado de São Paulo de Educação Física para o Ensino Médio possui conteúdos que propiciam a inserção das relações étnico-raciais. As TIC se mostraram essenciais para o trato desta temática, além de auxiliar na abordagem dos conteúdos, foram ferramentas que facilitaram a compreensão dos alunos acerca do tema, na participação e interação dos mesmos nas aulas e em atividades fora da escola.	
5	A educação física escolar e a lei 10639/03: o chão da escola x os aspectos legais	Catia Malachias Silva Crelier	Educação Física; Racismo; Grupos étnicos	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7321759

Dissertação - Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciências da Atividade Física, da Universidade Salgado de Oliveira		CAPES	O objetivo deste estudo foi examinar as representações de professores e alunos de uma escola localizada no município do Rio de Janeiro sobre relações étnico-raciais e a aplicação da Lei 10.639/03 nas aulas de Educação Física escolar. Uma pesquisa qualitativa foi realizada, utilizando a observação sistemática, entrevistas semiestruturadas com quatro professores e entrevista com alunas no grupo focal. O referencial teórico da etnometodologia foi utilizado para examinar os termos indiciais que surgiram nos depoimentos. Constatou-se que metade dos professores entrevistados desconhecia a lei, os termos indiciais indicam que a educação para as relações étnico-raciais não são desenvolvidas na disciplina e que o grupo investigado tem consciência deste problema, mas tenta se ocultar nas aparências.	
6	Jogo consciente: a percepção de professores de educação física acerca do corpo da criança negra e o processo de construção identitária.	Thiago Batista Costa	Educação Física; Ensino Fundamental I; Cultura Afro-brasileira.	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5025848
Dissertação - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Nove de Julho – PPGE/Uninove		CAPES	O presente estudo tem como objetivo investigar, a partir de uma pesquisa com enfoque qualitativo, a percepção, por parte dos professores que ministram a disciplina Educação Física, em turmas do Ensino Fundamental I, em escolas da rede estadual no município de São Paulo – SP, a respeito do corpo da criança negra e o processo de construção de sua identidade. Parte-se da hipótese que existe um desconhecimento por parte dos professores sobre as especificidades das questões do corpo e identidade que envolve os estudantes negros, cuja maioria é das escolas públicas. Esse desconhecimento, em parte, é resultado de uma formação geralmente monocultural e eurocêntrica, que acaba afetando diretamente a prática docente, fazendo com que os professores não tenham um olhar para as singularidades de uma criança negra. Como referencial teórico para análise das categorias: identidade negra, conscientização e corpo negro; utilizamos os estudos de Kabengele Munanga, Paulo Freire e Frantz Fanon. A partir das considerações propostas e do ponto de vista metodológico, utilizamos a abordagem de caráter qualitativo, entendendo que para nosso objeto de pesquisa, essa abordagem nos permitiria maior profundidade em termos de compreensão. A pesquisa empírica foi constituída de entrevistas como instrumento de coleta dados. Para a análise dos dados utilizamos a técnica de análise de discurso.	
7	Os efeitos político-pedagógicos produzidos pela prática da capoeira no contexto escolar: a compreensão dos coletivos docentes de duas escolas da RME-POA	Maira Lopes de Araújo	Capoeira na escola; Prática Pedagógica; Ensino de histórias e culturas afro-brasileiras; Efeitos político-pedagógicos	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5103634

<p>Dissertação - Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.</p>	<p>CAPES</p>	<p>Essa dissertação caracteriza-se como um estudo de casos realizado em duas escolas da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre. Com desenho metodológico descritivo-explicativo, a pesquisa apresenta a seguinte questão norteadora: “Quais os efeitos político-pedagógicos produzidos pela prática da Capoeira no contexto escolar na compreensão dos coletivos docentes de duas escolas da RME-POA?”. Os instrumentos utilizados para a construção de informações foram: questionários, entrevistas semiestruturadas e análise de documentos. A dissertação apresenta reflexões a partir das informações construídas, as quais expressam uma multiplicidade de impressões e de significações atribuídas a essa manifestação da cultura popular afro-brasileira na compreensão dos coletivos docentes. Sustentam o referencial teórico, especificamente relacionado à educação escolar, os conceitos: histórias e culturas afro-brasileiras; currículo e poder; contra cultura escolar. A partir da triangulação das informações emergiram cinco categorias que foram identificadas como os efeitos político-pedagógicos produzidos pela prática da Capoeira na escola: Disciplina, respeito, convívio; Som, música, barulho; O Pedagógico; Ocupação de espaços: físico, político, simbólico; Religião, religiosidade e enfrentamentos institucionais. Foi possível observar que a prática da Capoeira na escola produz efeitos político-pedagógicos significativos, ocupando lugares diversos nos espaços escolares e na educação de crianças e adolescentes. É avaliada como um elemento educacional de relevância sociocultural por sua história de resistência, em especial à escravidão brasileira, bem como uma atividade que promove a acessibilidade e a igualdade, em que as relações interpessoais se constituem de forma horizontal, respeitando os diferentes saberes. Entretanto, também é avaliada como atividade que perturba o ambiente escolar, desconcentrando as crianças e os(as) adolescentes, prejudicando a aprendizagem dos conteúdos “de sala de aula”. Os efeitos produzidos provocam desacomodações ideológicas, sugerindo a revisão de princípios educacionais tradicionais e inovações nas práticas pedagógicas com ações individuais e coletivas.</p>	
<p>8</p>	<p>SABERES TRADICIONAIS KRAHÔ: Contribuições para Educação Física Indígena Bilíngue e Intercultural</p>	<p>Francinaldo Freitas Leite</p>	<p>Educação Física; Corporalidade; Saberes Tradicionais; Interculturalidade</p> <p>https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5017116</p>
<p>Dissertação - Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território – PPGCULT, da Universidade Federal do Tocantins – UFT</p>	<p>CAPES</p>	<p>O povo indígena Krahô ocupa um território da região nordeste do estado do Tocantins. No patrimônio imaterial Krahô estão contidos saberes tradicionais que estão enraizados no universo lúdico e na sua corporalidade e que se revelam em seus ritos, suas danças, nos mitos e na sua cosmologia. O objetivo geral desta dissertação é propor uma abordagem pedagógica para o ensino da Educação Física no contexto escolar indígena Krahô adequada a um currículo intercultural e bilíngue. Este estudo é classificado metodologicamente como de base etnográfica. A pesquisa etnográfica tem como característica descrever e interpretar as relações de um determinado grupo de pessoas em seu contexto cultural. Fizeram parte desta pesquisa, na qualidade auxiliares de pesquisa, professores da Escola Estadual Indígena 19 de Abril, lideranças indígenas e membros da comunidade da aldeia Manoel Alves Pequeno, localizada na Terra Indígena Krahôlândia. Para o embasamento teórico, utilizamos como principais autores Melatti (1978, 2007, 2009a, 2009b), Geertz (1989, 2002), Daolio (1995, 2004, 2007), Albuquerque (2012, 2014) assim como os referenciais RCNEI (1998) e SEDUC (2013). Para o desenvolvimento da metodologia, realizamos o levantamento de dados a partir da observação participante, entrevista aberta e análise documental. De acordo com os resultados encontrados, constatamos que a educação indígena se apresenta como uma estratégia de fortalecimento da cultura Krahô, com o propósito de fomentar o diálogo</p>	

		intercultural entre este povo indígena e outros grupos étnicos. No mesmo sentido, a Educação Física escolar indígena pode atuar no contexto Krahô e, a partir de uma abordagem pedagógica que contemple o elemento lúdico, a cultura e a corporalidade, contribuir para manutenção, preservação e resgate de saberes tradicionais do povo Krahô. Constatamos que a Educação Física indígena Krahô, dentro de uma perspectiva intercultural e bilíngue, deve incluir como conteúdos a cultura corporal de movimento do mundo, do Brasil, de outros povos indígenas e a própria cultura corporal de movimento Krahô. Dessa maneira, a realização dos Jogos Tradicionais do Povo Krahô, enquanto práticas da cultura corporal de movimento, podem ser inseridos como temáticas a serem estudados no contexto escolar.		
ANO: 2018				
Nº	TÍTULO	AUTORIA	PALAVRAS-CHAVE	ACESSO EM:
TIPO DE PUBLICAÇÃO – PROGRAMA/ PERIÓDICO		LOCAL DE PESQUISA	RESUMO	
1	Africanidade e afrobrasilidade em educação física escolar	Cátia Malaquias Crelier ; Carlos Alberto Figueiredo da Silva	Educação Física; Racismo; Grupos étnicos.	https://doi.org/10.22456/1982-8918.81656
Artigo - Movimento (RJ)		SCIELO	O objetivo deste estudo foi examinar as representações de professores e alunos de uma escola localizada no município do Rio de Janeiro sobre relações étnico-raciais e a aplicação da Lei 10.639/03 nas aulas de Educação Física Escolar. Uma pesquisa qualitativa foi realizada, utilizando a observação sistemática, entrevistas semiestruturadas com quatro professores e entrevistas com alunas no grupo focal. O referencial teórico da etnometodologia foi utilizado para examinar os termos indiciais que surgiram nos depoimentos. Constatou-se que metade dos professores entrevistados desconhecia a lei, os termos indiciais indicam que a educação para as relações étnico-raciais não é desenvolvida na disciplina e que o grupo investigado tem consciência desse problema, mas tenta se ocultar nas aparências.	
2	Educação, medicina e racialização nas aulas de educação física das escolas primárias (Pernambuco, década de 1930)	Adlene Silva Arantes	História da educação; Medicina; Racialização; Escolas primárias	https://doi.org/10.1590/2236-3459/67595
Artigo - História da Educação		SCIELO	O estudo busca compreender como se davam as ações médicas para determinar o biotipo das crianças que frequentavam as aulas de educação física nas escolas primárias pernambucanas, na década de 1930, com vistas a perceber como se estabeleceram	

			comparações entre brancos e negros, a partir das práticas de racialização presentes no ambiente escolar. Analisamos documentos da instrução pública, jornais de grupos escolares, revistas de ensino e da área médica, entre outros. Baseamo-nos no conceito de representação social de Roger Chartier (1990), em estudos sobre o pensamento racial brasileiro e da história da educação no Brasil. Destacamos o papel que teve a educação física no cenário nacional e local, tendo em vista que as políticas de racialização, baseadas em testes e medições antropométricas, imprimiram a missão de revigorar a raça e garantir o estabelecimento de uma sociedade saudável fisicamente, intelectualmente e moralmente.
3	Atletismo e ensino da história e cultura afro-brasileira: visão de professores de educação física participantes de um curso de extensão a distância	Eduardo Vinícius Mota e Sara Quenzer Matthiesen	Educação Física e Treinamento; Atletismo; Educação a Distância; Grupos étnicos https://www.scielo.br/j/mov/a/F9BSxrLJB7COXcCYg9st9Hg/?lang=pt
Artigo - Revista Movimento	SCIELO	Averiguar a visão de participantes de um curso de extensão a distância sobre a adequação do Atletismo para o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira é o objetivo deste artigo. Para a obtenção destas informações optou-se pela realização de uma pesquisa do tipo qualitativa e online. Foram considerados os registros disponibilizados pela Plataforma Moodle, obtidos por meio de um questionário aberto e das livres manifestações nos diversos fóruns disponibilizados. Para o tratamento destes dados utilizou-se a técnica de Análise do Conteúdo. Foram identificadas as seguintes subcategorias: a) adequada ao tratamento da temática; reprodutora da diversidade étnica brasileira; b) espaço de afirmação da cultura negra; c) possibilidade não exclusiva de tratamento e d) enfoque inovador e conteúdo aplicável às aulas de Educação Física. Verificou-se, então, que, na opinião dos participantes, o Atletismo apresenta grande potencialidade para o tratamento da História e Cultura Afro-Brasileira em aulas de Educação Física.	
4	Educação Física Escolar e processos de exclusão: percepções de docentes de uma escola da cidade do Rio de Janeiro	Bruno Inocencio Vicente	Exclusão; Gênero; Educação Física escolar. https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7263118
Dissertação - Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciências da Atividade Física da Universidade Salgado de Oliveira	CAPEs	Grupos desconsiderados passaram a exigir uma maior participação econômica, política e cultural. Como consequência deste processo, são desestabilizadas determinadas relações de poder, construídas historicamente e reproduzidas socialmente. Dentro deste circuito, temos a função social da escola, com a difícil tarefa de refletir, criticar e contextualizar temas sociais contemporâneos, contribuindo na formação de cidadãos e cidadãs para uma realidade que é multicultural. Porém, para muitos autores, esta termina por reproduzir as desigualdades, assumindo um discurso anacrônico aos interesses de grupos silenciados historicamente, contribuindo para manutenção do status quo, reforçando a estratificação social. O objetivo deste estudo foi descrever como docentes	

			de Educação Física percebem as manifestações de exclusão nas aulas de Educação Física em uma escola estadual da zona oeste do município do Rio de Janeiro. Foram feitas entrevistas semiestruturadas com docentes de uma escola pública estadual, na região de Pedra de Guaratiba. Os resultados apontam a ocorrência de vários processos de exclusão, com maior destaque para aqueles que envolvem as questões de gênero e étnico-raciais. Evidências nos relatos dos participantes demonstram a urgência que a discussão de tais temas aconteça de forma mais efetiva e presente nos currículos universitários, principalmente naqueles voltados à formação docente.
5	Corporeidade negra e educação: Práticas Interculturais e suas Representações	Nelbia Maria da Silva Costa	Corporeidade negra; Educação Física; Práticas de ensino. https://repositorio.ufff.br/jspui/bitstream/ufff/13703/3/nelbiamariadasilvacosta.pdf
	Dissertação - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora	CAPES	Este trabalho tem como objetivo investigar a corporeidade negra através de práticas educativas que utilizam vivências e experiências culturais de tradição afro-brasileira, vivenciadas na disciplina de Educação Física, no intuito de apontar novos olhares acerca da compreensão da corporeidade e da corporeidade negra, no âmbito educacional. A pesquisa foi realizada em uma escola pública da rede municipal de ensino de Juiz de Fora, buscando nas narrativas das crianças durante a execução da proposta pedagógica elaborada pela professora de educação física que trabalha com crianças atendidas pelo programa “Mais Educação”. Procurou-se refletir sobre o papel da escola em desenvolver com maior grau de consciência crítica, uma relação saudável com o próprio corpo, para resguardá-lo, reinventá-lo, dignificá-lo, apropriar-se dele, no intuito de negar significados estereotipados. Para análise dessas práticas utilizou-se como fonte base a antropologia do imaginário (DURAND, 2007), a pedagogia (ROSA, 2013), a pretagogia (PETIT, 2015) e a pedagogia griô (PACHECO, 2006), compreendendo que essas bases teórico contribuem no sentido de uma desconstrução, entendimento e reconhecimento da necessidade de práticas pedagógicas que contemplem a nossa realidade educacional e com um olhar voltado à ancestralidade e africanidades, utilizando como metodologia as técnicas de observação, porém de forma mais participativa. A análise das informações coletadas apontou para a necessidade e urgência de se discutir corpo e corporeidade com maior amplitude, sem reducionismos. Enfim trazer as vivências deste corpo para o processo educativo desconstruindo paradigmas e combatendo preconceitos.
6	A inserção dos conteúdos afro-brasileiros nas aulas de educação física escolar: limites e possibilidades na rede estadual de Pernambuco	Isabela Talita Goncalves de Lima	Educação Física Escolar; Cultura Afro-brasileira; Currículo. https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6374071
	Dissertação - Programa Associado de Pós-	CAPES	Investigar sobre a temática dos conteúdos afro-brasileiros perpassa por discussões de reconhecimento de nossas origens culturais, mas também recai sobre o debate que ainda se faz presente no cenário nacional: as desigualdades sociais. Mesmo diante de políticas afirmativas que abordem a erradicação do racismo ou qualquer tipo de preconceito, como é o caso da Lei n. 10.639\03 que reforça

Graduação em Educação Física UPE/UFPB		<p>a luta em favor da valorização e do reconhecimento da Cultura Afro-Brasileira, trazendo a obrigatoriedade do seu trato da cultura e história no currículo escolar da Educação Básica, a literatura aponta que o preconceito racial é uma base excludente presente no âmbito educacional. Neste contexto, nossa pesquisa toma como objetivo: analisar a prática pedagógica de professores/as de Educação Física das escolas estaduais do Estado de Pernambuco à luz da Lei n. 10.639/2003. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que acontece em três fases: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo. No primeiro momento, fizemos uma pesquisa bibliográfica que buscou entender como a produção do conhecimento vai delineando este tema de pesquisa. Na segunda etapa, a pesquisa documental se deu de forma exploratória, onde selecionamos os documentos norteadores da prática pedagógica nacional e depois os Parâmetros Curriculares de Educação Física do Estado de Pernambuco para analisar com que perspectiva a Educação Física tematiza tais conteúdo. Para a pesquisa de campo, recorremos inicialmente ao uso de um questionário junto a 20 (vinte) professores/as da GRE Metro Norte. Deste contingente, 4 (quatro) participantes foram selecionados para entrevista que por fim culminou com a observação participante de aulas de 1 (um) professor, no período de setembro a dezembro de 2017. Os dados foram tratados pela análise categorial por temática de Bardin (2011). Os dados apontam que a produção do conhecimento vem tematizando sim a Cultura Afro-Brasileira dentro da Educação Física Escolar, mesmo que de forma tímida e focalizando o conteúdo da capoeira como manifestação da Cultura Afro-Brasileira. Os documentos também apontam que a perspectiva de inclusão social e do multiculturalismo são as principais fundamentações quando se fala nas relações étnico-raciais no campo da Educação, porém na Educação Física a perspectiva é a partir da cultura corporal através de uma tendência crítica. O campo nos mostra que a Cultura Afro-Brasileira ainda está sendo tratada na Educação Física de forma tímida, mesmo com a legalização da Lei 10.639\03. É possível compreender também diferentes perspectivas para o trato da Cultura Afro-Brasileira dentro da Educação Física sejam em atividades com conteúdos programáticos ou feira de conhecimentos. Ao fim, percebemos que o trato desta temática possibilita uma percepção crítica tanto das nossas raízes culturais quanto no confronto de preconceitos raciais da sociedade brasileira.</p>	
7	História e cultura afro-brasileira nas aulas de educação física do Município de Cariacica: Uma proposta curricular	Christine Avelar Borges Faria	Lei 10.639/03; Educação Física Escolar https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7486916
Dissertação - Mestrado em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional da Faculdade Vale do Cricaré	CAPES	<p>O objetivo deste trabalho é analisar o processo de inserção e aprendizagem dos conteúdos da história e cultura afro-brasileira no âmbito da educação física escolar, na região do entorno de Campo Grande - Cariacica, a fim de perceber as aproximações e distanciamentos entre as Leis 10.639/03 com a disciplina em questão. Trata-se de uma pesquisa aplicada por ser realizada com o propósito de gerar conhecimentos para aplicação prática e apontada à solução de problemas específicos. Se tratando de uma abordagem quantitativa e também qualitativa, pois ao mesmo tempo que se pretende quantificar a percentagem de professores que atuam com os conteúdos da história e cultura afro-brasileira busca-se também uma análise qualitativa sobre as variáveis que influenciam esta atuação. A principal ferramenta utilizada será um formulário, onde constam as questões da entrevista, feita pessoalmente aos (as) professores (as) de educação física das 08 escolas selecionadas. Após a análises dos dados foi feita uma proposta pedagógica para o ensino fundamental onde se pretende estimular os conteúdos da história e cultura africana e afro-brasileira nas aulas de educação física.</p>	

8	Fazendo valer a lei 10.639/03: contribuições da disciplina de educação física para o ensino de história da África e da cultura afro brasileira	Vania Catarina Machado dos Santos	Lei 10.639/03; Educação Física; PDE/Pr; História e cultura africana e afro-brasileira.	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6478663
Dissertação - Programa de Pós-Graduação em Ensino da Universidade Estadual do Paraná – Campus de Paranavaí		CAPES	Nesta dissertação discutimos as contribuições da disciplina de Educação Física para a implementação da lei 10.639/03 nas escolas públicas do Estado do Paraná. Em especial, analisamos os trabalhos realizados pelos professores participantes do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE/SEED/PR) que desenvolveram seus estudos acerca da cultura africana e afro-brasileira e, em especial, sobre os conteúdos de capoeira e danças afro-brasileiras. O recorte temporal adotado abarca o período compreendido entre os anos de 2007 a 2014 e foi adotado em razão de contemplar o início e o fim das produções PDE que estão disponibilizadas no portal Dia a Dia Educação. A pesquisa, de cunho qualitativo, contemplou a análise das referidas produções a partir do diálogo com a literatura acadêmica afeta ao tema bem como à luz materialismo histórico dialético. A análise das fontes demonstrou que, embora haja a preocupação de parte dos professores de Educação Física em contribuir para a aplicabilidade da lei, estes ainda têm dificuldades para inserir os conteúdos no currículo escolar da disciplina de modo a trabalhar tal temática de forma perene e não apenas em ocasiões pontuais, como a semana da consciência negra. Por outro lado, o trabalho interdisciplinar se apresenta como uma das possibilidades para fazer valer a referida lei, haja vista a relação de tais conteúdos com as disciplinas de História, Geografia, Literatura, Educação Artística, dentre outras.	
9	A compreensão da realidade dos docentes de Educação Física das escolas estaduais indígenas de Roraima	Paulo Weverton Soares Cizino de Paiva	Educação Escolar Indígena; Educação Física Escolar; Formação de Professores Indígenas	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7289458
Dissertação - Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Educação da Universidade Estadual de Roraima		CAPES	Esta pesquisa tem como tema A Compreensão da Realidade dos Docentes de Educação Física das Escolas Estaduais Indígenas de Roraima. Trata-se de um estudo de caso, cuja coleta de evidências se deu por meio de análise documental e levantamento bibliográfico. A problemática que norteou a pesquisa partiu da seguinte indagação: qual a realidade dos docentes de Educação Física das Escolas Estaduais Indígenas de Roraima? Teve como objetivo principal compreender a realidade dos docentes de Educação Física que atuam nas Escolas Estaduais Indígenas de Roraima. O corpus da pesquisa é formado por uma contextualização da Educação Escolar Indígena no Brasil e em Roraima, aborda-se a legislação específica da Educação Escolar Indígena, o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas, apresenta-se o conceito contemporâneo de cultura, bem como de interculturalidade. Esta pesquisa também faz um resgate histórico da Educação Física escolar expondo algumas abordagens da área . O campo empírico da pesquisa é constituído por todas as 259 escolas indígenas de Roraima, bem como as principais instituições	

			que ofertam cursos de formação para professores indígenas de Roraima, onde se descreve a estrutura curricular de tais cursos, bem como apresenta-se os cursos de formação continuada que são oferecidos a tais profissionais no intuito de verificar se a disciplina de Educação Física é contemplada em suas estruturas curriculares. Os dados foram tratados por meio da análise de conteúdo utilizando-se do método de triangulação. (BARDIN, 2016). O resultados da pesquisa revelam um grande número de profissionais ministrando aulas de Educação Física nas escolas estaduais indígenas de Roraima sem a devida formação, explicita-se uma formação deficitária no que diz respeito aos aspectos da Educação Física escolar no único curso de formação superior de professores indígenas, além da ausência de cursos de formação continuada para professores indígenas que ministram aulas de Educação Física nas escolas indígenas de Roraima.
10	Os Guarani no Norte do Paraná: Cultura Corporal e Educação Escolar Indígena	Keros Gustavo Mileski	Educação escolar indígena; Índios Guarani; Teorias pedagógicas de educação física; Cultura Corporal https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6346199
Tese - Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá		CAPES	O objetivo central desta tese é analisar a organização sociocultural dos Guarani no norte do Paraná, os aspectos da sua cultura corporal e das suas práticas, bem como as possíveis manifestações dessas na educação física na escola indígena. Dentre os povos indígenas que habitam historicamente o sul do Brasil, os Guarani são os mais conhecidos com relativa abundância de pesquisas científicas produzidos por estudos arqueológicos, etnográficos, históricos, antropológicos e linguísticos. A organização histórico-social desses povos possibilitou a incorporação de muitos aspectos novos em sua cultura e adaptação aos diferentes meios que ocupavam, ao mesmo tempo, muitas de suas tradições milenares mantiveram-se no cotidiano das comunidades Guarani. Procurei fundamentar-me no materialismo histórico de Karl Marx e Friedrich Engels, bem como nos seus continuadores. Realizei, para tanto, um estudo bibliográfico, documental e de campo com observação nas escolas de quatro Terras Indígenas Guarani – situadas ao norte do Estado do Paraná. Os dados coletados compuseram-se de registros das observações em caderno de campo, entrevistas semiestruturadas com professores, equipe pedagógica e direção das escolas. Instigou-nos a seguinte questão norteadora: Embora a atual política pública para a educação escolar indígena exista há quase 30 anos no Brasil e considerando que os povos indígenas são possuidores de conhecimentos milenares e rica produção cultural com inúmeros elementos de cultura corporal que poderiam potencializar o desenvolvimento dos estudantes indígenas, por quê muitos aspectos destes conhecimentos e dessa produção cultural não fazem parte das práticas escolares da educação física em uma escola que se anuncia como intercultural, bilíngue, específica e diferenciada? Nossas conclusões apontam que: O projeto de uma educação intercultural, bilíngue, diferenciada e específica foi permitido pelo Estado brasileiro, aos povos indígenas no momento de grandes movimentos sociais nos anos de 1980, em atendimento a uma agenda conduzida e propagada por agências e organismos internacionais como uma estratégia de consenso para a implantação das reformas neoliberais; Constituiu-se um volume extenso de leis e documentos que orientaram mudanças nos currículos, calendários, projetos pedagógicos, materiais didáticos diferenciados nas escolas indígenas, porém que não se viabilizam, pois é notável a precariedade de espaços físicos adequados, a falta de contratação de professores indígenas com curso superior, a baixa presença de pedagogos e gestores indígenas nas escolas, a ausência de formação inicial e continuada de professores indígenas; a compreensão sócio-histórica dos Guarani e de suas manifestações culturais, seu Nhandé Reko (seus particulares modos de vida) evidenciam a necessidade de se manter seus territórios tradicionais para que se possa efetivamente cumprir o respeito à autonomia e decisão próprias desses povos, desta forma, o desrespeito e a desvalorização históricos da cultura e das línguas indígenas face a

			supervalorização de práticas esportivas e lúdicas nacionais influenciam a comunidade e os professores no momento de escolher a organização dos conteúdos e currículos das aulas de educação física.	
11	Marginalidade e Luta: por uma descolonização curricular na Educação Física	Everton Lamare Costa Melo E Silva	Educação Física; Descolonização; Currículo; Epistemologias; Luta.	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6541796
	Dissertação - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Goiás	CAPES	Esta dissertação é o resultado de uma jornada de surpresas e inquietações que se iniciaram ainda durante a realização do meu curso de graduação em Educação Física e se estenderam até o mestrado em Antropologia Social, ambos empreendidos na Universidade Federal de Goiás (UFG). Seus principais objetivos são: estabelecer uma análise do currículo de licenciatura em Educação Física a partir das críticas decoloniais e pós-coloniais, questionando as bases epistemológicas eurocêntricas do pensamento hegemônico, bem como avaliar os possíveis avanços expressos nos documentos e na prática de ensino da Faculdade de Educação Física e Dança (FEFD) da UFG, que possibilitem reformular essas bases epistemológicas de forma democrática e descolonizada. A metodologia utilizada para tal fim, conta, primeiramente, com uma revisão bibliográfica das Propostas Políticas de Curso de três Universidades de referência: UNICAMP (SP), UnB (DF) e ESEFFEGO (GO), juntamente com a UFG, a partir dos discursos manifestos em seus currículos de licenciatura em Educação Física, e, posteriormente, com uma observação participante realizada no curso de Lutas da FEFD-UFG, por um período de seis meses (tempo de duração do curso).	
ANO: 2019				
Nº	TÍTULO	AUTORIA	PALAVRAS-CHAVE	ACESSO EM:
TIPO DE PUBLICAÇÃO – PROGRAMA/ PERIÓDICO		LOCAL DE PESQUISA	RESUMO	
1	Aplicação das leis 10.639/03 e 11.645/08 nas aulas de educação física: diagnóstico da rede municipal de Fortaleza/CE	Arliene Stephanie Menezes Pereira; Daniel Pinto Gomes; Klertianny Teixeira do Carmo; Eduardo Vinicius Mota e Silva.	Educação Física; Relações étnicas; Lei 10.639/03; Lei 11.645/08.	https://doi.org/10.1016/j.rbce.2018.06.004

Artigo - Revista Brasileira de Ciências do Esporte	SCIELO	O trabalho desenvolveu uma pesquisa por meio de questionários online com 55 professores de educação física da rede municipal de Fortaleza/CE, atuantes nas séries de 6º a 9º ano. Objetivou analisar o conhecimento e a aplicação das leis 10.639/03 e 11.645/08. Identificou-se que a maioria dos professores não sabe do que tratam as leis. Mesmo que os docentes não tenham conhecimento, trabalham a temática étnica na escola e afirmam que o conteúdo faz parte da disciplina. Conclui-se que é preciso remodelar as práticas pedagógicas, no que tange a temática, dar uma maior atenção à formação de professores para tal assunto, diante do desafio de construir-se caminhos para o ensino.	
2	Educação das relações étnico-raciais nos cursos de licenciatura em educação física no Mato Grosso do Sul	Leandro de Souza Silva	Ensino Superior; Formação de Professores; Educação Física escolar; Educação das Relações Étnico-Raciais; População Negra. https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7720605
Dissertação - Programa de Pós-Graduação – Mestrado – em Educação, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal da Grande Dourados		CAPES	O presente estudo aborda a importância da educação das Relações Étnico-Raciais nos cursos de formação de professores de Educação Física escolar. A partir das considerações propostas e do ponto de vista metodológico, utilizamos a abordagem de caráter quantitativo, pois tal abordagem nos permitiu maior profundidade em termos de compreensão e análise dos resultados. O objetivo geral deste estudo consiste em analisar a formação inicial de professores nos cursos de Educação Física escolar e as implicações dessa formação com relação à Educação das Relações Étnico-Raciais em três Instituições de Ensino Superior de Mato Grosso do Sul. Desse modo é apresentado o protagonismo do Movimento Negro nas questões educacionais no que diz respeito as relações raciais na educação e salienta o quanto a disciplina de Educação Física foi utilizada como ferramenta a favor do Estado no avanço das teorias de superioridade racial. A pesquisa foi constituída de questionários aos acadêmicos dos cursos de graduação em Educação Física de três universidades do estado de Mato Grosso do Sul. Os resultados indicam que lacunas precisam ser preenchidas quando a formação inicial dos professores de Educação Física aborda a temática da ERER, contudo salientamos os avanços na formação desses professores, considerando que nos currículos dos cursos existem disciplinas com ementas e conteúdos que possibilitam a formação na perspectiva das Relações Étnico-Raciais e podem potencializar os futuros professores, preparando-os para que a escola seja um espaço de transformação social, no qual possam compreender que existem diferentes corpos, no qual os mesmos possam apreender que a educação das Relações Étnico-Raciais é importante aliada na promoção do reconhecimento do outro e do diálogo entre os diferentes corpos existentes na escola e na sociedade tornando-a mais justa e democrática.
3	Jogo Mancala como possibilidade de implementação da lei 10639/03 no curso de licenciatura em educação física do	Luciano das Neves Carvalho	Educação Física; Mancala; Relações Étnico-Raciais https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7988716

	IFCE Campus Juazeiro do Norte			
	Dissertação - Programa de Pós-Graduação em Educação agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	CAPES	A presente pesquisa tem o propósito trazer para o debate as implicações na efetiva implementação da lei 10639/03 que trata do Estudo da História e Cultura Afro-Brasileiro no currículo da licenciatura em Educação Física, a partir das análises, experiências e vivências dos alunos, do Campus Juazeiro do Norte - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, trazendo o enfoque às relações étnico-raciais e as políticas de educação, ao reconhecimento e valorização de ações afirmativas no cotidiano escolar, utilizando-se do jogo Mancala como elemento agregador das discussões. Do ponto de vista de abordagem do problema, utilizamos na modalidade de pesquisa qualitativa, a pesquisa intervenção. Sendo utilizado do como instrumento de coleta, questionário com questões abertas e fechadas. Este estudo nasceu a partir da inquietação do pesquisador ao observar o esvaziamento das discussões étnico-raciais do currículo de formação de professores e da grande dificuldade de se trabalhar os conteúdos que norteiam a temática da história e cultura afro-brasileira e indígena no contexto escolar, e como isto impacta no processo de ensino aprendizagem. Para a abordagem do referencial teórico foram utilizados os trabalhos de Kabengele Munanga, Henrique Cunha Jr, Nilma Lino Gomes, Johan Huizinga, que trazem suporte para sustentação do debate contemporâneo sobre as questões étnico-raciais e suas repercussões, visão geral sobre o jogo currículos e suas relações no ambiente de escolar. A escola, como espaço estratégico, tem um papel fundamental: educar para a diversidade e neste processo de ruptura de paradigmas, reconstrução e construção de valores sociais, ressaltar a história do povo negro e as suas muitas contribuições para a construção e o desenvolvimento do país.	
4	Negro drama: narrativas estudantis negras, educação física escolar e educação étnico-racial	Izaú Veras Gomes	Educação Física; Narrativas Autobiográficas; 10.639	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7963486
	Dissertação - Programa de Mestrado Profissional em Educação e Docência, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais	CAPES	As pesquisas sobre as relações étnico-raciais e da cultura negra no campo da educação física escolar têm crescido nos últimos anos, embora ainda escassas. O presente texto busca ampliar tais reflexões e contribuir para a construção de novas possibilidades de aprendizado e percepção do mundo a partir da dos saberes estético-corpóreos negros (GOMES, 2017). Retomando o percurso histórico que direcionou as práticas pedagógicas da educação física, compreende-se que a mesma esteve diretamente ligada à discriminação do corpo negro e de sua cultura. (MATTOS, 2007). Nesse sentido, combater o racismo na escola também perpassa pelo corpo onde recaem práticas históricas das desigualdades e de violência simbólica que provocam inúmeras demarcações negativas com os estudantes negros e negras. Dessa forma, como a Educação Física escolar pode se transformar e ressignificar seu lugar na malha curricular e, por, conseguinte, para contribuir na promoção da igualdade racial? A pesquisa ancorou-se numa perspectiva narrativa (BENJAMIN, 1994) e – inspirada no ateliê biográfico de projetos (DELORY-MOMBERGER, 2006) – foram produzidas narrativas autobiográficas (SUÁREZ, 2007) de um grupo de 05 estudantes negras que – a partir de suas escritas (EVARISTO, 2017) sobre a Educação Física escolar – compuseram, junto de narrativas docentes autobiográficas do autor, um livro sobre a educação das relações étnico-raciais na educação física escolar, trazendo indícios (GINZBURG, 1989) de reflexões possíveis para ressignificação de práticas docentes para uma educação antirracista.	
5	Educação antirracista no município de São	Carolina Cristina Dos	Educação; Educação antirracista;	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8008656

	Paulo: análise das experiências pedagógicas na área de educação física escolar	Santos Nobrega	Educação física; Identidade negra; Racismo	
	Dissertação - Programa de Pós-Graduação em Educação da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo	CAPES	O objeto de estudo desta pesquisa é a intervenção pedagógica das professoras e dos professores de educação física na perspectiva da educação antirracista. A partir disso, procurou-se responder a seguinte questão: em que medida as aulas de educação física têm contribuído com a promoção da educação antirracista? Para responder a essa questão, foi necessário desenvolver o estudo bibliográfico sobre a trajetória curricular da educação física, a questão étnico-racial, seus condicionantes histórico-sociais e a educação das relações étnico-raciais, enaltecendo os processos de resistência e enfrentamento no combate ao racismo (institucional, simbólico, material) e às discriminações. Diante desse desafio, considerou-se o aporte das políticas públicas educacionais, em destaque a Lei nº 10.639/2003 e o Parecer CNE/CP nº 3/2004, que tem a finalidade de enegrecer a educação, em especial esse componente curricular. Assim, o procedimento metodológico dessa pesquisa, além do estudo bibliográfico, foi identificar os docentes da área que desenvolvem práticas pedagógicas no combate ao racismo e, posteriormente, foram realizadas as entrevistas reflexivas, semiestruturadas com cinco profissionais da equipe gestora (coordenadoras pedagógicas) e seis professores(as) de educação física, perfazendo um total de onze entrevistas. À vista disso, realizou-se a análise de conteúdo destacando cinco categorias: identidade negra (fundamentada na contribuição de Neusa Santos Souza); formação docente (formação acadêmica e formação continuada); diversidade étnico-racial e currículo; o(a) professor(a) e a escola; pedagogia da diversidade na educação física (conhecimentos pedagógicos dos documentos legais sobre a questão étnico-racial e conhecimentos pedagógicos de combate ao racismo). Em consequência, os resultados revelam as ações pedagógicas que buscam a diversidade étnico-racial como eixo orientador do currículo da educação física, com base na pedagogia da diversidade, fundamentada nas teorias críticas da educação. Nesse sentido, as respectivas escolas em que atuam os sujeitos pesquisados apresentam o Projeto Especial de Ação (PEA) e os eventos que ocorrem na unidade escolar sobre a temática étnico-racial, racial como principais espaços de formação para a educação das relações étnico-raciais. Nessas instituições sociais, ainda não há o coletivo de docentes preocupados, engajados e articulados no trato pedagógico afirmativo da questão étnico-racial, racial, porém há propostas pedagógicas voltadas para a diversidade étnico-racial, reconhecendo, a partir das falas das coordenadoras pedagógicas, a contribuição da educação física escolar (no processo de ressignificação) nessa temática, bem como as mudanças de postura dos discentes nas aulas dessa disciplina e na unidade escolar (de modo geral).	
6	Memórias com a dança na escola: corpos, identidades e educação intercultural na escola	Sueli de Fatima Xavier Ribeiro	Autoetnografia; Dança; Prática Pedagógica; Educação Intercultural	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7669481
	Dissertação - Programa de PósGraduação em Educação da	CAPES	O foco de investigação desta pesquisa é a prática pedagógica do conteúdo dança na disciplina de Educação Física na Escola Municipal Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, em Cuiabá/MT/Brasil, tendo por eixo temático as relações étnico-raciais e de gênero, a partir das temáticas abordadas nos projetos Beleza Tem Raízes e Eidancece desenvolvidos no período de 2000 a 2016.	

Universidade Federal de Mato Grosso		A dança como prática da cultura corporal de movimento se inscreve com sentido e significado de suas origens histórico-culturais auxiliando na compreensão desta como manifestação de identidades específicas conforme o grupo étnico que a criou e com a qual se identifica e dança. Este conteúdo é assumido na pesquisa para problematizar a prática pedagógica a fim de analisar em que medida os objetivos da educadora/professora foram alcançados, considerando as memórias dos corpos de meninos e meninas que dançaram na escola. Busca-se compreender como a prática pedagógica em dança contribui ou não para a promoção da educação intercultural a partir das narrativas dos ex-alunos sobre experiências educativas das aulas de Educação Física e dos projetos desenvolvidos. A metodologia utilizada teve uma abordagem qualitativa autoetnográfica com nuances narrativas e aprofundou-se nos estudos da dança e da educação intercultural para a educação da criança na escola. Para tal, foram organizados e analisados os registros das práticas pedagógicas a partir dos projetos de dança e do Projeto Político-pedagógico da Matriz Curricular, a fim de evidenciar ou não a perspectiva pedagógica intercultural na Educação Física. A pesquisa revelou a dança na escola como um espaço social relevante para a produção de conhecimento na perspectiva da decolonialidade e promotora de educação intercultural. Confirmou que os trabalhos na escola proporcionaram o respeito e a leitura crítica sobre o preconceito e o racismo, estabelecendo conexões de aprendizagens comprovadas nos relatos dos jovens participantes dos projetos e da pesquisa.	
7	As danças indígenas na formação inicial em Educação Física: APP didático para o 2º Ciclo do Ensino Fundamental	Denise Guimaraes	Danças indígenas; Educação física escolar; Formação docente; Tecnologias da informação e comunicação https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8151020
Dissertação - Desenvolvimento Humano e Tecnologias do Instituto de Biociências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Campus de Rio Claro	CAPES	A dança na formação inicial em Educação Física tem sido objeto de estudo de diversas investigações que abrangem discussões sobre como esse conhecimento chega aos futuros professores. Este conteúdo da Educação Física, inclui a possibilidade de tratamento da temática das danças indígenas. Para contemplar a inserção do ensino das danças indígenas nas disciplinas escolares do ensino fundamental e médio, públicos e privados existe o incentivo da Lei 11.645 de março de 2008 que torna obrigatória a inclusão do estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena nessas etapas escolares. Além disso, na formação inicial dos cursos de licenciatura o Conselho Nacional da Educação (CNE), perante a Resolução nº 2 de 1 de julho de 2015, determina a inclusão de temas sobre as relações étnico-raciais, assim como, o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC). Atualmente a Base Comum Curricular (BNCC) propõe o ensino das danças indígenas na área da Educação Física para o segundo ciclo do ensino fundamental. Diante desse contexto, o objetivo geral dessa pesquisa foi produzir e analisar um aplicativo para dispositivos móveis sobre danças indígenas na formação inicial em Educação Física para o segundo ciclo do ensino fundamental. Participaram 40 acadêmicos do curso de licenciatura em Educação Física de uma faculdade privada do interior do Estado de São Paulo. De natureza qualitativa, a pesquisa foi desenvolvida no modelo escandinavo com produção de quatro artigos. No artigo I, buscou-se conhecer as experiências dos acadêmicos com danças e danças indígenas dentro e fora da escola durante a educação básica e no ensino superior. Nos resultados notou-se que as experiências com dança aparecem concentradas no ensino fundamental I, atreladas a momentos de festas e datas comemorativas. As poucas experiências com danças indígenas na educação básica são descrições estereotipadas sem muito sentido e significado das reais condições desses povos. No ensino superior, não se encontrou vivências com as danças indígenas, no entanto, outras danças são citadas pelos estudantes com entusiasmo o que promoveu	

			reflexões sobre o futuro ensino na escola. No artigo II, buscou se identificar o uso e a apropriação das tecnologias pelos estudantes e a visão dos mesmos sobre o modo com que os docentes empregam as tecnologias na prática pedagógica. Os resultados apontam que os docentes utilizam mais recursos tecnológicos para a exposição de conteúdos. Já os estudantes colocam o celular como o segundo recurso utilizado para registro além de oferecer acesso a internet para pesquisas. Verificou-se que este dispositivo móvel é bem aceito pelos acadêmicos por possibilitar mobilidade e flexibilidade para os estudos quando usado de modo consciente, o que poderá influenciar suas futuras ações profissionais. No artigo III foi elaborado e analisado um material didático em forma de aplicativos para dispositivos móveis sobre as danças indígenas com referência as habilidades de ensino da BNCC para o 2º ciclo do ensino fundamental. Nos resultados encontraram-se quatro danças indígenas presentes no Brasil (dança do Cariçu/ norte; dança do Toré/nordeste; dança da Ema/centro-oeste; dança do Xondaro/sudeste e sul). Na produção do material houve a inclusão de imagens, textos, vídeos e documentários os quais foram alojados em uma plataforma online grátis para produção de aplicativos. Alguns limites deram-se na quantidade de abas e no pouco tempo de vídeos oferecido pela plataforma. Por fim, no artigo IV os participantes tiveram acesso aos aplicativos das danças indígenas, elaboraram e implementaram aulas e posteriormente avaliaram os apps. Como resultado notou-se que a mediação docente atrelada às metodologias ativas impulsionou a resolução de problemas a partir do uso de diferentes ferramentas tecnológicas as quais possibilitaram esta ação pedagógica. Quanto a realização das aulas de danças indígenas os estudantes construíram uma variedade de materiais assim como trouxeram outros originais, também utilizaram a tecnologias durante todo o percurso dentro e fora do ambiente educacional, principalmente o celular. Para as aulas de dança indígena os acadêmicos empregaram diversos conteúdos dos aplicativos nos celulares o que promoveu um ensino dinâmico. Alguns limites apontados relacionaram-se ao uso da internet e dos computadores da instituição de ensino superior, classificados como de baixo potencial. Conclui-se, portanto, que as danças indígenas são conteúdos escassos nas escolas, nas aulas de Educação Física, apesar da existência da Lei 11. 645, e também no ensino superior durante a formação dos professores de Educação Física. O celular aparece como um recurso tecnológico muito utilizado pelos alunos no ensino superior, o que aumenta as chances de uso na futura docência. Por fim, a elaboração e a utilização dos aplicativos das danças indígenas foram avaliadas de forma positiva pelos estudantes para uso nas aulas de Educação Física do segundo ciclo do ensino fundamental.
8	Capoeira, religião e religiosidades: atividade integrante dos componentes curriculares educação física e ensino religioso. Um olhar a partir dos/as professores/as da rede municipal de Vila Velha – ES	Heverson Pereira Miranda	Ciências das Religiões; Religiões Afro-brasileiras; Capoeira; Ensino Religioso; Educação Física. http://bdtd.fuv.edu.br:8080/jspui/bitstream/prefix/343/1/TCC%20-%20Heverson%20Pereira%20Miranda.pdf
Dissertação - Programa de Pós-Graduação em		CAPES	O presente estudo, realizado na área das Ciências das Religiões, levanta a seguinte questão-problema: a capoeira, considerando-se seus aspectos culturais, tradicionais e religiosos, pode vir a ser bem aceita como atividade integrante dos componentes curriculares

Ciências das Religiões da Faculdade Unida de Vitória		Educação Física e Ensino Religioso, em escolas de Ensino Fundamental do município capixaba de Vila Velha? Diante deste cenário, delimitou-se como objetivo geral investigar, com base em fundamentação teórica inerente aos métodos modernos de ensino, como a capoeira pode ser melhor aplicada nas aulas de Educação Física interagindo com o componente curricular Ensino Religioso, de modo a também ressaltar seus aspectos religiosos, tradicionais e culturais nas escolas de Ensino Fundamental do município de Vila Velha (ES). A partir do objetivo geral, o estudo aqui proposto também buscará os seguintes objetivos específicos: desenvolver levantamento teórico-literário inerente à capoeira, para conhecer as melhores formas de sua aplicação no conteúdo do componente curricular Educação Física; identificar, por meio de pesquisa de campo, as principais vantagens, bem como as principais dificuldades do ensino de capoeira, em aulas de Educação Física, quando se busca ressaltar, também, seus aspectos religiosos, tradicionais e culturais; desenvolver atividades relacionadas à capoeira, que possam ser trabalhadas em sala de aula, combinando os conteúdos inerentes aos componentes curriculares Educação Física e Ensino Religioso, de modo a serem aplicadas em escolas de ensino Fundamental, nos moldes e pressupostos exigidos pela Base Nacional Comum (BNCC). A justificativa do estudo está no fato da escola ainda ser um dos principais veículos na construção do conhecimento através dos diferentes componentes curriculares e métodos de ensino-aprendizagem. Dessa forma, acredita-se que o ensino da capoeira cumpre não somente os requisitos básicos inerentes à matéria Educação Física, como também possui características culturais que podem ser bem trabalhados em parceria com o componente curricular Ensino Religioso. Por fim, no que tange aos aspectos metodológicos, o estudo será realizado por meio da combinação de pesquisa teórico-bibliográfico e pesquisa de campo que se dará através de questionários estruturados, aplicados aos professores nos eventos de formação continuada dos respectivos componentes curriculares, do presente estudo, no município de Vila Velha, estado do Espírito Santo. A intenção é verificar se a capoeira, considerando-se seus aspectos culturais, tradicionais e religiosos, pode vir a ser bem aceita como atividade integrante dos componentes curriculares Educação Física e Ensino Religioso, em escolas de Ensino Fundamental do município capixaba de Vila Velha	
9	Descolonizar o corpo negro nas aulas de educação física: apontamentos para uma prática necessária	Luciana Naldino	Descolonização; Corpo negro; Étnico-racial; Educação Física https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8084589
Dissertação - Programa de Pós-Graduação em Educação: Teoria e Prática de Ensino, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná	CAPES	Parece claro que nas últimas décadas houve avanço no processo de luta por direitos e reconhecimento da contribuição cultural do povo negro afro-brasileiro. Na atualidade, as brumas de um quase retrocesso ameaçam e tal prenúncio motiva a discussão nesta dissertação sobre as relações, muitas vezes subjetivas, entre os saberes ainda ausentes sobre a cultura afro-brasileira na formação de professores de Educação Física. Essa análise, fundada nos estudos da diferença (DELEUZE; GUATTARI, 1992), quer proporcionar um debate sobre o processo de descolonização das práticas pedagógicas curriculares nas aulas de Educação Física. Utiliza-se do método cartográfico e dos princípios do rizoma para mapear as relações entre a cultura negra brasileira, a capoeira e as práticas pedagógicas curriculares da Educação Física, tendo como ponto inicial o próprio percurso profissional da pesquisadora, dispõe um percurso autorreferencial nessa proposta cartográfica. Na reconstrução de um processo profissional próprio, a autora proporciona um lugar de voz na qual a percepção de ausência na subjetividade profissional conduz ao movimento de busca da cultura afro-brasileira e ao encontro com a capoeira. Essa prática corporal passa a ser, por aqui requisitada, para fins de incrementar as aulas do ensino fundamental na qual se pratica uma Educação Física que tende a invisibilizar o corpo negro. Ancorada pela	

			“Filosofia da Diferença” utiliza-se de uma perspectiva na qual a diferença ampara uma cultura que se diz de muitos modos. Na unidade múltipla na qual se apresenta a cultura afro-brasileira na sociedade contemporânea, escolhe a capoeira para essa dupla ação de diferenciação e de representação cultural; já na representação, Frantz Fanon (2008, 1980, 1968) contribui, norteador do rumo desse processo cartográfico que almeja afinal a descolonização das práticas pedagógicas que educam o corpo – práticas, que ao contemplar a cultura afro-brasileira e o povo negro, o ressignificam
10	A formação inicial em educação física na UFSM: a lei 10.639/03 em uma abordagem intercultural	Andressa Rodrigues Messias	Lei 10.639/03; Educação Física; Formação inicial; Interculturalidade. https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/20924/DIS_PPGEF_2019_MESSIAS_ANDRESSA.pdf?sequence=1&isAllowed=y
	Dissertação - Programa de Pós Graduação em Educação Física da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM - RS)	CAPES	O presente estudo analisou a formação inicial em Educação Física, em específico o curso de licenciatura na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). A proposta de pesquisa objetiva compreender, tomando como referência a Lei 10.639/03, como a formação inicial em Educação Física Licenciatura da UFSM, está manifestando as bases necessárias para enfrentar o desafio da interculturalidade no processo educativo. Com ênfase na diversidade cultural, particularmente a diversidade étnico-racial, aspecto importante na formação docente, as quais impõem aos educadores a abordagem da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena no ensino fundamental e médio. Adota-se a perspectiva do materialismo histórico-dialético, como referencial teórico e metodológico e como técnicas de análise, a revisão bibliográfica e análise documental. Ao final do estudo, constatamos que hoje a Lei 10.639/03 ainda não é efetivamente cumprida. O não cumprimento dessa lei corrobora a história da África não contada no Brasil, que faz com que não tenhamos referências negras nas ciências; nas artes; na política e em tantas outras áreas do conhecimento registradas nos livros didáticos utilizados nas escolas de educação básica e superior. Tal realidade reforça ainda mais, a nossa cultura da discriminação e do preconceito étnico racial.
11	Dos barracões dos festeiros para escola: a Dança do Marabaixo nas aulas de Educação Física	Bruna Cardoso Gonçalves	Educação Física plural; Currículo; Marabaixo https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8069190
	Dissertação - Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Amapá	CAPES	As discussões acerca da diversidade cultural agregam para a sociedade contemporânea uma nova realidade que, por conseguinte, impõem para escola outras responsabilidades. O reconhecimento do ambiente escolar como espaço de convivência e do diálogo harmônico entre grupos sociais de origens culturais diferentes tencionam o currículo para incorporar a noção de pluralidade. Nesse sentido, está posto para a escola o desafio de criar um novo caminho de formação que contemple o acervo de valores e conhecimentos pertencentes a grupos que comumente são negligenciados e silenciados no currículo escolar tradicional. Esta dissertação está dedicada a tematizar a dança do Marabaixo como conteúdo de ensino da Educação Física. O Marabaixo é a maior manifestação cultural de matriz africana que está inserida no cotidiano da população do Estado do Amapá. Como festa popular, atrelada à origem da cidade de Macapá-AP, diz muito sobre a história de resistência, o enfrentamento de preconceitos e do racismo vivenciados pela população negra no Amapá. Pela relevância dessa tradição afro-amapaense de grande impacto no cenário local e por representar um importante conjunto de conhecimentos e saberes, identifica-se a pertinência e a necessidade de incorporar o

			<p>Marabaixo ao currículo oficial da escola amapaense. Já a Educação Física, inserida num contexto de mudanças em sua prática pedagógica, carrega o desafio de diversificar seus conteúdos de ensino visando incorporar maior legitimidade educacional. A partir dos dilemas envolvendo de um lado a questão da diversificação/ampliação dos conteúdos de ensino da Educação Física na escola e de outro, a demanda de incrementar a pluralidade no currículo escolar, surge a necessidade de problematizar a inclusão do Marabaixo como temática do componente curricular Educação Física. Objetivou, assim, analisar o lugar da Dança do Marabaixo nas aulas de Educação Física em escolas de Macapá-AP, considerando a perspectiva de professores e professoras desse componente curricular, bem como o contexto social no qual essas escolas estão inseridas. Além disso, objetivou-se reconhecer e analisar outras questões complementares que dizem respeito à/ao: a) correlação entre formação profissional e a escolha de conteúdos de ensino nas aulas Educação Física; b) lugar e ausência do conteúdo dança nas aulas de Educação Física e; c) história e cultura afrobrasileira nas aulas de Educação Física. Para tanto, o estudo, de caráter qualitativo e do tipo descritivo, baseou-se numa pesquisa de campo, que teve como sujeitos 9 professores e professoras de Educação Física de escolas públicas situadas nos bairros onde o Marabaixo está fortemente inserido, com os quais foi aplicado um questionário com perguntas dissertativas e de múltipla escola. Como resultado, pode-se considerar que: a dança do Marabaixo está presente nas aulas de Educação Física, de forma tímida e não hegemônica, apesar de todos os participantes do estudo reconhecerem que o Marabaixo deva fazer parte do currículo; existe alguma correlação entre formação profissional dos professores e a inserção da dança/dança do Marabaixo nas aulas de Educação Física; os professores apontam a resistência dos alunos e a falta de infraestrutura das escolas como a principal dificuldade para inserção da dança/dança do Marabaixo nas aulas; dos professores que desenvolvem a dança do Marabaixo nas aulas, a maioria faz uso de pesquisas escolares, vídeos e visita a espaços como metodologias de ensino; a maioria das escolas pesquisadas tematiza o Marabaixo como projeto de ensino, logo, existe uma escola que não promove nenhum projeto sobre o Marabaixo.</p>
12	Jogos e brincadeiras da cultura afro-brasileira nas aulas de educação física	Luciano Lyrio	<p>Cultura Afro-Brasileira; Lúdico; Educação Física</p> <p>https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8617985</p>
	Dissertação - Programa de Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional da Faculdade Vale do Cricaré – São Mateus – ES	CAPES	<p>A presente pesquisa tem como objetivo discutir o ensino sobre a cultura afro-brasileira por meio de jogos de origem africana na educação básica em uma escola do município de São Mateus/ES. Para o desenvolvimento da pesquisa, foi fundamental fazer um levantamento histórico sobre a cultura afro-brasileira, de forma a se observar se está havendo o cumprimento das Leis 11.645/08 e 7.723/04, entender como a disciplina de Educação Física pode contribuir de forma lúdica com o ensino da cultura afrobrasileira e a interdisciplinaridade no processo educativo no Centro Educacional Santa Clara. O estudo se constitui num referencial teórico sobre o tema e estudo de caso desenvolvido durante estágio na escola acima citada. Para o desenvolvimento e conclusão desse trabalho foi fundamental fazer o planejamento das aulas tornando os jogos de origem africana atrativos aos alunos respeitando os padrões impostos pelos pais. Foi feito um folder para a conscientização dos pais dos alunos sobre a importância da inserção da cultura afro-brasileira na disciplina de Educação Física. Foi possível ainda comprovar que por meio dessa atividade desenvolvida houve o cumprimento das Leis 11.645/08 e 7.723/04, assim, como da proposta curricular do município, que obriga o tratamento da cultura afro-brasileira na educação básica: a aplicação deste projeto nas aulas de educação física contribuiu para que a lei que trata da cultura fosse aplicada e de certa forma cumprida não na íntegra, mas o suficiente para que seja desenvolvida futuramente.</p>

13	Pedagogia griô e biorregionalismo: diálogos entre a tradição oral e a educação física na educação infantil	Elipaula Marques da Cruz Carvalho	Tradição Oral; Educação Infantil; Pedagogia Griô; Biorregionalismo	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8898027
Dissertação - Programa de Mestrado Profissional em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da Faculdade Maria Milza - FAMAM		CAPES	A Pedagogia Griô é sustentada em uma prática pedagógica que valoriza a transmissão por meio da oralidade, da cultura de um povo. Fundamenta-se na Educação biocêntrica, que é focada no conhecimento crítico/teórico-prático, o qual possibilita a transmissão de valores, hábitos e costumes permeados pela conscientização que se dá através das falas, escutas, gestos e expressões do outro, centrada em práticas que valorizam a tradição e o conhecimento das pessoas mais velhas de cada comunidade. Neste sentido, a escola deve ser um espaço favorável à construção de conhecimentos sobre as diversas culturas de um povo, a qual deve buscar por uma educação que privilegie a diversidade, e assim utilizar metodologias que favoreçam não só o conhecimento das tradições, mas promovam o sentido de pertença a um determinado povo e cultura. Diante desse contexto, este estudo visa analisar as narrativas orais das mulheres da Irmandade da Boa Morte de Cachoeira, Bahia, relativas à preservação do pertencimento étnico-racial afro-brasileiro e ambiental, na perspectiva de gerar materiais complementar didáticos para a Educação Infantil. Especificamente pretende: Identificar elementos de pertencimento étnico-racial nas narrativas das mulheres da Boa Morte; mapear o processo de transmissão oral referentes às narrativas orais das integrantes da Boa Morte para preservação do pertencimento étnico-racial afro-brasileiro; elaborar um conjunto de materiais didáticos para utilização nas práticas pedagógicas da Educação Infantil. Quanto à estrutura metodológica, esta pesquisa é qualitativa, centralmente desenvolvida através de entrevistas narrativas com as integrantes mais antigas da Irmandade da Boa Morte e professoras da Educação Infantil de uma escola pública da cidade de Cachoeira, Bahia. Os resultados revelam a importância da preservação dos conhecimentos das tradições e memórias destas mulheres, expressas através das histórias, brinquedos e brincadeiras, que podem ser tratadas dentro do processo de escolarização da Educação Infantil para conhecimento e valorização das questões étnico-raciais no processo de ensino e aprendizagem. Neste sentido, foram desenvolvidos recursos didáticos para professores e crianças da Educação Infantil conhecer e preservar a cultura afrobrasileira. E especialmente a Revista Brincâncias, que funciona como material didático, apontando formas efetivas de valorização das questões étnico-raciais nos processos de escolarização das crianças na Educação Infantil, possibilitando gerar recursos que, pedagogicamente tratados, otimizem o ensino e a aprendizagem delas para valorização da afro-descendência brasileira.	
14	Educação Física e Currículo: possibilidades de (re)significação da cultura corporal do povo Originário Potiguara-PB	André Luis de Freitas Oliveira	Povo Potiguara; Currículo; Educação Física; (Re)significação; Cultura Corporal.	https://tede.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/tede/3540
Dissertação - Programa de Pós Graduação em		CAPES	Este estudo tem como objeto de pesquisa o currículo da Educação Física na educação indígena. Os povos originários sempre lutaram pelo direito à terra e por uma educação diferenciada, que absorvesse sua cultura e seus conhecimentos. Atualmente, existem diversos	

Formação de Professores da Universidade Estadual da Paraíba		documentos oficiais que regem a Educação indígena no Brasil. Neste sentido, o objetivo geral do referido estudo é oferecer possibilidades metodológicas para a (re)significação da cultura corporal indígena no cotidiano escolar da Educação Física. É perceptível a necessidade de oferecer não apenas os conteúdos do currículo oficial, como também conhecimentos da cultura local, como meio de fortalecer as origens étnicas do Povo Indígena. Assim, a Educação Física deve se tornar protagonista desta relação e não apenas obedecer a um currículo da cultura hegemônica. O estudo consta de uma pesquisa qualitativa com uma abordagem etnográfica, que busca compreender o pensamento dos Potiguara acerca de sua cultura e tradição e como esta relação se insere nas aulas de Educação Física. Para tanto, utilizam-se como instrumentos de coleta de dados a observação participante, a entrevista etnográfica, o questionário e a captura de imagens em gravações de vídeos e fotografias. O lócus da pesquisa situa-se na Escola Estadual Cacique Iniguaçu, situada nas Terras Indígenas (TIs) Potiguara, no Município de Marcação, litoral norte da Paraíba. Como arcabouço teórico apresenta os conceitos de experiência histórica, formulados por Thompson (1981; 2001; 2002), e de história material, de Benjamin (1985); os olhares de Goodson (2013a; 2013b) e Silva (2006; 2015) sobre currículo; traça uma discussão a respeito da cultura, a partir de Thompson (1998), dialogando com a concepção de decolonialidade trazida pelos autores Lander (2005; 2006), Mignolo (2002), Quijano (2005) e Walsh (2008; 2009; 2014), contextualizando a interculturalidade crítica apresentada por Candau (2011; 2016a; 2016b); apresenta a cultura corporal com base nos estudos de Neira e Nunes (2009; 2014); além de refletir sobre o corpo como instrumento de sensibilidade e produtor de história sob a ótica de Fontes (2011), Soares (2011) Taborda de Oliveira e Vaz (2004). Como produto, oferece uma sequência didática interativa como metodologia possível para o trabalho pedagógico com a cultura corporal, utilizando como referência Oliveira (2013). Provocar o acesso a um currículo que instigue metodologias que evidenciem a cultura corporal do Povo Potiguara, fazendo com que se obtenha a (re)significação do patrimônio histórico cultural deste povo, torna-se a premissa mais relevante desta pesquisa.		
15	A Escola Pública e as marcas do Eurocentrismo no corpo adolescente	Edna Conceição Pereira Santos	adolescente; espaço escolar; eurocentrismo; identidade; corpo	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8075687
Dissertação - Programa de Pós-Graduação em Estado e Sociedade – PPGES da Universidade Federal do Sul da Bahia		CAPES	Este estudo pautou-se em identificar e analisar as marcas do eurocentrismo na construção da (s) identidade(s) corporal(is) das adolescentes indígenas de um colégio de Ensino Médio de Porto Seguro-BA. A pesquisa foi de cunho etnográfico com enfoque qualitativo. Ancorada em referenciais teóricos que atravessaram temas como: o espaço escolar, a crítica ao eurocentrismo, a adolescência e a adolescência indígena, o corpo na perspectiva filosófica e sociológica e o currículo. Os procedimentos metodológicos utilizados foram a aplicação de questionário sócio demográfico e lista de questões norteadoras para discussão com o grupo focal com as adolescentes. Para analisar os dados obtidos, foi utilizada a Análise Textual Discursiva (A.T.D.). A análise e interpretação dos dados, desvelou-nos de que maneira o eurocentrismo persiste na construção da(s) identidade(s) corporal(is) das adolescentes indígenas. Percebemos ao analisar os dados que o ranço eurocêntrico persiste desde a opção em usar o fardamento exigido pelo Estado em detrimento do uso do traje indígena até o ideal de beleza ocidental vislumbrado por esses corpos adolescentes. As considerações finais anunciaram a necessidade de descolonizar o currículo, as práticas pedagógicas dos componentes Educação Física e Educação Corporal, bem como, inserir debates e discussões que problematizem sobre o corpo adolescente feminino no espaço escolar indígena.	
16	Luta Corporal Indígena:	Dionny Felipe	Lutas Corporais;	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8617973

	possibilidades pedagógicas do Huka Huka nas aulas de Educação Física		Educação Física Escolar; Huka Huka	
	Dissertação – Programa de Pós-Graduação em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional da Faculdade Vale do Cricaré	CAPES	O trabalho com a temática Lutas de Matriz Indígena: possibilidades pedagógicas na educação física escolar consta nos documentos norteadores, como a base nacional curricular comum e no currículo de São Mateus. Através da análise do discurso da professora da rede municipal que leciona exclusivamente no ensino fundamental, anos iniciais, foi possível compreender os desafios de desenvolver tal conteúdo, e através da problemática nos motivou a realizar a pesquisa no intuito de organizar uma formação continuada em serviço com enfoque na prática pedagógica e na avaliação escolar. Para isso, investigamos os principais documentos curriculares que norteiam esse componente curricular em diálogo estabelecido entre esses vários autores acerca da Educação Física e das Lutas Corporais com especificidade da cultura indígena da região do Alto Xingu, redigiu-se um trabalho em que é feita a análise do conteúdo com apontamentos ao trabalho pedagógico e aos aspectos culturais. Os argumentos levaram em conta o fato de que os professores de Educação Física encontram dificuldades em desenvolver o conteúdo de Lutas Corporais. Esse discurso dos professores atribui responsabilidade aos cursos de formação inicial. Realizou-se um resgate histórico acerca do surgimento, do desenvolvimento das Lutas Corporais e a história dos índios no Brasil com destaque a tribo do Alto Xingu na especificidade da Luta Corporal, Huka Huka. Com locus da pesquisa selecionou-se uma instituição dos anos iniciais do ensino fundamental de tempo integral da rede municipal de educação, foi realizado uma entrevista prévia com a professora de Educação Física, para assim organizar uma formação continuada em serviço. Desta forma, com a produção de dados e os resultados obtidos com a prática pedagógica, foi possível construir uma proposta de sistematização do conteúdo Lutas Corporais que atenda os anos iniciais do ensino fundamental.	
17	Saberes indígenas, cultura de movimento e interculturalidade: cenários na comunidade do Catu/RN	Carlos Gomes De Medeiros Neto	Saberes indígenas; Catu; Cultura de Movimento; Interculturalidade	https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/27795
	Dissertação - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte	CAPES	As motivações para realização desse trabalho partem do envolvimento como voluntário do XII Jogos dos povos indígenas, realizado na Cidade de Cuiabá/MT, no ano de 2013 e no I Jogos Mundiais dos Povos Indígenas, realizado na Cidade de Palmas/TO, no ano de 2015. A partir dessas experiências foram aflorando curiosidades e inquietações com a temática indígena. Assim, foi criando forma este trabalho. O mesmo teve como objetivo geral, analisar a cultura de movimento escolar e os saberes indígenas na comunidade do Catu/RN. A pesquisa se caracteriza como um estudo etnográfico, referenciada nas teorizações de Geertz (2008). Os resultados dessa pesquisa nos mostram uma comunidade aberta a saberes intercultural dentro e fora da escola indígena. Outros achados importantes foram: à identificação da primeira instituição indígena regulamentada pelo Ministério da Educação no Rio Grande do Norte, apresentando uma Educação diferenciada e de tempo integral; identificamos brincadeiras, danças, jogos indígenas; espaços e equipamentos na comunidade que fomentam a realização de diversas práticas corporais, entre outras. Portanto, existem na comunidade do Catu saberes, vivências e práticas culturais tradicionais que resistem e são ressignificadas pelos povos	

		potiguaras desse lugar, como também, outras práticas consubstanciam o dia-a-dia dessa população, formando parte da cultura de movimento dos indígenas do Catu. Perceber esses saberes e práticas como pilares da comunidade é assumir a coresponsabilidade diante do desafio de construir novos caminhos para a Educação Indígena Potiguar.		
ANO: 2020				
Nº	TÍTULO	AUTORIA	PALAVRAS CHAVE	ACESSO EM:
TIPO DE PUBLICAÇÃO – PROGRAMA/ PERIÓDICO	LOCAL DE PESQUISA	RESUMO		
1	A educação física na educação escolar indígena: a produção acadêmico-científica na área 21 como perspectiva de diálogo e (re)conhecimento intercultural	Lucas Silva Skolaude; Edwin Alexander Canon-Buitrago; Fabiano Bossle .	Educação Física; Educação Escolar Indígena; Interculturalidade; Dialogicidade; Revisão sistemática.	https://doi.org/10.22456/1982-8918.90042
Artigo - Movimento		SCIELO	O presente estudo tem por objetivo analisar e discutir a produção acadêmico-científica sobre a Educação Física, centrada especificamente na Educação Escolar Indígena. As buscas foram realizadas no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e nos periódicos nacionais da Educação Física e da Educação que publicam na Área 21. Durante o processo de leitura e agrupamento temático das materialidades encontradas, a interculturalidade ganhou relevância devido ao diálogo que suas produções apresentam tanto para Educação Escolar Indígena quanto para o componente curricular da Educação Física. A dialogicidade passou a ser a categoria central de análise em razão de apresentar desde uma perspectiva crítica relações muito próximas entre a visão intercultural e os saberes que a Educação Física pode desenvolver para o reconhecimento desse “outro” cultural. O resultado do processo de análise foi a interpretação de uma “subalternidade” no tratamento e circulação das questões indígenas tanto no campo da Educação Física quanto nos periódicos que publicam na área 21.	
2	O trabalho docente e as relações étnico-raciais na educação física em escolas estaduais de Curitiba	Francine Cruz Grison	Educação Física escolar; Educação das Relações Étnico-Raciais; Escola; Docência; Relações raciais.	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10068593

<p>Dissertação - Pós Graduação em Educação: Teoria e Prática de Ensino, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná</p>	<p>CAPES</p>	<p>Esta pesquisa teve delineamento exploratório qualitativo com o objetivo de analisar a forma como a temática da Educação das Relações Étnico-Raciais é contemplada na disciplina de Educação Física em escolas estaduais de Curitiba. Considerando a atribuição da disciplina de Educação Física em trabalhar com a cultura corporal, uma pergunta se faz necessária: como se dá o trabalho docente e as relações étnico-raciais na Educação Física em escolas públicas? Para atender ao objetivo proposto foram utilizadas entrevistas semiestruturadas com os nove professores, um de cada setor do Núcleo Regional de Educação de Curitiba, bem como análise dos seus Planos de Trabalho Docente (PTD) e do Projeto Político Pedagógico da escola (PPP). Os dados coletados foram submetidos à uma análise documental interpretativa e subjetiva no caso do PPP e PTD e Análise de Conteúdo na perspectiva de Bardin (2016) no caso da entrevista. Como resultado de pesquisa obteve-se que, apesar de constar na maioria dos PPPs das escolas, o tema étnico-racial, em geral, não aparece mencionado no PTD, documento autoral dos professores. Isso ocorre, segundo a entrevista, pelo fato dos professores, em sua maioria, admitirem que não trabalham com as questões étnico-raciais de uma maneira específica e planejada em algum conteúdo e sim na sua prática cotidiana, conforme acontecem situações que suscitam essa discussão. Quando mencionado algum trabalho já relacionado com o tema, os conteúdos mais abordados foram nas lutas (capoeira) e na dança (dança afro, danças folclóricas e danças circulares), entretanto, quase todos os trabalhos mencionados foram esparsos e realizados em anos anteriores, não no ano atual. Assim, observa-se que a Educação das Relações Étnico-Raciais na Educação Física das escolas estaduais de Curitiba vem acontecendo atualmente através do currículo oculto e não é contemplada nos planejamentos dos docentes. A grande limitação apontada pelos professores para a realização do trabalho com a Educação das Relações Étnico-Raciais é a falta de formação inicial e continuada, o que gera uma sensação de não estar preparado para tratar adequadamente do assunto, medo de cometer equívocos e, muitas vezes, faz com que os professores enxerguem essa temática como algo externo e não como algo que pode estar inserido e contextualizado nos conteúdos estruturantes da disciplina. Observou-se também que a maioria dos docentes que relataram alguma experiência com as questões étnico-raciais afirmou que ela provinha das discussões da Equipe Multidisciplinar da escola e que, infelizmente, as Equipes vêm sofrendo uma desvalorização com o passar dos anos. A partir disso, destacamos a importância de uma melhor formação e da valorização das Equipes Multidisciplinares enquanto instâncias do trabalho escolar legitimadas como espaço de debates, estratégias e ações pedagógicas que fortaleçam a implementação das Leis 10.639/03 e 11.645/08 e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira dentro do ambiente escolar. De acordo com esses resultados foram apontadas contribuições para o trabalho docente e sugestões que podem vir a contribuir na ampliação da discussão da temática étnico-racial na disciplina de Educação Física, sempre em consonância com a legislação vigente.</p>	
<p>3</p>	<p>Outros saberes, outra docência: professores(as) negros(as) e a emergência da impedância pedagógica no contexto das ações afirmativas</p>	<p>Bruno Henrique de Paula</p>	<p>Educação antirracista; Educação Física; Lei 10.639/2003; Trajetórias; Pedagogia das Ausências e das Emergências</p> <p>https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9825401</p>
<p>Dissertação - Programa de Pós-Graduação em</p>	<p>CAPES</p>	<p>Ao longo dos últimos anos, o campo de produção acadêmica em torno da educação, das relações étnico-raciais e das ações afirmativas no Brasil tem se mostrado bastante fértil e diverso. Apesar da ampliação no número de estudos dedicados a analisar as</p>	

Educação: Conhecimento e Inclusão Social da Universidade Federal de Minas Gerais		<p>relações étnico-raciais e educação, especialmente aqueles com foco na formação continuada de professores e professoras, ainda há muito que se compreender sobre as conexões existentes entre a Educação Física, o campo das relações étnico-raciais e a formação de professores. O presente estudo tem como objetivo compreender o potencial formativo das ações afirmativas nos percursos pessoais, acadêmicos e profissionais de professores(as) negros(as) e, por meio das narrativas apresentadas e analisadas, ampliar as possibilidades de avaliação do conjunto de políticas afirmativas, aqui compreendidas para além das reservas de vagas para a população negra no ensino superior. Orientados pela pedagogia das ausências e das emergências (GOMES, 2017), e reconhecendo o caráter contrahegemônico e pedagógico do Movimento Negro na formulação de políticas educacionais, projetos, currículos e práticas antirracistas nascidas do concreto (hooks 2017) e comprometidas com a superação do pensamento abissal (SANTOS, 2010), a pesquisa busca refletir sobre como as abordagens acerca das relações raciais podem ser desenvolvidas no contexto da Educação Física, identificando os processos de mobilização de novos saberes e experiências. No que se refere aos aspectos metodológicos, para a elaboração do presente texto optamos pela pesquisa com narrativas (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2002), pois nelas buscamos compreender como percursos escolares, acadêmicos e profissionais se entrelaçam com percursos pessoais e familiares dos sujeitos (JESUS, 2019). As contribuições dos participantes da pesquisa nos permitiram observar os impactos provocados pelas políticas de ações afirmativas nas dimensões ética, estética e política ao longo de suas trajetórias pessoais, acadêmicas e, sobretudo, docentes. Por fim, entendemos que as práticas desses professores e professoras podem revelar não só um movimento de resistência ao racismo no contexto da educação, mas também um movimento coletivo de enfrentamento a esse sistema de dominação e hierarquização, contribuindo para o desenvolvimento do engajamento e protagonismo dos estudantes negros cujos olhares sobre si são transformados (Hooks, 2019). Nesta pesquisa chamamos este fenômeno coletivo de impedância pedagógica.</p>	
4	As relações étnico-raciais no currículo do curso de licenciatura em educação física da universidade federal do Rio de Janeiro	Priscila Rodrigues de Almeida Bourguignon	<p>Políticas Públicas Inclusivas; Formação Docente em Educação Física; Relações Étnico-Raciais; Currículo Descolonizado; Relação de Poder.</p> <p>https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10342798</p>
Dissertação - Programa de Pós-Graduação de Tecnologia para o Desenvolvimento Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro	CAPES	<p>Esta pesquisa tem como objetivo analisar o currículo prescrito do Curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, a fim de verificar a aplicação do ensino da temática étnico-racial regulamentada na Lei 11.645/2008 (antiga 10.639/2003) e pelas normatizações dela derivadas. Para alcançarmos esse objetivo, direcionamos esse estudo por três objetivos específicos: (1) Analisar as possíveis implicações epistemológicas, concepções sobre a formação do licenciando, a partir do Projeto Político do Curso (PPC, 2016) do curso de licenciatura, tendo como referencial a temática étnico-racial; (2) Mapear o documento da Escola que subsidiou o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI, 2017) a fim de se localizar possíveis aplicações e cronograma futuro sobre o ensino das questões étnico-raciais; (3) Analisar as ementas das disciplinas, observando-se como a temática étnico-racial é tratado durante a formação do licenciando. Essa pesquisa apresenta, brevemente na revisão bibliográfica, a história da disciplina com seus desdobramentos eugênicos, com seus projetos societários hegemônicos e com suas</p>	

			<p>propostas pedagógicas de caráter tecnicista, esportivista e biológica. Na metodologia foi utilizada a pesquisa do tipo análise documental por meio dos métodos descritivo-histórica e análise (YIN, 2005). Abordagem exploratória com a finalidade de proporcionar à investigação de fenômenos contemporâneos, dentro de um contexto de relações de poder e disputas políticas por narrativas curriculares. Esse estudo se delimitou a um único caso com recorte temporal, entre os anos 2008 e 2018. Quanto aos resultados encontramos três disciplinas que foram: Folclore Brasileiro: Dança e Folgedos (EFA360); Fundamentos da Capoeira (EFL221) e Pedagógica da Capoeira (EFL605) que atendem a legislação. Não localizamos disciplinas que trata, exclusivamente, do objeto de estudo. A respeito das ementas, não foram observados trechos/palavras que induzissem à interpretação que a disciplina abordasse, diretamente, a temática prevista por lei. Através das —palavras chaves encontramos possíveis disciplinas que tratam, indiretamente, do objeto de pesquisa: Educação Física Adaptada (EFC471); Introdução ao Estudo da Corporeidade (EFA109); Fundamentos do Atletismo (EFC119); Fundamentos da Capoeira (EFL221); Fundamentos Sociológicos da Educação; Didática (EDD241); Educação Brasileira (EDA234); Didática da Educação Física I (EDD545) e Didática da Educação Física II. Concluímos que o modelo adotado de formação de professores é mediado por currículo conservador e pouco acessível às mudanças, principalmente quanto ao aprofundamento do debate sobre a cultura africana e afro-brasileira. Encerramos esse estudo propondo uma ferramenta tecnológica que auxilie os docentes e demais interessados no exercício da sua prática pedagógica. Esse interesse se justifica com a observação, ao longo dessa pesquisa, de que há indícios de que a disciplina capoeira é a referência para desenvolver os conteúdos das relações étnico-raciais, mas problematizamos no questionamento sobre as demais disciplinas e realizamos uma breve pesquisa na qual percebemos que há mais aplicativos e sites disponibilizando apostilas, artigos e livros com conteúdos que discutem a importância de se abordar e de se implementar esses assuntos sobre essa temática étnico-racial. Porém, essa quantidade de acervos é reduzida, quando procuramos por conteúdos que direcionem essa prática na disciplina. Dessa forma, nossa intenção é construir um aplicativo gratuito e de fácil acesso que contribua para o desenvolvimento social. Além disso, os usuários poderiam adicionar seus planos de aulas e, até mesmo, as variações de materiais ou temáticas.</p>
5	Corporeidades negras e Educação Física Escolar – construindo práticas antirracistas nos cotidianos da Educação Infantil	Andre dos Santos Souza Cavalcanti	<p>Corporeidades; Educação Infantil; Relações etnicorraciais; Educação Física.</p> <p>https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10566639</p>
	Dissertação - Programa de Pós-Graduação em Processos Formativos e Desigualdades da Universidade do Estado do Rio de Janeiro	CAPES	<p>A questão etnicorracial no Brasil é algo extremamente complexo. O comércio de cidadãos africanos como mão de obra escrava com vistas a produzir riquezas para as elites europeias colonizadoras, e as teorias racialistas, baseadas em “pseudociências” que atribuíram ao negro suposta inferioridade biológica e cultural como forma de justificar a escravidão, produziram estigmas que relegaram as populações negras a condição de não existência. O contexto brasileiro, principalmente a partir de meados do século XIX, representa em termos de lutas sociais, da perspectiva das relações etnicorraciais, um momento especial, pois com o processo escravista em declínio e muitos negros e pardos já libertos, inseridos no contexto social, o Brasil se deparava com algo ímpar no mundo até então, um país altamente miscigenado do ponto de vista racial. Essa mistura de raças, segundo as elites dirigentes da época, era algo que inviabilizaria a construção do Brasil como nação. Nos dias atuais, constatamos uma sociedade fortemente racista, consequências das teorias racialistas, das políticas de branqueamento e as consequências destas, na forma do mito da</p>

			<p>democracia racial. A cisão entre os cidadãos negros e os pejorativamente reconhecidos como “mulatos”, produziu um ilusória aceitação do pardo como classe racial intermediária. Como parte dos movimentos negros de enfrentamento ao racismo tomamos como foco na presente pesquisa práticas pedagógicas de caráter antirracistas nos cotidianos escolares. Partindo da Educação Física escolar e na Educação Infantil reconhecemos, assim, nas microações afirmativas, pelo viés da cultura corporal, uma potente forma de luta antirracista. A Educação Física, que em seu percurso epistemológico foi empregada pelas políticas governamentais como ferramenta ideológica de exclusão, tem hoje por meio da cultura corporal, a possibilidade de romper com as práticas excludentes, se aproximar e se apropriar de outros saberes nos diálogos com as crianças pequenas das classes populares, no fortalecimento e exaltação de suas formas serestar no mundo, na busca por possibilitar a construção de corporeidades negras afirmadas positivamente. Assim, nesta pesquisa narrativa com as experiências vividas, busquei, nas imbricações da minha vida pessoal e profissional, nas experiências como cidadão negro brasileiro, pai de crianças negras, filho, professor e pesquisador, entender o significado do ser negro no Brasil e as contribuições que as práticas pedagógicas de caráter antirracistas podem trazer para as crianças pequenas no sentido de desconstruir estigmas e favorecer a construção de identidades etnicorraciais negras positivas.</p>
6	Interculturalidade e sustentabilidade: jogos e brincadeiras indígenas na educação física escolar.	Patricia Rossi dos Reis	<p>Povos Indígenas; Educação Física Escolar; Interculturalidade e Sustentabilidade</p> <p>https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10106850</p>
	Dissertação - Programa de Pós-Graduação em Rede Nacional para o Ensino das Ciências Ambientais da Universidade Federal do Amazonas	CAPEs	<p>No processo de educação e de transmissão intergeracional da cultura, os jogos, brinquedos e brincadeiras aparecem como importantes instrumentos, propiciando aos indivíduos características próprias, perpetuando a cultura, os modos de vida e fortalecendo identidades. Mas grande parte desses jogos e brincadeiras que encantam estão desaparecendo. Especificamente os jogos, brinquedos e brincadeiras indígenas herdados pelos povos tradicionais, como é o caso dos povos indígenas, são pouco explorados e muitas vezes invisibilizados, na prática, da Educação Física Escolar. Com isso estão se perdendo no tempo e espaço. Assim, o objetivo desta pesquisa foi resgatar jogos, brinquedos e brincadeiras indígenas de etnias do Rio Negro no Amazonas como subsídio ao desenvolvimento de atividades na Educação Física como forma de promover a interculturalidade e a sustentabilidade no ambiente escolar. A pesquisa caracteriza-se como de abordagem qualitativa, com finalidade descritiva analítica baseada em pesquisa bibliográfica, documental e pesquisa-ação. Este estudo foi desenvolvido em bairros da cidade de São Gabriel da Cachoeira e nas dependências do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, Campos São Gabriel da Cachoeira – IFAM/SGC. A pesquisa envolveu 82 discentes indígenas IFAM/SGC e 41 participantes também indígenas adultos residentes na cidade de São Gabriel Cachoeira de ambos os sexos. De acordo com os resultados obtidos, foi possível observar as relações de equilíbrio e sustentabilidade com o local onde vivem. Podendo quebrar círculos viciosos de uma sociedade consumista que não considera o protagonismo dos povos indígenas e seus conhecimentos milenares nos processos educacionais. Foram identificados e registrados 43 tipos diferentes de jogos, brinquedos e brincadeiras de 8 etnias indígenas (Tukano, Piratapuia, Baniwa, Baré, Cubeo, Tariano, Potiguara e Dessano) que foram agrupados em sete categorias, a saber: (1) brincadeiras de contingência física; (2) brincadeiras de exercício sensorio-motor; (3) brincadeiras de contingência social; (4) brincadeiras de construção; (5) brincadeiras turbulentas; (6) brincadeiras simbólicas/faz de conta; (7) brincadeiras de regras. A grande maioria dos jogos e brincadeiras envolveram as dimensões motoras, culturais e de relações sociais e são aplicáveis no ensino da Educação Física escolar. Esses</p>

			aparato de conhecimentos ampliam formas de discussões diversas no âmbito da sustentabilidade, interculturalidade, globalização, valorização da diversidade étnica e fortalecimento das identidades que podem ser trabalhados antes, durante e depois das aulas e ainda prever adaptações dentro e fora do espaço escolar. Esta pesquisa dará condições de se propor a construção de novos caminhos no qual o presente dialoga com o passado, se fazendo relevante considerar as contribuições e visões desses povos para o desenvolvimento sustentável, assim como para o gerenciamento e a conservação dos recursos naturais.	
7	Narrativas compartilhadas em uma instituição de ensino de comunidade quilombola: preservação e sistematização de práticas culturais	Cristiane Barreto Pereira	Cultura; Identidade; Presidente Kennedy; Quilombo.	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9149111
Dissertação - Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Educação da Faculdade Vale do Cricaré		CAPES	O objetivo geral desta pesquisa é compreender as práticas culturais, especialmente, as práticas corporais, por meio dos processos de rememoração de estudantes da EJA em uma instituição quilombola, situada no município de Presidente Kennedy/ES. Para a coleta de dados da pesquisa foi utilizada análise das histórias sobre as experiências dos quilombolas, destacando a cultura local que contribuiu para a identificação e constituição dos negros, além de entrevistas semiestruturadas a moradores da Comunidade Boa Esperança, consultas a fotografias antigas e diários de campo produzidos durante as intervenções na EMEFP “Jiboia”. Os resultados obtidos indicam que os alunos demonstram predisposição para a aprendizagem de educação física. Conclui-se com a proposta de prosseguir esta investigação no futuro com a finalidade de melhorar os fundamentos e cooperar para com outros projetos acadêmicos fornecendo informações aos profissionais da Educação Física, pesquisadores e comunidade.	
8	A construção da identidade histórico-cultural no espaço escolar: uma experiência de trabalho com a dança afro no ensino de educação física	Lielle Serafim	Identidade; Dança afro; Ensino	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=929856
Dissertação - Programa de Pós Graduação em Ensino na Educação Básica do Centro Universitário Norte do Espírito Santo		CAPES	A dança afro esteve presente em vários momentos na história do Espírito Santo e de São Mateus até os dias atuais, constituindo-se um importante traço na afirmação da identidade da população negra da região. Entretanto, percebe-se que as ações afirmativas de apoio a essa prática ainda são poucas, o que se constitui em um desafio a ser enfrentado para a valorização da história local. A presente pesquisa apresenta um trabalho com a dança afro-brasileira associada aos processos de construção da identidade histórico cultural, destacando como podemos abordar esse tema nas aulas de Educação Física, integrando-o à proposta curricular e a outras disciplinas, desenvolvendo, assim, atividades de dança que possam oferecer ao aluno a possibilidade de expressão. Investigamos	

(CEUNES) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)		as concepções e práticas de professores de Educação Física a respeito das práticas culturais africanas e descrevemos a trajetória da dança afro no Espírito Santo e em São Mateus à luz das narrativas de bailarinos pioneiros nessa prática cultural moradores da cidade de Vitória e outros que vivem aqui em São Mateus. Abordamos a escola e a disciplina de Educação Física como espaço capaz de acolher as questões étnico-raciais e contribuir com a valorização da história local. Adotamos a Pesquisa Participante com o propósito de nos aproximar da realidade dessas pessoas em articulação com a investigação sobre nossa própria prática como professora de Educação Física. Ao longo do processo, com base na análise das informações registradas no diário de campo observamos como resultado desse trabalho as mudanças de concepções dos alunos a respeito do racismo e da cultura africana. Acreditamos que, ao introduzir as práticas culturais de origem africanas no ambiente escolar, estamos permitindo aos sujeitos um contato com parte de sua história, bem como possibilitando sentimentos de representatividade e identificação. Dessa maneira, esta dissertação destaca a possibilidade da utilização das aulas de Educação Física para valorização da cultura afro brasileira, com práticas educativas que contemplam as questões raciais e colaboram para a eliminação do racismo, do preconceito, da discriminação e fortalecem a construção da identidade histórico cultural.	
9	Trilhando a capoeira: a trajetória da construção do conhecimento sobre a Capoeira por uma professora de Educação Física	Dayane Maria de Oliveira Portapila	(Auto)biografia; (Auto)narrativa; Educação Física; Capoeira https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10926526
Dissertação - Programa de Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional – ProEF da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus Rio Claro	CAPES	O objetivo deste estudo foi descrever a trajetória da apropriação do conhecimento do conteúdo da Capoeira pela professora-pesquisadora de Educação Física durante a realização do curso de mestrado Profissional em Educação Física em Rede - ProEF/Unesp, para tematizar este conteúdo na turma do 7º C da escola municipal Cesar Arruda Castanho. A investigação sobre a realidade da prática da capoeira propiciou a discussão sobre seu potencial para a educação, onde todos os educandos tenham acesso à cultura e possam ressignificá-la. A tematização da capoeira ofereceu um ambiente de valorização da cultura afrodescendente. Utilizou-se a narrativa autobiográfica, como ação pedagógica para conhecer a prática da capoeira, gerando uma professora-pesquisadora que constrói sua prática refletindo sobre a prática docente. Sendo assim, uma professora reflexiva, uma educadora culturalmente orientada, que pesquisa e analisa, trilhando o caminho do conhecimento e remodelando sua vida profissional. Foi realizada pesquisa bibliográfica sobre o currículo cultural, o contexto histórico, a mulher, a prática da capoeira e o contexto escolar. Foi possível realizar oito vivências da prática nas quais os alunos compreenderam alguns aspectos da capoeira. Trouxe amplo conhecimento para a professora, proporcionando aprendizagens mais científicas sobre a capoeira, nas aulas de Educação Física, em um momento muito importante da vida, que é a adolescência. Esta pesquisa pode, portanto, ser utilizada como direcionamento para professores que queiram tematizar a capoeira nas aulas de Educação Física. Desse modo, alcançou-se o objetivo proposto do mestrado Profissional em Educação Física em Rede - ProEF, que tem o intuito de qualificar o ensino ao instrumentalizar professores das redes públicas.	

10	"Herança sem testamento": cultura, docência, planejamento e Educação Física	Renata Marques Rodrigues	Cultura; Educação Física; Planejamento pedagógico	https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/219382/PEED1520-T.pdf?sequence=1&isAllowed=y
Tese - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina		CAPES	O estudo caracteriza-se por uma autoetnografia do trabalho intelectual que ganha expressão no planejamento de uma professora/pesquisadora de Educação Física, no sentido de elaboração e reelaboração de um objeto de ensino, no caso representado pelo jongo (manifestação expressiva afro-brasileira) – e cuja presença nos currículos escolares se encontra balizada pela lei federal 10.639/03 e pela lei municipal de Florianópolis 4.446/94, cidade onde a pesquisa foi desenvolvida. Busca compreender as vicissitudes da docência diante da tarefa de apresentar/tematizar às novas gerações práticas corporais da cultura popular, considerando o diagnóstico benjaminiano e arendtiano em torno da perda/fim da tradição. As reflexões de Hannah Arendt e Walter Benjamin sobre o diagnóstico de perda/ruptura com a tradição inspira a pensar sobre a responsabilidade de uma professora diante da presença de crianças no mundo e da autoridade do conhecimento. O conceito de História de Walter Benjamin também inspira reflexões sobre as possibilidades de encontro geracional na escola e, diante do problema da transmissibilidade do passado, enfatiza a possibilidade de elaboração do planejamento mediante a reunião de fragmentos, postulando novos sentidos com o jongo. Os instrumentos utilizados para produção de dados foram entrevistas com professores, funcionários e grupos de alunos de duas turmas de 3º ano do Ensino Fundamental de uma escola da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis/SC e a elaboração de um diário a partir de observações e da atuação na condição de docente. Esse último instrumento ganhou centralidade na pesquisa, uma vez que englobou acontecimentos, sensações, dúvidas e inquietações do processo e condensa distintos movimentos da pesquisa, a saber: a) um encontro/confronto memorialístico da professora/pesquisadora com o jongo em diferentes espaços e tempos; b) um diálogo com Hannah Arendt e Walter Benjamin como possibilidade de reflexão sobre a cultura; c) uma (re)aproximação do jongo, buscando os lugares que contam sobre esta prática, a partir de seu trato enquanto objeto de ensino, a partir do estudo da produção acadêmica, da legislação educacional, de imagens e vídeos/documentários; d) do planejamento e da atuação docente em aulas de jongo realizadas em aulas de Educação Física com duas turmas de 3º ano do ensino fundamental de uma escola municipal de Florianópolis/SC. Apesar da dificuldade que envolveu uma nova forma de se colocar diante dos conhecimentos na escola, no planejamento proposto é o objeto (jongo) que está no centro, ainda que em relação com outros tempos, espaços, corpos etc. No estudo, imbricam-se uma dimensão subjetiva, marcada por processos de reconstrução identitária que influem sobre a elaboração do objeto, e, também, uma dimensão objetiva, que permite dizer que os aspectos materiais do jongo se constituíram como suporte próprio que possibilitou contar uma história cultural mediante o planejamento. Implica dizer que o professor retoma no objeto as possibilidades de inter-relação com outras histórias, inscritas na “carne” dos dominados.	
11	Construção de sentidos sobre a história e a cultura do povo Bororo por professoras e professores em escolas municipais de	Valda da Costa Nunes	Construção de sentidos; Povo Bororo; Formação de professores; Formação-ação-intercultural do COEDUC;	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10897302

	Cuiabá – MT : contribuições da formação-ação- intercultural do COEDUC		Educação intercultural		
	Tese - Programa de Pós- Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso	CAPES	<p>Esta tese, situada na linha de Pesquisa Movimentos Sociais, Política e Educação Popular, do PPGE-UFMT, teve por objetivo investigar, analisar e interpretar os sentidos construídos nos relatos de experiência, de autoria de professoras e professores de Educação Física e Arte participantes da formação-ação-intercultural, promovida pelo Grupo de Pesquisa Corpo, Educação e Cultura (COEDUC), em parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Cuiabá (SME), em 2016, tendo como temática a história e a cultura do Povo Bororo. A hipótese levantada foi de que a formação do COEDUC impactou na reflexão e nas práticas pedagógicas realizadas pelas professoras e professores nas escolas. Nesse sentido, a nossa tese é de que ao serem oportunizados espaços formativos, com abordagens teóricas e práticas acerca de uma Educação intercultural, isso, acabe por envolver e auxiliar as professoras e os professores em seu fazer pedagógico, possibilitando práticas pedagógicas diversificadas, guiados por uma Educação intercultural e pela interculturalidade crítica. A fundamentação teórica utilizada para confirmação de nossa hipótese ancorou-se na teoria de Marín (2009, 2017), Candau (2011, 2012, 2016), Walsh (2008, 2009a, 2009b, 2012), Fleuri (2003, 2017, 2019), Grando (2004, 2007, 2009, 2010, 2019), quanto às questões que envolvem a perspectiva da Educação Intercultural e da Interculturalidade crítica; de Vigotski (1999, 2000, 2001, 2007, 2008, 2010) e Paulo Freire (1987, 1992, 1995, 1996), entre outros pensadores, para discutir as questões do desenvolvimento humano e da construção do conhecimento. Trata-se de uma pesquisa de análise documental, em que analisamos os relatos de experiência publicados no e-book intitulado História e Cultura do Povo Bororo em Cuiabá – MT: contribuições para a implementação da Lei 11.645/08, desvelando os sentidos construídos pelas professoras e pelos professores no contexto da formação e da realização de seus projetos no âmbito escolar. Dessa maneira, buscamos responder a nossa questão de pesquisa: Quais foram os sentidos construídos e expressos nos relatos de experiência das professoras e dos professores, participantes da formação-ação-intercultural do COEDUC em prol de uma pedagogia na perspectiva da Educação intercultural crítica? Nossa pesquisa se guiou pela abordagem metodológica qualitativa (Bogdan; Biklen, 1994), de caráter documental, e orientada pela avaliação crítica (Cellard, 2008), a partir das quais constituímos a categoria de análise definida como categoria dos sentidos. Essas noções nos ajudaram a observar e realizar o procedimento analítico do corpus. Esta investigação justifica-se, por um lado, pela possibilidade de contribuição para a área de formação de professoras e de professores, ao refletirmos sobre a temática do Povo Bororo, dos povos indígenas, em uma perspectiva de Educação intercultural e de Interculturalidade crítica e, por outro, pelo fato de trazer um novo olhar e destacar a importância do Povo Bororo, para a história e à nossa ancestralidade cuiabana, e dos povos indígenas, em uma sociedade ainda tão monocultural, incapaz de sair dessa armadilha eurocêntrica e de poder hegemônico sem a luz do conhecimento e do respeito ao Outro. O resultado das análises demonstrou que as professoras e os professores se apropriaram dos conhecimentos da temática na formação-ação-intercultural do COEDUC, em modos diferenciados de apropriação, e realizaram os projetos permeados, implicitamente nas práticas pedagógicas, pela perspectiva da Educação intercultural e da Interculturalidade crítica.</p>		
12	O Currículo da Educação Física na Ótica das Relações Étnico-	Franz Carlos Oliveira Lopes	Relações Étnico- Raciais; Educação Física; Cultura	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9865390	

	Raciais: a prática pedagógica de professores da Diretoria Regional do Campo Limpo			
	Tese - Programa de Doutorado em Educação da Universidade Nove de Julho (UNINOVE), São Paulo	CAPES	<p>A escravidão “organizada” por alguns países europeus dentro de terras africanas provocou, nos mais dissemelhantes espaços daquele continente, uma atrocidade com diversas pessoas, que viviam suas vidas juntamente com seus povos. Além disso, a retirada forçada desses grupos do solo africano causou muitos danos físicos, psicológicos, sociais e culturais. Nesse bojo, a chamada diáspora africana teve consequências principalmente em países da América. O Brasil, como colônia das nações que cometiam a desumanidade da escravidão e faziam o tráfico de escravos negros, foi o país que mais recebeu escravizados a partir de meados do século XVI. Como justificativa de validação da tirania, o termo “raça” foi utilizado para inferiorizar as pessoas que não se enquadravam nos padrões impostos por muitos europeus. Porém, inúmeras formas de resistência foram coordenadas por grupos de negros que vivam tais condições de opressão. A organização desses coletivos perpassou por um longo tempo e existe até os dias atuais. Com as lutas travadas nesse período, as reivindicações dos descendentes de escravos se materializaram no país em políticas de reparação. A lei 10.639/03 e as orientações curriculares para as relações étnico-raciais foram resultados expressivos de vitórias para a educação da cultura afro e afro-brasileira. No entanto, por mais que a inclinação para a pedagogia orientada por esses documentos concentre-se em algumas áreas do conhecimento, é importante ressaltar que mesmo os componentes que estão fora da obrigatoriedade que eles indicam devem abordar o tema de maneira aprofundada. É nesse sentido que o objeto desta pesquisa tem, em sua órbita, a formação de professores e, em seu centro, as práticas curriculares dos professores de Educação Física da Rede Municipal de Ensino do Município de São Paulo, cujos cargos estão vinculados à Diretoria Regional do Campo Limpo (DRE-CL). A construção da hipótese que norteia este trabalho levou em conta a relevância dos documentos institucionais e voltou-se para a formação organizada pela DRE-CL. Assim, a indagação perseguida ao longo da pesquisa foi a seguinte: seriam esses mecanismos efetivamente suficientes para fazer com que a prática pedagógica dos professores se materialize? O caminho que sustenta o método qualitativo foram dois, nesse contexto, o construto se deu em relação aos objetivos da pesquisa, e por esse motivo, a escolha por uma triangulação dos referenciais fez-se necessária. A direção pela etnometodologia que por sua vez contempla várias formas de edificação da pesquisa, anuncio agora as escolhas metodológicas: de um lado, a construção de “textos” mimeses como meio para a interpretação de várias formas de linguagem nos mais diferentes contextos, tanto sociais, como culturais interpretações complexas sobre as realidades vividas; e, de outro, os Estudos Culturais, os quais constituem o referencial teórico central para entender o objeto e que têm como fundamento entender os meandros das heterôgenas culturas, quase sempre buscando suas bases nos mais diversos territórios das ciências humanas, no caso dessa pesquisa, o pós-estruturalismo e o pós-modernismo, que, juntamente com os estudos pós-coloniais, contribuem com análises significativas no contexto desses Estudos.</p>	
13	A realidade factual e o dever ser: as percepções dos professores de Educação Física Xavante sobre	Gibran Dias Paes de Freitas	Formação de professores indígenas; índio Xavante; educação escolar indígena; educação física escolar.	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9349190

	“sua” formação inicial			
	Dissertação - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso	CAPEs	Esta dissertação, desenvolvida na Terra Indígena São Marcos – Aldeias Nossa Senhora de Guadalupe, Nossa Senhora de Fátima, Nossa Senhora da Guia e São Marcos – busca compreender as percepções sobre a formação inicial dos professores indígenas Xavante de educação física, através de entrevista, das escolas estaduais indígenas das aldeias citadas, a partir das categorias interculturalidade, saberes universais e locais, limites e possibilidades da prática pedagógica a partir da formação inicial e conhecimento didático sobre educação física. No decorrer dos capítulos, apresentam-se compreensões e percepções sobre população Xavante da cidade de Barra do Garças, considerando sua história, aspectos sócio-culturais, traçando as andanças e as batalhas travadas até chegar à Terra Indígena São Marcos, as relações que se construíram nesse processo, sua presença no cotidiano da cidade de Barra do Garças, como se constroem as relações entre indígenas e não-indígenas, estabelecendo tal contexto na construção histórica do município, sua conjunção atual e a percepção dos nãoindígenas sobre os indígenas, construindo, assim, os limites de uma fronteira civilizatória entre culturas que ocupam o mesmo território. Destarte, apropriou-se dos conceitos de “processo civilizatório” a partir de uma visão colonizadora, “decolonialidade” e “território, espaço e lugar”, com vistas à superação da perspectiva colonial de educação escolar indígena. É apresentado o contexto histórico da educação escolar indígena no Brasil e em Mato Grosso e o debate sobre a questão legal da educação escolar indígena, trazendo como marco a promulgação da Constituição Federal de 1988 e as leis publicadas a partir de então. Também versou sobre o atual contexto da formação inicial dos professores indígenas no Brasil, em Mato Grosso e Barra do Garças, os limites e as possibilidades que se apresentam diante da atual conjuntura. Os resultados apontam para a necessidade de se repensar a formação inicial dos professores indígenas no Brasil, em Mato Grosso e em Barra do Garças, tendo em vista a deficiência ainda existente no número de professores sem formação superior para a docência, uma vez que as políticas de formação superior pouco tem avançado, tendo acesso assim à formação em magistério nível médio. Nos discursos dos sujeitos, é evidente a configuração de uma formação intercultural funcional e uma educação física esvaziada de criticidade sobre a cultura corporal de movimento indígena e não-indígena, com ações dos professores e da escola que busquem superar tal quadro e valorizar suas práticas corporais e suas cosmologias no chão da escola. A partir dessas questões, a análise dos dados aponta para a compreensão da percepção dos sujeitos quanto à formação em Magistério Intercultural, como proposta de formação inicial a partir das categorias já elencadas.	
14	Educação Escolar Indígena, Formação de Professores e Educação Física: tensões e possibilidades para uma perspectiva intercultural na escola Pluridocente	Stephany Castro de Freitas Rocon	Formação Docente; Educação Física Escolar; Educação Escolar Indígena	https://educacaofisica.ufes.br/pt-br/pos-graduacao/PPGEF/detalhes-da-tese?id=16603

	Guarani do Espírito Santo			
Dissertação - Programa de Pós Graduação em Educação Física da Universidade Federal do Espírito Santo		CAPES	<p>Buscou-se, inicialmente, investigar como se constitui e é vivenciada a Educação Física em uma escola indígena em Aracruz-ES. Durante o processo de revisão da literatura e imersão no campo de pesquisa, outros aspectos emergiram e impulsionaram este estudo a investigar a formação docente, a interculturalidade e as possíveis implicações para a Educação Física na Escola Municipal Pluridocente Indígena Aldeia Três Palmeiras. O estudo se constituiu como qualitativo, configurando uma pesquisa de campo descritiva e interpretativa. A metodologia se deu por meio de: levantamento e estudo de trabalhos publicados em seis revistas da área a partir de um recorte temporal de dez anos (2000 a 2020); observação participante das aulas de Educação Física e da dinâmica escolar no contexto da aldeia; anotações em diário de campo, viabilizadas pela observação e pelas conversas pautadas em diálogos, momentos e contextos vivenciados, seguidos de impressões e interpretações; registro de imagens, que colaboraram na interpretação de outras informações levantadas e ilustram o trabalho de campo; entrevistas remotas, no período de isolamento social, por meio de aplicativos de conversa/interação. No período entre outubro de 2019 e março de 2020, foram realizadas 7 visitas à escola, a fim de construir uma aproximação com o campo de forma progressiva. Em 2020, com o advento da pandemia de COVID-19, foram realizadas conversas e entrevistas utilizando tecnologias de comunicação virtual. As entrevistas foram realizadas com professores, administradores, dirigentes, alunos e lideranças da aldeia. As questões versaram sobre os usos e as apropriações da Educação Física pela escola Três Palmeiras. Os depoimentos foram captados por mensagens de texto e áudio disponibilizadas em aplicativo de conversa/interação virtual, a partir da autorização da pessoa entrevistada. No contexto de revisão permanente do que estava sendo construído e a partir dos encaminhamentos do processo de orientação e qualificação, efetuamos análise dos documentos e dos relatos dos sujeitos da pesquisa e constatamos que a formação de professores indígenas se constitui como importante fator nas relações estabelecidas na escola, na aldeia e, conseqüentemente, na Educação Física. Foi nesse contexto que o processo de formação de professores passou a ganhar destaque na busca para a compreensão da EF. Assim, a concepção do objeto de estudo, as trilhas e as estratégias metodológicas foram sendo reconstruídas, estabelecendo interfaces com as constatações do campo no próprio movimento da pesquisa. Nesse processo, estabelecemos duas categorias analíticas: I) relação entre formação de professores indígenas e a interculturalidade em uma escola Pluridocente e II) aspectos que culminam na compreensão de Educação Física entre os gestores e professores da escola Guarani. No contexto de análise das categorias articuladas ao referencial teórico e dados do campo, foi possível constatar repercussões importantes e contraditórias dentro do contexto denominado “pluridocência” e no âmbito da Educação Física Escolar Indígena. Isso significa que as características culturais e o processo de formação local podem influenciar na adesão das aulas, na compreensão do que é Educação Física, assim como na formação de novos docentes. No que se refere à segunda categoria, a Educação Física é compreendida e vivenciada por meio das práticas corporais da cultura indígena (caça, pesca, danças, jogos, brincadeiras, etc.) e do esporte (futebol). De maneira geral, a compreensão de Educação Física se apresenta em duas perspectivas principais: A primeira se refere à apropriação do termo e identificação da própria existência do Ser Guarani (daí sua valorização, pois se manifesta como prática corporal inerente ao se movimentar do indígena), a qual está ligada, em alguma medida, com a identidade Guarani e, por isso, não há necessidade de um saber externo. A outra está associada à Educação Física escolar institucionalizada, que deve incorporar a cultura corporal indígena local. Entretanto, além das práticas corporais daquela “Educação Física natural” do Ser Guarani, está embutido, na prática observada, o esporte. Simultaneamente, a Educação Física escolar é objeto de desconfiança por parte do grupo pelo receio de abandono das práticas corporais tradicionais. Nesse caso, a Educação Física Escolar Indígena vem sendo construída no dia a dia da escola como expressão da cultura local (tradicional e esportiva), a partir das</p>	

			experiências não positivas do passado, com ênfase no esporte, e dentro de uma conjuntura da escola indígena com predominância de professores de outra etnia.
15	A complexidade da capoeira e o saber docente ludocultural na Educação Física: um diálogo necessário	Luciana Maria Fernandes Silva	Saber docente ludocultural; Cultura; A complexidade da capoeira; Capoeira; Educação; Licenciatura em Educação Física https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9308233
	Tese – Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará	CAPES	Pesquisa a complexidade da Capoeira e o saber docente ludocultural em licenciatura em Educação Física como um diálogo necessário na contemporaneidade. Nesse sentido, este estudo tem o objetivo de identificar como a complexidade da Capoeira pode dialogar com o saber docente ludocultural, na formação inicial em licenciatura em Educação Física. No percurso teórico-metodológico, identifica a Capoeira como conhecimento complexo que progride no diálogo necessário com os saberes docentes ludoculturais. É uma pesquisa qualitativa, descritiva e exploratória, cuja metodologia utilizada, a análise de conteúdo, tem como procedimentos a entrevista narrativa e o Jornal de Pesquisa. Os entrevistados são professores de Capoeira do curso de licenciatura em Educação Física do ensino superior público do Nordeste brasileiro, em sua maioria. Os resultados principais alcançados apontam o saber docente ludocultural no conjunto dos saberes necessários à profissão de professor, que é um entrelaçamento dos saberes docentes pedagógicos, lúdicos e culturais, mostrando ser exequível seu diálogo com a Capoeira, vista como conhecimento complexo e representante robusta dos elementos culturais a serem desenvolvidos na Educação Física escolar. Compreende a ludicidade como princípio educativo, sob a dimensão humana multidimensional e sugere elementos-chave para uma epistemologia da experiência, advogando para isso a matriz afrodescendente da Capoeira. Propõe ainda que se pense em termos de uma Pedagogia do Berimbau, como ambiência multidisciplinar onde se ancora o Saber Docente Ludocultural, cuja tessitura complexa e dialógica se explicita no largo acervo de saber da Capoeira. Torna válida, pois, a proposta de maior inserção da Capoeira, na formação inicial em licenciatura em Educação Física, sob o olhar do pensamento complexo, à luz do pensamento, aberto, imprevisível e inseparável, que proporciona a liberdade plena de compreensão da sua essência, como forma de contribuição com as relações étnicas, que devem ser reconhecidas pelos futuros professores, sendo parte de sua responsabilidade para com seus futuros alunos, renovando os passos pedagógicos no caminho desta luta social que é de todos.
16	PRÁTICAS CORPORAIS INDÍGENAS DA COMUNIDADE TENETEHARA-GUAJAJARA: contribuições interculturais para a Educação Física	Ludmilla Silva Gonçalves	Educação Física Escolar; Interculturalidade; Práticas Corporais Indígenas https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10549733

Dissertação - Programa de Pós-Graduação em Gestão de Ensino da Educação Básica (PPGEEB) da Universidade Federal do Maranhão		CAPEB	A pesquisa trata sobre as práticas corporais indígenas da comunidade tenetehara-guajajara, contribuições interculturais para a Educação Física. O objetivo da pesquisa foi investigar as práticas corporais identitárias vivenciadas na Escola Indígena Maria de Jesus Pompeu, pertencentes a Aldeia Taboca de etnia Tenetehara-Guajajara, como o intuito de construir um Guia de Orientações Didático-Pedagógicas para auxiliar os professores de Educação Física nos espaços escolares indígenas e não indígenas a terem novas possibilidades pedagógicas na perspectiva intercultural e na efetivação da Lei 11.645/2008. O estudo está organizado em quatro seções. A primeira seção descreve a Introdução, na qual apresentamos a organizativa do texto dissertativo. A segunda seção trata sobre a Educação Física Escolar e Cultura Indígena, onde discutimos sobre a Lei 11.645/2008, Interculturalidade, Práticas corporais, a manifestação cultural indígena no currículo e os indígenas maranhenses. A terceira seção aborda sobre a pesquisa empírica, a qual ficou dividida em três subseções: A caracterização da EI Maria de Jesus Pompeu; a Metodologia da Pesquisa; Análise e interpretação dos dados da pesquisa; e o produto educacional. Na quarta seção apresentamos as considerações finais. O método de procedimento da pesquisa adotado foi a pesquisa-ação. Os participantes da pesquisa foram: a professora/cacique da comunidade e quatro indígenas mais velhos da aldeia. Nossos instrumentos de coleta de dados foram: a observação e as entrevistas. A pesquisa concluiu que o uso das práticas corporais indígenas da etnia Tenetehara-Guajajara, confirmam um repertório de conhecimentos corporificados na cultura indígena e trazem contribuições que podem e devem ser incorporadas nos conteúdos curriculares, tornando o processo de ensino-aprendizagem mais diversificado e intercultural.		
ANO: 2021					
Nº	TÍTULO	AUTORIA	PALAVRAS-CHAVE	ACESSO EM:	
	TIPO DE PUBLICAÇÃO – PROGRAMA/ PERIÓDICO	LOCAL DE PESQUISA	RESUMO		
1	Educação para as relações étnico-raciais na educação infantil: a história de Sophia	Alessandra Cristina Raimundo; Dinah Vasconcellos Terra,	Iniquidade étnica; Educação Física; Memória; Racismo.	https://doi.org/10.22456/1982-8918.108168	
	Artigo – Movimento	SCIELO	O artigo é uma narrativa de <i>pesquisa-formação</i> na relação vivida entre professora e aluna produzido nas aulas de Educação Física na Educação Infantil. A história narrada mobiliza uma produção de saber/fazer que responde a um sentimento marcado pela existência do outro com objetivo de problematizar a história da cultura africana e as representações estéticas negras. O planejamento de ensino foi organizado por cenários da linguagem literária; oficina das bonecas Abayomi; jogos e brincadeiras da cultura africana e afro-brasileira. Foram percebidas algumas mudanças no comportamento das crianças negras, identificando-se um sentimento de pertencimento racial, visível na representatividade dos cabelos crespos e no fortalecimento da sua autoestima.		
2	Educação Física, saúde e multiculturalismo em tempos de	Marcos Godoi; Fabiula Isoton	Educação Física; Saúde; Pandemia;	https://doi.org/10.1590/s0104-12902021200888	

	covid-19: uma experiência no ensino médio	Novelli; Larissa Beraldo Kawashima	Ensino; Multiculturalismo	
Artigo - Saúde e Sociedade		SCIELO	Este relato de experiência descreve e analisa o projeto de ensino “O que podem os corpos em tempos de pandemia?” desenvolvido com turmas do 1o ano do ensino médio integrado ao curso técnico em Eventos, do Instituto Federal de Mato Grosso no âmbito da disciplina Educação Física, durante a pandemia da covid-19. A proposta de ensino foi baseada nos estudos culturais e no multiculturalismo, abordando os seguintes temas: conceitos de saúde; dicas para manter a saúde física e mental durante a pandemia; vulnerabilidades de indígenas, negros, mulheres e população LGBTQIA+ na pandemia e imagem corporal. Este projeto abordou temas sociais relevantes, promoveu uma maior utilização das tecnologias digitais no processo de ensino-aprendizagem, bem como estimulou a produção cultural dos estudantes.	
3	Educação Física: corpos negros e insurgências epistêmicas	Mattos, Ivanilde Guedes; Monteiro, Pamela Tavares	Corpo negro e educação física; Currículo insurgente; Estéticas afro	https://doi.org/10.1590/rbce.43.e007820
Artigo – Movimento		SCIELO	O presente trabalho se propõe a refletir sobre a construção de um currículo insurgente pautado no ensino das relações étnico-raciais, trazendo aos conteúdos da Educação Física os estudos afroreferenciados e culturais. Em razão das desigualdades socio-raciais, tais estudos dialogam diretamente com as implicações oriundas dos corpos negros na escola, considerando as estéticas afro-diaspóricas e a filosofia Ubuntu como base para o cumprimento dos conteúdos sugeridos pela Lei nº 10.639/03 por meio de uma pedagogia interdisciplinar	
4	O ensino de Educação Física no centro de ensino quilombola Benedito Fontes: um estudo à luz da lei nº 10.639/2003	Élia Poliene Correia Araújo	Lei nº 10.639/2003; Educação Física; Relações Étnico-Raciais	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11477558
Dissertação - Gestão de Ensino da Educação Básica da Universidade Federal do Maranhão		CAPES	O presente estudo aborda a implementação da Lei nº 10.639/2003 e as Relações Étnico Raciais nas aulas de Educação Física no Centro de Ensino Quilombola Benedito Fontes, no município de Mirinzal, na mesorregião do Litoral Norte Maranhense, no povoado quilombola Gurutil. Objetivamos desenvolver estratégias teórico-metodológicas para o ensino das relações Étnico-Raciais no contexto da Educação Física a partir das práticas afro-brasileiras à luz da Lei nº10.639.2003. A pesquisa tem um caráter qualitativo, descritivo. Este texto apresenta 2 seções de fundamentação teórica, na qual a primeira seção, intitulada: Educação Física e as Relações Étnico-Raciais, a qual relata a importância de trabalhar a Relações Étnico- Raciais na disciplina Educação Física e a segunda sessão: Práticas Corporais da Cultura Africana e Afro-Brasileiras :as possibilidades de trabalhar as práticas como conteúdo Educação Física, baseado nos documentos legais. Quanto à base epistemológica ancoramos nossos estudos nos seguintes interlocutores: Gomes (2005- 2011 - 2012); Grandó (2006); Nóbrega (2020); Bento (2011); Arroyo (2016); Neira (2011-2016);	

			<p>Grando; Pinho; Rodrigues (2018) documentos oficiais tais como BNCC, LDB, Caderno de Educação Física do Maranhão (2018). A carência existente na formação em Licenciatura em Educação Física, quanto às práticas corporais afrobrasileira e as Relações Étnico-Raciais, foi gerador de tal investigação. Outro fator que inquietou-nos foi a experiência profissional, em uma escola pública de Mirinzal- MA, localizada próxima de comunidades Quilombolas. Esta pesquisa está caracterizada como estudo de caso. Utilizamos de Fonseca (2002) para fundamentar a nossa Metodologia. Aplicamos o Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), Cerqueira (2004) e observação exploratória como instrumentos de coleta de dados da pesquisa empírica, e aporte teórico-conceitual, para a construção do Caderno de Orientações Didático-Pedagógicas sobre a implementação da Lei nº10.639/2003 e a Educação Física, intitulado de Práticas afro-brasileiras: valores civilizatórios em expressão, que consta subsídios para aulas teóricas e práticas, assim como propostas de avaliações durante e no final do processo. Em decorrência da pandemia do novo Coronavírus/SARS-COV-2 (COVID 19), o produto educacional não pôde ser aplicado. A sua não aplicabilidade é respaldada na Instrução Normativa nº 04/2020/PPGEEB/UFMA, que torna facultativa a aplicabilidade do produto. O estudo direciona para a implementação da Lei nº 10.639/2003 e as práticas corporais afro-brasileiras, nas aulas de Educação Física, o que ainda não ocorre no lócus da pesquisa, porém a sistematização, contextualização e utilização do caderno proposto pode auxiliar na prática docente. Ele é respaldado nos documentos que orientam a Educação, em nível nacional e estadual.</p>
5	A Educação Física e a formação de professores: pluralidades, projetos pedagógicos, sociedade brasileira e intervenção formativa democrática.	Paulo Maciel Cordeiro Martins	<p>Formação de Professor(a); Educação Física; étnico-raciais.</p> <p>https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10467785</p>
	Dissertação - Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em História, Cultura e Formação de Professores da Unidade Especial Acadêmica da História e Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás	CAPES	<p>Diante da diversidade populacional brasileira torna se cada vez mais premente a realização de estudos e práticas pedagógicas relativos à pluralidade social e consequentemente a compreensão da sociedade brasileira. A Educação Física e a problemática das dificuldades dos processos de formação de professores, diante da multiplicidade brasileira esbarram na tentativa de propor aulas/intervenções escolares que respeitem e observem os públicos escolares. Nessa combinação de elementos, buscamos debater sobre as possibilidades e dificuldades na formação de professores sobre a história afro-brasileira e indígena frente as demandas da lei 10.639/03 bem como a 11.645/08 que regulamentam a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” na educação básica e compreender elementos dessa dinâmica relacional complexa. Apresentamos um estudo que investigou diversos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Educação Física em seu discurso textual/formal, tendo os cursos de Educação Física da Universidade Federal de Goiás Regional Catalão (RC/UFG) o ponto de partida. Para além de observar a adequação às legislações, procurou-se problematizar o processo de formação de professores de Educação Física a nível nacional, buscando a maneira como a diversidade cultural, as presenças dos diferentes grupos de brasileiros foram pensadas/ou não no processo de formação do professor de Educação Física. E por fim, relatamos uma experiência pedagógica com o Maculelê que nos</p>

			mostra no campo prática como funciona a articulação das questões étnico-raciais, a formação na área e as aulas de Educação Física na escola.
6	Jogos e brincadeiras indígenas no ensino da educação física: desafios e perspectivas nos anos iniciais do ensino fundamental	Clodoaldo Shreiber	Educação; Jogos e Brincadeiras Indígenas; Lei 11.645/2008; Relações etnicorraciais. http://tede.unicentro.br:8080/jspui/handle/jspui/1869#preview-link0
	Dissertação - Programa de PósGraduação Stricto Sensu em Educação da Universidade Estadual do Centro-Oeste - PPGE/UNICENTRO	CAPES	Diante da temática da educação para as relações etnicorraciais, esta dissertação apresenta os resultados de uma pesquisa-ação realizada em uma turma do quarto ano dos anos iniciais do Ensino Fundamental composta por 23 participantes na qual foi realizada uma intervenção, cujo objetivo principal foi analisar a aplicabilidade de jogos e brincadeiras indígenas na disciplina de Educação Física no contexto escolar. Pautado nos estudos de Barth (2000), Oliveira (2006), Luciano (2006) e Mota (1994; 2012) este trabalho disserta sobre as perspectivas históricas das culturas indígenas problematizando as fronteiras culturais ocasionadas pelo processo de colonização que se configuram em práticas racistas. A presente pesquisa problematiza-se no seguinte questionamento: Qual a aplicabilidade de jogos e brincadeiras indígenas na implementação da Lei 11.645/2008, na ruptura de percepções racistas, na disciplina de educação física, no contexto escolar em uma turma do 4º ano dos anos iniciais do Ensino Fundamental? Trata-se de um estudo de cunho qualitativo, alicerçado nos princípios da etnografia educacional. O instrumental teórico-metodológico para as análises dos dados, assenta-se nos pressupostos das constelações de aprendizagem, que a partir da Antropologia da Educação representam processos cognitivos e emocionais que coordenam pensamentos e atitudes (DA SILVA, 2016; 2018). São experiências vivenciadas dentro da comunidade e que consciente ou inconscientemente, são transmitidas como forma de aprendizado no cotidiano (DA SILVA, 2016). O diário de pesquisa e a primeira amostragem coletada por meio de instrumento semiestruturado apresentam narrativas estereotipadas, construídas sobre as referências nas quais assentam-se as relações de aprendizagem dos participantes. Na segunda amostragem passa a existir o reconhecimento da violência e do racismo e ambas etnias surgem justapostas em um patamar simétrico, apresentando contornos significativos de reconhecimento da cultura indígena ao longo da história. Consideramos que a representatividade curricular resultante da luta de grupos estigmatizados, pode ser um grande instrumento para desarticular situações culturais de opressão. Os processos educativos desencadeados no decorrer da pesquisa apontam para um caminho de possibilidades e perspectivas positivas de percepção e atenuação do racismo. Os jogos e brincadeiras indígenas aprendidos em visita ao Colégio Estadual Indígena Cacique Gregório Kaekchot – EIEFEM na comunidade Terra Indígena Ivaí indicaram aplicabilidade capaz de proporcionar novas vivências e experiências inserindo possibilidades de alterações nas constelações, desnaturalizando a violência e a negação histórica sofrida pelos indígenas. Entretanto, a educação para as relações etnicorraciais, precisa ser mais expansiva, ir além do espaço escolar e atingir outros espaços e ambientes pedagógicos, que irão interferir nas relações de aprendizagem com ações afirmativas e que poderão vir a se tornar uma prática social.

7	Refletindo sobre racismo e desengajamento moral no futebol: um material didático para as aulas de Educação Física	Jaldomir Francisco da Silva Miranda	Racismo; Desengajamento Moral; Educação Física; Futebol.	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11293530
Dissertação - Programa de Mestrado Profissional em Práticas de Educação Básica, vinculado à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II		CAPES	O conceito de desengajamento moral (DM) foi proposto por Albert Bandura, com intuito de elucidar como indivíduos comuns podem utilizar-se de mecanismos cognitivos para justificarem suas atitudes antissociais e, assim, não se sentirem censurados e até mesmo culpados ao cometer atos que prejudiquem outras pessoas. Os diversos estudos sobre o tema apontam que, para algumas pessoas, é possível tamanho desprezimento dos próprios padrões morais, a ponto de cometerem atos considerados socialmente transgressivos, sem autocondenações ou receio de sanções sociais. No Brasil, comumente, verifica-se essa prática no futebol. Esse esporte, além de ser o mais valorizado no país e receber mais investimentos financeiros, é também alçado à categoria de elemento da cultura nacional. Essa prática esportiva é influenciada pelos signos sociais e exerce influência sobre eles, o que se verifica, por exemplo, na música, no cinema e até mesmo no vocabulário. Dada essa conexão entre o futebol e a cultura, essa prática corporal torna-se um campo no qual transbordam possibilidades para a observação dos mecanismos do desengajamento moral. Centrado nessa perspectiva, apresenta-se o problema central do estudo: como podemos problematizar questões ligadas ao preconceito racial no futebol, no contexto das aulas de Educação Física para o Ensino Médio? A fim de responder essa questão, traçou-se o seguinte objetivo geral: construir uma unidade didática (UD) para a disciplina de Educação Física no Ensino Médio, pautada na perspectiva teórica do desengajamento moral, para discutir questões ligadas ao preconceito racial no futebol. Dessa forma, ficam os objetivos específicos assim definidos: Analisar, no contexto do futebol nacional e mundial, a partir de informações veiculadas na grande mídia, os diferentes tipos de discriminação racial e as respectivas justificativas utilizadas pelos agressores; Investigar, junto a docentes de Educação Física escolar, situações que ilustram processos de autorregulação moral ligados à prática do futebol nas aulas de Educação Física; Produzir atividades que fomentem o debate sobre a discriminação racial e sobre a autorregulação moral no futebol, voltadas para o ensino de Educação Física no Ensino Médio. A necessidade de contribuir para a construção de reflexões amplas, que destaquem a perspectiva sociocognitiva nas aulas de Educação Física no ensino médio, é a premissa sobre a qual está justificada esse estudo. O estudo caracteriza-se como uma pesquisa exploratória de caráter qualitativo, cujo público-alvo são docentes da disciplina Educação Física, que lecionem para o ensino médio, em escolas da rede pública ou privada. Os resultados do estudo indicam para a importância da promoção de debates e reflexões sobre o desengajamento moral em relação ao racismo, a partir do conhecimento sobre diferentes formas de racismo no futebol. Os resultados obtidos foram fundamentais para o processo de construção do produto educacional que acompanha esta dissertação. A unidade didática desenvolvida busca promover reflexões e debates, junto aos estudantes do ensino médio, sobre os diferentes mecanismos cognitivos utilizados para minimizar ações de discriminação racial presentes no cotidiano do esporte. Novos desdobramentos serão importantes para o aprofundamento e entendimento de possíveis potencialidades do produto educacional em questão.	
8	Escola e cultura indígena, uma abordagem inter-	Fabricia Estevam de Oliveira	Povos indígenas; Educação física; Cultura;	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11359642

	transdisciplinar: à igualdade que os diferentes proporcionam.		Relações étnico-raciais.	
	Dissertação - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Atividade Física da Universidade Salgado de Oliveira	CAPES	Este estudo tem por objetivo verificar se as experiências dos estudantes indígenas da aldeia Rio Pequeno são aproveitadas pelos professores de Educação Física no processo de ensino e aprendizagem. O estudo pretende colaborar para a reflexão e discussão sobre sobrevivência cultural étnica indígena e o caminho para criação de políticas públicas de intervenção na valorização da cultura indígena. Justifica-se este trabalho para os educandos indígenas e “não-indígenas” reconhecerem a matriz indígena como parte da formação nacional, possibilitando aprofundamento das origens étnicas e culturais que fazem parte da identidade etiológica dos brasileiros. É uma pesquisa com abordagem qualitativa, tipificada como um estudo exploratório- descritivo, apoiando-se na herança da etnometodologia, e na necessidade de descolonização da Educação Física que prioriza o esporte hegemônico, para tematizar culturas invisibilizadas. A cultura corporal de matriz indígena deve ser abordada de forma inter-transdisciplinar, compreendendo que os indígenas são produtores de riquezas culturais e a Educação Física deve valorizar a corporeidade indígena como conteúdo próprio de suas aulas. Entretanto, os achados desta pesquisa mostram o longo caminho a ser percorrido para que se alcancem os objetivos da lei 11.645.	
9	História e cultura indígena: perspectivas e possibilidades para as aulas de educação física na cidade de Cáceres-MT	Crisler Cristina Soares Carioca	Educação Física; História e Cultura Indígena	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10983518
	Dissertação - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso	CAPES	Diferentes grupos sociais, e povos como os indígenas, criaram e influenciaram na educação brasileira, e dessa educação buscamos evidenciar práticas pedagógicas que possam ser desenvolvidas na escola pela Educação Física. O desafio desta transposição pedagógica, considerando a história e a cultura dos povos indígenas e sua relevância para a educação escolar, como prevê a Lei 11.645/08, nos mobiliza para essa pesquisa, tendo por referência a cidade de Cáceres-MT. Para a pesquisa vinculada ao Grupo de Pesquisa Corpo, Educação e Cultura (COEDUC) optamos pela investigação qualitativa que pela situação da pandemia, (2020-2021), delimitou-se pelo estudo exploratório, utilizando-se o levantamento de dados bibliográfico e documental, e, com recursos remotos, as entrevistas realizadas com professores efetivos de Educação Física da rede estadual de ensino local, nossos colaboradores. A análise e discussão dialogam com os dados das formações desenvolvidas para esse fim pelo COEDUC, cujo foco é o estudo das relações étnico-raciais no currículo, especialmente na complexidade dos povos indígenas. Por meio do estado da arte sobre a inclusão da história e cultura indígena na escola e as falas dos professores entrevistados, analisamos as possibilidades de a “História e Cultura Indígena” se inscreverem nas práticas pedagógicas a partir de alguns conteúdos da Educação Física escolar. Evidenciamos assim, práticas da canoagem articulada à historicidade dos Paiaguás que é atravessada pela história de Mato Grosso; e o Tiro com Flecha, como prática vinculada à alimentação e defesa de muitos povos indígenas atuais. Com os estudos da produção acadêmica existente, identificamos que o fio condutor que perpassa as pesquisas está relacionado à cultura, à corporalidade e à educação intercultural, esta última considerada como ferramenta primordial para romper com o paradigma eurocêntrico que se	

			consolida pela educação monocultural. Com isso, na pesquisa, reconhecemos práticas corporais como conteúdos que potencializam a interculturalidade nas aulas de Educação Física: Dança, Corrida com Tora, Cabo de Força ou de Guerra, Luta, Zarabatana, Arco e Flecha, lança e o Futebol. Apesar da proposição de atividades entendemos que essa não é uma proposta modelo, mas somente uma resposta dos estudos que buscam as possibilidades de incluir no currículo escolar, pelos conteúdos programáticos da Educação Física, a temática indígena, como conhecimento histórico e cultural das diferenças constitutivas do povo brasileiro, compreendendo o processo que invisibilizou os povos indígenas e produziu o racismo que marca a relação atual sobre suas formas de viver e ser na sociedade brasileira. Concluímos que é possível a inclusão da história e cultura indígena nas aulas de Educação Física da Rede Estadual de Ensino da cidade de Cáceres-MT, desde que haja uma formação voltada à especificidade atendendo os estudos necessários para a Relações Étnico-Raciais no Brasil.
10	Educação das Relações Étnico-Raciais nos currículos dos cursos de Licenciatura em Educação Física de Santa Catarina	Larise Piccinini	Educação das Relações Étnico-Raciais; Currículo; Educação Física; Formação de Professores/as. https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/229891/PEED1601-T.pdf?sequence=1&isAllowed=y
Tese - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina		CAPEs	Esta pesquisa discute e problematiza o currículo dos cursos de Educação Física - licenciatura e suas implicações na formação dos professores para a educação das relações étnico-raciais. Portanto, tem como objetivo analisar a produção de sentidos que os currículos de alguns cursos de Licenciatura em Educação Física das diferentes regiões de Santa Catarina propõem quanto à perspectiva antirracista na formação de professores/as. Para tanto, analisamos os Projetos Pedagógicos dos cursos de Educação Física ? Licenciatura da UFSC, UNIVILLE e UNOCHAPECÓ quanto à estruturação curricular, concepções, e como os conteúdos a cerca das relações étnico-raciais são implementados na formação. Com o intuito de aprofundar as argumentações teóricas frente à análise documental, entrevistamos os/as coordenadores/as de curso, membros/as do NDE e docentes por meio de entrevista semi-estruturada, sobre a sua participação na estruturação dos PPC (Projeto Pedagógico do Curso) e implementação da educação das relações étnico-raciais. A perspectiva metodológica teve enfoque qualitativo, com reflexões teóricas a partir de aproximações com a perspectiva Pós-crítica de currículo tendo como corte pós-estrutural para compreender os processos de subjetivação e constituição dos discursos/saberes do currículo e seus tensionamentos quanto à perspectiva de uma formação antirracista. Sendo assim, a pesquisa assumiu a tese: os currículos de licenciatura em Educação Física trazem sentidos anteriormente invisibilizados quando os conhecimentos da ERER passam a fazer parte da formulação didático-pedagógica e curricular. Percebemos que tanto o debate forte das ciências humanas para o currículo de formação de professores de Educação Física, as leis 10.639/2003 e 11.645/2008, a resolução CNE/CP 01/2004 e as DCNs para educação das relações étnico-raciais trouxeram impactos significativos para os currículos, pois desestruturaram um currículo embasado nos moldes tradicionais propostos anteriormente pela ciência positivista, trazendo a diferença como elemento importante da humanidade, rompendo com a ideia de que existe uma única história contada a partir de uma única ?verdade? ou visão de mundo. Por outro lado, para o enfrentamento do racismo, que é estrutural, defendemos discussões mais aprofundadas sobre a estrutura que o mantém, os privilégios da branquitude a partir de teorias pós-críticas (pós-estruturalistas, pós-colonialistas) que questionam a estrutura dominante para além da categoria classe e tragam debates sobre as relações de poder e saber que permeiam as relações das diferenças e os discursos de dominação que assujeitam. Isto posto, os

			currículos de licenciatura em Educação Física podem tomar outros sentidos quando os conhecimentos da ERER passam a fazer parte da formulação didático-pedagógica e curricular: questões étnico-raciais, diferenças e diversidade postas em discussão, maior inclusão nas práticas pedagógicas, a corporeidade como possibilidade de outras racionalidades mais sensíveis e coletivas, deslocamentos epistemológicos e ontológicos na produção do conhecimento das culturas corporais de Educação Física.	
11	Corpo, cultura e educação (física) nos quilombos da serra	Hudson Pablo de Oliveira Bezerra	Corpo quilombola; Educação; Educação Física; Relações étnico-raciais.	https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/32902
	Tese - Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGED da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN	CAPES	No Brasil, o processo de colonização europeia e a escravização criminoso dos sujeitos Africanos contribuíram para que o racismo se estruturasse de modo a negar os saberes e práticas dos corpos negros e suas culturas em diferentes espaços sociais, dentre os quais, o da Educação. No entanto, mesmo diante das violências e marginalizações, esses corpos resistiram e impuseram diferentes elementos de suas culturas na formação nacional. Dentre as formas de resistência, destacamos a formação dos quilombos, visto que, nesses foram efetivadas articulações coletivas, lutas, manutenções e atualizações dos saberes, o que os tornam espaços ricos para analisarmos a efetivação de propostas educacionais que dialoguem com os saberes, linguagens e práticas dos corpos negros, assim como, com as proposições da Lei 10.639/03. Problematicando essa realidade, estabelecemos como questionamentos para a tese: quais saberes, linguagens e práticas dos corpos negros estão presentes nas comunidades de remanescentes quilombolas? Como a Educação Física escolar deve se apropriar dos saberes, linguagens e práticas dos corpos negros quilombolas em suas práticas formativas para efetivação de uma educação das relações étnico-raciais? Diante desses, definimos como objetivo geral, analisar os saberes, linguagens e práticas dos corpos negros inseridos dentro da realidade cultural das comunidades de remanescentes quilombolas do Sítio Pêga e Sítio Arrojado/Engenho Novo, na cidade de Portalegre – RN. Para os objetivos específicos delimitamos: identificar e mapear os saberes, linguagens e práticas dos corpos negros nas comunidades de remanescentes quilombolas do Pêga e Arrojado/Engenho Novo; discutir o espaço dos saberes negros nos cenários da Educação e da Educação Física; e, apontar possibilidades teórico-metodológicas para as práticas pedagógicas da Educação Física em atendimento aos princípios da educação étnico-racial. Metodologicamente, optamos por uma pesquisa etnográfica, na qual nos inserimos nas comunidades de remanescentes quilombolas para realização de observações participantes, entrevistas, coletas de documentos e outros. Além disso, realizamos também pesquisas documentais e observações nas escolas que atendem os alunos das comunidades quilombolas, bem como, entrevistas com os professores de Educação Física das mesmas. Como resultados, mapeamos os saberes dos corpos em movimento dos sujeitos negros/quilombolas, separando-os nas seguintes categorias: corpo natureza, corpo fé, corpo trabalho, corpo ancestral e corpo (in)visível. Com base nos saberes apresentados em cada categoria, no diálogo estabelecido com as escolas e com as leituras efetivadas durante a construção da tese, deixamos como proposição final um aquilombamento na Educação Física escolar que assegure que os saberes e práticas do corpo negro em movimento estejam presentes nos espaços da formação escolar para efetivar uma educação das relações étnico-raciais, a partir de perspectivas interculturais, antirracistas e descolonizadoras.	
12	Educação Física e Educação Escolar Indígena: o caso	Ingrid Coelho de Jesus	Educação Física escolar; Educação Escolar Indígena;	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11350805

	dos Borari da terra indígena Maró		Educação Indígena Diferenciada; Práticas Corporais.	
	Dissertação - Programa de Pós-Graduação em Educação do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Oeste do Pará	CAPES	Esta pesquisa vincula-se ao Grupos de Estudos e Pesquisas “Indigenismo, Sociedades e Educação na Amazônia” (ISSEAM) e “História, Sociedade e Educação no Brasil” (HISTEDBR-UFOPA), da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Tem como objetivo geral compreender o desenvolvimento do componente curricular Educação Física (EF), organizado pela etnia Borari da Terra Indígena (T.I) Maró, visando à apreensão das experiências desenvolvidas pelos indígenas e produzir reflexões para a implementação de políticas públicas relacionadas à disciplina escolar nas demais escolas indígenas do município de Santarém-PA. No que se refere à dimensão metodológica, o estudo se caracteriza como uma pesquisa qualitativa exploratória, perpassando análises documental, bibliográfica e de campo. A pesquisa de campo foi realizada no ano de 2019, na escola da etnia Borari da Terra Indígena Maró, localizada na região do Rio Arapiuns, no município de Santarém-PA. Os dados foram produzidos mediante o emprego de técnicas como: observação participante e a realização de entrevista semiestruturada com os atores escolares indígenas (coordenação pedagógica, professores que atuavam no componente curricular Educação Física e lideranças indígenas) e a Análise de Conteúdo foi utilizada enquanto método de análise. Conclui-se que os conhecimentos dos quais trata a Educação Física escolar estavam sendo organizados pelos indígenas Borari a partir de uma sistematização em três categorias principais: Jogos e Brincadeiras, Práticas Corporais Tradicionais e a Modalidade Esportiva Futebol, categorias de ensino sistematizadas na escola do território a partir da necessidade dos atores escolares em apresentar uma proposta diferenciada em sua escola, pautada pelo que prevê a legislação educacional para a Modalidade Educação Escolar Indígena: a elaboração de meios próprios específicos de aprendizagem, nos quais os conhecimentos tradicionais presentes na realidade e cotidiano indígena são inseridos e tratados na instituição escolar.	
13	Diálogo de Saberes na Formação e na Prática Pedagógica de Professores de Educação Física Mestres de Capoeira	André Luis Rocha De Oliveira	Capoeira; Saberes Docentes; Formação Profissional; Educação Física	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11315009
	Dissertação - Programa de Pós Graduação Stricto Sensu em Educação Física da Universidade São Judas Tadeu	CAPES	A Capoeira é uma manifestação cultural Afro-Brasileira presente em escolas, projetos sociais, clubes, academias e no esporte competitivo, sendo praticada atualmente por pessoas de todas as idades e etnias. A preparação de professores para atuar com Capoeira acontece em duas instâncias formativas: a tradição cultural, sob orientação de Mestres de Capoeira e na formação acadêmica em cursos de graduação em Educação Física. Por desejo dos profissionais e ou exigências do mundo do trabalho, a escola de ofício e a graduação acadêmica se encontraram. Estudos da área têm discutido que a integração dos saberes culturais e acadêmicos pode favorecer a qualidade da formação destes profissionais, mas pouco se sabe sobre como os professores mobilizam e integram os conhecimentos advindos dos saberes culturais e dos conhecimentos acadêmicos. Tendo em vista a relação entre a melhoria da formação dos professores e do ensino da Capoeira para diferentes públicos, o objetivo do trabalho foi: analisar os saberes que professores e Mestres de Capoeira, formados em Educação Física, mobilizam em suas práticas pedagógicas. Mais	

			<p>especificamente, o trabalho pretendeu: descrever e analisar os saberes da história de vida, da formação profissional na tradição da Capoeira e na graduação de Educação Física e da experiência de trabalho que professores e Mestres mobilizam em suas práticas de ensino e analisar se há preponderância entre os saberes construídos. A pesquisa foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, de abordagem qualitativa, mediadas por videoconferência, dadas as condições de segurança sanitária advindas da pandemia de COVID 19. Foram sujeitos da investigação 8 professores e Mestres de Capoeira, formados em Educação Física e pela Capoeira que atuam com pessoas de todas as idades em academias próprias, há pelo menos 5 anos, sendo 7 homens e 1 mulher. Os sujeitos foram recrutados de forma intencional na rede de contato do pesquisador. As entrevistas foram gravadas em áudio e vídeo, depois transcritas, gerando o corpus de dados verbais analisado por meio da identificação e descrição do conteúdo temático conforme referencial teórico metodológico da análise de conteúdo temático. Os professores compreendem que a fusão dos saberes experienciais e do campo científico são positivas. No entanto, a sua concepção pedagógica enxerga a Educação Física como uma caixa de ferramentas que é acionada quando preciso. O curso contribui para o desenvolvimento teórico e prático dos sujeitos trazendo mais cientificidade. Essa articulação é capaz de gerar uma mutação no próprio modelo de ofício aprendido pelos sujeitos ao longo dos anos. Constatamos que a proximidade com a educação formal leva os professores a uma confluência direta com os saberes de ofício da Capoeira. Concluímos que a Educação Física é um verdadeiro filtro dos saberes da experiência, onde a Educação Física é vista como uma grande peneira e desse extrato os sujeitos reconstróem suas práticas, porém essa reconstrução é feita também pelos saberes de ofício da Capoeira com um aporte didático-metodológico da Educação Física.</p>
14	Mapeamento da Produção Científica sobre os Jogos Indígenas no Brasil: Contribuições para o Currículo Escolar	Leandro Lima Amaro	<p>Jogos Esportivos. Cultura Indígena. Currículo.</p> <p>https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=12140163</p>
	Dissertação - Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Mestrado Profissional em Educação – PROFEDUC – da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul	CAPES	<p>A presente dissertação está vinculada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu - Mestrado Profissional em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – Unidade Universitária de Campo Grande- MS. É um trabalho que visa analisar a produção acadêmica sobre os jogos indígenas no Brasil a partir de um mapeamento de fontes empreendida em diferentes programas de pós-graduação no Brasil, por meio da identificação de teses e dissertações do portal de periódicos da Capes e da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD – IBICT), publicadas entre os anos de 1990 e 2018. De caráter teórico qualitativo, a pesquisa busca analisar as abordagens temáticas e metodológicas, assim como as fontes pesquisadas e os recortes temporais eleitos pelos pesquisadores da área de educação e educação física. Além disso, a investigação procura identificar como os autores dessas dissertações e teses privilegiam os jogos indígenas como objeto de estudo, a fim de compreender a relação entre o currículo escolar e a cultura dos povos originários. Nessa perspectiva, a partir dos resultados esperados com o desenvolvimento deste trabalho será proposta a implementação dos jogos indígenas no currículo de uma escola pública localizada no município de Ponta Porã, MS, que atende um número considerável de crianças e jovens Kaiowá. A escrita desse processo educativo desenvolvido na Região Centro-Oeste do Brasil, pode contribuir para a formação de novos sujeitos, espaços e temporalidades, tendo em vista que há a necessidade da expansão de pesquisas no que se refere aos recortes temporais, geográficos e, sobretudo étnicos.</p>
ANO: 2022			

Nº	TÍTULO	AUTORIA	PALAVRAS-CHAVE	ACESSO EM:
	TIPO DE PUBLICAÇÃO – PROGRAMA/ PERIÓDICO	LOCAL DE PESQUISA	RESUMO	
1	Uma polifonia da Educação Física para o dia que nascerá: sonhar mais, crer no improvável, desejar coisas bonitas que não existem e alargar fronteiras	Tarcísio Mauro Vago.	Educação Física; Escola; Estudantes; Pandemia.	https://revistas.ufg.br/fe/article/view/70754/38040
Artigo - Pensar a Prática		LILACS	Pensar a vida dos sujeitos-estudantes é condição para pensar o impacto da pandemia na Educação Física e fortalecer uma escolha inadiável: a potência política e cultural contida no alargamento das fronteiras da Educação Física para reconhecer em seu programa os saberes de povos diversos que constituem o povo brasileiro (povos originários, povos afro-ameríndios, povos latino-americanos, povos do campo) e também os saberes produzidos pelos sujeitos coletivos em espaços diversos das cidades, pois foram esses povos que a pandemia mais atingiu e mais matou. A Educação Física da Escola não pode ficar indiferente, seu tributo é uma resposta histórica para o dia que nascerá: acolher suas culturas tornando-as vivas e visíveis em seu programa de ensino – uma Educação Física polifônica	
2	Cinema indígena na educação antirracista	Janine Monteiro Moreira	Cinema indígena; Audiovisual indígena; Educação antirracista; Educação em Ciências e Saúde; Lei 11.645/2008	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11842836
Dissertação - Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Saúde, do Instituto NUTES de Educação em Ciências e Saúde,		CAPES	A presente dissertação tem por objetivo geral analisar como as produções de curtametragem, realizadas por cineastas indígenas participantes da ONG Vídeo nas Aldeias, podem contribuir para a abordagem dos Temas Contemporâneos Transversais na educação básica sob uma perspectiva antirracista. Como objetivos específicos, mapear as produções de curta metragem de realizadores indígenas participantes do Vídeo nas Aldeias, e averiguar se estas narrativas que abordam os Temas Contemporâneos Transversais (TCTs) também podem ser utilizadas como subsídio ao cumprimento das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008. Esta pesquisa tenta evidenciar o conhecimento dos povos originários por intermédio do Cinema Indígena, partindo da busca para que as vozes dos povos originários sejam ouvidas. A amostra final foi composta por três (3) curtas-metragens produzidos no ano de 2009,	

Universidade Federal do Rio de Janeiro		e com tempo de duração variando entre quatro (4) e seis (6) minutos: “A história do monstro Khátpy”, “Nós e a cidade” e “Troca de Olhares”. Realizou-se análise fílmica dos curtas metragens e constatou-se que os filmes analisados podem contribuir na abordagem dos Temas Contemporâneos Transversais na educação básica sob uma perspectiva antirracista, já que são filmes idealizados por indígenas, com atores indígenas e versam sobre o cotidiano dos povos originários. Além disso, os filmes abordam os TCTs: Multiculturalismo, nos subitens diversidade cultural e valorização das matrizes culturais brasileiras; Meio Ambiente e Cidadania e Civismo, em especial os subitens processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso e direitos humanos. Diversas cenas dos filmes analisados podem servir como aporte para os conteúdos curriculares da educação básica, na disciplina de Educação Física Escolar. Sugere-se a problematização em aula dos seguintes temas geradores, que podem ser adaptados a qualquer disciplina, após a sessão de apreciação dos filmes: racismo estrutural, estereótipos, representatividade, padronização estética, crenças religiosas, “minorias” versus empoderamento, educação alimentar e nutricional, uso não predatório versus sustentabilidade, antropocentrismo e valorização e respeito aos ancestrais (idoso). Os curtas-metragens analisados podem ser utilizados como exigência ao cumprimento da Lei federal 11.645/2008, já que a temática principal dos filmes examinados é a cosmogonia e a cosmopercepção dos povos pindorâmicos. Estudar o Cinema Indígena como forma de educação provoca uma série de outras indagações que solicitam aprofundamento. Desta maneira, sugere-se o aprofundamento na temática a partir do estudo minucioso das cosmopercepções audiovisuais pindorâmicas, a ampliação de filmes a analisar, a recepção do Cinema Indígena por estudantes da educação básica e a análise da intencionalidade de realizadores indígenas sobre o fazer fílmico.	
3	A "Dança Afro-Brasileira Cênica": experiências pedagógicas em projeto de contraturno escolar	Darlene Fabri Ferreira Rocha	Dança afro; Educação Física; Prática pedagógica; Saber https://sappg.ufes.br/tese_drupal//tese_16134_Darlene%20Rocha%20-%20Disserta%E7%E3o%20-%20Experi%Eancias%20pedag%F3gicas%20DABC.pdf
Dissertação - Programa de Pós Graduação em Educação Física da Universidade Federal do Espírito Santo	CAPES	O objetivo desta dissertação é compreender as relações com o saber no processo de ensino e aprendizagem da “Dança Afro-Brasileira Cênica” (DABC) através da prática pedagógica de uma professora de Educação Física em um projeto de dança no contraturno de uma escola pública municipal de Vitória/ES. Como objetivos específicos elencamos: compreender a relação da professora e de alunos/as com a dança e a DABC; analisar as concepções de Educação Física e dança, como também de temas que surgiam no cotidiano das aulas; entender como a instituição enxerga o projeto, o trabalho e os temas afro-brasileiros desenvolvidos. A escolha metodológica foi por um estudo de caso que nos direcionou para uma pesquisa qualitativa de caráter descritivo com intuito de delinear a prática pedagógica e compreender as relações dos sujeitos com o saber naquele contexto. Para alcançar nossos objetivos, os estudos de Charlot (2000) sobre a Relação com o Saber colaboram na discussão bem como autores/as da Educação Física cujas pesquisas aproximam essa teoria da área. Consideramos a DABC como elemento integrante das questões étnico-raciais e a Educação Física, que por meio da linguagem corporal pode promover tais discussões através desse conteúdo. Os instrumentos utilizados para a produção dos dados foram observação das aulas do projeto, entrevistas semiestruturadas com a professora e integrantes da equipe pedagógica, entrevista coletiva com semelhanças ao grupo focal com aluno/as. Os dados produzidos foram apreciados pelo método de análise de conteúdos e divididos em eixos com vistas a alcançar nossos objetivos. Os resultados demonstram relações diversas com a dança e a DABC e destacam a dimensão relacional com saber. O conteúdo é tratado como	

			conhecimento e a apreensão corpórea evidenciada. Há existência de contrapontos e representações que necessitam de reflexões para evitar a formação ou manutenção de estereótipos em relação a cultura e população negra. Os sujeitos demonstram familiaridade com a DABC, o que percebemos como promoção de uma educação antirracista.
4	Desafios e possibilidades para a mediação pedagógica com as danças populares no contexto da Educação Infantil	Rafaela Faria Favero	Educação Infantil; Danças populares; Educação Física; Criança. https://sappg.ufes.br/tese_drupal//tese_16935_Disserta%E7%E3o%20-%20Rafaela%20Faria%20F%E1vero.pdf
	Dissertação - Programa de Pós-Graduação em Educação Física do Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Espírito Santo	CAPES	Na Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica no Brasil, a dança está presente, majoritariamente, em dias festivos e em apresentações, por meio de coreografias externamente orientadas pelo professor, com passos e gestos executados de forma mecanizada pela criança, inibindo a sua produção autoral e a sua criatividade. Assim, o protagonismo infantil é deixado de lado, evidenciando-se o olhar adultocêntrico sobre essa arte. Além disso, a dança aparece em dissonância com a dinâmica curricular específica da Educação Infantil, que pressupõe a articulação dessa manifestação cultural com outras áreas do conhecimento, campos de experiências, linguagens e sujeitos. O objetivo geral desta pesquisa é analisar, mediante uma experiência pedagógica, os desafios e as possibilidades para a mediação das danças populares no contexto da Educação Infantil. Trata-se da combinação de dois tipos de pesquisa: a Pesquisa Ação Existencial e a Pesquisa Bibliográfica. Na Pesquisa Bibliográfica, foram realizados um levantamento e a análise da produção acadêmica da pós-graduação brasileira sobre a dança na Educação Infantil. Para isso, foi utilizado o Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Para análise dos trabalhos encontrados, foram utilizados os seguintes indicadores bibliométricos: fluxo temporal, áreas do conhecimento, regiões e instituições, autoria e metodologias utilizadas. A análise temática foi realizada destacando o foco de cada produção. A Pesquisa-Ação Existencial foi desenvolvida em um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) do município de Vitória/ES, com uma turma de 25 crianças de cinco anos de idade. A pesquisa ocorreu entre os meses de agosto e dezembro de 2021, totalizando 19 idas ao CMEI e 38 encontros com as crianças, com duração de 50 minutos cada encontro. As mediações valorizaram as agências dos infantis e a articulação da dança com a dinâmica curricular do CMEI, levando-se em consideração um currículo decolonial, enfatizando questões étnico-raciais de enfrentamento ao racismo. Como instrumentos para a produção dos dados, foram utilizados registros fotográficos, anotações em diário de campo e produção de portfólio, contendo planejamentos das práticas pedagógicas, bem como os produtos das ações realizadas com as crianças durante as mediações. Os dados produzidos foram interpretados à luz da Sociologia da Infância e dos Estudos com o Cotidiano. Os resultados da Pesquisa Bibliográfica trouxeram um total de 22 dissertações e 2 teses, que aparecem em maior número e com maior regularidade a partir do ano de 2009, distribuídas em diferentes programas de pós-graduação (Educação, Artes, Educação Física, Dança e Psicologia) de diferentes regiões brasileiras, com exceção do Norte e do Centro-Oeste do país. Além disso, verificou-se a predominância de instituições públicas e de mulheres como autoras desses trabalhos, destacando-se o interesse por investigar práticas e métodos de ensino da dança, articulando-se a formação inicial e continuada dos professores. Na Pesquisa-Ação Existencial, a análise dos dados foi realizada a partir de três categorias: agências das crianças, articulação curricular e relações étnico-raciais. Foram trabalhadas as seguintes danças populares: Congo, Jongo, Boi de Goiabeiras ou Boi Estrela, Capoeira e Maculelê. Durante as mediações com essas manifestações populares, foi evidenciado o

			<p>protagonismo das crianças durante o processo, valorizando a dança pautada na criação das próprias crianças, sem passos externamente orientados pela Professora. Além do protagonismo infantil, foi evidenciado também a articulação da dança com outras linguagens presentes na Educação Infantil como a música, a dramatização, a contação de histórias e as artes visuais. Durante a pesquisa também foram valorizadas as questões étnico-raciais dando ênfase às culturas afro-brasileira e africana, como forma de valorizar as matrizes negras presentes em nossa cultura e promover uma educação antirracista. Foram realizadas diferentes formas de trabalhar a dança no cotidiano da Educação Infantil, realizando esse trabalho de forma integrada com o Projeto Institucional do CMEI, de forma contextualizada e coerente com a dinâmica curricular dessa primeira etapa da Educação Básica. Desafios também foram encontrados durante a execução da pesquisa, em relação à articulação com outros profissionais do CMEI devido à falta de um tempo específico para planejamento entre esses profissionais, dificultando assim a interação da dança com as demais linguagens. Destacamos a importância da valorização do cotidiano como locus de produção de conhecimento e de relações sociais de interação entre as crianças, entre as crianças e os adultos e entre as crianças e a temática que está sendo trabalhada. Ressaltamos a importância de mais pesquisas que abordem a dança de forma não mecanizada, trazendo essa prática corporal e artística de forma articulada com outras linguagens e valorizando o protagonismo das crianças.</p>
5	<p>O movimento da educação das relações étnico-raciais no currículo de licenciatura em Educação Física da UFJF: conhecimento, implementação e efetivação</p>	<p>Keylla Amelia Dares Silveira</p>	<p>Educação das relações étnico-raciais; Currículo; Educação Física; Formação inicial de professores</p> <p>https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/14341/1/keyllaameliadaressilveira.pdf</p>
	<p>Dissertação - Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora</p>	<p>CAPES</p>	<p>Essa pesquisa investigou o trabalho com a Educação das Relações Étnico-Raciais/ERER no currículo e na formação inicial de professores do curso de Educação Física da Universidade Federal de Juiz de Fora, especialmente após o período da promulgação da Lei 10.639 de 2003, e da criação das DCN's ERER no ano de 2004. À partir de uma abordagem qualitativa, o percurso metodológico dessa pesquisa teve como estratégias de investigação e produção de dados a pesquisa bibliográfica; o estado do conhecimento; a análise de documentos; a realização de entrevistas semiestruturadas; e a aplicação de questionário. Para a pesquisa documental, foram acessados e analisados o Projeto Político Pedagógico da licenciatura, os planos de ensino das disciplinas obrigatórias para a licenciatura, o Projeto Pedagógico Institucional das licenciaturas da UFJF, as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Física, e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a fim de compreender como a temática das relações étnico-raciais se apresenta nesses arquivos. Para a realização das entrevistas — nas quais buscamos fomentar discussões referentes à formação docente, currículo e ERER - os sujeitos selecionados foram os/as docentes que apresentam algum indício com o trabalho dessa temática no plano de ensino de suas disciplinas, sendo entrevistados cinco docentes no total. Já o questionário foi enviado a discentes matriculados no 8º período em diante, com vistas a identificar seus conhecimentos acerca da ERER, e investigar se esses saberes são provenientes de experiências formativas do ambiente da FAEFID. Apenas três discentes responderam o questionário. Constatamos, sob o viés do currículo</p>

			escrito, que a licenciatura da FAEFID não oferece uma disciplina obrigatória sobre a temática, e que, de modo geral, esses documentos não asseguram um diálogo efetivo com a temática das relações étnico-raciais, como propõe as DCNs ERER. Quanto às condutas práticas, identificamos poucas propostas de trabalho com a temática, e percebemos que elas ocorrerem a partir de iniciativas individuais, não havendo indícios de enfrentamento e construções coletivas, o que afeta diretamente a inserção da ERER no currículo de formação inicial desse curso. Como indícios positivos, os/as docentes apontaram o incômodo diante da ausência de ações e/ou do trabalho limitado que vem sendo realizado em suas disciplinas e no contexto geral da FAEFID, e demonstraram-se otimistas frente à reformulação curricular que vem sendo elaborada. Manifestaram-se também sensibilizados com a temática, e favoráveis à sua circulação nos debates da FAEFID e nas reuniões destinadas à construção desse novo currículo.
6	Jogos africanos para uma educação intercultural: a experiência da disciplina de educação física em escolas públicas estaduais no Paraná	Sonia Paiva Bonetti	Educação Física Escolar; Jogos Africanos; Interculturalidade; Lei 10.639/03; Relações étnico-raciais https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13671788
Dissertação - Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná		CAPES	O presente estudo objetivou investigar se os jogos africanos estão sendo contemplados nos Plano de Trabalho Docente anuais dos professores e professoras de Educação Física da Rede Estadual do Paraná e, neste sentido, se estão promovendo a Educação das Relações Étnico-Raciais como determina a Lei 10.639/2003 para o ensino fundamental na educação básica. No desenvolver da pesquisa foi apresentado o percurso que a disciplina da Educação Física percorreu nos documentos educacionais no cenário brasileiro e, em específico, nos documentos que permeiam a educação no Estado do Paraná, tendo sido consultados as Diretrizes Curriculares, a LDB, a BNCC e, por fim, o CREP, Currículo da Rede Estadual Paranaense, que direciona os planejamentos dos professores e professoras dentro das escolas do Estado do Paraná. Intencionando contextualizar a Educação para a Educação das Relações Étnico-Raciais, se apresentam as ações afirmativas no decorrer da história dentro do campo educacional, narrando as conquistas dos povos negros, a partir do de suas lutas e como foram sendo tramitadas as leis educacionais para que se pudesse estabelecer o ensino da Educação para as Relações Étnico-Raciais, que tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica, assim como se abordam as mudanças nas Leis de Diretrizes e Bases e como a mesma pode ser trabalhada dentro da disciplina de Educação Física nas escolas, especificamente no conteúdo de jogos. A pesquisa se caracteriza metodologicamente como de abordagem quanti-qualitativa, de estudo documental, com a técnica baseada na análise de conteúdo, com investigação em documentos, artigos, dissertações e livros que apresentavam a Lei 10.639/03 e suas modificações, até os dias atuais. Em vigor há dezenove anos, essa Lei encontra-se em muitas instituições escolares escusa ou somente no papel e vista por muitos membros da comunidade escolar de forma preconceituosa quando colocada em pauta. O estudo demonstrou como resultado, a partir da análise dos dados produzidos, a forma como os professores e professoras de Educação Física do Estado do Paraná estão abordando os jogos africanos e afrodescendentes dentro dos seus PTDs. Apesar de constar treze citações de jogos, três deles estão distribuídos em todas as séries do Ensino Fundamental II, e somente quatro destes jogos estão explicitados como pertencentes da Cultura Africana e Afro-brasileira em dois dos PTDs analisados. Os jogos elencados nestes PTDs em sua história

			apresentam vínculo com a cultura africana, mas não foram citados nestes documentos como pertencentes a esta cultura, configurando o desconhecimento cultural destes jogos por parte de professoras e professoras em sua prática pedagógica. Neste sentido são de suma importância os estudos deste patrimônio cultural para que ocorra a promoção, ressignificação, respeito e valorização da história do povo negro dentro das escolas, para que a Educação para a Educação das Relações Étnico-Raciais aconteça de forma positiva e eficaz na formação de alunas e alunos, proporcionando transformações na sociedade em prol de relações mais igualitárias.	
7	Práticas pedagógicas de educação física no âmbito das relações étnico-raciais no ensino médio	Elizabel Martins Pantoja	Práticas Pedagógicas; Relações étnico-raciais; Educação Profissional; Ensino Médio; Educação Física	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13439528
Dissertação - Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal do Pará		CAPES	Ao jogar luz às temáticas Étnico-Racial e à Educação Física, considera-se que um importante espaço se abre no sentido da reflexão e da busca por um fazer docente comprometido com a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem. Levando em conta tal afirmativa, tem-se como problema de pesquisa: como os professores de Educação Física articulam os temas da educação étnico-racial no âmbito do Ensino Médio, das redes estadual e federal, na cidade de Cametá (PA)? O objetivo é investigar as práticas pedagógicas de professores de Educação Física relacionadas com as questões étnico-raciais, nas modalidades Ensino Médio regular e integrado na rede estadual (SEDUC), e integrado na rede federal (IFPA). Metodologicamente, utilizou-se uma abordagem qualitativa, por meio de pesquisa-ação, com professores e alunos de Educação Física nas turmas das modalidades, tendo como principais instrumentos de pesquisa a técnica de grupo focal e a entrevista semiestruturada. No processo de organização e sistematização dos dados, utilizou-se uma estratégia comparada entre os dados, triangulando bases de informações diversas, visando às percepções dos envolvidos na fronteira dos documentos oficiais. Das análises, por exemplo, há evidências de que ainda é rara a presença de conteúdos relacionados à temática étnico-racial no currículo da disciplina de Educação Física. E na direção das conclusões, os grupos focais e as entrevistas individuais com os professores permitiram perceber que a formação inicial e continuada destes deixou lacunas nas práticas pedagógicas voltadas para a temática étnico-racial e que possuem conhecimentos superficiais sobre a legislação que envolve essa temática e os conteúdos precisos da área em questão. Em geral, observa-se, na prática docente, uma posição oscilante entre respostas positivas e negativas na altura da formação dos alunos. Por outro lado, estes demonstram pouca familiaridade com os conteúdos, apesar de os considerarem relevantes nas interações sociais das aulas de Educação Física e em geral. Por fim, tem-se clareza de que as práticas pedagógicas de Educação Física no Ensino Médio necessitam se fortalecer na base da formação e da atuação dos professores no currículo dessa disciplina e, conseqüentemente, provocar nos alunos(as) maior protagonismo nas interações na escola e fora dela.	
8	A contribuição do NIGER/NEABI no Instituto Federal de Educação, Ciência	Paulo Tiago Oliveira Alves	Educação antirracista; Educação Física Escolar;	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=12234139

	e Tecnologia do Ceará – Campus Juazeiro do Norte e a formação do professor de educação física na educação das relações étnico-raciais		Formação de professores	
Dissertação - Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Regional do Cariri - URCA		CAPES		<p>O embrião desta pesquisa teve início no ano de 2019, quando na condição de professor de educação física do IFCE - Campus Boa Viagem, tomei conhecimento e me aproximei do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI), núcleo este que me despertou interesse em pesquisar e aprofundar estudos sobre Educação para as Relações Étnico-Raciais – EREER no contexto da educação física. Inicialmente, tive dificuldades em relacionar os dois temas, haja vista os processos de apagamento e branqueamento que a educação física brasileira passou e em muitos casos ainda passa. Minha formação inicial ocorreu entre os anos de 2007 e 2011, quando cursei a Licenciatura em Educação Física no IFCE - Campus de Juazeiro do Norte, período este destinado à formação inicial para docência, porém, que não ocorreram momentos dedicados ao ensino e aprendizagem das questões relativas a história e a cultura afro-brasileira, em nenhuma das disciplinas ofertadas no currículo, mesmo considerando-se o decurso de tempo de pelo menos oito anos da aprovação da Lei nº 10639/03. As políticas afirmativas, como por exemplo, as cotas raciais, foram positivas para o fortalecimento dos núcleos de estudos afrobrasileiros e indígenas, haja vista que mais docentes negros puderam ocupar estes espaços, os quais, podem dar importante parcela de contribuição para a construção de outro tipo de educação, uma educação antirracista. A vista disso, o objetivo deste trabalho foi compreender o atual processo de formação inicial dos estudantes concludentes do Curso de Licenciatura em Educação Física, no que concerne a formação para as relações étnico-raciais no Instituto Federal do Ceará - Campus Juazeiro do Norte e a contribuição das pessoas envolvidas com os núcleos de estudos relacionados a temática étnico-racial. Para a realização da pesquisa buscou-se inicialmente identificar os docentes e discentes da área de Educação Física que ocuparam/ocupam espaços estratégicos para pensar o currículo da licenciatura no Campus. O procedimento metodológico se deu com base em estudo bibliográfico e entrevistas semiestruturadas com dois professores de Educação Física, o primeiro, atual coordenador do curso, e o segundo o atual coordenador do Núcleo de estudos afro-brasileiro e indígena. Foram entrevistados ainda dois discentes, em fase de conclusão do curso (na data desta pesquisa) e que fizeram parte do primeiro núcleo de estudos relacionado à temática. Para a análise dos dados obtidos, utilizou-se a análise de conteúdo destacando as seguintes categorias: identidade étnico-racial; formação docente (formação inicial e formação continuada) e diversidade étnico-racial nos espaços institucionais. Os resultados revelaram que as ações pedagógicas que buscam espaço para discussão sobre a diversidade étnico-racial no currículo do Curso de Educação Física, no Campus Juazeiro, ocorrem precipuamente devido ao esforço de um docente negro, ligado ao movimento negro caririense, que com apoio dos dois estudantes, criaram um núcleo de investigação étnico-racial, de maneira autônoma e tensionaram espaço no currículo. Por fim, concluímos que a tardia, tímida e lenta implementação da Lei nº 10639/03, em especial em um curso de Licenciatura em Educação Física é um aspecto que precisa ser modificado, se quisermos construir uma educação verdadeiramente crítica e reflexiva.</p>

9	Diversidade Cultural: um olhar pela perspectiva de professores de Educação Física Escolar	Cristiane Pereira de Souza	Diversidade Cultural; Educação Física Escolar; Professores.	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=12316985
Tese - Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos		CAPES	Esta pesquisa compõe uma tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), inserida na linha de pesquisa Educação Escolar: teorias e práticas. A pergunta respondida neste estudo foi: Que contribuições os professores de Educação Física Escolar dos primeiros e segundos anos do ensino fundamental promovem à compreensão da Diversidade Cultural? Seu objetivo foi identificar e analisar possíveis contribuições dos professores de Educação Física Escolar para o trato/abordagem/inclusão da temática da Diversidade Cultural na escola a partir do que fazem no interior das aulas. Esta pesquisa abordou a problemática da Diversidade Cultural dentro da Educação Física Escolar, sinalizando a importância de novas pesquisas neste campo do conhecimento, destacando a triangulação entre: Professores, Educação Física Escolar e Diversidade Cultural, o que corrobora para a necessidade de que os professores reflitam para a realização de práticas pedagógicas que privilegiem a Diversidade Cultural, suas questões e discussões, dentro do ambiente escolar. A metodologia adotada é de natureza qualitativa, tendo como instrumentos de coleta de dados um questionário e a execução de cinco encontros de grupo focal. Contamos com a colaboração de 15 professores de escolas públicas municipais e estaduais do Estado de São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo como participantes da pesquisa. Realizamos a análise de dados com preceitos da análise de conteúdo, com a qual obtivemos as seguintes categorias: Professores: Quem são eles? Sentidos atribuídos a diversidade cultural e Diversidade Cultural e sua Abrangência na Educação Física Escolar. O referencial teórico fundamentou-se nas obras de Paulo Freire. Os principais resultados obtidos foram: os professores através de suas identidades culturais atribuem sentidos a Diversidade Cultural por meio da identidade cultural, diferença e diferenças e especificidades da Educação Física. Identificamos que a Diversidade Cultural se manifesta para essas/es professores por meio dos marcadores sociais de diferença: relações étnico-raciais, política, religião e gênero e sexualidade.	
10	O hip-hop enquanto forma de objetivação da resistência: possibilidades de trato do conhecimento na educação física no ensino médio	Michele Rodrigues de Lima	Educação Escolar; Educação Física; Abordagem Metodológica Crítico Superadora; Ensino Médio; Hip-hop.	https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/37115/1/DISSERTAC%cc%a7A%cc%830_MICHELE_RODRIGUES_DE_LIMA.pdf
Dissertação - Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação,		CAPES	A presente dissertação tem como objeto de estudo o trato pedagógico do hip-hop nas aulas de Educação Física para os (as) jovens do Ensino Médio, com vistas a elevar a capacidade teórica destes (as) estudantes (sujeitos inseridos no modo de produção capitalista nas periferias, onde reside a classe trabalhadora, de maioria negra e marginalizada), a respeito deste conteúdo histórico e socialmente acumulado. Para consecução da pesquisa, foi realizado um levantamento bibliográfico acerca do trato do conhecimento do hip-hop nas aulas de Educação Física. Constatamos que poucas são as pesquisas voltadas para este tema e as que existem não	

Universidade Federal da Bahia		são calcadas na realidade da escola pública, tampouco se relacionam à compreensão de seus estudantes acerca do hip-hop enquanto expressão da resistência ativa e instrumento para a revolução. A fundamentação deste estudo se deu por meio da análise da literatura (estado da arte), buscando investigar as práticas pedagógicas a partir dos estudos da abordagem metodológica crítico-superadora da Educação Física e da Pedagogia Histórico Crítica, intentando justificar a presença do hip-hop nas aulas de educação física e seus desdobramentos como expressão da resistência ativa, visando elevar a capacidade teórica dos (as) estudantes das escolas públicas, bem como o fortalecimento de sua capacidade de constatar, compreender, explicar e agir no mundo, na perspectiva de transformá-lo. Concluímos que o trato do conhecimento do hip-hop, sem o aporte de uma teoria pedagógica crítica, contribui para alienação dos sujeitos, limitando, assim, as possibilidades da elaboração de conceitos complexos que permitam elevar a capacidade teórica dos (as) estudantes, contribuindo também para a fragmentação da tríade conteúdo-forma-destinatário. A investigação gerou uma proposição pedagógica para o trato do conhecimento do hip-hop no ensino médio, produzindo uma nova síntese em prol do desenvolvimento da abordagem metodológica crítico-superadora da Educação Física.	
11	A Lei N° 10.639/03 e o ensino da dança na escola: diálogo com professores da área de linguagens e ciências humanas	Karolainy Benedet dos Santos	Dança; Educação Física; Dança Afro-Brasileira; Educação; Lei n° 10.639/2003 https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11728909
Dissertação - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC	CAPES	O presente estudo objetiva analisar a presença do ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas do município de Jacinto Machado (SC) com professores da área de linguagens e ciências humanas, considerando a possibilidade de intervenção desse conteúdo por meio da dança na escola. A pesquisa pretende investigar o conhecimento dos professores da área de linguagens e ciências humanas sobre a Lei n° 10.639/2003, que trata da obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena na escola, que está em vigor há 19 anos, e também analisar a percepção dos professores sobre a possibilidade de ensino desse conteúdo por meio da dança na escola na disciplina de Educação Física e de um trabalho interdisciplinar com as áreas que a Lei abrange. As disciplinas que integram o ensino desse tema são as da área de linguagens e ciências humanas, que contemplam: a Educação Física, Artes, Português, Inglês, Geografia e História. Para tanto, a metodologia utilizada para a pesquisa foi de abordagem qualitativa, por meio de entrevistas orais utilizando de questionários semiestruturados com perguntas que abarcam o objetivo de investigação desta pesquisa. Como referenciais teóricos, foram utilizados como autores principais: Soares et alii (2012), Munanga (1998; 2010; 2012), Falcão (1996), Marques (2007), Verderi (1998), Hall (2000; 2003; 2005), Bauman (2005; 2012) e também documentos que norteiam a educação como a BNCC (2018), LDB, 1996) e algumas leis importantes como a Lei n° 10.639/2003. Como resultados principais, percebemos que os professores não apresentam conhecimento claro sobre a Lei n° 10.639/2003, embora reconheçam que na BNCC há a presença desse tema como proposta de ensino. Ainda, reconhecem que há a possibilidade de tratar a história e cultura afro-brasileira por meio da dança no currículo escolar em suas disciplinas e também como forma interdisciplinar juntamente com a Educação Física.	
12	A dança Sussa no município de Cavalcante/Goiás:	THAIS GOMES FERRAZ	Educação; Linguagens; Dança Sussa; https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11844412

	possibilidades no contexto educacional		Decolonização.	
	Dissertação - Programa de Pós Graduação em Ensino na Educação Básica do Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação da Universidade Federal de Goiás	CAPES	Esta dissertação apresenta os resultados de uma investigação sobre a dança sussa, desenvolvida durante o Mestrado Profissional em Ensino na Educação Básica do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu do CEPAE/UFG, entre os anos de 2019 a 2022, cujo produto educacional apresentado é o livro digital: “Vamos dançar sussa?” Essa pesquisa de cunho qualitativo e etnográfico apresenta como delineamento um estudo referente à dança Sussa na Comunidade Kalunga Vão de Almas e na cidade de Cavalcante. A temática a ser investigada consiste na pesquisa e na apresentação da dança Sussa, de modo que ela possa se tornar uma possibilidade de conteúdo a ser introduzido na escola em diferentes áreas de conhecimento. Propôs-se, assim, como objetivos específicos: Conhecer a história das mulheres dançadeiras de Sussa no município de Cavalcante e comunidade Vão de Almas; apresentar informações sobre o desenvolvimento e as características da Sussa, oriundos da região onde as mulheres dançadeiras de Sussa residem; desenvolver um produto que possa ser utilizado para introduzir a Sussa no ambiente escolar. A metodologia foi desenvolvida em fases que enfocam: levantamento bibliográfico, observações, diário de campo, entrevistas, captação de vídeos e fotografias e análise e interpretação dos dados coletados. Foram entrevistadas 4 mulheres residentes na cidade de Cavalcante e na comunidade Vão de Almas, que foram indicadas por apresentarem reconhecimento entre moradores da cidade de Cavalcante em suas histórias de vida e por apresentarem relações com a dança Sussa. Para a análise de dados, utilizamos a análise de conteúdo de Bardin. Entre os resultados encontrados, através da metodologia utilizada, pôde-se obter informações relevantes para a construção do conhecimento oriundo na Sussa e nas histórias de vida de mulheres, que contribuem no fortalecimento de sua cultura, trazendo, ainda, em seus discursos, o interesse da manifestação da dança Sussa no espaço escolar. Concluimos, portanto, que a dança Sussa como conteúdo na Educação Básica pode favorecer a discussão sobre a cultura afro-brasileira e decolonização da dança.	
13	Religião e Educação Física numa Escola Quilombola em Itapemirim, Espírito Santo	Bethania Cypriano Da Silva	Quilombo; Religião; Educação Física; Educação	http://bdtd.fuv.edu.br:8080/jspui/handle/prefix/495
	Dissertação - Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões da Faculdade Unida de Vitória	CAPES	O quilombo foi o principal modelo de organização social e política do negro pela liberdade. Eram lugares habitados por todos os marginalizados do sistema escravista em busca de viver livres, cultuar seus deuses e suas tradições. A presente pesquisa se deu em caráter exploratório, descritivo e comparativo, sendo realizada na Escola Estadual de Ensino Fundamental “Graúna”, localizada em território de remanescentes de quilombo, no município de Itapemirim, sul do Estado do Espírito Santo. O objetivo foi identificar se a religião influencia no resgate de brincadeiras e jogos de matriz africana, nas aulas de Educação Física e Corporeidade. Neste trabalho, a pesquisa bibliográfica apresenta as principais considerações necessárias para compreender a origem e a história do quilombo no mundo e no Brasil, para, a partir daí, compreender a história de Graúna. Além disso, buscamos compreender os desafios enfrentados por uma escola que segue o currículo básico comum, mas, encontra-se inserida em um território quilombola com especificidades e características peculiares. Buscou-se entender como as religiosidades locais, docentes e discentes reagem quando as práticas pedagógicas, que dialogam com as leis e resoluções em questão, são colocadas em prática, e de que forma isso dificulta ou não no resgate da cultura e memória afro-brasileira em um território de remanescentes de quilombo. Em campo, a observação e a vivência in loco de projetos e atividades pedagógicas possibilitou levantar registros e informações significativas,	

			através de diálogos, rodas de conversas e questionamentos não estruturados. Esta necessidade de não organizar questionários se deu devido à aproximação existente entre a pesquisadora e os investigados, pois acreditamos que naquele ambiente, indagar, perguntar ou propor uma pesquisa elaborada, causaria desconfortos, afastamentos e negações dos dados propostos. Os resultados apontam que existe influência da religião no resgate de brincadeiras e jogos de matriz africana nas aulas de Educação Física, mas, apesar da proibição das igrejas e dos líderes religiosos locais, a prática é vivenciada pelos alunos. A falta de identidade dos moradores em Graúna interfere na compreensão e apreciação das atividades de resgate cultural, e a escola é o principal espaço de vivência e de apreciação da cultura por grande parte dos entrevistados. Com isso, exaltamos a importância de uma intervenção comunitária na comunidade que ultrapasse os muros da escola, para que os sujeitos ali presentes se aceitem e se reconheçam quilombolas, e, assim, as atividades pedagógicas culturais na escola, façam sentido e sejam vivenciadas em sua totalidade.	
14	Movimentos não ritmados: Barreiras para o ensino da dança nas aulas de Educação Física	Daniele Vilela Itacaramby	Ensino-Aprendizagem; Corpo/Movimento; Dança.	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=12206744
Dissertação - Programa de Pós Graduação Stricto Sensu, Mestrado Acadêmico em Ensino da Universidade de Cuiabá (Programa associado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso/IFMT e a Universidade de Cuiabá/ UNIC)		CAPES	A pesquisa que ora se apresenta traz como objetivo principal compreender como ocorre o ensino da dança nas aulas de EF em escolas da rede municipal de Cuiabá-MT, bem como: I) conhecer os estilos e metodologias utilizadas pelos professores; II) Compreender como a dança se apresenta no currículo; III) conhecer as variáveis que interferem no ensino da dança. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa-descritiva, apoiada em Ludke e André (1986) na qual foram utilizadas entrevistas semiestruturadas e grupos focais para uma amostra de quatro professores, observações de aulas e análise dos planos de aulas e PPPs. A análise dos dados obtidos foi baseada em Análise de Conteúdo de Bardin (2016). O lócus da pesquisa foi quatro escolas da Rede Municipal de Ensino em Cuiabá-MT. Encontramos estilos de dança que contemplam a cultura regional, nacional e danças de matrizes indígenas e africanas. O efeito das metodologias aplicadas pelos professores é tímido e carecem de formações continuadas. O currículo da dança nas aulas de Educação Física aplicadas pelos professores investigados se apresenta de forma articulada com as propostas curriculares do Município. Notamos que embora os planejamentos das aulas estejam alinhados e adequados com a proposta da prática curricular (BNCC, 2017), os professores ainda estão distantes do fazer pedagógico alinhado com uma prática que permita a reflexão dos significados e valores corporais e culturais, em parte devido a fragilidade na formação inicial em dança durante a graduação em EF. Notamos ainda latente nas narrativas dos participantes, este querer despertar e ir em busca de práticas que alimentem não apenas o corpo, mas também o ser integral. Tal busca poderá possibilitar no futuro a dança na escola como uma ferramenta de formação social, cultural, estética e ética, desprovida dos “pré-conceitos” atuais.	
ANO: 2023				
Nº	TÍTULO	AUTORIA	PALAVRAS-CHAVE	ACESSO EM:
	TIPO DE PUBLICAÇÃO – PROGRAMA/ PERIÓDICO	LOCAL DE PESQUISA	RESUMO	

1	Currículo Cultural: brincadeiras, jogos e lutas de matrizes indígenas e africanas na Educação Física escolar	Alisson Aurelio Rosa	Educação Física Escolar; Currículo Cultural; Práticas Corporais Africanas e Indígenas.	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13763552
Dissertação - Programa de Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional – ProEF, da Universidade Federal de São Carlos		CAPES	A sociedade brasileira apresenta influências marcadas pelas culturas de matrizes africanas e indígenas, porém, quando adentramos nas escolas e analisamos as práticas pedagógicas de grande parte dos/as professores/as, verificamos a quase inexistência destas manifestações culturais, demandando mudanças de mentalidade de toda a comunidade escolar. Assim, aceitarmos o desafio de uma educação pautada na perspectiva destes grupos étnicos é necessário. O presente trabalho analisou uma proposta de ensino que tematiza as práticas corporais africanas e indígenas no ensino fundamental em aulas de Educação Física. Sustentado na concepção do currículo cultural, esta pesquisa visa levar alunos/as e professor-pesquisador a compreenderem como a tematização de tais práticas corporais pode ser importante para a descolonização do currículo. A pesquisa foi realizada de forma qualitativa, durante um semestre letivo, com alunos/as do 5º ano do Ensino Fundamental de uma escola pública estadual da cidade de Araraquara/SP, na qual o professor-pesquisador, utilizou diários de aula como instrumento de coleta de dados, na intenção de registrar as informações recolhidas durante o processo investigatório, à luz dos procedimentos didáticos e princípios pedagógicos do currículo cultural. Além do mais, o presente trabalho utilizou-se da pesquisa, valorizando a participação dos sujeitos e a construção de relações democráticas. Para análise e interpretação dos dados coletados foram estabelecidas quatro categorias, a saber: 1. Avaliação sob a égide da análise do currículo cultural, a qual privilegiou o diálogo entre os sujeitos em uma profunda análise da ocorrência social das manifestações corporais; 2. Reconhecimento dos saberes dos/as estudantes, na qual ao mapear as práticas corporais de grupos muitas vezes silenciados possibilitou a tematização das práticas indígenas e africanas; 3. Vivências, diálogos e ressignificações, em que, longe de recorrer a práticas racionalizadas, os/as estudantes elaboraram outras maneiras de vivenciar as manifestações tema de estudo e, 4. Ampliação e aprofundamento do conhecimento, na qual por meio da problematização visou contrapor os discursos fincados nas representações racistas acerca do indígena e do negro. A expectativa do estudo foi de propiciar espaços educativos que possibilitassem o combate à colonialidade, privilegiando as manifestações negras e indígenas e, desta maneira, consideramos poder contribuir para a mudança de mentalidade de educadores/as ao convencerem-se da busca por novos rumos no que concerne às suas atuações docentes. O advento de práticas educativas mais equânimes e justas poderá contribuir para a efetivação das Leis 10.639/03 e 11.645/08, além de promover a justiça curricular, por meio da seleção equilibrada dos temas de estudo e a descolonização do currículo, por intermédio de temas relativos à cultura corporal pouco abordada nos programas educacionais. Assim, a conclusão é que só possibilitaremos a justiça curricular se reconhecermos a heterogeneidade cultural, exigindo dos/as educadores/as estabelecerem outras visões sobre as manifestações culturais indígenas e africanas.	
2	A educação física na educação de jovens e adultos: por uma educação antirracista	Lara Holmes de Rezende Serrano	Corporeidades; Educação de jovens e adultos; Relações etnicorraciais;	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13742257

			Educação Física Escolar; Educação antirracista	
	Dissertação - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro	CAPES	A questão sobre racialidade no Brasil nos impacta de diferentes formas. Vivemos em um país que contém, em suas histórias, marcas que são ainda presentes e nos implicam diretamente. A pesquisa teve como objetivo principal analisar as consequências da racialidade e sua presença na Educação Física escolar e na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Para isso, pensar em direitos e garantias é pensar em como a educação sofre pelos danos que o racismo causa – por isso a necessidade de refletir sobre as características dos sujeitos que ainda precisam abandonar seus estudos. Considerar todos esses pontos, é carregar como bagagem a trajetória do povo brasileiro. Para tal propósito, torna-se considerável analisar o fator racial, ponto destaque deste trabalho. A metodologia dessa pesquisa inclui relatos de experiências do campo formativo e, os resultados destacam a necessidade de que o trabalho docente considere o corpo e as práticas corporais como pontos relevantes para compreender toda essa discussão. A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é capaz de trazer o debate racial, por ser caracterizada como uma modalidade da educação básica que expressa as lutas pelo direito à educação; assim como por conter estudantes marcados pelo recorte racial. Desejamos contribuir com propostas de educação antirracista que incluam as práticas corporais nos processos de reconhecimento e mudança na produção da opressão e das desigualdades sociais, através da submissão dos corpos negros e, ao mesmo tempo, a não visibilização da produção da branquitude.	
3	Cultura urbana e hip hop na educação física: um projeto escolar de educação antirracista no município gaúcho de Novo Hamburgo	Josias Gois Soares	Cultura Hip Hop; projeto; Educação; Racismo; Escola; Antirracista	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13752310
	Dissertação - Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.	CAPES	A presente dissertação de mestrado tem por objetivo analisar os impactos de um projeto de educação antirracista desenvolvido nas aulas de Educação Física em uma escola de Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul, região de predomínio da cultura teutobrasileira. Este projeto pedagógico, intitulado “Cultura Urbana”, foi totalmente baseado nos princípios da Cultura Hip Hop e desenvolvido durante o período pandêmico, mais precisamente entre 3 de agosto de 2020 e 8 agosto de 2021. Durante o primeiro semestre, o projeto foi conduzido por dois professores de Educação Física e professoras de outras quatro disciplinas: Arte, Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Articulação e Saberes (pesquisa). Deste grupo, apenas um dos professores de Educação Física é negro. O projeto contou com a participação de 104 estudantes do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, com idades entre 11 e 16 anos, que em sua grande maioria não se autodeclaravam negros/as. Os conteúdos desenvolvidos a partir dos elementos do Hip Hop foram Break, Graffiti, moda, rimas, poesias, gírias, Rithm And Poetry (RAP) e o conhecimento, a história desse movimento em conexão com os seguintes temas: diáspora africana, abolição da escravatura, regime de segregação racial, luta por direitos civis, surgimento e expansão da Cultura Hip Hop (nos Estados Unidos da América e no Brasil). A materialidade empírica analisada foi composta por um compilado de trabalhos produzidos pelos/as estudantes que se envolveram no Projeto Cultura Urbana, entre eles: mensagens	

			<p>via WhatsApp, comentários no Facebook e no Instagram da escola, entrevistas realizadas em aula, trabalhos produzidos para as aulas (desenhos, fotos, vídeos, questionários), arquivo de fotos e vídeos registrados pelo professor, aulas gravadas via Google Meet e qualquer outro material que tenha sido produzido pelos/as estudantes durante o período no qual o projeto foi desenvolvido. Por se tratar de um compilado de materiais produzidos originalmente para fins didático-pedagógicos, contou com as devidas autorizações institucionais e dos responsáveis pelos/as estudantes envolvidos/as para sua utilização como material empírico da pesquisa de mestrado. Metodologicamente, a investigação seguiu os pressupostos da abordagem qualitativa, pois se caracteriza como uma pesquisa documental com a utilização de dados secundários como técnica de levantamento/aquisição de informações, que foram processados a partir dos princípios e procedimentos da Análise Temática. Foram analisadas apenas as produções dos/das estudantes autodeclarados não-negros/as, que participaram do projeto. Essa autodeclaração foi extraída do livro de registros dos/as estudantes no ato de matrícula dos/as responsáveis. Os principais resultados da análise empreendida permitem afirmar que o projeto conquistou feitos expressivos com estudantes que não se autodeclaravam negros/as: 1) resistência ao Projeto Cultura Urbana e à temática do racismo no início, 2) percepção do racismo e privilégio branco na construção da desigualdade étnico-racial, 3) valorização do Projeto Cultura Urbana e um posicionamento em relação ao racismo no final (de modo descontraído e engajado). Mesmo diante de todas as dificuldades impostas pelas restrições sanitárias decorrentes da pandemia, boa parte dos/as estudantes passou a refletir sobre as dissimetrias nas relações étnico-raciais enraizadas em nosso país, especialmente em relação aos privilégios da branquitude na produção das mazelas do povo negro. Apesar dos resultados positivos do projeto, conclui-se que é preciso mais iniciativas desse porte para a efetiva desconstrução do racismo estrutural e, por consequência, para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, a fim de que a escola possa contribuir para o processo de educação das relações étnico-raciais que não apenas promovam aprendizagens significativas para estudantes negros/as e brancos/as, mas que levem à desconstrução do racismo estrutural e, por consequência, à construção de uma sociedade mais justa e igualitária.</p>
4	Educação Física e marcadores sociais da diferença: perspectivas docentes	Mariana Dimes Vicente	<p>Escola; Interseccionalidade; Justiça social</p> <p>https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13745336</p>
	Dissertação - Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação Física da Universidade São Judas Tadeu	CAPES	<p>Estamos inseridos em uma sociedade complexa, na qual termos como diversidade e pluralismo cultural são centrais e ganham destaques em diferentes pesquisas. O sistema de estratificação social (classe, gênero, raça, sexualidade, entre outros), nomeado marcadores sociais da diferença, define onde estamos e até quem somos em nossa sociedade, sendo responsável por inúmeras formas de desigualdade social. Os marcadores sociais da diferença e seus impactos podem ser percebidos em todas as instituições sociais, tal como a escola. Na Educação Física, como área do currículo escolar, esses marcadores também se manifestam. Com o intuito de contribuir para uma educação escolar crítica e libertadora, pautada na justiça social, é fundamental que o debate sobre as diferenças e a desigualdade seja intencionalmente inserido no currículo. Partindo desta premissa, o objetivo desta pesquisa é compreender as características e os significados que orientam a prática pedagógica elaborada por oito docentes de Educação Física, que incluem os marcadores sociais da diferença como tema de suas aulas. Para atingir o objetivo proposto, foi realizada uma pesquisa qualitativa, com entrevistas semiestruturadas individuais, as quais foram interpretadas com a aplicação da análise temática. As experiências e o olhar crítico que as/os docentes possuem em relação à educação e à Educação Física é o que as/os leva a</p>

			trabalharem com a temática aqui discutida. A partir das declarações do professorado, é possível perceber que os marcadores sociais aparecem como tema do seu currículo de forma intencional e sistematizada, destacando-se a análise sobre as relações de gênero e, especialmente, sobre as relações étnico-raciais. Identificamos diferentes temas que cada participante procura incluir em suas aulas, assim como diferentes estratégias de ensino. Foi extremamente gratificante perceber que há professoras e professores que olham para as diferenças e que percebem a interseccionalidade entre os marcadores sociais da diferença e procuram discutir esta intersecção com seus alunos. Por fim, podemos destacar a importância de escutar esses relatos e entender que esses saberes podem ser uma ferramenta poderosa para inspirar outras/os docentes em suas ações pedagógicas por uma Educação Física Escolar pautada na justiça social.
5	Formação continuada com profissionais da educação infantil: diálogos entre a corporeidade e temáticas da literatura afro-brasileira e africana	Sarita Faustino dos Santos	Formação continuada; Educação Infantil; Relações étnico-raciais; Literatura; Corporeidade https://sappg.ufes.br/tese_drupal/tese_17092_Disserta%E7%E3o%20-%20Sarita%20Faustino%20dos%20Santos.pdf
Dissertação - Programa de Pós-Graduação em Educação Física do Centro de Educação Física e Desporto da Universidade Federal do Espírito Santo		CAPES	Essa pesquisa apresenta como objeto de estudo a formação continuada realizada com profissionais da Educação Infantil do município de Vitória/ES, evidenciando suas práticas docentes em diálogo com a corporeidade, a literatura infantil e juvenil com a temática africana e afro-brasileira. Tem como objetivos: a) analisar as produções do Congresso de Pesquisadoras/es Negras e Negros (COPENE) sobre as relações étnico-raciais na Educação Infantil, para isso realiza um Estado do Conhecimento com base em trabalhos publicados nos anais do congresso; b) realizar formação continuada com profissionais que atuam na Educação Infantil do município de Vitória/ES, articulando o diálogo entre a corporeidade e a temática da literatura africana e afro-brasileira e c) analisar, a partir da formação vivenciada, possibilidades pedagógicas para uma educação antirracista nas instituições infantis do município. Foram utilizadas as metodologias bibliográficas e a pesquisa-ação colaborativa que incidiu no processo formativo, relacionado às questões étnico-raciais. A pesquisa bibliográfica, do tipo Estado do conhecimento, analisa as relações étnico-raciais no contexto da Educação Infantil, por meio dos Anais do COPENE, no período de 2000 a 2020, abarcando todas as onze edições do evento, o que representa a integralidade das produções publicizadas. A pesquisa-ação colaborativa efetuou-se na rede municipal de educação de Vitória/ES, no ano de 2021, e teve como público-alvo profissionais da Educação Infantil e realizou-se por meio de parceria entre a Secretaria Municipal de Educação de Vitória e o Núcleo de Aprendizagens com as Infâncias e seus Fazeres, da Universidade Federal do Espírito Santo. Os dados da pesquisa bibliográfica foram catalogados a partir de 77 resumos que dialogavam com a temática das relações étnico-raciais e com o recorte da Educação Infantil, organizados em seis temáticas: práticas pedagógicas, escuta das crianças, formação continuada, legislação, literatura e representações docentes. Os dados da pesquisa-ação colaborativa foram analisados por meio de gravações dos momentos formativos, de atividades das/os cursistas, utilizando o formulário Google, nas interações na Plataforma Vixeduca, no grupo de WhatsApp, nas respostas do Chat de cada palestra, via Plataforma Meet, e com os resultados da escrita para a produção final do processo formativo gerou-se o E-book intitulado “Relações étnico-raciais na Educação Infantil: diálogos com a literatura afro-brasileira e africana, corporeidade e danças populares”. A partir

			do processo formativo foram estabelecidos três critérios de análises: o currículo como categoria de análise, a importância da literatura infantil e juvenil como proposta antirracista e a corporeidade no contexto da Educação das Relações ÉtnicoRaciais (ERER). A Análise de Conteúdo auxiliou na interpretação dos dados. A articulação entre a literatura e a corporeidade presume incidir sobre aspectos fundamentais para uma educação focada nas relações étnico-raciais prazerosa, lúdica e fundamentada em princípios de equidade. A partir da formação continuada de profissionais, e por meio de suas práticas instituídas, elaborou-se um livro com conhecimentos de natureza didático-pedagógica sobre questões étnico-raciais nos cotidianos dos Centros Municipais de Educação Infantil de Vitória/ES.
6	Diversidade de gênero, etnia e raça na escola: uma possibilidade pedagógica para a Educação Física	Amanda Alcure Castro	Educação Física Escolar; Diversidade; Gênero; Etnia; Raça https://sappg.ufes.br/tese_drupal//tese_17212_Disserta%E7%E3o_ProEF_Amanda_Alcure_Castro.pdf
Dissertação - Programa de Mestrado Profissional em Rede Nacional – ProEF em Educação Física da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)		CAPES	A dissertação tem como tema central o processo de planejamento e construção de uma intervenção pedagógica em Educação Física no Ensino Fundamental a partir das temáticas de diversidade de gênero, etnia e raça. A pesquisa foi organizada em dois módulos sequenciais que abordaram essas temáticas de forma contextualizada e interseccional. Ao todo, participaram das ações pedagógicas quatro turmas de 8º ano do Ensino Fundamental do CEEFMTI —Henrique Coutinho localizado em Iúna/ES, mas para a produção de dados, priorizou a turma do 8º03 por ser um grupo onde a diversidade de gênero, etnia e raça era mais evidente e os conflitos interpessoais mais presentes. Foram 26 aulas de intervenção (módulo 1 —Corpo e Identidade com 14 aulas e módulo 2 —Corpo, Etnia e Raça com 12 aulas) onde procurou-se contextualizar os conteúdos da EF escolar aos preconceitos de gênero, como machismo e lgbtfobia, e étnico-raciais, como racismo. Como resultado observou-se que a ação foi significativa e necessária, e que é preciso continuar dando espaço para discussões e aprofundamentos sobre essas temáticas no espaço escolar. Alguns obstáculos e adversidades surgiram no decorrer do processo, mas não impediram a realização das ações, pelo contrário, mostraram a importância de se abordar e discutir essas problemáticas cada vez mais.
7	Corpo negro, Currículo e Educação Física: uma análise Fanoniana sobre as contradições e possibilidades para constituição de identidades insurgentes	Thiago Batista Costa	Corpo Negro; Currículo; Educação Física; Identidade. https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13710350
Tese - Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da		CAPES	A presente pesquisa dedica-se a analisar os currículos crítico e pós-crítico da Educação Física, a fim de investigar a ação que os mesmos exercem (ou não) nos estudantes negros dos anos finais do Ensino Fundamental II e Médio de escolas públicas da cidade de São Paulo, quanto ao processo de construção/reconstrução de suas identidades. Colocou-se em pauta os saberes que circunscrevem o corpo negro, sobretudo ao que se refere a experiência vivida do negro brasileiro, à luz do pensamento de Frantz

Universidade de São Paulo		<p>Fanon. Do mesmo modo, pôs-se em evidência os saberes propostos pelos currículos crítico e pós-crítico da Educação e da Educação Física, dando conta assim da primeira etapa teórico-analítica da pesquisa. Para a segunda etapa, realizamos uma pesquisa empírica (qualitativa) constituída de observações das práticas pedagógicas e da realização de grupos focais com os estudantes afetados pelos currículos vividos. Num terceiro momento teórico-analítico, a partir da revisão de literatura e do percurso metodológico, empreendemos a análise das produções dos sentidos e significados nos estudantes. Notou-se, que a escola contemporânea opera como uma máquina que, tal qual o mundo colonial, está repleta de dispositivos e estratégias que fazem com que a experiência do estudante negro se torne cada vez mais difícil, pois mesmo dentro de uma planificação das subjetividades existe uma hierarquia – a hierarquia racista do capitalismo. Além disso, identificamos que um dos dispositivos escolares mais eficazes no processo de colonização das mentes dos estudantes é a colonialidade curricular. A respeito da construção/reconstrução das identidades dos estudantes negros, as análises apontaram para como o colonialismo escolar e sua linguagem monocultural dificultam a construção de uma identidade positiva, e que a Educação Física sozinha – crítica ou pós-crítica – encontra dificuldades para penetrar na estrutura subjetiva dos discentes. A apuração dos grupos focais propiciou inferir, ainda, que a Educação Física terá mais êxito, no processo de constituição de identidades insurgentes, se inserida em um projeto educacional coletivo.</p>
---------------------------	--	--

ANEXOS

ANEXO A**TERMO DE CONFIDENCIALIDADE
(ELABORADO DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO Nº 466/2012 – CNS/MS)**

Eu, **Leonardo Eleutério dos Santos**, pesquisador responsável pelo projeto intitulado **ATRAVESSAMENTO DAS RELAÇÕES ÉTNICAS NA PRÁTICA PEDAGÓGICA DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA REDE MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA – PB**, e minha equipe de pesquisa, **Professora Dr.^a Lívia Tenorio Brasileiro (orientadora)**, estabelecemos prover procedimentos que assegurem a confidencialidade e a privacidade, a proteção da imagem e a não estigmatização dos participantes da pesquisa, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou de aspectos econômico-financeiros e que o acesso a estes dados ou em outra base de dados será utilizado somente para o projeto ao qual está vinculado.



Leonardo Eleutério dos Santos



Lívia Tenorio Brasileiro

ANEXO B

SECRETARIA DE
EDUCAÇÃO E
CULTURA



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
DIRETORIA DE ENSINO, GESTÃO E ESCOLA DE FORMAÇÃO

CARTA DE ANUÊNCIA

Declaramos para os devido fins que, concordamos que o pesquisador **LEONARDO ELEUTÉRIO DOS SANTOS**, desenvolva junto aos professores/as de Educação Física da rede municipal de ensino de João Pessoa - PB, o projeto de pesquisa a nível de mestrado intitulado: “A ATRAVESSAMENTO DAS RELAÇÕES ÉTNICAS NA PRÁTICA PEDAGÓGICA DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA REDE MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA – PB”, sob a orientação Dra. Profã. Lívia Tenorio Brasileiro. A pesquisa tem como objetivo principal: Analisar os limites e as possibilidades do trato dos conteúdos de ensino da Educação Física e sua relação com a cultura afro-brasileira e indígena nas aulas do Ensino Fundamental anos iniciais da rede municipal de João Pessoa PB. Os objetivos específicos: mapear a produção acadêmica Educação Física sobre a tematização da cultura afro-brasileira e indígena; reconhecer como vem sendo tratada a temática da cultura afro-brasileira e indígena nas aulas do Ensino Fundamental anos iniciais da rede municipal de João Pessoa- PB. A autorização está condicionada ao comprometimento do pesquisador em utilizar os dados e materiais coletados exclusivamente para fins da pesquisa.

João Pessoa, 16 de março de 2023.

Clévia Suyene Cunha de Carvalho
Diretora de Ensino, Gestão e Escola de Formação

ANEXO C

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA MAIORES DE 18 ANOS OU EMANCIPADOS

(Elaborado de acordo com a Resolução 466/2012-CNS/MS)

Convidamos o (a) Sr. (a) _____ para participar como voluntário (a) da pesquisa intitulada **ATRAVSSAMENTO DAS RELAÇÕES ÉTNICAS NA PRÁTICA PEDAGÓGICA DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA REDE MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA – PB**, que está sob a responsabilidade do pesquisador Leonardo Eleutério dos Santos e sua equipe Professora Dr.^a Livia Tenorio Brasileiro.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

A pesquisa tem como objetivo geral analisar os limites e as possibilidades de abordagem dos conteúdos de ensino da Educação Física e sua relação com a cultura afro-brasileira e indígena nas aulas dos 3º, 4º e 5º anos do Ensino Fundamental da rede municipal de João Pessoa-PB. Para isso, iremos realizar a pesquisa com professores/as de Educação Física da rede municipal de ensino para analisar como vem sendo abordada as temáticas de história e cultura afro-brasileira e indígena nas aulas do referido componente curricular. O contato com os/as professores/as será realizado após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade de Pernambuco (UPE), instituição a qual está vinculada a equipe de pesquisa, sob o regimento do Curso de Mestrado do Programa Associado de Pós-Graduação em Educação Física (PAPGEF – UFPB/UPE). Serão direcionados questionários a todos/as os/as professores/as que estejam lecionando em turmas de 3º a 5º ano do Ensino Fundamental para alcançar o maior número de respostas destes. Em seguida, serão realizadas entrevistas com os/as participantes que se enquadrem no perfil delimitado para este estudo. Esta etapa será realizada por meio de agendamento conforme a disponibilidade do/da participante.

Todo o processo de coleta de dados ocorrerá no ano de 2023, iniciando no mês abril com os questionários e após selecionar os/as participantes que se enquadrem no perfil desejado, serão realizadas as entrevistas a combinar data e horário.

A pesquisa não oferece risco eminente à saúde, porém se houver algum momento de constrangimento na coleta de dados (entrevistas e questionários), nos prontificaremos a destruir imediatamente o material utilizado não deixando nenhum resquício, como também faremos um acompanhamento constante com os participantes da pesquisa para detectarmos qualquer outro tipo de desconforto que possa surgir.

Os possíveis benefícios que teremos com o desenvolvimento dessa pesquisa são: apresentar a importância da abordagem da cultura e história afro-brasileira e indígenas no componente curricular Educação Física; identificar das diversas possibilidades de abordagem dessas temáticas nas aulas de Educação Física, refletindo na consequente ampliação da visão dos professores que posteriormente acessarão esse estudo; a possibilidade de uma discussão para elaboração de proposições para a prática pedagógica de professores/as de Educação Física, tomando como base os resultados obtidos nesse estudo; a qualificação do ensino da rede, por meio de uma educação justa e democrática que reconheça e valorize a história e cultura dos povos negros e indígenas que tanto contribuíram e contribuem para o desenvolvimento do nosso país.

Todas as informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. Os dados

coletados nesta pesquisa (questionários e entrevistas), ficarão armazenados em pastas de arquivos depositadas em nuvem e em dispositivo de HD externo pessoal sob a responsabilidade do pesquisador principal, pelo período de 5 anos.

Nada lhe será pago ou cobrado para participar desta pesquisa, pois a aceitação é voluntária. Fica também garantida indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extra-judicial. Se houver necessidade, as despesas para a sua participação serão assumidas pelos pesquisadores (ressarcimento de transporte e alimentação).

Em caso de dúvidas, você pode procurar o pesquisador responsável por esta pesquisa, por meio dos seguintes contatos: Rua Estudante Omir Domiciano Cabral, nº 105, apto 401, telefone: (83) 99391-3784, e-mail: leonardo.eleuterio@upe.br ou de sua equipe de pesquisa Rua Arnóbio Marques, nº 310, CEP: 50.100-130, Santo Amaro, Recife – PE, telefone: (81) 98807-1106, e-mail: livia.brasileiro@upe.br. Apenas quando todos os esclarecimentos forem dados e você concorde com a realização do estudo, pedimos que rubriche e assine as páginas ao final deste documento que está em duas vias. Uma via lhe será entregue e a outra ficará com o pesquisador.

Você estará livre para decidir participar ou recusar-se. É garantido o direito de não responder qualquer questão, sem necessidade de explicação ou justificativa para tal. Caso não aceite participar, não haverá nenhum problema, desistir é um direito seu, bem como será possível retirar o consentimento em qualquer fase da pesquisa, também sem nenhuma penalidade.

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade de Pernambuco Complexo Hospitalar HUOC/PROCAPE localizado no Pavilhão Ovídio Montenegro, na Rua Arnóbio Marques, nº 310, CEP: 50.100-130, Santo Amaro, Recife – PE, telefone (81) 3184-1271 ou através do e-mail cep_huoc.procape@upe.com.

Leonardo Eleuterio dos Santos

Assinatura do pesquisador

Assinatura do pesquisado

ANEXO D

COMPLEXO HOSPITALAR
HUOC/PROCAPE



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: ATRAVESSAMENTO DAS RELAÇÕES ÉTNICAS NA PRÁTICA PEDAGÓGICA DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA REDE MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA -

Pesquisador: LEONARDO ELEUTERIO DOS SANTOS

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 68183223.5.0000.5192

Instituição Proponente: FUNDACAO UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.023.011

Apresentação do Projeto:

Projeto de pesquisa referente ao Curso de Mestrado do PAGED UPE/UFPA, sob a orientação da Profa. Dra. Lívia Tenorio Brasileiro com a pretensão de contribuir com o debate junto a rede municipal de ensino de João Pessoa - PB, por acreditar na relevância e contribuições nos campos social, cultural, histórico, político e educacional que este pode proporcionar na formação continuada dos/as professores/as, mas especialmente na formação dos estudantes, visando a valorização e reconhecimento dos povos destacados para a transformação de uma sociedade justa e igualitária.

A pesquisa tem como objetivo geral analisar os limites e as possibilidades de abordagem dos conteúdos de ensino da Educação Física e sua relação com a cultura afro-brasileira e indígena nas aulas dos 3º, 4º e 5º anos do Ensino Fundamental da rede municipal de João Pessoa-PB. Para isso, optamos por uma pesquisa de abordagem qualitativa com professores/as de Educação Física da rede municipal de ensino para analisar como vem sendo abordada as temáticas de história e cultura afro-brasileira e indígena nas aulas do referido componente curricular. Utilizaremos questionários e entrevistas semi estruturadas para a coleta e a análise de conteúdo para tratamento dos dados. Ao realizá-la pretendemos

apresentar a importância da abordagem da cultura e história afro-brasileira e indígenas no componente curricular Educação Física; identificar das

diversas possibilidades de abordagem dessas temáticas nas aulas de Educação Física, refletindo na

Endereço: Rua Arnóbio Marques, 310

Bairro: Santo Amaro

CEP: 50.100-130

UF: PE

Município: RECIFE

Telefone: (81)3184-1271

Fax: (81)3184-1271

E-mail: cep_huoc.procape@upe.br

COMPLEXO HOSPITALAR
HUOC/PROCAPE



Continuação do Parecer: 6.023.011

consequente ampliação da visão dos professores que posteriormente acessarão esse estudo; a possibilidade de uma discussão para elaboração de proposições para a prática pedagógica de professores/as de Educação Física, tomando como base os resultados obtidos nesse estudo; a qualificação do ensino da rede, por meio de uma educação justa e democrática que reconheça e valorize a história e cultura dos povos negros e indígenas que tanto contribuíram e contribuem para o desenvolvimento do nosso país.

Hipótese:

Com base em estudos já realizados, indagamos que um número elevado de professores/as da rede municipal de ensino de João Pessoa não tem conhecimento sobre as Leis n. 10.639/03 e/ou 11.645/08 e, conseqüentemente, não as abordam em suas práticas pedagógicas de forma sistematizada.

O estudo em duas etapas: pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo. Recorreremos inicialmente ao Scientific Electronic Library Online (SCIELO), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), para acessar artigos acadêmicos. Foram escolhidas as plataformas Scielo e LILACS por estas reunirem as principais revistas com publicações na área de Educação Física no campo sociocultural e pedagógico; e a base de dados da CAPES para mapeamento das dissertações e teses. Para seleção dos artigos utilizaremos descritores com operadores booleanos, conforme expressos a seguir: "Educação Física" and "Relações Étnicas"; "Educação Física" and "Relações Étnico-Raciais" "Educação Física" and "Negr*"; "Educação Física" and "Indi*"; "Educação Física" and "Afr*". Na pesquisa de campo, os/as professores de Educação Física ativos da rede municipal de João Pessoa - PB responderão a um questionário para selecionar os que se enquadram no perfil proposto. Os selecionados de acordo com o perfil desejado serão submetidos a uma entrevista semi estruturada para coleta dos dados que serão reunidos e analisados posteriormente.

Critério de Inclusão:

Ser professor/a da rede municipal de ensino de João Pessoa, estar atuando no ano de 2023 com

Endereço: Rua Arnóbio Marques, 310
Bairro: Santo Amaro **CEP:** 50.100-130
UF: PE **Município:** RECIFE
Telefone: (81)3184-1271 **Fax:** (81)3184-1271 **E-mail:** cep_huoc.procape@upe.br

COMPLEXO HOSPITALAR
HUOC/PROCAPE



Continuação do Parecer: 6.023.011

turmas do 3º ao 5º ano do Ensino Fundamental.

Critério de Exclusão:

E como critério de exclusão: estar em afastamento de qualquer natureza (licença para tratamento de Saúde, licença por motivo de doença em pessoa da família, licença à Gestante, licença para Serviço Militar, licença para trato de interesses particulares, e licença Especial).

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar os limites e as possibilidades apresentadas pelos/as professores/as na abordagem da cultura afro-brasileira e indígena nas aulas de Educação Física e a relação com os conteúdos de ensino nos anos iniciais do Ensino Fundamental na rede municipal de João Pessoa-PB.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

A pesquisa não oferece risco eminente à saúde, porém se houver algum momento de constrangimento na coleta de dados (entrevistas e questionário), nos prontificaremos a destruir imediatamente o material utilizado não deixando nenhum resquício, como também faremos um acompanhamento constante com os/as participantes da pesquisa para detectarmos qualquer outro tipo de desconforto que possa surgir.

Benefícios:

Os possíveis benefícios que teremos com o desenvolvimento dessa pesquisa são: apresentar a importância da abordagem da cultura e história afro brasileira e indígenas no componente curricular Educação Física; identificar as diversas possibilidades de abordagem dessas temáticas nas aulas de Educação Física, refletindo na consequente ampliação da visão dos/as professores/as que posteriormente acessarão esse estudo; a possibilidade de uma discussão para elaboração de proposições para a prática pedagógica de professores/as de Educação Física, tomando como base os resultados obtidos nesse estudo; a qualificação do ensino da rede, por meio de uma educação justa e democrática que reconheça e valorize a história e cultura dos povos negros e indígenas que tanto contribuíram e contribuem para o desenvolvimento do nosso país.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Da forma apresentada o projeto encontra-se em conformidade com as resoluções vigentes

Endereço: Rua Arnóbio Marques, 310

Bairro: Santo Amaro

CEP: 50.100-130

UF: PE

Município: RECIFE

Telefone: (81)3184-1271

Fax: (81)3184-1271

E-mail: cep_huoc.procape@upe.br

**COMPLEXO HOSPITALAR
HUOC/PROCAPE**



Continuação do Parecer: 6.023.011

(Resolução 466/12, Norma Operacional 001/13 CNS-MS).

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Apresentados atendendo o protocolo de pesquisas, em conformidade com as resoluções vigentes (Resolução 466/12, Norma Operacional 001/13 CNS-MS).

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Diante do exposto, o CEP-HUOC/PROCAPE, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS nº 466 de 2012 e na Norma Operacional nº 001 de 2013 do CNS, manifesta-se, pela aprovação da proposta ao projeto de pesquisa, não apresentando óbice ético, devendo o pesquisador enviar à Plataforma Brasil, relatório parcial caso durante a pesquisa for demonstrando fatos relevantes e resultados parciais de seu desenvolvimento e um relatório final após o encerramento da pesquisa, totalizando seus resultados .

Considerações Finais a critério do CEP:

Diante do exposto, o CEP-HUOC/PROCAPE, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS nº 466 de 2012 e na Norma Operacional nº 001 de 2013 do CNS, manifesta-se, pela aprovação da proposta ao projeto de pesquisa, não apresentando óbice ético, devendo o pesquisador enviar à Plataforma Brasil, relatório parcial caso durante a pesquisa for demonstrando fatos relevantes e resultados parciais de seu desenvolvimento e um relatório final após o encerramento da pesquisa, totalizando seus resultados .

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2105208.pdf	20/04/2023 20:00:47		Aceito
Outros	ROTEIRO_ENTREVISTA_SEMI.pdf	20/04/2023 20:00:24	LEONARDO ELEUTERIO DOS SANTOS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Leonardo.pdf	20/04/2023 20:00:03	LEONARDO ELEUTERIO DOS SANTOS	Aceito
Outros	Questionario_Formularios_Google.pdf	11/04/2023 22:10:43	LEONARDO ELEUTERIO DOS SANTOS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	11/04/2023 20:53:31	LEONARDO ELEUTERIO DOS SANTOS	Aceito

Endereço: Rua Arnóbio Marques, 310
Bairro: Santo Amaro **CEP:** 50.100-130
UF: PE **Município:** RECIFE
Telefone: (81)3184-1271 **Fax:** (81)3184-1271 **E-mail:** cep_huoc.procape@upe.br

COMPLEXO HOSPITALAR
HUOC/PROCAPE



Continuação do Parecer: 6.023.011

Parecer Anterior	PB_PARECER_CONSUBSTANCIADO_CEP_5974312.pdf	11/04/2023 20:45:33	LEONARDO ELEUTERIO DOS SANTOS	Aceito
Outros	Carta_de_Anuencia_LEONARDO_ELEUTERIO_DOS_SANTOS.pdf	11/04/2023 20:45:09	LEONARDO ELEUTERIO DOS SANTOS	Aceito
Outros	Carta_Circular_01_2021.pdf	11/04/2023 20:44:43	LEONARDO ELEUTERIO DOS SANTOS	Aceito
Outros	Termo_de_Confidencialidade.docx	23/03/2023 05:32:49	LEONARDO ELEUTERIO DOS SANTOS	Aceito
Orçamento	Orcamento.docx	23/03/2023 05:32:13	LEONARDO ELEUTERIO DOS SANTOS	Aceito
Cronograma	Cronograma.docx	23/03/2023 05:31:39	LEONARDO ELEUTERIO DOS SANTOS	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto_Leonardo_Eleuterio.pdf	23/03/2023 05:10:40	LEONARDO ELEUTERIO DOS SANTOS	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

RECIFE, 26 de Abril de 2023

Assinado por:
Magaly Bushatsky
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Arnóbio Marques, 310
Bairro: Santo Amaro **CEP:** 50.100-130
UF: PE **Município:** RECIFE
Telefone: (81)3184-1271 **Fax:** (81)3184-1271 **E-mail:** cep_huoc.procape@upe.br